



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

WANDER PEREIRA

**A ORDEM POLÍTICA E A REFORMA UNIVERSITÁRIA:
O PROCESSO DE FEDERALIZAÇÃO DA
FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE UBERLÂNDIA
(1968-1978)**

UBERLÂNDIA-MG

2012

WANDER PEREIRA

A ORDEM POLÍTICA E A REFORMA UNIVERSITÁRIA:
O PROCESSO DE FEDERALIZAÇÃO DA
FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE UBERLÂNDIA
(1968-1978)

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação Doutorado em Educação da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Área de concentração: História e Historiografia da Educação

Orientador: **Dr. Humberto Aparecido de Oliveira Guido**

UBERLÂNDIA-MG

2012

WANDER PEREIRA

**A ORDEM POLÍTICA E A REFORMA UNIVERSITÁRIA: O PROCESSO DE
FEDERALIZAÇÃO DA FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE
UBERLÂNDIA(1968-1978)**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação
Doutorado em Educação da Universidade Federal de
Uberlândia - UFU, como requisito parcial para obtenção
do título de Doutor em Educação.

Área de concentração: História e Historiografia da
Educação

BANCA EXAMINADORA:

1.

Professor Doutor Humberto Aparecido de Oliveira Guido

Orientador - Presidente

2.

Professor Doutor José Carlos Souza Araújo

Membro Efetivo

3.

Professor Doutor Carlos Henrique de Carvalho

Membro Efetivo

4.

Professor Doutor Gustavo Araújo Batista

Membro Efetivo

5.

Professor Doutor Leosino Bizinoto Macedo

Membro Efetivo

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Wanderley e Marisa, aos meus irmãos Wolney e Walney, ao meu filho Lorenzzo e a minha amada Nádia.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, nosso Supremo Arquiteto do Universo, pela oportunidade da vida e por possibilitar, no decorrer deste trabalho, a realização de um grande sonho, brindando-me com novos amigos.

Ao Mestre JESUS, por conduzir minhas ações, iluminando o caminho com Força, Sabedoria e Beleza.

Ao meu orientador, Humberto A. de Oliveira Guido, pelos ensinamentos acadêmicos e de vida que deixaram marcas indeléveis em minha História, servindo de exemplo de comprometimento, dedicação, atenção, companheirismo, amizade e paciência, desde as primeiras orientações até os últimos instantes de conclusão desta pesquisa, ensinando o verdadeiro significado de trabalho realizado a quatro mãos.

Aos professores José Carlos Souza Araújo, Carlos Henrique de Carvalho, Gustavo Araújo Batista e Leosino Bizinoto Macedo, pela disponibilidade e pela gentileza de participarem do momento mais importante de minha vida acadêmica

Aos amigos do Doutorado, Antoniette, Aluísio, Astrogildo, Jane, Luciene, Elbo, Geraldo, Cristiane, Anderson por compartilharem essa importante jornada.

Aos amigos Gianny Carlos Freitas Barbosa e James Madson Mendonça, que sempre atenderam com atenção e carinho, resolvendo as burocracias acadêmicas e esclarecendo dúvidas.

Aos professores do programa de Pós-Graduação em Educação FACED –UFU, que possibilitaram meu crescimento e meu desenvolvimento acadêmico, humano e profissional, de forma especial à Professora Sandra Cristina Fagundes de Lima e ao Professor José Carlos Souza Araújo, pelas importantes colaborações durante o exame de qualificação do doutoramento.

Aos entrevistados, Gaspar Paulino, Paulo César Azevedo, Wanderley Alves Ribeiro, Vanderlei Luiz Gomes, Alfredo Júlio Fernandes Neto, Ailton Amado, Antônio Mário Buso, Gildésio Rezende Alvarenga, Odorico Coelho da Costa Neto, Homero Santos, Rondon Pacheco, Juarez Altafin, Rosa Maria Domiciano Vidal, Abigail Maria da Silva, Nazaré Aparecida Massariolli e João Carlos Gabrielli Biffi.

À professora Sandra Diniz Costa, pela disposição e pelo auxílio nas horas mais difíceis de enfrentamento das normas da ABNT.

A meu amor, Nádia Carrer Ruman de Bortoli, pela dedicação, pelo amor, pelo carinho, pelo companheirismo durante as inúmeras madrugadas de revisão e verificação dos textos,

pela ajuda incondicional e imprescindível, pelo incentivo constante, pela força essencial para superar os momentos mais difíceis, pela paciência, pela disponibilidade em trabalhar em conjunto na seleção e configuração das belas imagens que enriqueceram e abrilhantaram sobremaneira o trabalho, por demonstrar por diversas vezes que o impossível é possível e que muitas vezes basta pedir, acreditar e receber, pelo apoio absoluto em todos instantes da realização desta tese, por ser o exemplo de que os nossos sonhos podem se tornar realidade e de que a vida pode e deve ser repleta de felicidades.

Aos meus pais Wanderley Sebastião Pereira e Marisa Pereira, pelo amor e dedicação incondicional, ajudando sempre a suprir minha ausência junto ao meu filho Lorenzzo, no momento de elaboração desta tese.

Aos meus queridos irmãos Wolney Pereira e Walney Pereira, pela torcida e pelos desejos de vitória.

Ao meu filho Lorenzzo, que, com cinco anos de idade, por inúmeras vezes, esperava eu me afastar um pouquinho do computador para beber água, e quase me matando de susto, desligava o computador pedindo: — pai vamos brincar?

Aos irmãos da Fraternidade Acadêmica Vigilantes da Ordem, por compreenderem a necessidade de minha licença nesses últimos seis meses para elaboração desta tese.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	xi
LISTA DE FIGURAS	xii
LISTA DA LEGISLAÇÃO EM ANEXO	xiv
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	xv
RESUMO	xviii
ABSTRACT	xix
INTRODUÇÃO.....	20
CAPÍTULO I PERCURSOS DA HISTÓRIA DA ODONTOLOGIA NO BRASIL.....	29
1.1 Breve histórico das mudanças na historiografia do século XX	29
1.1.1 As instituições educativas e a nova historiografia	32
1.1.2 As fontes de pesquisa historiográfica e a História da Educação	32
1.1.3 História Oral: uma contribuição à escrita das instituições escolares.....	33
1.2 A História da Odontologia no Brasil no período colonial	37
1.2.1 A Odontologia e o ensino no Brasil	44
CAPÍTULO II A EDUCAÇÃO E O ESTADO MILITAR NO BRASIL (1964-1985).....	57
2.1 A Sociedade brasileira face ao Regime Militar: 1964-1985.....	58
2.2 A política educacional do Regime Militar.....	64
2.2.1 As reformas educacionais brasileiras: a LDB de 1961 e a Reforma Universitária de 1968	67
2.2.2 A Política Educacional e a Reforma Universitária de 1968	72
2.3 Uberlândia sob a égide do Regime Militar: as faculdades isoladas e o processo de federalização	77
CAPÍTULO III AS CONDIÇÕES HISTÓRICAS DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA E A GÊNESE DAS PRIMEIRAS ESCOLAS DE ENSINO SUPERIOR.....	87
3.1. O desenvolvimento do município e a expansão da cidade de Uberlândia.....	88
3.2 A modernidade consolidada: o Ensino Superior na cidade de Uberlândia.....	95
3.3 As primeiras faculdades e as condições objetivas de Uberlândia	100
CAPÍTULO IV DAS FACULDADES ISOLADAS À IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE UBERLÂNDIA	113

4.1 A estruturação do Ensino Superior em Uberlândia	115
4.2. A UnU e os seus Cursos de Graduação	132
4.2.1. Educação Artística.....	132
4.2.1.1. Habilitação em Música	132
4.2.1.2. Habilitação em Artes Plásticas	133
4.2.2 Curso de Licenciatura em Pedagogia	134
4.2.3 Curso de Direito	135
4.2.4 Curso de Letras	136
4.2.5 Curso de Graduação em Engenharia Mecânica	138
4.2.6 Curso de Engenharia Química	138
4.2.7 Curso de Ciências Econômicas	139
4.2.8 Curso de Ciências Contábeis	140
4.2.9 Curso de História	141
4.2.10 Curso de Matemática.....	141
4.2.11 Curso de Medicina.....	141
4.2.12 Curso de Administração	142
4.2.13 Curso de Ciências Biológicas	143
4.2.14 Curso de Geografia.....	143
4.2.15 Curso de Engenharia Elétrica	144
4.2.16 Curso de Engenharia Civil.....	144
4.2.17 Curso de Educação Física.....	144
4.2.18 Curso de Medicina Veterinária.....	147
4.2.19 Curso de Química	147
4.2.20 Curso de Odontologia.....	148
CAPÍTULO V OS PRIMEIROS TEMPOS DA FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE UBERLÂNDIA (FOU)	151
5.1 A gênese da FOU.....	151
5.2 A estrutura inicial da FOU.....	154
5.3 A FOU e as entidades da classe odontológica	160
5.4 O reconhecimento da FOU	163
5.5 Os primeiros egressos da FOU	166
5.6 O papel social da Faculdade de Odontologia de Uberlândia.....	167
5.7 A Faculdade de Odontologia a partir da percepção de seus agentes	173
CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	183

I. Contribuições da pesquisa	183
II. Contribuições teóricas	184
III. Contribuições metodológicas	184
IV. Contribuições práticas	185
V. Algumas dificuldades e limitações do estudo	187
VI. Sugestões para futuras investigações	188
VII. Considerações Finais.....	189
REFERÊNCIAS	193
ANEXOS	207
APENDICE - QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO – 01	225
Questionário direcionado aos ex-alunos das primeiras turmas de Odontologia da FOU (1973-1978)	225
Questionário direcionado às funcionárias	225
Questionário direcionado a ex-paciente da Policlínica nos seus primeiros tempos	226
ENTREVISTAS	227
PRIMEIRA ETAPA	227
Entrevista nº01	227
Entrevista nº02.....	233
Entrevista nº 03.....	234
Entrevista nº04.....	239
Entrevista nº05.....	242
Entrevista nº06.....	246
Entrevista nº07.....	251
Entrevista nº08.....	254
Entrevista nº09.....	257
Entrevista nº10.....	260
Entrevista nº11.....	267
Entrevista nº12.....	268
Entrevista nº13.....	269
Entrevista nº14.....	273
Entrevista nº15.....	279
APENDICE - QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO – 02	281
ENTREVISTAS	281
SEGUNDA ETAPA	281

Entrevista nº 16.....	281
Entrevista nº 17.....	287
Entrevista nº 18.....	291

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 Desempenho da indústria nas microrregiões do eixo São Paulo-Uberlândia, por número de estabelecimentos, de funcionários e pela participação no VTI do Estado e Evolução.....	91
QUADRO 2 Uberlândia: População, crescimento e taxa de urbanização (1970-2000).....	106
QUADRO 3 Uberlândia – população urbana (1970-2000)	108
QUADRO 4 Dados sobre a criação das instituições de ensino Superior em Uberlândia, seus dirigentes e cursos abertos pelas respectivas Faculdades	118
QUADRO 5 Cursos existentes à época da federalização e os centros aos quais passaram a pertencer	156
QUADRO 6 Relação quantitativa dos alunos formados pela FOU e relação dos docentes da Faculdade de Odontologia de Uberlândia, graduados por ela no período de 1973 A 1978	166
QUADRO 7 Final I – Faculdade de Odontologia da UFU - Turma de 1973	295
QUADRO 8 Final II – Faculdade de Odontologia da UFU - Turma de 1974	298
QUADRO 9 Final III – Faculdade de Odontologia da UFU - Turma de 1975	300
QUADRO 10 Final IV – Faculdade de Odontologia da UFU - Turma de 1976	303
QUADRO 11 Final V – Faculdade de Odontologia da UFU - Turma de 1977	305
QUADRO 12 Final VI – Faculdade de Odontologia da UFU - Turma de 1978	307

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 Dentista ambulante, 1523.....	38
FIGURA 2 Loja de barbeiro, Debret.....	40
FIGURA 3 Quadro de Wille the Younger, de 1788. <i>National Library of Medicine</i> , Bethesda. Este francês itinerante (<i>toothdrawer</i>) abre seu negócio na rua para atrair atenção. No entanto, exibe sobre a mesa o certificado expedido pelo Governo que permite praticar a extração de dentes.....	46
FIGURA 4 Mapa de Minas Gerais e do Triângulo Mineiro.....	78
FIGURA 5 O eixo do desenvolvimento São Paulo-Uberlândia com os principais polos de crescimento.....	90
FIGURA 6 Reportagem do Jornal Minas Gerais de 05.06.1967	98
FIGURA 7 Reportagem de O Repórter de 05.02.1952	102
FIGURA 8 Desfile das escolas de Uberlândia em 7 de setembro de 1966	105
FIGURA 9 Governador Rondon Pacheco e Dr. Laerte Alvarenga nas instalações da Faculdade de Odontologia, 1970.....	111
FIGURA 10 Solenidade de Federalização da UFU.....	127
FIGURA 11 Enfermeiras da Escola Técnica de Enfermagem Carlos Chagas acompanham consulta médica na década de 1970.....	130
FIGURA 12 Foto da Faculdade de Artes	134
FIGURA 13 1959 – Primeira Sede da Faculdade de Direito	136
FIGURA 14 Foto da fachada externa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras	137
FIGURA 15 Foto da fachada interna da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras	137
FIGURA 16 Foto do prédio da Faculdade Federal de Engenharia localizado no Bairro Santa Mônica.....	139
FIGURA 17 1968 - Escola de Medicina e Cirurgia	142
FIGURA 18 Foto do edifício ocupado pela Faculdade de Ciências Econômicas	143
FIGURA 19 1972 - Faculdade de Educação Física.....	146
FIGURA 20 03 de dezembro de 1971 - Criação do curso de Medicina Veterinária (Decreto federal 69.688 - Alunos em aula no Hospital Veterinário, década de 1970	147
FIGURA 21 Sala de aula na década de 1970, alunos do Curso de Odontologia das primeiras turmas.	148
FIGURA 22 1970 - Faculdade de Odontologia, localizada na Av. Engenheiro Diniz nº1.178	149

FIGURA 23 Foto atual do prédio da Av. Engenheiro Diniz, 1.178, Bairro Martins em Uberlândia (PEREIRA, 2012).....	160
FIGURA 24 Organograma da FOU	176

LISTA DA LEGISLAÇÃO EM ANEXO

Decreto n. 9311 - de 25 de outubro de 1884

Decreto n. 20.862 de 28 de dezembro de 1931

Lei n. 1.314 de 17 de janeiro de 1951

Lei 5081 de 24 de agosto de 1966

Lei 6215 de 30 de junho de 1975

Decreto-lei n. 762 de 14 de agosto de 1969

Lei 6532 de 24 de maio de 1978

Lei 10.465 de 27 de maio de 2002

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIUB – Associação Comercial e Industrial de Uberlândia
ABENO- Associação Brasileira de Ensino Odontológico
ADESG- Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
AEU - Autarquia Educacional de Uberlândia
AI 5 – Ato Institucional número cinco
AID - Agency for International Development
ANPUH- Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em História
ARENA- Aliança Renovadora Nacional
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CD - Cirurgião Dentista
CPC - Centro Popular de Cultura
Ceplar - Centro de Educação Popular
CEBIM - Centro de Ciências Biomédicas
CEDHIS - Centro de Documentação e Pesquisa em História
CEHAR – Centro de Ciências Humanas e Artes
CEE - Conselho Estadual de Educação
CFE - Conselho Federal de Educação
CEMIG - Centrais Elétricas de Minas Gerais
CNE - Conselho Nacional de Educação
CONFOUFU- Conselho da Faculdade de Odontologia da Universidade
Federal de Uberlândia
CSO - Curso Superior de Odontologia
CRO - MG- Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais
CETEC – Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas
DA'S - Diretórios Acadêmicos
DAHS – Diretório Acadêmico Homero Santos
D.A.U – Departamento de Assuntos Universitários
DCE - Diretório Central Estudantil
DIEPS – Diretoria de Ensino de Primeiro e Segundo Grau
EMCIU- Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia
FAEPU – Fundação de Assistência, Estudo e Pesquisa de Uberlândia

FAU – Fundação de apoio Universitário
FEMECIU- Fundação Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia
FEU – Fundação Educacional de Uberlândia
FMTM – Faculdade de Medicina de Triângulo Mineiro
FISTA – Faculdades Integradas São Tomás de Aquino
FOU - Faculdade de Odontologia de Uberlândia
FOUFU- Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia
HCU – Hospital de Clínicas de Uberlândia
HO - Hospital Odontológico
HV – Hospital Veterinário
IES - Instituição de Ensino Superior
INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
km - quilômetros
LDB - Lei de Diretrizes e Bases
MEC - Ministério da Educação e Cultura
MG - Minas Gerais
OMS - Organização Mundial de Saúde
PADES – Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior
PMDES - Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social
PR - Paraná
PSD - Partido Social Democrático
PSO - Pronto Socorro Odontológico
SESP – Serviço Especializado de Saúde Pública
SESu - Secretaria de Ensino Superior
S/D - Sem Data
SIC - Segundo Informação Colhida
SP – São Paulo
SUS - Sistema Único de Saúde
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UAI's - Unidades de Atendimento Integrado
UDA'S - Unidades Didáticas Avançadas
UEEs – Uniões Estaduais Estudantis
UESU - União dos Estudantes Secundaristas de Uberlândia

UFU - Universidade Federal de Uberlândia
UnB – Universidade de Brasília
UNE - União Nacional dos Estudantes
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UNIUBE – Universidade de Uberaba
UnU - Universidade de Uberlândia
USAID- Agency for International Development United States
USIMINAS - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.
USP - Universidade de São Paulo
VTI – Valor da Transformação Industrial

RESUMO

A tese que ora apresentamos está integrada às atividades da linha de pesquisa História e Historiografia da Educação do Programa de Pós-Graduação Doutorado em Educação da Universidade Federal de Uberlândia e vinculada a Área de Concentração: Educação Escolar. A pesquisa que dá ensejo à obra em discussão esteve voltada para o processo histórico de gênese, desenvolvimento e consolidação da Escola de Odontologia de Uberlândia. Nosso trabalho está inscrito na modalidade da História das instituições educacionais. O objetivo que conduziu o trabalho de investigação resultou na apreensão das representações sociais voltadas para o processo que deu origem ao Ensino Superior em Uberlândia. O recorte temporal do estudo esta demarcado entre 1968 – ano da reforma universitária que a Lei 5540/68 – e se estende até 1978, quando ocorre a federalização da Universidade de Uberlândia. No tocante às fontes, foram consultados os documentos específicos da Escola de Odontologia tais como: livros de atas, correspondências com o Ministério da Educação, legislação do período pesquisado e representantes políticos e educacionais da região; fatos da época, que retratam as primeiras turmas e a estrutura físico-arquitetônica inicial onde começou a funcionar a Faculdade de Odontologia. Outra fonte valiosa para a execução da pesquisa foi a imprensa, representada aqui pelos jornais de época, a saber: *O Correio de Uberlândia*, *O Triângulo* e *O Repórter*. Merecem menção outros documentos oficiais oriundos dos poderes públicos constituídos, como as atas da Câmara Municipal de Uberlândia. A pesquisa documental e a tomada de depoimentos foi acompanhada do trabalho teórico de fundamentação da pesquisa, para tanto servimo-nos de vasta bibliografia especializada e também de trabalhos acadêmicos que versam sobre o município de Uberlândia com ênfase para os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais. A metodologia de que se lançou mão é aquela que atende as peculiaridades do objeto da pesquisa, por esta razão, nos aproximamos dos estudos no âmbito História Cultural de Roger Chartier e da História das Instituições educativas embasadas em Justino Magalhães. A compreensão adequada da História da Educação brasileira tem na História das instituições educacionais um campo fecundo porque a universidade brasileira, se comparada às universidades europeias, é bastante recente e, dessa sorte, há muito que se fazer nesse domínio historiográfico. Sendo assim, cria-se uma abertura epistêmica que justifica o estudo da Faculdade de Odontologia, pois se ainda não foram ditas as últimas palavras sobre as grandes instituições do Brasil, pode-se afirmar que pouco se escreveu a respeito das faculdades que se encontram no interior do País. O resultado da pesquisa evidencia que a gênese/desenvolvimento e consolidação da Escola de Odontologia pertence a um momento próprio da História do Brasil – o Regime Militar e suas ingerências na sociedade, na política e na Educação. A tese ressalta a subordinação da prática acadêmica à ordem política que, naquele período, era dirigida pela política desenvolvimentista e de expansão e interiorização do Ensino Superior no Brasil. Por conseguinte, as fontes indicam que a Faculdade de Odontologia instalada em Uberlândia, Minas Gerais, coaduna-se ao contexto de formação de pessoal técnico/graduado para atuarem, se não imediato, pelo menos no curto prazo, em projetos de composição dos profissionais necessários para o desenvolvimento da cidade. Sendo assim, seja as faculdades isoladas, seja a Faculdade de Odontologia, o que ocorreu em Uberlândia foi a realização do intento da sociedade civil representada pela sua classe política e pelos grupos locais, contando ainda com a adesão da juventude que almejava uma formação universitária.

Palavras-chave: Educação. História. Uberlândia. Odontologia.

ABSTRACT

The present thesis is integrated with the activities of the research History and Historiography of Education Graduate Program Doctorate in Education at the Federal University of Uberlândia and tied to Concentration Area: School Education. The research that gives rise to the work under discussion has focused on the historical process of the genesis, development and consolidation of the School of Dentistry, Uberlândia. Our work is inscribed in the story mode of. The purpose of conducting the research work resulted in the seizure of social representations focused on the process that gave rise to higher education in Uberlândia. The time frame of this study delineated between 1968 - the year that the university reform Law 5540/68 - and extends until 1978, when it occurs the federalization of the University of Uberlândia. With regard to the sources, there are the specific documents at the School of Dentistry such as books, records, correspondence with the Ministry of Education, the period studied law and political representatives and the region's education, facts of the time, who they portray the first classes in physical structure and initial architecture which marked the opening of the School of Dentistry. Another valuable source for the execution of the research was the press represented here by the newspapers of the time, namely: The Courier of Uberlândia, The Triangle and The Reporter. Deserves mention other official documents from the government constituted, as the minutes from the town hall of Uberlândia. The desk research and the taking of testimony was accompanied by the theoretical work of the research foundation, we serve both for us and also specializes vast bibliography of scholarly works that deal with the city of Uberlândia with emphasis on the social, economic, political and cultural. The methodology used is one which conforms to the peculiarities of the object of research, therefore, we approach the study as part of Cultural History and History Roger Chartier educational institutions grounded in Justin Magellan. A proper understanding of the history of Brazilian education has in the history of educational institutions a fruitful field for the Brazilian university, compared to European universities, is quite recent, and this sort, there is much to be done in this field of historiography. Thus, it creates an epistemic openness that justifies the study of the Faculty of Dentistry, as if it were not said the last words on the major institutions in Brazil, one can say that little has been written about the colleges that are in the country. The research results show that the genesis / development and consolidation of the School of Dentistry belongs to a good time in Brazil's history - the military regime and its interference in society, politics and education. The thesis emphasizes the subordination of academic practice to politics, which at that time was run by the expansion and development policy and internalization of higher education in Brazil. Therefore, sources indicate that the School of Dentistry installed in Uberlândia, Minas Gerais, fits in the context of training of technical personnel / graduate to work, if not immediately, at least in the short-term projects in the composition of the required professional for the development of the city. Thus, whether the individual colleges, is the Faculty of Dentistry, which occurred in Uberlândia was the realization of the intent of the civil society represented by its political class and the local groups, and shall have the membership of the youth who longed for university education.

Keywords: Education. History. Uberlândia. Dentistry.

INTRODUÇÃO

O período conturbado da História recente do Brasil, que perdurou de 1964 a 1985, teve na década de 1960 o delineamento da reforma universitária brasileira cuja meta era a modernização das instituições e o aumento da oferta de vagas. A expansão do Ensino Superior era uma demanda dos setores médios da sociedade brasileira durante o Estado Militar. Paradoxalmente, os primeiros movimentos na direção da ampliação do sistema universitário ocorreram no final daquela década, durante o período de maior truculência do regime de exceção instalado no país em 31 de março de 1964. Esta tese é o resultado da pesquisa dedicada à criação da Escola de Odontologia de Uberlândia como índice das mudanças do cenário da Educação Superior.

O andamento da pesquisa percorreu o binômio “Estado Militar e a Educação no Brasil”, detendo-se no meio encontrado pelo Regime Militar para a ampliação do Ensino Superior, que consistia em federalizar as faculdades isoladas, agrupando-as em Fundações Universitárias para, posteriormente, galgá-las ao *status* de Universidades Federais. Esse expediente se fez concomitante à acelerada expansão das instituições privadas, muitas delas, nas cidades de médio porte, acobertadas por Fundações Municipais que possuíam como único propósito a isenção fiscal. A cidade de Uberlândia, na década de 1960, experimentou um crescimento significativo graças à construção da nova Capital Federal, o que possibilitou um aumento considerável das camadas médias da sociedade local, o que fez crescer também a demanda pela formação superior.

Além do levantamento bibliográfico referente ao tema da pesquisa, a base documental disponível foi manuseada com frequência, com atenção detida para os depoimentos das autoridades envolvidas na criação e na posterior federalização das faculdades isoladas de Uberlândia, tendo como primeiro passo a criação da Universidade de Uberlândia (UnU), em 1969, por meio do Decreto-Lei nº 762 de 14 de agosto de 1969. Os documentos, as fotografias, os depoimentos, as entrevistas e as visitas aos arquivos públicos e particulares

despertaram e subsidiaram a investigação que pretende elucidar as diretrizes para o Ensino Superior do Regime Militar (1964-1985), destacando-se as especificidades überlandenses.

A análise documental deu a conhecer a História de um momento marcante do Ensino Superior em Uberlândia, o momento da gênese das Escolas Superiores. De início, o processo se caracterizou pelo atendimento das demandas locais, com o intuito de atender as classes médias urbanas. Nesse contexto, surgiram, inicialmente, o Conservatório Superior de Educação Musical (1957), sob a direção de Cora Pavan Caparelli, a Faculdade de Direito (1960), dirigida pelo Dr. Jacy de Assis, e, também no mesmo ano, a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia. Essas escolas respondiam pela formação dos bacharéis de que a cidade necessitava, além de contribuírem com a formação de licenciados para o sistema de Ensino Básico da época.

O primeiro fator da modernização do Ensino Superior foi a transferência da Capital Federal, da cidade do Rio de Janeiro para Brasília, contudo, outro fator de suma importância, foi o segundo surto industrial, dessa vez financiado pelo Regime Militar. O segundo fator foi determinante, pois trazia consigo a necessidade da formação profissional de nível superior, capaz de atender não apenas ao ritmo crescente de industrialização, mas também, à consolidação do processo de urbanização resultante da migração de elevados contingentes populacionais do campo para as cidades. A expansão demográfica das cidades demandava a instalação de uma rede de serviços do terceiro setor econômico que abarcava também a saúde pública além do comércio.

Foi assim que o processo de federalização das antigas Escolas de Bacharéis impulsionou a demanda por novas escolas: a de Medicina e a de Odontologia. Não se deve esquecer que, à medida que ocorria o êxodo rural, a agropecuária brasileira experimentava o processo de mecanização das atividades agropastoris, o que demandava novos cursos superiores: de Agronomia e de Veterinária. Estava lançado o projeto de criação da Universidade de Uberlândia, que culminou em 1978, quando essa instituição passou a ser designada como Universidade Federal de Uberlândia. Nesse período, a presença do Governo Federal foi decisiva, atuando por meio do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e do Conselho Federal de Educação (CFE), elaborando leis, normas, regulamentos, expedindo

pareceres e ditando a forma pela qual poderiam e deveriam ser criadas e administradas as instituições de Ensino Superior no Brasil.

O momento histórico de Uberlândia encontrou ressonância em outras cidades contempladas pelo segundo surto de industrialização, o que fez coincidir o desenvolvimento econômico e a expansão do Ensino Superior. Admitida a tendência do Período Militar, a situação de Uberlândia permitiu a elucidação da ação relevante da ordem econômica na expansão do Ensino Superior. Certamente o progresso econômico de Uberlândia não era sustentado unicamente pelo surto de industrialização, as estatísticas do município ofereciam outro perfil em que predominava o setor primário da economia e o acentuado desenvolvimento do setor comercial com a formação dos grupos atacadistas.

A partir da orientação teórica da pesquisa advinda das revisões bibliográficas, a organização metodológica do trabalho de investigação procurou apresentar nova expressão para aqueles depoimentos¹, aparentemente ingênuos, em virtude de serem oriundos do calor dos eventos históricos relativos à federalização das Faculdades Isoladas de Uberlândia. Somados a eles, os documentos públicos passaram a deixar antever os interesses privados entrelaçados com o discurso filantrópico da oportunidade de escolarização para a sociedade local e regional. Foi este, portanto, o itinerário percorrido para se chegar à criação da Faculdade de Odontologia de Uberlândia.

Foi imprescindível para a investigação, o acesso ao repertório dos meios de comunicação da cidade de Uberlândia, especialmente os arquivos do jornal *O Repórter*, que no período de 1960 a 1978 deu voz aos anseios dos porta-vozes da sociedade local que pleiteavam a criação da Universidade de Uberlândia. Essas vozes civis e corporativas (Sindicato Rural, ACIUB², entre outras) veiculadas na imprensa local, mereceram estudos

¹ Foram realizadas entrevistas com agentes partícipes da criação, do desenvolvimento e da consolidação da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia, em duas etapas: Primeira etapa – total de quinze depoimentos de ex-alunos, políticos, servidores, ex-reitor e paciente das primeiras turmas. Segunda etapa – Foram realizadas três entrevistas com os alunos das primeiras turmas Professor Alfredo Júlio Fernandes Neto (Atual Reitor) e Odorico Coelho da Costa Neto (Atual chefe de Gabinete do Reitor), assim como do Professor João Carlos Gabrielli Biffi, advindo da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, (ex-cordenador da FOUFU Faculdade de Odontologia de Uberlândia) (Entrevistas em anexo).

² A Associação Comercial e Industrial de Uberlândia – **ACIUB** – foi fundada no dia 15 de outubro de 1933 com o nome de Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia e, desde então, participa de muitas

acadêmicos que renderam dissertações e teses que, direta ou indiretamente, foram contempladas na execução do levantamento bibliográfico, utilizadas principalmente, para elucidar a ausência de leitura crítica das fontes disponíveis sobre o tema.

Esta tese foi elaborada com o propósito de elucidar a História da Educação, buscando oferecer à comunidade acadêmica um estudo crítico voltado para a expansão do Ensino Superior nas áreas interioranas do Brasil durante a Ditadura Militar. Pretendeu-se tratar especificamente da Faculdade de Odontologia de Uberlândia, na condução do trabalho foi possível situar as singularidades de Uberlândia, sem negligenciar a identificação dos elementos comuns que dão a esta cidade um lugar no quadro da História Contemporânea, pois a pesquisa das condições de vida nas cidades e regiões interioranas oferece subsídios para a compreensão das condições de vida no mundo contemporâneo. Desse modo, justifica-se e ressalta-se a importância do estudo das especificidades/singularidades dos primeiros tempos da Universidade Federal de Uberlândia, para interpretar o Ensino Superior no município de Uberlândia.

O trabalho de investigação tem oferecido à elaboração da interpretação do fenômeno socioeconômico de crescimento do Ensino Superior, não obstante, tomou-se o cuidado epistemológico para se evitar a precipitação interpretativa, que, por vezes, antecipa-se à análise das fontes e compromete o entendimento dos processos sociais, sendo estes substituídos pelas “compreensões” extraídas da literatura de segunda-mão, produzidas em muitos centros acadêmicos. O ofício do historiador é o de resgatar os documentos para dá-los

lutas em favor do desenvolvimento econômico integral de Uberlândia e do Triângulo Mineiro. Empenhando-se efetivamente para que benefícios fossem trazidos ao município de Uberlândia, em 1945, a **ACIUB** procurou fazer com que o Governo Federal incluísse no Plano Rodoviário Nacional a construção da Estrada de Uberlândia a Catalão, passando por Araguari. Em 1957, a Associação orientou o comércio local, principalmente o setor de material de construção, para tornar-se o grande fornecedor de mercadorias para as construtoras de Brasília. Naquele mesmo ano, o Deputado Rondon Pacheco atendeu a um pedido da entidade e conseguiu a liberação de Cr\$105 milhões para iniciar o asfaltamento da BR- 050 até Almeida Campos. A **ACIUB** contribuiu, também, para que a BR – 050, de Uberlândia a Araguari, fosse construída. Em 1958, o Deputado Rondon Pacheco comunicou à Associação a liberação de Cr\$ 100 milhões para as obras. A pedido da Associação Comercial, em 1962, o Deputado Rondon Pacheco conseguiu a inclusão de recursos no Orçamento da União para custear a interligação do sistema de distribuição da energia elétrica gerada em Cachoeira Dourada para a região do Triângulo, com uma estação rebaixadora em Uberlândia e distribuição local pela Companhia Prada de Eletricidade. Foi um passo importante para garantir a implantação de indústrias de transformação na cidade. A **ACIUB** teve papel muito importante na elaboração de todo o sistema rodoviário regional, especialmente das Rodovias Federais (BR) 153, 365, 452, 497, e na ligação com a 262, de Uberaba a Belo Horizonte. Em 1969, um dos traços marcantes da **ACIUB** foi inaugurado: a FENIUB. No dia 17 de julho, Luiz Alberto Garcia, com a presença do Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República, Rondon Pacheco e de autoridades federais, estaduais e municipais lançam a I Feira Nacional da Indústria de Uberlândia (Fonte: Acervo histórico ACIUB).

ao público, devolvendo aos seus agentes sociais a sua produção concreta. O que se quer com esta tese é devolver à sociedade a sua Universidade, para que o seu projeto seja reinterpretado à luz do presente.

O nosso esforço crítico procurou seguir a orientação decorrente da renovação da pesquisa histórica conduzida por Michel Foucault³ que refutava a velha hermenêutica para devolver aos documentos a sua originalidade, fazendo deles uma peça inédita diante dos olhos de cada pesquisador que se depara com essas fontes, destacando-lhes a importância, o alcance e os limites. Nesse sentido:

No fundo eu não passe de um historiador das ideias, mas envergonhado ou, se preferirem, presunçoso. Um historiador das ideias que quis renovar inteiramente a sua disciplina; que desejou sem dúvida, dar-lhe o rigor que tantas outras descrições, bastante próximas, adquiriram recentemente; (...) (FOUCAULT, 1987, p. 156).

De acordo com VEYNE⁴ (1998, p. 273):

Para Foucault, o interesse pela história não está na elaboração de constantes, quer sejam filosóficas, quer se organizem em ciências humanas; está em utilizar as constantes, quaisquer que sejam, para fazer desaparecer as racionalizações, que renascem incessantemente. Acreditamos que este procedimento metodológico que se depara com essas fontes assegura a ressignificação da fonte documental, restituindo-lhe o contexto econômico, cultural e político da sua época, restabelecendo a ligação entre o local e o nacional, fazendo com que a simples história de uma Instituição Educacional deixe repercutir as práticas sociais que integram as sociedades locais com a realidade nacional. As Instituições Educacionais são o *locus* das forças antagônicas, de atitudes, de apropriações e de valores. Por isso, é importante, na análise das instituições de Educação Superior recorrer às bases da Educação, em especial à História.

³ FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

⁴ VEYNE, Paul. Foucault revoluciona a história. In: _____. Como se escreve a história. 4. ed. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora da UnB. 1998. pp. 237-285.

Quando é tomado o cuidado de evitar a hermenêutica, evitam-se também os inconvenientes do estabelecimento da Lei Geral do curso da História que, como uma providência divina, arrasta os acontecimentos destituindo-os de seu valor e anulando a autonomia dos agentes sociais, vez que tudo está submetido à Razão atemporal. No lugar da velha filosofia da História, nessa tese, comparece outra orientação teórica, que procurou extrair dos escritos de Roger Chartier⁵ o embasamento para a leitura do processo histórico responsável pela expansão das Escolas Superiores em Uberlândia, considerando a História tanto no seu aspecto material, quanto na perspectiva subjetiva, conseguindo, portanto, tratar da realidade objetiva e subjetiva sem dividi-la em duas categorias opostas e díspares.

A História, quando considerada em sua complexidade, demanda o cuidado na elucidação das inúmeras ligações entre a construção objetivada e o viés subjetivo das vontades humanas e, em virtude disso, as representações sociais permitem apreender os conflitos que permeiam a realidade. As representações devem ser interpretadas como um processo de construção do real, por meio da constituição dos significados que dão sentido à realidade. De acordo com Chartier:

Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (CHARTIER, 1990, p.17).

O autor propõe um conceito de representação, cuja interpretação histórica elucida as forças atuantes na composição dos eventos, nesse caso, a formação das primeiras faculdades de Uberlândia, o que possibilita inferir do processo, a dinâmica instaurada pelo modelo de desenvolvimento econômico adotado pelas forças políticas que definiram a estrutura inicial dessas faculdades. Valendo-se dos ensinamentos de Chartier poderá-se verificar de forma implícita, que não há diferença significativa entre o discurso oficial do Estado e as vozes dos

⁵ Foram utilizadas as principais obras do autor: CHARTIER, Roger. **A História cultural** : entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1990, e também o Livro: **O mundo como representação**. Texto publicado com permissão da revista dos Annales (nov-dez, 1989, Nº. 6, pp. 1505-1520). Tradução de Andréa Daher e Zenir Campos Reis. Estudos Avançados 11 (5), 1991.

agentes locais envolvidos com a criação de novas oportunidades de formação superior, cujos relatos são analisados nessa tese.

O escopo da tese é o de apreender as práticas e as representações sociais⁶, bem como as apropriações⁷, constituídas durante os primeiros anos das primeiras faculdades de Uberlândia⁸. É preciso, no entanto, destacar alguns trabalhos acadêmicos que estabeleceram um quadro sintético da História do Ensino Superior em Uberlândia. Maria Dolores Sanches Fernandes (2003) estudou as origens do curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Letras e Artes de Uberlândia; Lucinete M. V. Araújo (2003) se deteve no processo de interiorização do Ensino Superior com a criação da Escola de Engenharia de Uberlândia e a sua inserção no quadro das representações sociais; Simone Maria de Ávila Silva Reis (2002) preocupou-se com o perfil profissional do cirurgião dentista estabelecido no ato de criação da Faculdade de Odontologia de Uberlândia.

As dissertações acima mencionadas se propunham a elucidar o surgimento de Escolas Superiores, contudo, se faz necessário analisar os fatores determinantes do processo de interiorização do Ensino Superior. Nessa tese, tais fatores foram extraídos de documentos⁹ e de entrevistas com os agentes sociais encarregados de viabilizar o surgimento das faculdades. Além das fontes, foi preciso reunir as referências bibliográficas que permitissem a compreensão do processo de interiorização do Ensino Superior, entre os autores selecionados merecem destaque: Ester Buffa e Paolo Nosella, com o estudo sobre a Escola Normal (1996), Escola Profissional (1998) e Escola de Engenharia (2000), que oferece um substancial estudo sobre a História regional e a política educacional em São Carlos – SP.

⁶ Segundo Roger Chartier deve-se fazer: [...] a análise do trabalho de representação, isto é, das classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceptuais próprias de um tempo ou de um espaço. As estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como o não são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras (CHARTIER, 1990, p. 27). Essas figuras podem ser entendidas como representações que são modeladas por demarcações e esquemas, constituindo o objeto da História. As representações e práticas sociais podem refletir ou desviar do social identificado, que para esse autor, existe por si próprio como um real bem real.

⁷ A apropriação, a nosso ver, visa a uma História social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem (CHARTIER, 1991, p. 180). Endossando as palavras de Roger Chartier, a apropriação consiste na apreensão dos usos e interpretações da realidade, por meio das configurações intelectuais múltiplas que resultam em práticas, visando a propiciar uma identidade social e a exibir uma forma própria de estar no mundo.

⁸ O resgate da federalização das faculdades isoladas de Uberlândia foi o tema da publicação institucional alusiva aos dez anos da UFU, organizado pelas historiadoras Coraly Gará Caetano e Miriam Michel Cury Dib (CAETANO; DIB, 1988); essa obra será utilizada sempre que necessário.

⁹ Atas, memorandos, jornais de época, depoimentos, fotos, quadros, entre outros.

Importante destacar que a elaboração desta pesquisa contou com as fontes que foram inventariadas e organizadas durante o trabalho de dissertação do autor desta tese, que, na ocasião do Mestrado, buscou, nos arquivos públicos e em acervos particulares, levantar informações a respeito da gênese da Faculdade de Odontologia de Uberlândia. Naquele momento, a investigação deteve-se na interpretação das múltiplas práticas, apropriações e representações sociais constituídas durante seu processo de construção, destacando-se a necessidade de analisar como se deu o processo de consolidação e de desenvolvimento dessa instituição de ensino.

A partir da organização e do inventário das fontes, foi possível estabelecer questões para orientar a tese, entre elas, destacam-se: a) Qual perfil dos odontólogos formados nas primeiras turmas? b) Que proposta e objetivos tinha o plano pedagógico? c) Os estudantes de Odontologia das primeiras turmas fizeram trabalho de conclusão de Curso? d) Naquela época existia preocupação com a pesquisa? e) Para onde foram os egressos das primeiras turmas de Odontologia? f) Como foi a consolidação e o desenvolvimento da Faculdade de Odontologia de Uberlândia?

Ao procurar respostas aos questionamentos levantados, buscou-se entender como os alunos do Curso de Odontologia assimilaram a formação Superior, se profissional/técnica ou como meio de agregar valores humanos, tentando analisar até que ponto a influência política nacional interferiu no processo de criação da Faculdade de Odontologia em Uberlândia. Por fim, almejou-se analisar se a criação dessa Escola Superior no interior do Triângulo Mineiro corroborou para atender ao anseio dos grupos locais de inserir Uberlândia no discurso de “Ordem e Progresso” com fito modernizador da cidade.

A tese está estruturada em cinco capítulos. O primeiro informa sobre os procedimentos de análise, contempla o suporte teórico extraído das obras paradigmáticas para a pesquisa das instituições escolares e apresenta também um breve estudo dos percursos da História da Odontologia no Brasil.

No segundo capítulo, realiza-se a análise da Educação brasileira do Regime Militar (1964-1985), o que resultou de ampla revisão bibliográfica desse período, cujo intuito foi o de entender os fatores econômicos no setor educacional. Apresenta-se uma análise da sociedade, da política e o processo das reformas educacionais brasileiras Lei de Diretrizes e Bases de 1961 e a Reforma Universitária de 1968 como termômetros para aferir as ações e práticas e suas consequências para o Ensino Superior no Brasil.

Da conjuntura política da década de 1960, chega-se à formação das Escolas Superiores de Uberlândia, o que será tratado no terceiro capítulo, que destaca o desenvolvimento de Uberlândia, apresenta a interface entre o discurso de modernidade e suas relações com o Ensino Superior do Município e estabelece as condições históricas objetivas presentes no instante de criação das suas primeiras faculdades isoladas.

O quarto capítulo deteve-se no período instável e peculiar da aglutinação das faculdades isoladas para implantação da Universidade de Uberlândia; procurou-se enfatizar a questão da estruturação do Ensino Superior na cidade e inventariar algumas características e informações principais a respeito dos primeiros anos dessa instituição de ensino até o momento da federalização em 1978.

No último capítulo, interpretam-se os primeiros tempos da Faculdade de Odontologia de Uberlândia, analisando aspectos referentes à gênese da Escola, sua estrutura inicial, a existência das entidades de classe odontológica no momento de sua criação, assim como o reconhecimento do Curso, os primeiros egressos e o papel social da FOU a partir da percepção dos agentes partícipes da História da instituição.

CAPÍTULO I

PERCURSOS DA HISTÓRIA DA ODONTOLOGIA NO BRASIL

Primeiramente, apresenta-se um estudo sobre as mudanças temáticas e paradigmáticas da historiografia do século XX, informando sobre os procedimentos de análise e os suportes teóricos para elaboração do estudo a respeito das instituições educativas, ressaltando-se as fontes de pesquisa e a contribuição da História oral à escrita das instituições escolares. Após a compreensão desses paradigmas historiográficos, analisou-se a História da Odontologia no Brasil no período colonial, assim como a relação entre a Odontologia e o ensino brasileiro.

1.1 Breve histórico das mudanças na historiografia do século XX

O declínio do positivismo abriu a possibilidade de renovação da historiografia, cuja mudança significativa é a definição do documento. A mentalidade positivista considerava apenas os documentos oficiais, fossem eles civis ou eclesiásticos, que tivessem a materialidade do papel firmado e chancelado, ou, então, os anais da História oficial, aquela que era escrita pelos funcionários públicos destacados para essa tarefa. A primeira mudança significativa ocorreu ainda no âmbito da História demográfica, com o aparecimento da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, na década de 1930, que projetou uma nova tendência historiográfica assimilada como *École des Annales*, cujos principais expoentes foram Lucien Febvre e Marc Bloch. Depois deles, o documento histórico ultrapassou a materialidade do documento escrito e passou a contemplar outras fontes; muitas delas, até hoje, são motivos de controvérsias entre os historiadores e os defensores do cânone tradicional da ciência.

Peter Burke caracterizou as mudanças ocorridas a partir da *École des Annales* como uma “revolução historiográfica” em que os novos historiadores reagiram à forma de se escrever a História preconizada pela escola Rankeana, ou seja, positivista (BURKE, 1992, p.10). O movimento francês desencadeou novas possibilidades para a pesquisa histórica,

dando oportunidade para o surgimento de novas abordagens do processo histórico. A partir de então, é lugar comum a exaltação da Nova História, contudo, não há consenso a respeito da novidade, pois, tal tendência, surgida na década de 1970, se autointitula História Social. Desde a Sociologia francesa de Durkheim, presume-se que toda História seja social, logo, não reside aí a novidade do intento. Talvez, em face da antiguidade da aludida novidade, logo em seguida foi postulada outra designação: História Cultural. Não se pode omitir a contribuição de Foucault, que é anterior à História Nova e, certamente, influenciou a História Cultural. No espectro da renovação da historiografia cujo polo gerador foi a *École des Annales*, é preciso mencionar a Micro-História, que se detém em eventos que a História tradicional considera destituídos de científicidade, mas que dão ensejo a construções que resgatam o cotidiano e dão oportunidade para a ressignificação das práticas e das representações sociais; o principal representante dessa tendência é o italiano Carlo Ginzburg.

De certa maneira, pode-se dizer que os ingleses rivalizam com as tendências francesas, por causa da herança empirista, que os distingue dos historiadores das mentalidades e também os põem distantes da historiografia tradicional positivista. E. P. Thompson colaborou para que Raymond Williams desenvolvesse o “materialismo cultural”, obra historiográfica e sociológica de relevante importância. Ainda entre os ingleses, Eric Hobsbawm figura entre os principais historiadores contemporâneos, sendo também um dos responsáveis pela vitalidade do materialismo dialético para a historiografia.

A historiografia inglesa responde pela junção da atitude crítica que não se prende aos postulados gerais, pois leva em conta as singularidades sociais dos eventos históricos, que favorece as abordagens interdisciplinares que aproximam as reconstituições históricas das leituras sociológicas, antropológicas e linguísticas; isso tem contribuído constantemente para a renovação historiográfica e dado oportunidade para novas delimitações do terreno histórico, com a formação de disciplinas especiais, como a História da Educação, por exemplo.

No Brasil, a assimilação das novas tendências limita as novas gerações de pesquisadores do contato com os grandes nomes que aqui se fizeram historiadores e se empenharam na produção historiográfica, ou seja, uma forma de se pesquisar a História do Brasil sem se limitar ao ufanismo ou ao derrotismo. Merecem reconhecimento, pelas suas obras, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré. Para a conformação da História da Educação Brasileira, é preciso considerar a significativa contribuição deixada por Fernando de Azevedo, cuja obra *A cultura brasileira* (1943), causou

impacto no modo de abordar a Educação brasileira. A partir da década de 1970, surgiram os trabalhos de investigação crítica da História da Educação Brasileira, um dos estudos até hoje aclamados é o de Jorge Nagle, *Educação e sociedade na Primeira República* (1974). Outro trabalho, embora não tenha a mesma notoriedade, é a *História da Educação no Brasil: 1940-1973* (1978), de Otaíza Romanelli¹⁰. As décadas subsequentes deram oportunidade para o aparecimento de grandes sínteses conceituais empenhadas na identificação das influências das tendências do pensamento ocidental na Educação escolar brasileira; desses trabalhos, os mais destacados são os de Libâneo, Saviani e Gadotti. Considerando a influência inicial da Filosofia sobre a História da Educação, que lhe conferia certa conotação abstrato-metafísica, não tanto por causa dos filósofos, mas, sobretudo, pela maneira equivocada pela qual os pedagogos assimilavam as diversas correntes filosóficas. Graças ao trabalho de historiadores, a História da Educação conseguiu ultrapassar o primeiro estágio e, posteriormente, percorreu as sendas da História demográfica¹¹ para, atualmente, alcançar autonomia, gerando, no quadro das ciências humanas, um lugar específico. Hodernamente, não se nota a hegemonia do materialismo dialético, outros paradigmas passam a compor estatuto epistemológico da História da Educação, permitindo uma visão mais profunda dos espaços sociais destinados aos processos de ensino-aprendizagem, afastando-se dos axiomas anteriormente existentes, que davam ênfase a análises mais sistêmicas e funcionalistas.

Os estudos voltados para assuntos regionais e, às vezes, até mesmo de âmbito local, passaram a incorporar as novas tendências da historiografia, fazendo com que o pesquisador promovesse sua investigação apropriando-se de um recorte eminentemente histórico, que valorize as especificidades e as singularidades dos contextos sociais, evitando a concepção de que o pensamento educacional se sobrepõe à própria realidade da Educação. Fica patente que, nas duas últimas décadas, oportunizou grandes mudanças na historiografia brasileira, concorrendo para a emancipação das pesquisas em História da Educação, o que pode ser comprovado não só pelo aumento quantitativo, mas também qualificativo dos trabalhos produzidos no Brasil.

¹⁰ Otaíza Romanelli não teve a oportunidade de constatar o reconhecimento ao seu trabalho, pois, desafortunadamente faleceu em consequência de um acidente automobilístico em 21/12/1978; era professora da UFMG com Doutorado em Educação pela Sorbonne.

¹¹ Merece destaque a pesquisa de Maria José Garcia Werebe: *Grandezas e Misérias do Ensino Brasileiro* (1963).

1.1.1 As instituições educativas e a nova historiografia

O crescimento da área de História da Educação trouxe consigo a diversificação das pesquisas e tornou possível a abordagem específica de determinados temas, como é o caso da História das instituições escolares. Essa delimitação da pesquisa historiográfica concebe a pesquisa histórica sem limitá-la:

[...] aos documentos escritos, mas abrem-se também às fontes iconográficas, às fontes orais, entre outras; ou seja, o processo de construção de uma interpretação do passado se faz no diálogo necessário entre nossas ideias e concepções e os indícios que conseguimos agrupar para daí elaborar nossas interpretações (GATTI JÚNIOR, 1996, p.4).

Vale ressaltar que os documentos devem ser considerados como fontes de informações, não devendo ser confundidos com a própria História. Cabe ao historiador criticar as memórias resgatadas pelos documentos, procurando desvelar a realidade local do conteúdo ideológico, para que assim se possa utilizar a produção da memória com a finalidade de rever o passado, resgatando o antigo na ótica do presente. Para Justino Magalhães (1998),

As inovações são de caráter metodológico e substantivo, desde formas, instrumentos e categorias de análise quantitativas, seriais, hipotéticas e problematizantes a entradas particulares e indiciárias, como são as Histórias de vida, o imaginário, o utópico, os grafismos, as representações murais e memorialistas (MAGALHÃES, 1998, p.54).

A pesquisa voltada para a História das instituições permite refletir sobre a realidade social e analisar os fatos concretos em todas as suas implicações com a dinâmica social dos processos de escolarização. O desenvolvimento do estudo sobre as instituições educativas elucida os embates sociais que reivindicam a formação profissional em nível superior. Cabe ao pesquisador identificar nas representações sociais os diversos matizes do discurso reivindicatório, se quer apontar para a ruptura como o modo de vida vigente ou se pretende perpetuar uma ordem social excludente de pouca oportunidade para as camadas populares da sociedade local e regional.

1.1.2 As fontes de pesquisa historiográfica e a História da Educação

No Brasil, a historiografia da Educação está atenta a todas as transformações que primam pela nova modalidade interpretativa ao (re)escrever a História. Por isso, ela valoriza

novas fontes, não se limita mais apenas aos documentos escritos, valendo-se também de fontes orais e iconográficas entre outras:

[...] Dessa forma, pode-se concluir que a orientação teórica em vigor defende que o processo de construção de interpretações sobre o passado se faz no diálogo necessário entre nossas ideias e concepções com os indícios que conseguimos agrupar para corroborar nossas assertivas. (GATTI JUNIOR, 2002, p.14).

A nova perspectiva traz uma proposta de investigação historiográfica que vai além dos textos impressos, arquivados ao longo dos anos, para resgatar a memória daqueles personagens que participaram e participam dos eventos sociais relativos ao funcionamento das instituições escolares. Deve-se ressaltar que o historiador não precisa abandonar a análise de documentos oficiais, mas enriquecê-los com o resgate das vozes dos atores envolvidos, podendo, finalmente, recuperar as singulares dos acontecimentos que levaram à realização de determinados acontecimentos no âmbito da História da Educação, identificando nos depoimentos a centralidade das ações históricas.

1.1.3 História Oral: uma contribuição à escrita das instituições escolares

Atualmente, a História Oral se apresenta como um importante suporte para os pesquisadores que buscam lançar novas indagações a partir dos fatos considerados amplamente conhecidos, mas que ainda estão por ser explorados na sua amplitude e consequências. A nova modalidade de coleta/produção de dados trouxe a possibilidade da reconstrução histórica, graças à memória daquelas camadas discriminadas, dando-se “voz” a quem até então não a tinha.

De acordo com Michel de Certeau (2008), a operação histórica está concatenada ao *locus* de sua elaboração, de forma que esse espaço recebe influências e imposições, principalmente, de um grupo social dominante, determinando a maneira de ver, de pensar e de agir. Assim sendo, a escrita histórica elaborada nesse espaço sofre ingerências das práticas sociais das quais resultam e, por vezes, ela vai além delas, torna-se uma prática social que fornece ao pesquisador das fontes historiográficas referências simbólicas imiscuídas de valores morais.

Assim, a linguagem citada [nos documentos] tem por função comprovar o discurso: como referencial, introduz nele um efeito de real; e por seu esgotamento remete, discretamente, um lugar de autoridade. Sob esse aspecto, a estrutura desdobrada do discurso funciona à maneira de uma maquinária que extrai da citação uma verossimilhança do relato e uma validade do saber. Ela produz credibilidade (CERTEAU, 2008, p. 101).

Para o referido autor, a representação histórica relaciona-se ao lugar social, dessa forma, ao utilizar uma fonte historiográfica seja escrita ou oral, deve-se analisá-la como uma prática operacional da sociedade, pois está relacionada com um corpo social e com a instituição de um saber.

A evidência oral pode apresentar-se sob diferentes formas, à guisa de biografia, de entrevistas e de depoimentos; sua utilização pode levar a uma nova dimensão da História que

Também possibilita que indivíduos pertencentes a categorias sociais geralmente excluídas da História oficial possam ser ouvidos - deixando registradas para análises futuras sua própria visão de mundo e aquela do grupo social ao qual pertencem (SIMSON, 2004, s/d).

A História Oral é importante, pois permite que o historiador analise questões críticas que, anteriormente, eram restritas, pelo fato de dizerem respeito a atividades que raramente deixavam registros, vestígios para serem estudadas. De acordo com Thompson:

Enquanto os historiadores estudam os atores da História a distância, a caracterização que fazem de suas vidas, opiniões e ações sempre estará sujeita a ser descrições defeituosas, projeções da experiência e da imaginação do próprio historiador: uma forma de ficção erudita. A evidência oral, transformando os “objetos” de estudo em “sujeitos”, contribui para uma História que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira. (THOMPSON, 1998, p.137).

Contudo, deve-se ressaltar que o fato da tradição oral ser uma rica via de informações, que amplia as problemáticas concernentes ao cotidiano, não se deve esquecer a necessidade de validação decorrente da crítica apurada que confronta a visão subjetiva do depoente com as condições concretas da realidade. O uso da História Oral é importante para o estudo das instituições educativas, pois:

Bem certo que o historiador não pode deixar mão da informação oral, sob pena de se perderem gradualmente os depoimentos vivos referentes a períodos altamente significativos da História recente [...]. Mas tal recurso não pode deixar de contrapor-se à informação escrita (MAGALHÃES, 1996, p.17).

A História Oral tem seus problemas de confiabilidade, pois a memória humana é seletiva. Contudo, tanto no documento oral como no escrito, cabe ao pesquisador estar atento

e ter consciência clara de que eles são produzidos por pessoas em tempos próprios, muitas vezes envolvidas pelos acontecimentos e que fazem suas próprias representações e apropriações.

Por muito tempo, a História Oral e os depoimentos de pessoas comuns foram preteridos em face dos documentos ditos oficiais, devido ao conservadorismo científico, que buscava a pureza e a racionalidade do conhecimento uno e verdadeiro, produzido por uma ciência, sob grande influência dos pensamentos de Comte, típica do estágio social positivo.

Nesse período, sob a égide positivista, escrever e conhecer a História significava entender os grandes momentos e acontecimentos realizados por grandes homens. A historiografia e a História eram determinadas de acordo com modelos sucessivos desenvolvidos de forma linear e contínua.

Com o advento da *Escola Annales*, fundada em 1929, pelos historiadores Lucien Febvre e Marc Bloch, observou-se a possibilidade de utilizar outras formas interpretativas de análise histórica, pois o rol de fontes foi ampliado para além dos documentos escritos oficiais que determinava a tradição positivista.

A historiografia francesa passou a considerar a possibilidade de analisar as realidades advindas da experiência humana, não só de forma global, mas constituída por especificidades e singularidades sociais, de forma a romper com a historiografia tradicional positivista do século XIX.

Desde os tempos de Heródoto e Tucídides, a História tem sido escrita sob uma variada forma de gêneros: crônicas monásticas, memória política, tratados de antiquários, e assim por diante. A forma dominante, entretanto, tem sido a narrativa dos acontecimentos políticos e militares, apresentada como a História dos grandes feitos de grandes homens – chefes militares e reis. Foi durante o Iluminismo que ocorreu, pela primeira vez, uma contestação a esse tipo de narrativa histórica. Por volta de meados do século XVIII, um certo número de escritores, na Escócia, França, Itália, Alemanha e em outros países começou a preocupar-se com o que denominava “História da sociedade”. Uma História que não se limitava a guerras e à política, mas preocupava-se com as leis e o comércio, a moral e os “costumes” [...] (BURKE, 1992, p. 11).

A escola dos *Annales* iniciou a abertura para utilização de novas fontes de pesquisa, entre elas a História Oral, questionando-se os preceitos do cientificismo que valorizavam a pureza e a racionalidade na produção de verdades absolutas. A História baseada em

documentos escritos e oficiais receberia a contribuição da dimensão simbólica presentes nos relatos orais de sujeitos partícipes do processo histórico.

A historiografia contemporânea demonstra que a História Oral corrobora os demais recursos de pesquisa, pois traz à baila inúmeras informações e elementos que não foram registrados por nenhuma outra forma de fonte ou documentação. Dessa maneira, por vezes, o depoimento, a entrevista ou outro registro oral comportam retratar a multiplicidade dos vieses e permitem uma multidimensionalidade de análise carreada pelo cotejamento da fonte oral com outros documentos.

A nova historiografia dá voz àqueles que não aparecem no registro documental, proporcionando a recuperação da História dos grupos em pequena escala. Ela procura pelos relatos construídos ao longo do trajeto pessoal de cada indivíduo, os quais, embora parciais, têm profundidade e contornos morais ligados à subjetividade, elementos que escapam às demais análises (ARAUJO, Maria Paula N., SANTOS, Myrian S. dos, 2007, p. 104).

Para alguns autores, à guisa de Thompson (1984, p. 52), “toda História é em seu princípio oral”, tentar reconstruir fatos, momentos e acontecimentos recorrendo-se a memória dos agentes partícipes, foi uma maneira recorrente de tecer a História entre alguns historiadores, antes do advento da concepção positivista do século XIX, que destacou a importância dos documentos como recurso de prova histórica em detrimento de outras fontes consideradas não legítimas.

A História Oral deve ser considerada além das entrevistas, visto que ela apresenta também História de vida, tornando-a uma fonte enriquecedora das pesquisas, ressaltando-se, a partir dela, a possibilidade de renovar o contato entre a História e as ciências sociais, entre elas destacando-se a Sociologia e a Antropologia tomando as entrevistas como fonte fundamental de testemunho.

Poder-se-á valer-se da História Oral como técnica para estabelecer relações e análises para responder questionamentos e problemáticas não desveladas pela documentação escrita. Dessa maneira é importante realizar o cotejamento das fontes escritas e orais, pois elas podem abrir novas perspectivas de apreciação e crítica, lançando um diferente olhar sobre a instituição e o período estudado.

Nesse sentido, afirmou Ralph Samuel:

A História Oral, que funda suas raízes em um capítulo do movimento operário – a História social -, não se fez oral por falta de documentos. À

parte de que a noção de arquivo adquire uma nova extensão e combina fontes documentais tradicionais com arquivos orais, e mais frequentemente arquivos não públicos, a História Oral produz efeitos críticos e transformadores da prática historiográfica. O oral informa sobre a existência do documento tradicional ou modifica sua leitura (SAMUEL, p. 1984, p. 70).

Ao escolher os sujeitos participantes do momento pesquisado para a realização das entrevistas, deve-se pautar na capacidade de contribuição desse agente para o propósito da pesquisa, lembrando-se do cuidado com a questão da seletividade e da confiabilidade da memória, evidenciando-se que, por vezes, as falhas e os esquecimentos também representam algum elemento de informação. O pesquisador deve, portanto, estar atento para compreender o discurso apresentado nesse depoimento oral.

Por fim, pode-se afirmar que as novas abordagens historiográficas que alavancaram a História da Educação não são as mesmas que permearam a História tradicional. As inovações paradigmáticas e temáticas foram tantas, que ampliaram as formas de compreender, apreender, investigar e se questionar à diversidade dos contextos históricos.

A historiografia atual, caracterizada por uma renovação epistemológica, decorrente da crise do positivismo, deu lugar ao alargamento das problemáticas relativas à História da Educação, permitindo uma abordagem construtiva de um processo histórico capaz de atender a necessidade de se ter uma identidade histórica. Eis, em síntese, as questões que motivaram o pesquisador desta tese a perceber a diversidade para além da única forma de se desenhar à realidade, e com isso reforçando a sua heterogeneidade, pois é complexa tanto na sua concretização como na sua elucidação.

1.2 A História da Odontologia no Brasil no período colonial

Analizando o percurso histórico da Odontologia no Brasil, é possível verificar que ele é marcado por diversas transformações, desde a concepção da prática da Odontologia até a instituição de cursos de Graduação que procuraram regulamentar e tornar o exercício da profissão menos doloroso e traumático para as pessoas que precisam do atendimento pelo dentista.

No Brasil colonial, não existia um especialista para realizar tratamento dos dentes, assim como ocorria na Metrópole portuguesa e nos demais países da Europa. As parcias bibliografias do século XVIII, a respeito da História da Odontologia no Brasil, mostram que os acometidos por doenças dentárias procuravam sozinhos ações contra a dor de dentes, buscavam diversas formas para tratar tal patologia, sendo o cuidado feito por meio de benzeduras, rezas e uso de medicamentos à guisa de óleo de cravo e láudano, cânfora, pólvora, teias de aranha, entre outros. A figura do tiradentes e sua caixa de horrores (faca de formas e tamanhos diversos, alavancas, boticões) era procurada como último recurso¹².

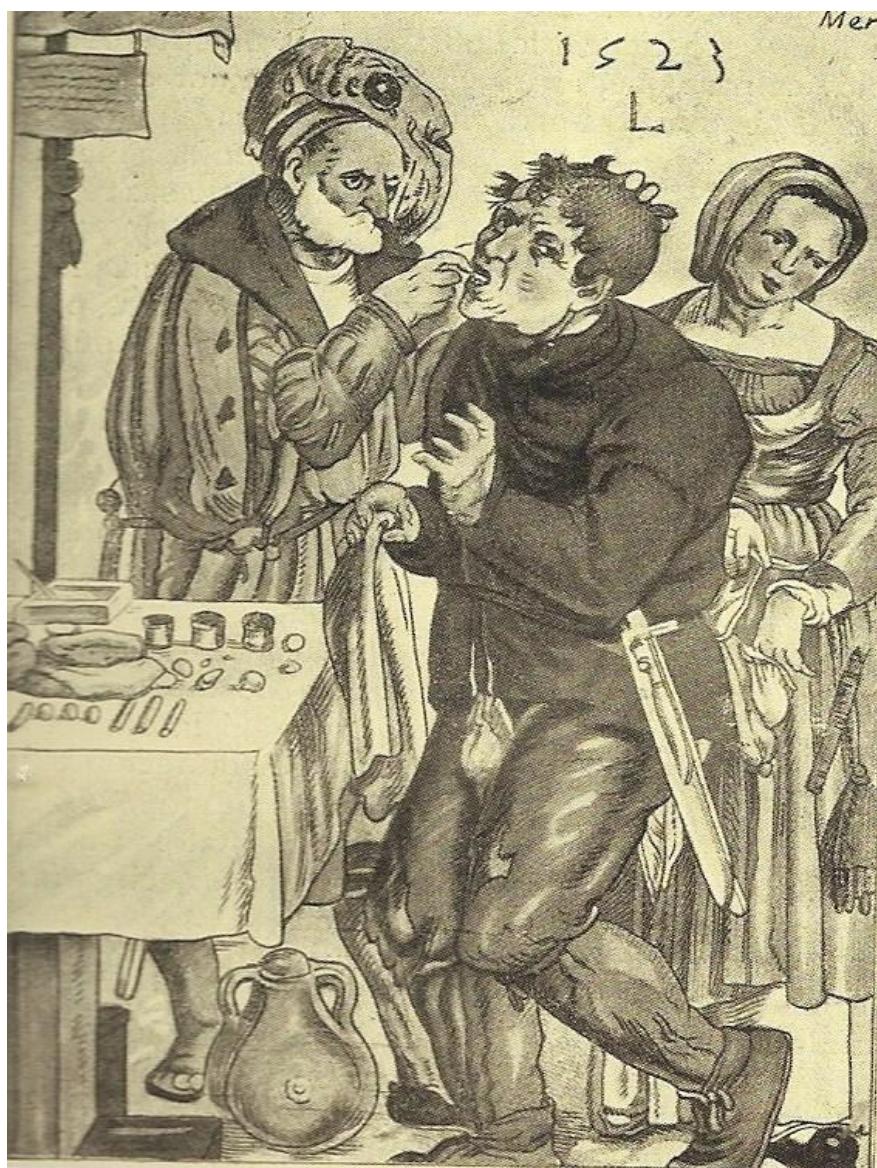


FIGURA 1 Dentista ambulante, 1523.

¹² Dentista ambulante, 1523. Fonte: MIARNAU. **Historia anecdótica de la Odontología** – a través del arte y de la literatura, p. 107. Acervo da Biblioteca da Faculdade de Odontologia/UFMG.

O cuidado com a dentição tem registros desde a Antiguidade. Acredita-se que o primeiro registro sobre o assunto tenha sido encontrado em Esculápio¹³ (1.560 a.C), mas, após isso, somente no século XVIII, na França haveria a realização de um tratado específico sobre a questão odontológica¹⁴.

Tais estudos sobre a arte de cuidar dos dentes eram notavelmente precários, entretanto, mesmo com a dificuldade enfrentada pela falta de recursos de estudo, a recomendação da higiene bucal já era apontada como fator principal de manutenção da saúde oral.

Parafraseando Furtado, no Brasil, o primeiro registro de intervenção dentária é atribuído a Hans Staden, que, capturado pelos índios tupinambás no ano de 1549, sofreu de “fortes dores num dente”, que o deixaram “completamente abatido”. Diante disso, um índio trouxe um aparelho de madeira com o qual pretendia extraír o dente doente, o que causou pânico em Staden, que se recusou a realizar o procedimento.

Percebe-se um desenvolvimento do estudo odontológico no Brasil ao longo do século XVIII, tornando possível a listagem das doenças dentárias mais comuns, como o tártaro, o abalo, o escurecimento, o inchaço decorrente de extrações, e os efeitos do escorbuto. A observação de tais mazelas proporcionou um aperfeiçoamento das técnicas de tratamento dentário, na tentativa de torná-lo cada vez menos doloroso.

No Brasil, iniciou-se o uso da anestesia em 1847 primeiramente, por meio da inalação do éter e, em 1848, valendo-se do clorofórmio. A escova de dentes feita de plástico e náilon foi criada em 1953 nos Estados Unidos, antes dela, existiam apenas escovas de cabo de osso e cerdas de pelo de porco e palitos feitos de madeira, de pena ou de chifre.

Era recomendável, desde o século XIX, lavar a boca após as refeições ou usar água dentífrica para limpeza dos dentes e água morna com sal para enfrentar a dor. Mas também era muito comum, em qualquer cidade do interior de Minas Gerais, o sujeito, com dor de dentes, embarafustar-se feliz, para dentro de uma porta encimada pela placa: Barbearia. Arrancam-se dentes (STARLING, 2007. P.18).

¹³ Na Ilíada, de Homero, é citado como um hábil cirurgião.

¹⁴ Pierre Fauchard. *Le chirurgien dentiste ou traité des dents*. 1728.

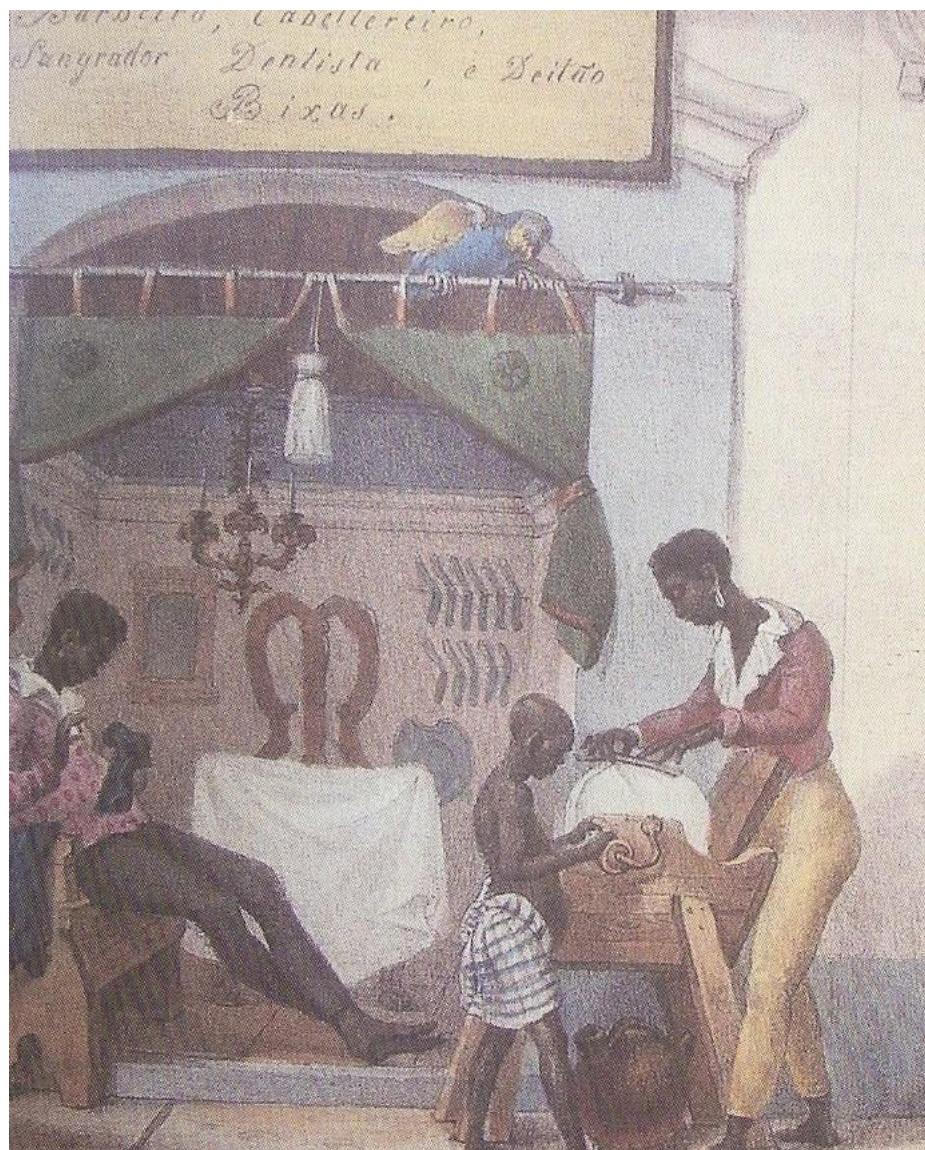


FIGURA 2 Loja de barbeiro, Debret.

Fonte: STRAUMANN. Rio de Janeiro: cidade mestiça, p.17.

A Odontologia teve seu campo de conhecimento definido como ramo autônomo a partir de 1950, uma vez que, no período colonial, a atividade não era vista com bons olhos, era considerada pouco nobre, por ser uma profissão que se pratica com as mãos.

Como ocorria em Portugal e nos demais países da Europa, o Brasil colonial não tinha profissionais especializados para tratar os dentes, dessa sorte, o vocábulo dentista só pôde ser verificado em 1739, no Dicionário de Português, publicado pelo Padre Raphael Bluteau. Até o momento da divulgação do dicionário, não existia a palavra dentista, pois aqueles que

exerciam o ofício de curar dentes eram denominados cirurgiões e barbeiros, que além tratarem da arcada dentária, exerciam várias outras atividades laborais.

Apesar da falta de um profissional especializado, não se pode afirmar a ausência de um saber específico preocupado em cuidar da dentição humana. Pode-se inferir e destacar a importância dada aos dentes no Dicionário de Bluteau, no qual o verbete “dente” apresenta uma extensa descrição de quatro páginas, apresentando características da dentição humana e animal, a morfologia, expressões e opiniões correntes a respeito do tema.

De acordo com Bluteau, os dentes servem para mastigar os alimentos que se destinam ao estômago, assim como também para ornato da boca e clara articulação das palavras, evidenciando-se a importância da dentição na estética e feição das pessoas.

Por outro lado, John Hunter, em sua obra intitulada *The Natural History of the Human Teeth* (1971) apresenta a concepção de que o elemento dentário era um corpo estranho ao organismo humano e que seria eliminado com o decorrer do tempo.

O dicionário do Padre Raphael Bluteau apresenta, ainda, a descrição da quantidade e forma dos dentes humanos, ensinando acerca da anatomia e fisiologia da dentição no século XVIII, no texto do verbete classificatório dos dentes afirmou que:

Quatro incisórios, porque cortam o comer, ou anteriores porque são os primeiros que se veem quando se abre a boca [...] Estes dentes incisórios não têm mais que uma raiz; dois caninos por serem muito agudos, outros lhe chamam de oculares, porque parte do nervo que faz bulir os olhos está pregada neles e por isso é perigoso arrancá-los; dez molares, os quais têm muitas raízes, aos dois últimos chamam dentes da sabedoria, ou siso, ou (como diz Avicena) dentes do entendimento porque nascem aos trinta anos, que é o tempo da madureza. [...] Têm os dentes veias e artérias com que crescem, não em largura, mas em comprimento (BLUTEAU, 1739 p. 60).

A riqueza de detalhes na observação realizada da arcada dentária demonstra que os dentes da espécie humana podiam chegar ao número de 32, ou seja, dezesseis na arcada superior e dezesseis na arcada inferior, e já ressalta os riscos da extração dos caninos ou oculares porque parte do nervo que faz bulir os olhos está pregada neles e por isso é perigoso arrancá-los.

Bluteau observou que, mesmo existindo características comuns na dentição humana, os dentes apresentam peculiaridades e especificidades que variam de acordo com a pessoa.

A variabilidade anatômica podia ser constatada, pois alguns indivíduos tinham dentes maiores, outros menores e agudos, por vezes, apinhados, ou seja, postos uns sobre os outros, enquanto outras pessoas apresentavam dentes distantes uns dos outros, com articulação da mordida harmônica ou não. Também havia indivíduos com dentes estragados, ou brancos, com formatos diversos que mudavam de pessoa para pessoa.

Para Júnia Ferreira Furtado,

Entre tribos africanas também se percebe a presença de algumas observações a respeito da dentição. Entre os angola, por exemplo, aparecem denominações específicas a crianças nascidas com a presença de dentes: os que já nascem com dentes, e são os de baixo, se chamam queza; entretanto, se os dentes são os de cima, se dizem mazenzemena. Os dentes conformam-se em cada pessoa de forma única, por isso, no período colonial, pode-se observar que a descrição da dentadura foi indício corretamente utilizado para identificar negros fugidos. Por meio desses registros é possível aprender as impressões que se tinham sobre a aparência dos dentes. Percebe-se, por exemplo, que a perfeição dos dentes era indicativa de uma face bem-feita e mesmo bonita. (FURTADO, 2007, 26-27).

No Brasil, anteriormente ao período colonial, já ocorriam práticas para amenizar as odontalgias, à guisa da pajelança¹⁵ ocorria uma tentativa de tratamento dos males dentários, dentro dos seus rituais primitivos, atendendo à necessidade da comunidade indígena, com práticas pertinentes à cultura local.

A partir da chegada dos colonizadores portugueses, ocorreram mudanças advindas do choque cultural, da miscigenação e do hibridismo cultural. O contato da população nativa com o colonizador português criou mudanças de comportamentos tanto dos indígenas quanto dos portugueses.

De acordo com José Gonçalves Gondra as práticas curativas no Brasil pré-colonial podiam ser caracterizadas e descritas como:

Os brancos descreveram os indígenas como indivíduos sadios, bem adaptados e conformados que, ao adoecer, recorriam ao pajé, uma espécie de feiticeiro-curador que conjugava práticas mágicas e místicas com as ‘virtudes’ de espécimes da flora nativa e, nesse sentido, pode ser considerado o primeiro ‘ativista da medicina’ no Brasil, já que desenvolvia técnicas voltadas para o restabelecimento e manutenção da saúde. O quadro da ‘terra saudável’, no entanto, foi alterado com a chegada dos brancos e negros,

¹⁵ Na cultura indígena brasileira, havia a figura do Pajé, um chefe Espiritual, espécie de médico-feiticeiro, curandeiro, responsável pela saúde da tribo. Os seus rituais incluíam também a área da saúde e são conhecidos como pajelança.

modificando-se, com essa ‘nova gente’, as estratégias e procedimento (GONDRA, 2004, p. 33).

Em consonância com Furtado,

[...] as ausências de dentes entre alguns escravos não seriam consequência da falta de cuidados com os mesmos, para a autora, as faltas dentárias entre os escravos [...] por vezes podiam ser efeitos de extrações ou intervenções rituais, presentes em algumas tribos africanas, [...] (FURTADO, 2007, p. 33).

Nos estudos realizados por Cunha (1968, p. 22), está registrado que Salvador Lerman, após análise do estudo arqueológico, que realizou em um cemitério de escravos de uma antiga fazenda colonial jesuítica no Espírito Santo, percebeu a incidência de três modelos de mutilação dentária, destacando-se o afilamento dos dentes centrais superiores e/ou inferiores, como características diferenciadoras e marcantes da aparência de alguns escravos.

Para Luís Mott, as modificações dentárias podem ser observadas nos anúncios de escravos fugidos, ficando evidente que as mutilações eram comuns entre os escravos.

Digno de nota são as alterações dentárias: quatro dos fujões possuíam dentes limados (pontiagudos), sendo dois do Congo e, curiosamente, dois já nascidos no Brasil, a parda Isabel e o mestiço Joaquim, demonstrando o quanto forte ainda na segunda metade do século XIX era a influência estética ou ritual de certas culturas africanas, assimilada e mantida inclusive pelos mestiços. Aliás, tais anúncios fornecem elementos informativos sobre os africanismos persistentes na escravaria sergipana (MOTT, 1983-1987, p. 133).

Percebe-se que era comum encontrar escravos e afrodescendentes mulheres ou homens com os dentes incisivos apontados em formas triangulares, mantendo os costumes de sua origem africana.

Segundo Furtado,

Desde muito cedo, em Portugal, a Coroa se preocupou em exercer a vigilância sobre os profissionais da saúde. Em 1448, sob o reinado de Dom Afonso, foi passada a primeira “carta de ofício de cirurgião-mor destes reinos” a mestre Gil. A carta definia que os que desejassem exercer o ofício “da physica ou da cirurgia” não o poderiam fazer sem licença concedida por esse oficial. A vigilância sobre os profissionais que se ocupavam dos diversos ramos da Medicina foi regulamentada de forma mais sistemática a partir do reinado de Dom João II, que se estendeu de 1481 a 1495. Por essa época, passou-se a exigir a realização de provas para a concessão das licenças para o exercício dos diversos ramos da Medicina – as chamadas cartas de exame (FURTADO. 2007, p. 33).

Parafraseando Ferreira (1998, p. 290), a primeira ação no intuito de regularizar o exercício da prática curativa dos dentes no Brasil foi a Carta Régia de 9 de novembro de 1629 e, posteriormente, realizou-se o Regimento de Ofício de Cirurgião-mor, de 12 de dezembro de 1631, tentando punir aqueles que realizassem a arte dentária sem licença com uma multa de dois mil réis.

1.2.1 A Odontologia e o ensino no Brasil

Na imensidão do território brasileiro no século XVI, pouco povoado, a participação dos padres Jesuítas na Educação brasileira intensificou-se; esses grandes pioneiros da Educação no Brasil realizaram a criação de escolas em distantes regiões do território nacional.

Na sua maioria, algumas escolas possuíam cursos equivalentes ao Ensino Médio atual.

[...] Os jesuítas possuíam [...] na Colônia, 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários, sem contar os seminários menores e as escolas de ler e escrever instaladas em quase todas as aldeias e povoações onde existiam casas da Companhia. Nessa paisagem escolar, uniforme e sem relevo, não se encontravam fora do domínio espiritual dos jesuítas senão a escola de arte e edificações militares, criada na Bahia em 1739 (AZEVEDO, 1976, p. 47).

Pode-se afirmar que os primeiros cursos superiores brasileiros são oriundos desses estabelecimentos. Destaca-se que, nesse período, ocorreu a criação dessas Escolas Superiores na capital da Colônia em Salvador, na Bahia.

Importante destacar que, no período colonial, a Odontologia não era um ramo específico do conhecimento científico, funcionava como apêndice da Medicina e era exercida por barbeiros, por cirurgiões, ou por práticos sem nenhuma formação acadêmica.

Em consonância com Ribeiro (2000), a coroa Portuguesa não autorizava, nem mesmo reconhecia o diploma de nível superior expedido no Brasil colônia, sendo assim, os primeiros cursos superiores foram realizados de fato, mas não eram reconhecidos de direito¹⁶.

Os Cursos Superiores, agora reconhecidos pela Coroa Portuguesa, foram instituições de cultura e civilização, criados como Escolas Superiores isoladas, ou Cátedras Isoladas, civis

¹⁶ Fonte: RIBEIRO, Maria Luisa Santos. A organização escolar. Campinas-SP: Autores Associados, 2000. p. 23.

e militares. Entre eles, destacam-se os cursos de anatomia e de cirurgia, criados em 1808¹⁷. Esses cursos foram criados para atender às necessidades prementes da Família Real e, em princípio, não vislumbravam acolher os interesses da colônia.

Com o decorrer do tempo, a despeito dos objetivos iniciais, a Coroa portuguesa buscou possibilitar a formação de trabalhadores especializados e capazes, na tentativa de suprir a necessidade de atender ao serviço público; para tanto, D. João VI e seus conselheiros criaram as Escolas Especiais.

Sobre as ruínas do velho sistema colonial, limitou-se D. João VI a criar escolas especiais, “montadas com o fim de satisfazer o mais depressa possível e com menos despesas a tal ou qual necessidade do meio a que se transportou a Corte Portuguesa.”(AZEVEDO, p. 70). Iniciaram-se com cursos extremamente simples, as Cátedras Isoladas eram ministradas pelos professores Catedráticos, que se valendo de meios próprios, atuavam lecionando de maneira improvisada.

Conforme (CUNHA, 2000), em 1813, as cátedras independentes de cirurgia e anatomia se uniram, dando origem às Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, sendo assim, essas instituições podem ser consideradas os embriões do Ensino Superior na área de saúde no Brasil.

Em 1º de abril de 1813, por projeto de Manuel Luís Alvares de Carvalho, foi fundada a Academia Médico-Cirúrgica no Rio de Janeiro. Mesmo depois de criada a Academia, apenas em 29 de setembro de 1826, por Decreto-Lei de Dom Pedro I, foi autorizada a emissão de diplomas e certificados para os médicos que faziam o curso no Brasil (UFRJ, 2011)¹⁸.

Portanto, no século XVI¹⁹ a arte de curar dores de dentes não era realizada por especialistas, mas por pessoas leigas, sem formação técnico-científica. De acordo com Maiewski (1999), no início do século XVII, o Rei começou a outorgar autorização para o exercício do ofício da Odontologia, contudo, essa não foi uma medida eficaz para controlar o atendimento por pessoas desabilitadas, pois ainda não havia óbice de fato para a prática da Odontologia e também não existia preparo ou instrução para receber a licença.

¹⁷ BRASIL. Decreto de 2 de abril de 1808. Estabelece uma cadeira de Anatomia no Hospital Real Militar da Corte.

¹⁸ Informação Obtida por meio do site oficial da UFRJ em 15 de agosto de 2011, http://www.medicina.ufrj.br/colchoes.php?id_colchao=1

¹⁹ FERREIRA, B. **MAIS DE 500 ANOS**. In.: ABO Nacional, São Paulo, v.6, nº 5, p. 290-4, out/nov., 1998.



FIGURA 3 Quadro de Wille the Younger, de 1788. *National Library of Medicine*, Bethesda. Este francês itinerante (*toothdrawer*) abre seu negócio na rua para atrair atenção. No entanto, exibe sobre a mesa o certificado expedido pelo Governo que permite praticar a extração de dentes.

Fonte: MALVIN. Dentistry-an illustrated history, p. 164. Acervo da Biblioteca da Faculdade de Odontologia/UFMG.

Sem ao menos ter realizado Curso Superior, em 1811, foram outorgados diplomas de Dentista, visto que a diplomação funcionava como uma autorização para o exercício da profissão.

Para José Gonçalves Gondra,

A atividade médica nem sempre ocorreu a partir de uma formação especializada. Até 1808, no Brasil, os cuidados com a saúde e as estratégias de cura eram atividades partilhadas por diversos sujeitos, físicos, cirurgiões, curiosos e feiticeiros. Cada um deles recorria a um conjunto de experiências diferenciadas [...] (GONDRA. 2004, p. 24)..

A falta de profissionais habilitados e as inúmeras dificuldades em ter acesso ao conhecimento técnico-científico fizeram com que a Odontologia nesse período fosse exercida por leigos, principalmente barbeiros, ainda conforme destacou Gondra:

A medicina no Brasil, em seu início, abrange a História de todas as práticas voltadas para os cuidados com a saúde e daquelas voltadas para a cura propriamente dita, ocorridas desde o início da colonização branca até a fundação dos primeiros cursos de anatomia e cirurgia, em Salvador e no Rio de Janeiro, procurando também reconhecer os sujeitos que exerciam tais atividades. Até o século XIX, a medicina é aquela relacionada à cirurgia rudimentar e à precária clínica dos físicos, cirurgiões aprovados, cirurgiões-barbeiros, aprendizes, sangradores, boticários, curandeiros, pajés, padres jesuítas, feiticeiros, curiosos e outras denominações atribuídas aos ativistas da época. (GONDRA, 2004, p.29).

Nesse momento podem-se perceber algumas similaridades entre as dificuldades da Medicina e da Odontologia, principalmente, pelo fato de a Odontologia iniciar seus cursos vinculados aos cursos de Medicina, entretanto, para Newton Maiewski essa fase da Odontologia pode ser caracterizada da seguinte forma:

A arte dentária não fora, todavia, incorporada ao ensino médico senão depois de 1852, com a reforma Conselheiro Jobim. Os dentistas de então provinham de todas as classes, mas eram barbeiros, na sua quase totalidade portugueses, os seus maiores exemplares. Barbeiros e dentistas confundiram-se tradicionalmente, talvez por influencia da França nos nossos costumes, por lá ter existido o cirurgião-barbeiro, habilitado pela escola de Saint-Comê (MAIEWSKI, 1999).

Nessa época, ainda não existia o recurso da anestesia, sendo assim, era muito importante a realização rápida dos procedimentos cirúrgicos para que a exposição à dor fosse o mais breve possível, dessa maneira os barbeiros eram confundidos com os cirurgiões, porque eram os detentores dos instrumentos mais afiados, facilitando a realização de cirurgias de forma rápida. O Quadro 1 apresenta uma relação de ativistas da Medicina e de suas atividades na época.

QUADRO 1 Ativistas da Medicina e suas atividades

Ativistas da Medicina	Atividades
Físicos ou Licenciados	Médicos da época que ocupavam os cargos de físicos da Coroa, do Senado, da Câmara, do “partido” e da tropa.
Cirurgiões-barbeiros ou cirurgiões-aprovados ou cirurgiões-examinados	Deveriam exercer unicamente a cirurgia, no entanto praticavam toda medicina, dada a escassez dos físicos.
Barbeiros	Submetiam-se a exames para os atos de sangria, sarjação, aplicação de ventosas e arrancamento dos dentes. Arvoravam-se em médicos, quando podiam.
Aprendizes de barbeiros e cirurgiões-barbeiros	Praticavam a medicina em função da inexistência de profissionais habilitados.
Boticários e seus aprendizes	Praticavam a medicina em função da inexistência de profissionais habilitados.

Fonte: GONDRA, 2004. p 36.

Analisando-se o Quadro 1, pode-se inferir que a necessidade de cuidados com prevenção e tratamento de doenças gerava a improvisação de sujeitos que se dispunham a exercer atividades médicas, entre eles os físicos, os algebristas, os barbeiros, os curandeiros e os boticários. A inexistência de pessoas habilitadas forçava a utilização de vários tipos profissionais que exerciam a função de trabalhadores da saúde e, de forma específica, nas doenças dentárias.

A Odontologia era considerada como arte, sendo realizados verdadeiros espetáculos em praça pública, por charlatães, pessoas sem o menor conhecimento técnico-científico, o que contribuía muito para o descrédito da profissão. Na época, o cirurgião-dentista era denominado cirurgião-barbeiro.

Com o passar dos anos, a Cirurgia Geral foi englobada pela Medicina e a Odontologia separou-se dela, seguindo como curso independente. Na realidade, isso ocorreu apenas em alguns países, pois em muitos outros locais do mundo a Odontologia ainda é uma subespecialidade da Medicina.

O quadro de profissionais da saúde, feito por leigos, por pessoas com as mais diversas formações, não era exclusividade da Odontologia, na verdade, a saúde em geral era dominada por leigos e curandeiros em toda a colônia no século XIX, pela própria ausência de pessoal qualificado para exercer tais funções.

Nos estudos de Gondra, quando realizou a analise dos hospitais e das instituições de saúde e das pessoas que se propunham à prática da medicina nesse período percebe-se:

A existência dessas instituições foi marcada por um quadro de penúria de meios de subsistência, escassez de medicamentos e de uma precária assistência técnica. O hospital constituía mais um depósito de doentes, funcionando como própria antecâmara da morte. Além dos Índios, negros, jesuítas, alguns brancos, com características distintas, mais ou menos especializados, também desenvolveram práticas médicas [...] (GONDRA. 2004, p. 36).

O conhecimento técnico-científico ainda não era exigido como requisito para diplomação e para a formação básica dos profissionais da saúde.

Em consonância com Maiewski (1999), somente em 1850 foi outorgado ao Diretor de Higiene Pública o direito de conceder alvará de licença para exercício desse mister a quem o

requeresse. Entretanto, somente eram exigidos certidão de batismo, folha corrida e um exame muito sumário, realizado como formalidade.

Em 1862, por intercessão do dentista Barão Diniz²⁰, iniciou-se a exigência, aos praticantes da “arte dentária” de submeterem-se a uma prova realizada por uma Junta de Professores de Medicina, das cadeiras de Anatomia, Cirurgia ou Fisiologia e Higiene. Passou-se a exigir a realização de uma prova oral e uma prova prática. A prova oral era, basicamente, sobre os ossos da face e a prática consistia em realizar uma exodontia²¹ em um cadáver em decúbito dorsal, ou seja, deitado com o ventre para cima e muitas vezes já com rigidez cadavérica.

Dessa forma, iniciou-se uma tentativa de separar os práticos dos dentistas diplomados; apesar de superficial e pouco eficiente, tal ação representou o marco inicial para traçar uma diferenciação entre barbeiros e dentistas.

Com o Decreto 9.311²², de 25 de outubro de 1884, 70 anos após a formalização do Curso de Medicina, o de Odontologia foi reconhecido como Curso Superior.

O Decreto 9.311 (em anexo) criou o Curso de Odontologia nas faculdades do Rio de Janeiro e da Bahia, anexo ao de Medicina, instituindo-se o cargo de preparador de Odontologia, como função integrante da cadeira de Cirurgia.

O Curso de Odontologia funcionava de forma anexa ao de Medicina, tendo como docentes, em sua maioria, médicos e alguns dentistas. Ressalte-se que não havia preparação prática durante o Curso.

Os professores dentistas não tinham autonomia para aplicar avaliação aos alunos, pois essas eram realizadas de forma exclusiva pelos docentes médicos.

Atualmente, comemora-se o dia nacional do cirurgião-dentista²³ na data de fundação deste Curso, 25 de outubro de 1884. A criação da faculdade anexa ao Curso de Medicina tornou-se um marco para a Odontologia brasileira.

²⁰ Theotonho Borges Diniz, cirurgião dentista, mais tarde agraciado com título de Barão Diniz pela Coroa portuguesa.

²¹ Exodontia, ato de extrair, remover, elemento dentário.

²² BRASIL. Decreto nº 9.311, de 25 de outubro de 1884. Criação dos cursos de Odontologia no Brasil.

Por determinação do Artigo 8º do Decreto 9.311 ficou definido que o Curso de Odontologia teria três anos de duração. As disciplinas seriam distribuídas da seguinte forma:

No primeiro ano deveriam constar:

- Física Elementar,
- Química Mineral, e Elementar,
- Anatomia Descritiva,
- Topográfica da Face;

O segundo ano seriam contempladas as seguintes matérias:

- Histologia Dentária,
- Fisiologia Dentária,
- Patologia Dentária,
- Higiene da Boca;

E, finalmente, o terceiro ano constaria de uma única disciplina:

- Terapêutica Dentária.

Conforme observado, não eram obrigatórias disciplinas clínicas, nem mesmo eram contempladas matérias de formação teórico-prática. Foi necessário alterar o estatuto das Faculdades de Medicina, para possibilitar a criação do Curso de Odontologia:

[...] ficou conhecida pelo nome de Reforma Saboia, devido à atuação do então diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Vicente Cândido Figueira de Saboia (1881-1889). Cada Faculdade deveria ministrar um curso de Ciências Médicas e Cirúrgicas e mais três cursos anexos, o de Farmácia, ainda em três anos, o de Obstetrícia e Ginecologia, em dois anos, e o de Odontologia em três anos (XAVIER, 2011).

O aluno formado pelo Curso de Odontologia, anexo às faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, recebia o título de Dentista, apesar de não ter seu diploma assinado. Assim o Brasil passou a formar seus próprios Dentistas.

A reforma educacional Benjamin Constant²⁴ em 1891, reduziu a duração do Curso de Odontologia de três para dois anos. Essa reforma resultou no Decreto nº 1.482 de 24 de julho de 1893²⁵, que, entre outras mudanças na Faculdade de Medicina, determinou que o aluno de

²³ Esta data foi instituída como o Dia da Saúde Dentária, pela Lei nº 3.504, de 24 de dezembro de 1958. Mais recentemente foi criado também em 25 de outubro o dia Nacional da Saúde Bucal também no dia 25 de Outubro, pela Lei nº 10.465, de 27 de maio de 2002.

²⁴ BRASIL. Decreto nº 1.270 – de 10 de outubro de 1891. Reforma Educacional Ministro Benjamin Constant.

²⁵ BRASIL. Decreto nº 1.482 – de 24 de julho de 1893. Lei que institui o título de cirurgião-dentista.

Odontologia recebesse o título de Cirurgião-Dentista. O título com essa denominação permanece até os dias atuais.

Inúmeras foram as dificuldades para o Curso Superior de Odontologia conquistar autonomia em relação à Medicina, firmando-se como ciência. Em 1911, após a Proclamação da República, ocorreu a Reforma Rivadávia²⁶, que aboliu o privilégio do diploma e criou a cadeira técnica na Odontologia.

Assim, não seria mais necessário possuir diploma para exercer a Odontologia, ou seja, pessoas com ou sem formação superior poderiam atender. Contudo, apesar do aparente retrocesso, como ramo científico autônomo, nessa fase, destaca-se que ocorreu um desenvolvimento da parte técnica nos cursos de Odontologia, pois introduziu as cadeiras técnicas, e concomitantemente, apresentou uma melhoria na formação dos odontólogos.

Também com a Reforma Rivadávia, passou-se a exigir a aprovação no exame vestibular para ingresso no Curso Superior. O aluno, para ingressar no Terceiro Grau, deveria ser aprovado no vestibular, independentemente da conclusão do Ensino Médio.

Em 1915, a Lei Maximiliano²⁷ vetou a criação de faculdades de Odontologia autônomas e proibiu os institutos livres de existirem; os cursos de Odontologia só poderiam funcionar como apêndices das faculdades de Medicina ou de Farmácia. Para o Ministro Carlos Maximiliano as escolas odontológicas não eram acadêmicas, visto que, segundo ele, a Odontologia não passava de uma arte sem fundo científico, como a ourivesaria²⁸.

A Lei Maximiliano pode ser uma das justificativas de ocorrer certa proximidade do Curso de Odontologia com o de Farmácia. Apesar de serem cursos com especificidades e peculiaridades, pode-se perceber a junção destes dois durante a criação das universidades brasileiras.

Verifica-se na Lei Maximiliano a exigência da realização do exame vestibular como acesso ao Curso de Odontologia, para ingressar no Terceiro Grau:

²⁶ BRASIL. Decreto nº 8.659 – de 5 de abril de 1911. Reforma educacional ministro Rivadavia Da Cunha Corrêa.

²⁷ BRASIL. Decreto nº 11.530 – de 18 de março de 1915. Reforma educacional ministro Carlos Maximiliano Pereira dos Santos.

²⁸ Ourivesaria é o artesanato em ouro, praticado pelos ourives. Essa confusão entre o dentista e o ourives se justifica pelo fato de que durante muito tempo o ouro foi utilizado de maneira corriqueira nas próteses odontológicas, não só por suas qualidades físicas, mas também como símbolo de riqueza e *status* econômicos.

Art. 181. Os candidatos ao estudo de Pharmacia ou Odontologia, para se inscreverem para o exame vestibular, exhibirão certificado de approvação em Portuguez, Francez, Geographia, Arithmetica, Physica e Chimica e Historia Natural.²⁹

Com o advento do novo texto legal, o currículo do Curso foi reduzido especificando-se as matérias obrigatórias. Conforme consta no artigo de lei.

Art. 188. As matérias constantes do Curso de Odontologia são as seguintes:

- Anatomia descriptiva (em particular da cabeça).
- Anatomia microscópica.
- Physiologia, pathologia geral e anatomia pathologica dentárias.
- Curso de technica odontológica (exercícios no manequim).
- Clínica odontológica.
- Therapeutica dentaria.
- Prothese dentaria.
- Hygiene geral (em particular da boca).

Verifica-se que o conteúdo das matérias foi organizado e distribuído nos seguintes termos:

Art. 189. O estudo completo das matérias que compõem o Curso de Odontologia deverá ser feito, no mínimo, em dous annos escolares, sendo nelle observada a seguinte seriação:

- Primeira série
- Anatomia descriptiva (em particular da cabeça).
- Anatomia microscópica (em particular da cabeça).
- Physiologia.
- Pathologia geral e anatomia pathologica.
- Segunda série
- Clinica odontológica.
- Technica odontológica.
- Therapeutica dentária.
- Prothese dentária.
- Hygiene geral (em particular da bocca)³⁰.

De forma paradoxal, constata-se que, a partir do final do Império até o início da Primeira República, ocorreram mudanças de forma desconexa e alternada, apresentando-se avanços e retrocessos sem uma linearidade da evolução educacional.

²⁹ BRASIL. Decreto nº 11.530 – de 18 de março de 1915. Reforma Educacional Ministro Carlos Maximiliano Pereira dos Santos.

³⁰ BRASIL. Decreto nº 11.530 – de 18 de março de 1915. Reforma Educacional Ministro Carlos Maximiliano Pereira dos Santos.

Para Beaulieu (1966), esse período educacional brasileiro, caracterizado por variações e modificações poderia denominar-se como o período das “reformas consecutivas e desconexas”³¹.

Nos dizeres de Antônio Pacífico Pereira:

A preocupação reformadora é sempre anular o precedente com a prática de condenar em absoluto um regime sem haver nem onde haurir nem como inventar a inspiração renovadora, limitando-se a desenterrar velhas coisas e a provocar criações mais apropriadas ao interesse pessoal que à vantagem coletiva. Aparecem e desaparecem princípios e conceitos. Nos exames, vão e vem provas escritas, na administração surge e esvai-se autonomia, na docência firma-se ou nega-se a sua independência. Todavia há sempre lugares novos (PEREIRA, 1932, p.178.)³²

A representação social da Odontologia na sociedade apresenta a ideia de que a “arte dentária” como ofício foi a menos valorizada, o que dificultou muito o reconhecimento da profissão e criação do seu campo específico do conhecimento acadêmico.

Na primeira metade do Século XX, o número reduzido de dentistas diplomados, em face da grande demanda de profissionais, fez com que crescesse a quantidade de dentistas práticos com anuênciia do poder público, que não conseguia atender às necessidades da população.

Getúlio Vargas, em 1931, publicou o Decreto 20.862³³ de regulamentação do exercício do dentista-prático³⁴, somente vinte anos depois ocorreria a publicação do Decreto de regulamentação do exercício da Odontologia, ou seja, primeiro foi regularizado o exercício pelos práticos para, posteriormente, oficializar-se o exercício da profissão.

O Decreto 20.862 tentou legalizar a prática exercida por pessoas sem Graduação, sem formação técnico-científica, o que prejudicou a imagem da Odontologia, que tentava conquistar seu *status* de ciência autônoma. Por outro lado, procurou limitar a atividade do

³¹ A partir de então, vários autores confirmaram e consagraram esta expressão, como é o caso de BEGER, Manfredo. Educação e Dependência. 3^a ed. São Paulo/ Rio de Janeiro: DIFEL. 1980.

³² PEREIRA, Antônio Pacífico. APUD, MAGALHÃES, Fernando. **O Centenário da Faculdade de Medicina de Pernambuco 1832 - 1932**. Rio de Janeiro Tip. A. P. Barthel, 1932.

³³ BRASIL. Decreto nº 20.862- de 28 de dezembro de 1931. Regula o exercício da Odontologia pelos dentistas práticos.

³⁴ “Dentista-prático” é a denominação dada à pessoa que, sem formação acadêmica, exerce a Odontologia. Geralmente, são indivíduos que praticaram atividades em consultórios odontológicos, como protéticos, auxiliares ou atendentes de consultório. No Brasil, atualmente, o exercício ilegal da Odontologia é crime previsto no Art. 282 do Código Penal, “Exercer, ainda que a título gratuito, a profissão de médico, dentista ou farmacêutico, sem autorização legal ou excedendo-lhe os limites: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos. Parágrafo único: Se o crime é praticado com fim de lucro, aplica-se também, multa.”

prático à localidade onde não existisse o profissional diplomado, passando a exigir a realização de um exame prático-oral para autorizar a atuação como dentista.

Outros requisitos foram impostos, como ter três anos de prática para se submeter à prova prático-oral, além de ter que apresentar um certificado de bom comportamento e de idoneidade moral, atestado de vacinação contra varíola, não sofrer de moléstia contagiosa, e por fim, a certidão de idade demonstrando a maioridade civil, devendo ter mais que 21 anos.

Nesse período, não havia grandes diferenças entre a Odontologia praticada no interior do País e em regiões mais isoladas da capital, e aquela praticada na época do Barão Diniz. Eram poucas as pessoas que tinham acesso à informação de como realizar uma higiene dentária adequada por meio da escovação, entre outros meios de prevenção das doenças bucais. O alto consumo de sacarose agravava a incidência das cárries e da doença periodontal³⁵. Assim, tornava-se crescente a demanda por profissionais para atenderem a população.

A elevada incidência de problemas dentários na população, oriundos da falta de escovação e da alta ingestão de açúcares, levava ao aumento do número de pessoas acometidas pela dor de dente. A falta de profissionais qualificados para atender os pacientes resultou na utilização dos préstimos laborais do dentista prático. Contudo, por não terem conhecimentos técnicos e exercerem a profissão de forma artesanal, esses dentistas práticos, cometiam iatrogênias³⁶ prejudicando o paciente ao invés de socorrê-lo.

No Decreto 20.862, Getúlio Vargas, ao denominar o exercício da Odontologia como “Arte dentária”, traduziu a imagem geral da profissão de dentista “Art. 1º Somente poderão exercer a profissão de dentistas práticos aqueles que tendo trabalhado três anos, no mínimo, em **arte dentária...**”. (Grifos nossos).

Hodiernamente, os “dentistas-práticos” são perseguidos pelos delegados das Associações Brasileiras de Odontologia e não são vistos como artesãos de grande habilidade. Em que pese a obrigatoriedade legal de se ter um diploma reconhecido pelo Ministério da Educação para o exercício regular da Odontologia, algumas pessoas habitantes de regiões mais pobres e desprovidas de profissionais qualificados acreditam que o dentista prático

³⁵ Grupo de doenças de causa bacteriana, que afetam e destroem os tecidos que dão suporte ao dente na boca. Tais tecidos são denominados de periodonto, por estarem na periferia do dente, inserindo-o ao osso que o suporta.

³⁶ Lesão causada no paciente por imperícia, imprudência, ou negligência de um profissional da saúde.

deveria ser bem aproveitado. Contudo, é vedada por lei a atuação da pessoa sem qualquer formação acadêmica.

Ainda persiste a figura do dentista prático, que frequentemente se autointitula “dentista” e, normalmente, usa esse título como sobrenome (João Dentista, José Dentista, Antônio Dentista), pessoas que atuam exercendo de forma ilegal a profissão.

A atuação do dentista prático, regulamentada por Getúlio Vargas, passou a ser abominada por representantes dos dentistas graduados, que lutaram para abolir a prática ilegal da Odontologia. A falta de formação técnica e de conhecimento científico acarreta inúmeras mazelas aos pacientes. Apresenta um risco muito maior que o benefício, pois a falta de instrumentos e técnicas adequadas resulta em iatrogênias, assim como em contaminações com vírus HIV, Hepatite C, entre outras doenças. Por isso, o Poder público procurou legislar e regulamentar a profissão de forma a coibir a atuação dos dentistas práticos, estabelecendo-se parâmetros mínimos de atuação do profissional da Odontologia de forma a tentar coibir a disseminação de doenças e infecções.

Com a reforma Francisco Campos, na década de 1930, foi regulamentada a criação das universidades³⁷ e, para tanto, foram estabelecidos critérios necessários para abertura dessa instituição de Ensino Superior. Essa reforma estabeleceu normas para a criação das universidades, merecendo destaque o fato de que cada Universidade seria criada pela união de faculdades, sendo pelo menos uma das três entre as seguintes: (Medicina, Direito, Engenharia, Educação, Ciências e Letras); ter no mínimo três faculdades com pelo menos quinze anos de funcionamento.

Para Maria de Lourdes Fávero, a reforma Francisco Campos³⁸ acarretou vários reflexos para a Odontologia, principalmente em virtude da estruturação das faculdades independentes, e na sua ausência em curso anexo à Medicina. Na análise dessa autora, os reflexos no currículo do curso foram:

Quanto à Odontologia, as cadeiras de clínica e de prótese, a primeira foi ampliada aos importantes domínios da Clínica Operatória e da Odontologia–Pediátrica e Ortodontia, e a segunda teve seu ensino remodelado em prótese dentária e prótese facial e dos maxilares, atendida, desse modo, as exigências

³⁷ FÁVERO, Maria de Lourdes de A., **Universidade Brasileira Em Busca de Sua Identidade**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1977.

³⁸ BRASIL. Decreto n° 19.851 – de 11 de abril de 1931. Reforma educacional ministro Francisco Campos.

da prática profissional, cujas tendências se acentuavam no sentido crescente especialização (FÁVERO, 1980, p.147)..

A reforma Francisco Campos ampliou o ensino teórico prático com ênfase no atendimento clínico e apresentou a possibilidade de criação de novas especialidades clínicas, pois a Ortodontia e a Odontopediatria destacavam-se como especialidades no cenário mundial.

Com o advento da Lei nº 5.081 de 24 de agosto de 1966 ocorreu a formalização do exercício da Odontologia destacando no artigo 2º do texto que:

Art 2º. O exercício da Odontologia no território nacional só é permitido ao **cirurgião-dentista habilitado** por escola ou faculdade oficial ou reconhecida, após o registro do diploma na Diretoria do Ensino Superior, no Serviço Nacional de Fiscalização da Odontologia sob cuja jurisdição, se achar o local de sua atividade.³⁹(Grifos nossos).

Com essa Lei Federal tentou-se limitar o exercício da Odontologia a pessoas habilitadas com diploma fornecido por escola ou faculdade oficial ou reconhecida, a partir desse momento, com a regulamentação das exigências mínimas para atuação como cirurgião-dentista, o trabalho do prático passou a ser considerado exercício ilegal da profissão.

No próximo capítulo realiza-se a análise da Educação brasileira durante o período militar (1964-1985), apresentando as ingerências políticas na sociedade assim como as reformas educacionais, destaca-se no estudo, a cidade de Uberlândia sob a égide do Regime Militar demonstrando as principais influências políticas desde a criação das primeiras faculdades até o processo de federalização da Universidade de Uberlândia.

³⁹ BRASIL. Decreto nº 5.081, de 24 de agosto de 1966. Regula o exercício da Odontologia.

CAPÍTULO II

A EDUCAÇÃO E O ESTADO MILITAR NO BRASIL (1964-1985)

As pesquisas no âmbito da História da Educação Brasileira dão atenção especial às reformas educacionais introduzidas pelo regime militar que vigorou de 1964 a 1985. Saviani (1986), no apagar das luzes do período de exceção, elaborou a análise que posteriormente inspirou as sucessivas gerações de pesquisadores que vieram a se debruçar sobre essa temática, ainda hoje o seu ensaio “Análise crítica da organização escolar brasileira através das leis 5.540/68 e 5.692/71” é um subsídio valioso para a compreensão do processo histórico que culminou nas reformas do Ensino Superior e do Ensino Básico.

Passados mais de 40 anos das reformas, valemo-nos também de outros elementos que permitem a abordagem do tema da tese. Nas seções que se seguem, estão delineados os fatores que foram determinantes para a expansão do Ensino Superior e para a ampliação das instituições federais de Ensino Superior, procedimentos que estavam em conformidade com o projeto de desenvolvimento econômico que previa a substituição de importações com a expansão do mercado consumidor. Esses fatores indicavam a necessidade da interiorização das oportunidades de trabalho, o que de fato aconteceu com a implantação da ação do estado militar na construção de grandes obras destinadas a dar suporte ao surto industrial do “milagre brasileiro”⁴⁰.

Apesar dos descaminhos do processo da implantação das ações estratégicas é inegável que, de fato, a partir da década de 1970, ocorreu um movimento, ainda que tímido, de interiorização das atividades econômicas e a consequente expansão da rede urbana brasileira. Uberlândia ilustra bem este quadro de mudanças. Neste capítulo pretendemos seguir a sugestão de Saviani (1986, p. 134), para tanto, deteremo-nos na identificação da inspiração e da doutrina que mobilizou o estado militar na outorga das duas reformas educacionais da História recente da Educação brasileira.

⁴⁰Trata-se das grandes obras de integração nacional como a rodovia Transamazônica, a Itaipu Binacional, entre outras obras que demandaram grandes contingentes humanos para a sua realização.

2.1 A Sociedade brasileira face ao Regime Militar: 1964-1985

O objetivo desta seção é apresentar as relações entre o Estado Militar e a sociedade brasileira, como contexto da Educação. As Forças Armadas formaram-se desde a instalação da República, tomando contornos diferenciados em seus diversos momentos históricos. No período em apreço, sua formação está intimamente ligada ao estabelecimento das novas forças de poder a partir do término da II Guerra Mundial, em 1945. Com o Estado Novo, toma força a tendência populista⁴¹ do Governo moderno e urbano em construção. A tentativa de construir uma democracia populista se esvai com o golpe militar, com a deposição de João Goulart e com a criação do Estado Militar em 1964.

Em um escrito de época, nesse caso, o término do regime militar, Marilena Chauí (1986, p. 47) afirmava que a sociedade brasileira é autoritária, pois “não consegue até o limiar do século XXI, concretizar sequer os princípios (velhos de três séculos) do liberalismo e do republicanismo”, o argumento da filósofa brasileira ganhou projeção e hoje a ideia de ditadura não se restringe aos militares, constata-se a participação civil no regime de exceção, pois, repetindo as palavras de Chauí (1986, p. 47), para o período em questão, “O Brasil é uma sociedade autoritária”.

As idiossincrasias da sociedade brasileira permitiram a articulação entre as burguesias industrial e financeira, tanto em âmbito nacional quanto em internacional, que, corroborada pelos latifundiários, pelos militares, pelos intelectuais tecnocratas e pelo capital mercantil, concatenou várias elites para consubstanciar um novo bloco de poder.

⁴¹ No ano de 1946, o Brasil ganhou uma nova Constituição responsável pela reintrodução da democracia no contexto político brasileiro. De fato, as novas leis constituintes acabaram com o autoritarismo do Estado Novo e devolveram a soberania política ao voto popular. Entretanto, após os vários anos em que Getúlio Vargas se colocou a frente do governo, o cenário político brasileiro se mostrou tomado por várias tendências carentes de uma orientação política mais bem articulada.

Foi nessa ausência de organização ideológica que o populismo abraçou intensamente o desenvolvimento da democracia. Aclimatado à imagem de um líder soberano, as camadas populares se entregaram facilmente aos líderes que demonstravam, por meio de ações políticas e simbólicas, o seu compromisso com as massas. Contudo, apesar de provedor de direitos, o líder populista também se colocou atrelado ao desenvolvimentismo almejado pelos vários setores da elite nacional.

Por meio de um recuo no tempo, vemos que o populismo deu seus primeiros passos quando Getúlio Vargas implementou os direitos da classe trabalhadora. Fato inédito em nossa trajetória, a valorização do trabalhador assalariado não foi interpretada como uma resposta a um país que se urbanizava. Para uma vasta população pobre e desinformada, tais direitos era o resultado da ação personalista de Getúlio Vargas. Não por acaso, ele ganhou a alcunha de “pai dos pobres”.

Fonte: Brasil Escola- <<http://www.brasilescola.com/historiab/democracia-populismo.htm>>. Acesso em 08/12/2011.

Ao assumirem o poder, os militares implantaram um Regime autoritário, configurando uma hipertrofia do Poder Executivo uma vez que, segundo Germano (1993, p. 18) “[...] estamos diante de um Poder Legislativo que não legisla e um Poder Judiciário que não julga, mas que atuam conforme vontade e conveniência do Executivo.” Contrariava-se, dessa sorte, o princípio constitucional do sistema dos freios e dos contrapesos idealizado por Montesquieu, que preconizava uma igualdade hierárquica entre os poderes de tal forma que nenhum se sobreponesse ao outro, mas fossem aplicados sempre em conjunto para realização do bem-estar social.

Para Ianni (1986, p.35), o Regime Militar respondeu, tanto “às determinações básicas do capital como às reivindicações dos movimentos sociais e partidos políticos de base popular.” Isso mostra que se deve analisar o Estado juntamente com a estrutura da sociedade, das suas classes sociais e das aparentes contradições, avaliando as diferentes conjunturas históricas que permearam a formação histórica do bloco de poder constituído pelos militares e pelas elites hegemônicas.

É importante, neste estudo, avaliar as relações entre a sociedade política e a sociedade civil, identificando quais foram as bases sociais de sustentação do Regime em cada conjuntura, assim como os movimentos oposicionistas, ora ressaltando os conflitos internos, dentro da própria elite dominante, ora observando as incongruências entre os próprios militares. Isso mostra que, durante o Governo Militar, não existiu um bloco homogêneo, mas centros de poder divergentes e até opositores, sobretudo quando se consideram os movimentos de resistência como centros de poder também em busca de hegemonia.

O Estado Militar coincidiu com o momento de crescimento dos indicadores econômicos e expansão considerável do parque industrial, no entanto, o regime militar foi também o responsável pelas maiores taxas de concentração de renda da História brasileira.

Para compreender a política educacional brasileira nos anos de 1964-1985, sob o ponto de vista interpretativo, deve-se aceitar que o período pós-1964 foi analisado por diversas vezes sob um viés aparentemente monolítico, apesar da existência de crises, de conflitos sociais e de algumas tentativas de se resolverem os problemas de alfabetização e dos demais níveis de escolarização da população, por meio da legislação e dos planos educacionais divulgados, todavia, não implementados com êxito pelo Estado Militar.

Realmente, era necessária uma atuação que começasse pelos níveis básicos de Educação, buscando a universalização e a ampliação da escolarização obrigatória no Primeiro Grau, juntamente com a melhoria na qualidade do ensino profissionalizante no Segundo Grau, pois segundo Kramer (1982, p.71) e Patto (1991, p. 64) existiam significativas evasão e repetência como resultados dos processos de alfabetização adotados em escolas públicas, a dificuldade de acesso e o fato de as instituições supervalorizarem o uso da escrita, incrementavam a evasão e o alto índice de alunos repetentes, interferindo na configuração da “pirâmide escolar⁴²”.

Para Azanha (1992. p.116), os estudos realizados sobre o período de 1964-1985 baseavam-se em modelos historiográficos genéricos que “serviriam” ou “se enquadrariam” para qualquer local ou região do Brasil; esse modelo foi por ele denominado de “abstracionismo pedagógico”, em que as observações e análises de casos concretos foram substituídas por modelos genéricos, ou seja, não procuravam dar ênfase às singularidades e particularidades de cada cidade.

Alguns historiadores apresentavam essa característica monolítica, entre eles: Ribeiro (1992), Germano (1993) e Romanelli (1995). A partir dessas análises, o Estado Militar, após 1964, direcionou o desenvolvimento econômico brasileiro, consubstanciando um processo excluente sob o domínio do capital internacional, com significativas determinações para o sistema educacional. O autor Lemme (1992, p.121) mostra o golpe militar como um período trágico que perseguia e combatia qualquer pessoa que lutasse contra o Regime e/ou por uma melhora quantitativa e qualitativa nas oportunidades de ensino, Educação e cultura para o povo brasileiro.

Nesse período, aconteceram várias violações à Constituição Federal e aos direitos e garantias individuais e coletivas, que aterrorizaram um elevado número de pessoas, desencadeando na “evasão de cérebros”. O desrespeito aos direitos das pessoas resultou no movimento de fuga de intelectuais e de cidadãos brasileiros que fizeram parte dos mais de 10.000 exilados pelo Regime Ditatorial.

⁴²Na Pirâmide escolar a base seria formada pelos alunos dos cursos básicos, ou seja, ensino primário/fundamental, a parte intermediária seria constituída pelos alunos do curso profissionalizante e do ensino médio, e por fim, no ápice da pirâmide estariam os alunos que conseguiram chegar ao Terceiro Grau e ao final de todo processo conseguissem o Diploma Universitário.

O Governo Militar estabeleceu que o sistema educacional deveria ser subordinado ao sistema ocupacional, visto que a Educação serviria para transformar o cidadão em operário, tornando-o apto para trabalhar na indústria em desenvolvimento e, concomitantemente, serviria como consumidor. Valeu-se da Teoria do Capital Humano para colocar a Educação a serviço das grandes indústrias, pela qualificação do trabalho. O sistema educacional assumiria a função de formar os recursos humanos, visualizando o indivíduo como parte do capital. A Educação continuada viabilizaria a reciclagem da massa de trabalhadores de maneira veloz e intermitente, para atender a demanda da indústria (FAZENDA, 1985, p. 122; SCHULTZ, 1973).

O movimento de busca da inclusão social exigiu o aumento de número de vagas no ensino, além de ser decorrente do aumento na taxa demográfica. O Estado Militar, valendo-se da tentativa de cooptação dessas categorias viabilizava, pelo menos no discurso, a concessão de algumas reivindicações, tentando amenizar as tensões e manter-se no poder.

Germano (1993. p.133) considera o período de 1964 a 1985 dividido em duas tendências, nas políticas educacionais. Primeiramente, houve uma tendência tecnicista, na qual se utilizou a repressão com respaldo legal, mediante Atos Institucionais, que, como descrito anteriormente, feriam os princípios estabelecidos na Carta Magna, visto que o planejamento educacional estabeleceu como prioridade a concretização da competência e definiu os meios para se alcançar os fins de “Ordem e Progresso”, em outras palavras, para se concretizar a política militar desenvolvimentista. Posteriormente, retrata uma tendência compensatória, apresentando uma opção política para resolver o problema da deficiência e do atraso cultural, caracterizando esse momento como uma tentativa de “dividir” de forma mais “isonômica” os conhecimentos e os desenvolvimentos escolares, profissionais, sociais e econômicos. Era mister obter uma mão de obra com qualificação para atender ao mercado de trabalho, transmitindo valores que incentivasse a busca por uma sociedade desenvolvida que inculcasse no cidadão brasileiro a convicção de que o trabalho é capaz de dignificar e de incluir o homem na sociedade, entretanto, para isso o indivíduo deveria ser qualificado para merecer tal inclusão.

O menosprezo das autoridades públicas para com a Educação se mostrou ao tentar camuflar seus problemas. Apesar das justificativas de ordem moral, baseadas na conservação dos valores cristãos e da declarada “vontade” de diminuir as desigualdades sociais, a política educacional caminhou em sentido contrário ao do discurso, ou seja, na realidade ocorreu a

preservação de uma estrutura mantenedora das desigualdades sociais a serviço do grande capital. Resumindo, o sistema ocupacional subordinava e determinava como deveria funcionar o sistema de Educação brasileiro.

Algumas estratégias foram apresentadas pelo Governo, tais como cursos de aprendizagem de curta duração para suprir a carência da indústria e compensar a política educacional que legitimava a exclusão social. Para amenizar as crises do setor da Educação provocada pelo movimento estudantil e escamotear seus problemas, propunha-se a universalização e a ampliação do número de vagas nas escolas pela privatização do sistema universitário. A política economicista subordinou o sistema educacional, minguando os incentivos financeiros destinados às escolas e às universidades públicas com o agravante da exclusão.

A formação do “exército de reserva” levou os trabalhadores sem instrução a ficarem à mercê das determinações do capital, ou seja, a se submeterem a baixos salários pela grande dificuldade de conseguir um emprego.

Pela falta de compromisso para com a Educação pública, o Governo Militar optou por assumir a dívida externa privada, desviando, consequentemente, uma soma considerável de verbas que poderiam ser destinadas a uma reestruturação do sistema educacional brasileiro.

Tentavam-se soluções em curto prazo, apesar de se visualizar a urgência de investimentos para adequar a Educação à política desenvolvimentista do País. O sentido de tentar incentivar a privatização do ensino em detrimento da Educação pública gerou inúmeros “incentivos”, prerrogativas e regalias para o setor privado, tornando a Educação um negócio de boa rentabilidade para os empresários do ensino. Os interesses das categorias dominantes foram legitimados juntamente com o capital internacional que realizava práticas mantenedoras das desigualdades sociais a serviço da minoria detentora do poder.

O Estado Militar trouxe marcas profundas na formação da mentalidade brasileira e no sistema educacional, interferindo enfaticamente na sociedade pelo seu caráter ditatorial e sua política educacional.

A política educacional militar pode ser considerada como um conjunto de medidas adotadas, ou, ao menos, “programadas” pela sociedade política, no que tange à estrutura de Ensino, seja ela escola ou não, com o intuito de reproduzir a força de trabalho e os intelectuais

– *lato sensu* – necessários à regulação dos requisitos educacionais e para a disseminação e fortalecimento da ideologia dominante, visando também ao imperativo de instrumentalizar o fornecimento da mão de obra para o mercado de trabalho.

O próprio Regime Militar “permitiu”, paradoxalmente, o surgimento de uma atmosfera crítica e de oposição ao Governo autoritário, mesmo assim, ele conseguiu manter a estrutura de desigualdade preservada pela política privativista e excludente.

As reformas educacionais trouxeram em seu bojo tanto elementos objetivos para manter a ordem – “restauração” – como fatores de “renovação”, demonstrando que vivemos em um mundo que é edificado pelas contradições, pelos antagonismos e pelos conflitos, que forjam um sujeito contemporâneo multifacético e paradoxal.

Cabe ainda destacar que, em nome da ideologia da Segurança Nacional, o Estado permitia à elite militar intervir em todas as esferas da vida do brasileiro, de forma cada vez mais contundente, principalmente na área econômica. O Estado brasileiro assumiu uma forma ditatorial na qual, segundo Stoppino (1986, p. 373), “o Governo ditatorial não é refreado pela lei, coloca-se acima dela e transforma em lei a própria vontade”.

Os militares associaram a força ou o domínio do Estado à busca do consenso popular, direcionando o seu Governo para uma hegemonia baseada na consolidação de uma identidade entre oprimidos e governantes, no intuito de modelar a vida privada da classe dominada consoante a ideologia militar e a elite. Entretanto, o desagrado com o Regime Militar atingiu diversos setores da população brasileira. Essa insatisfação culminou na “passeata dos cem mil”, ocorrida em junho de 1968, no Rio de Janeiro com o protesto de integrantes da classe média, católicos, discentes e docentes indignados com a ditadura e com o imperialismo dos EUA.

Houve, nesse período, uma acumulação de capital sustentada pela desigualdade social, reflexo direto da concentração de renda que ainda caracteriza a dinâmica social brasileira. A conjugação destes fatores é a responsável pela exclusão social que penaliza fortemente as camadas populares da população brasileira. No início da década de 1970, no momento em que Uberlândia alcançava a realização do sonho de cidade moderna, com a instalação da sua universidade, os segmentos médios e setores das camadas populares identificavam no discurso oficial um sinal tênu de resposta às suas aspirações com o aumento de oferta de vagas no Ensino Superior, pouco nas instituições públicas e exagerado em instituições

privadas que se multiplicavam no território brasileiro. A expansão da rede particular de Ensino Superior foi a compensação encontrada para satisfazer a iniciativa privada que, durante o período de tramitação da primeira LDB, entre 1948 e 1961, lutava obstinadamente para impedir a ação maciça do Estado nos assuntos educacionais. A respeito do “milagre da multiplicação” das instituições privadas do Ensino Superior, o comentário de Carlos Benedito Martins (1988) é elucidativo:

Ao apoiar a criação de estabelecimentos superiores particulares, o Estado inclinou-se para uma política de rentabilidade, ou seja, uma ampliação das chances educacionais para setores das camadas médias urbanas, sem envolver-se com seu custo. O autoritarismo da época, que coincide com a proliferação dos estabelecimentos particulares superiores, a debilidade do debate sobre o ensino público e o ensino privado, naquele momento, impediram a criação de uma mobilização para sustar a privatização do Ensino Superior, que começava a ganhar então decididos contornos. (MARTINS, 1988, p. 69).

2.2 A política educacional do Regime Militar

Para se estudar o projeto educacional do Estado Militar, torna-se imprescindível o entendimento da política educacional imposta pelo Regime como estratégia voltada prioritariamente para o “desenvolvimento econômico”, com o intuito de modificar a relação das forças sociais. Essa política demonstrou a unidade entre as políticas social e econômica nas relações entre o Estado e a economia.

Os militares praticaram uma política educacional que se valia da estrutura de Ensino para atender às classes sociais menos favorecidas, como atenuante dos conflitos/pressões das alas opositoras.

Se, por um lado, os militares utilizaram a política educacional como estratégia de hegemonia, por outro, deixaram de fornecer a escolarização e a qualificação dos trabalhadores necessários ao Estado capitalista, privilegiando a classe elitizada em detrimento das classes populares sofredoras da exclusão social.

Deve-se procurar entender a política educacional do Estado brasileiro, contextualizando a sociedade sob o domínio da Ditadura Militar aliada às determinações do capitalismo, que privou a classe trabalhadora da satisfação de suas necessidades em favor de

um crescimento econômico, preservando os interesses do grande capital e consubstanciando a exclusão social.

Pode-se afirmar que o Estado Militar procurou atender aos interesses dos capitalistas também pelo direcionamento da escolarização, na tentativa de desenvolver mão de obra qualificada necessária à indústria nascente. Dessa maneira, ocorreram as reformas — entre elas a Reforma do Ensino Superior, em 1968, e posteriormente, em 1971, a Reforma do Ensino do Primeiro e Segundo Graus — entre os objetivos das mudanças, destaca-se o intuito de controlar a participação da sociedade civil. Fez-se uma “revolução passiva ou pelo alto” evitando possíveis mobilizações de outros setores que não o Militar dominante para modificar a estrutura de ensino até então vigente.

O Regime Militar procurou divulgar um discurso de exaltação e de valorização da Educação, dizendo-a como uma via direta para se alcançar o desenvolvimento de uma nação rica e forte. Contudo, deve-se ressaltar o fato de ter sido o Aparelho Educacional um meio, ou melhor, um instrumento utilizado pelos militares para atender à real finalidade de obtenção de consenso em uma estratégia na luta pela hegemonia deles.

No primeiro momento, os militares primaram pela valorização e pela necessidade de incentivos ao desenvolvimento educacional do País; por outro lado, no segundo instante, nas atitudes, tornaram-se evidentes as “contradições”, pois o Estado destinou poucas verbas para área da Educação pública, e, de certa forma, estimulou setores privados vinculados à acumulação de capital, facilitando e direcionando para uma política de privatização do ensino.

A preocupação em manter o controle político e ideológico, principalmente no ambiente das universidades, foi fortemente exercida pelo Decreto-Lei 477/69, que vigiava professores e suas condutas, observava alunos e expulsava os subversivos. Esses atos eram respaldados na ideologia de Segurança Nacional, como um movimento anti-intelectual em nome de um anticomunismo propositadamente exacerbado.

Outro elemento importante e determinante da política educacional foi o de tentar vincular a Educação liberal à economia, desenvolvendo-se a “Teoria do capital humano”, fato que subordinava a Educação às demandas da linha de produção e às necessidades da indústria incipiente. O raciocínio de José Willington Germano é taxativo:

[...] os elementos de “restauração” e de “renovação” contidos nas reformas educacionais; a passagem da centralização das decisões e do planejamento,

com base no saber da tecnocracia, aos apelos “participacionistas” das classes subalternas. 2) Estabelecimento de uma relação direta e imediata, segundo a “Teoria do capital humano”, entre Educação e produção capitalista e que aparece de forma mais evidente na reforma de ensino do 2º grau, através da pretensa profissionalização. 3) Incentivo à pesquisa vinculada à acumulação de capital. 4) Descomprometimento com o financiamento da Educação pública e gratuita, negando, na prática, o discurso de valorização da Educação escolar e concorrendo decisivamente para a corrupção e privatização do ensino, transformando em negócio rendoso e subsidiado pelo Estado. Dessa forma, o Regime delega e incentiva a participação do setor privado na expansão do sistema educacional e desqualifica a escola pública de primeiro e segundo graus, sobretudo (GERMANO, 1993, p. 105-106).

Germano explicitou os eixos do controle político e ideológico da Educação escolar, entendendo a política educacional como proveniente da correlação de forças sociais daquele contexto histórico permeado pela dominação econômica internacional com anuência do Estado Militar. É curioso constar que, em uma pesquisa realizada por Luiz Antônio Cunha, durante o regime militar, cujos resultados foram publicados ainda na década de 1970, o cientista social reconhecia os mesmos fatores limitadores da oferta de Educação escolar e apontava o pensamento liberal como o responsável pelo desenvolvimento desigual da Educação brasileira, ficando o Governo militar o executor da ideologia capitalista, mas não o mentor de tal ideário que acentua a concentração de renda e a desigualdade social. Uma constatação de Cunha chama a atenção: a duração da obrigatoriedade do Ensino Fundamental. Para os liberais da década de 1940, entenda-se do pós-Guerra, a duração da obrigatoriedade da escolarização seria de quatro anos, a reforma dos militares dobrou este número.

[...] o Estado estabeleceu para si próprio o dever de garantir a escolarização obrigatória e gratuita (pelo menos nos seus estabelecimentos) para toda a população a partir dos sete anos de idade. A duração da escolarização deveria ser de quatro anos, no mínimo, conforme a constituição de 1946, e dobrava para oito anos, segundo a Lei nº 5.692/71 (CUNHA, 1977, p. 117).

Ora, em que pese a ruptura institucional, nota-se que as mudanças acarretadas pela conjunta capitalista demandavam a expansão do tempo mínimo de escolarização, tendo em vista a necessidade de ampliação de mercados consumidores e de rearranjo da produção, transferindo para os países pobres os parques industriais sediados na Europa e nos Estados Unidos da América.

Passadas quatro décadas das reformas educacionais do regime militar, é possível rever o papel da Educação como alicerce da prosperidade econômica, o que servia de atrativo para a mudança de hábito da sociedade brasileira e que incidia na escolarização da sociedade e na ampliação da permanência compulsória da população em idade escolar nos estabelecimentos

de ensino (CUNHA, 1997, p. 118). Valendo-se do raciocínio de Meszaros, que oferece outra interpretação dessa realidade permeada pela escolarização,

Nessa perspectiva, fica bastante claro que a Educação formal não é a força ideologicamente primária que consolida o sistema do capital; tampouco ela é capaz de, por si só, fornecer uma alternativa emancipadora radical. Uma das funções principais da Educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados (MESZAROS, 2008, p. 45).

A Educação formal, para nos servirmos da terminologia de Meszaros, deveria cumprir a função de legitimadora de um regime de exceção, ainda mais, deveria sancionar a desigualdade social e a concentração de renda; caberia aos militares a função policial de manter tal ordem social. Não por acaso, no que dizia respeito ao Ensino Médio, em menos de uma década, a letra da Lei 5.692/71 ruiu; não por acaso também, após a expansão do sistema federal de Ensino Superior com a criação de nossas universidades em áreas interioranas, o Brasil presenciou o crescimento exponencial do ensino pago, cujas consequências perniciosas ainda hoje se fazem notar.

2.2.1 As reformas educacionais brasileiras: a LDB de 1961 e a Reforma Universitária de 1968

No final da década de 1950, alguns estudiosos, entre os quais se pode destacar Florestan Fernandes, pesquisaram as mudanças sociais brasileiras, enfatizando o desafino econômico evidente entre os diversos estados e regiões do País e a proeminência das prerrogativas singulares nas relações de trabalho, buscando entender as incongruências pertinentes à formação histórica brasileira.

Em sua obra *Mudanças Sociais no Brasil* de 1960, demonstrou que o descompasso econômico entre as diversas localidades do Brasil dificultaria o País concretizar efetivamente o processo de integração nacional, enquanto a proeminência das prerrogativas particularistas nas relações laborais deveria ser ocupada pelas necessidades primordiais da sociedade brasileira, almejando-se a formação de uma comunidade digna e justa por meio da Educação.

Florestan Fernandes depositava a confiança no poder da Educação como elemento de transformação social. Dessa sorte, o Estado deveria erigir um sistema educacional pautado na

preparação do cidadão para exercer seus direitos e participar, de forma ativa, na sociedade. Sendo assim, infere-se da análise do seu livro uma defesa por esse autor de um ensino público, gratuito, laico e de qualidade.

Para Luiz Pereira, a escola pública é um dos fatores determinantes do atraso material e social do País. Em suas principais obras, evidencia que o caminho para a mudança estrutural interna da escola é a racionalização das ações. De acordo com esse autor, a estrutura escolar é “um subsistema peculiar” que, na origem, é parte de um “esforço do Estado moderno para a racionalização das relações sociais”.

Em consonância com Florestan Fernandes, Luiz Pereira acreditava na Educação como instrumento de melhorar o País por meio de ações de convencimento e de transformações da consciência de si.

Para a transformação da sociedade brasileira, seria necessário conhecer em profundidade a realidade social que se pretende transformar, entender as estruturas tradicionais e a organização social brasileira e o porquê de resistirem ao tempo e às pressões do mundo moderno urbano e industrial.

Assim sendo, de acordo com Luiz Pereira, a escola é considerada como o lugar social capaz de promover, de modo racional, encontros de sujeitos das mais variadas gerações, que participam de modo diferenciado na vida urbano-industrial, gerando conflitos e tensões considerados como fatores relevantes para explicar as deficiências e os avanços no meio educacional e a maior ou menor implicação com a cultura escolar com o desenvolvimento da nação.

O ponto de partida para entender o viés desse autor são os textos *Rendimento e Deficiências do Ensino Primário Brasileiro* (1959) e *A escola numa Área Metropolitana* (1967), e, principalmente, o livro Trabalho e Desenvolvimento no Brasil (1965), ambos fundamentais no conjunto de trabalhos, pois apresentam as ingerências das políticas voltadas para Educação brasileira, que resultariam nas reformas educacionais da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e na Reforma Universitária de 1968.

Percebe-se que o desenvolvimento do setor urbano industrial influenciou as políticas de Ensino Superior no Brasil e destacou as suas ingerências, no sentido de corroborar a

subordinação da Educação aos meios de produção, apresentadas no texto da LDB de 1961 e na Reforma Universitária de 1968.

Após inúmeros debates e disputas políticas que advinham desde o início do anteprojeto de lei iniciado no Governo Dutra, em 1947, professores, estudantes, representantes políticos, entre outros, travavam discussões para elaborar a Lei de Diretrizes e Bases que surgiria somente em 1961.

O anteprojeto dizia ser a Educação direito de todos, assegurado pela escola pública obrigatória e gratuita. A obrigatoriedade seria da Educação primária, gratuita nas escolas públicas, sendo as escolas particulares, ao contrário do que se fazia no Estado Novo, incentivadas a admitirem alunos gratuitos ou de pagamento reduzido. A gratuitade total das escolas oficiais seria, inicialmente, apenas no grau primário; no grau médio e no superior, o ensino seria gratuito para todos os que, revelando aptidão, provassem falta ou insuficiência de recursos [...] (CUNHA, 1989. p.110-111).

A década de 1950 apresentou inúmeros debates entorno da Educação brasileira, principalmente, em relação do exercício efetivo pelo Poder Público e pela iniciativa privada. Anísio Teixeira, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Caio Prado Júnior, Fernando Henrique Cardoso, além de outros intelectuais, participaram da discussão e da elaboração do Manifesto dos Educadores redigido em 1959 por Fernando Azevedo.

De acordo com Romanelli,

A Lei de Diretrizes e Bases representou, a nosso ver, um passo adiante no sentido da unificação do sistema escolar e de sua descentralização; porém, [...] ela não pôde escapar às ingerências da luta ideológica e representou, sob aspectos assaz importantes, tais como o da autonomia do Estado para exercer a função educadora e o da distribuição de recursos para a Educação, uma vitória da mentalidade conservadora. (ROMANELLI, 2000, p.187).

Nesse momento final da década de 1950, vigia no Brasil uma agricultura de exportação e a politização da classe trabalhadora era incipiente, apesar de os representantes da oposição do Estado novo primarem pela abertura ao capital estrangeiro; defendiam que esses aspectos liberais estavam ligados ao setor econômico, contudo, a Educação deveria ser realizada pelo Estado.

Conforme se depreende da citação, a legislação corroborou a incongruência entre o modelo de Educação e o modelo de desenvolvimento, pois manteve a exclusão do processo educativo de grande parcela da população.

Inúmeros setores sociais, destacando-se entre eles, os políticos, os professores, os discentes e os representantes religiosos disputavam os elementos essenciais para traçar os caminhos curriculares que deveriam estar nos ditames da LDB de 1961. Percebe-se que os vencedores decidiram pela manutenção do sistema vigente pautado nas *liberdades de ensino*.

Endossaram esses pensamentos os dizeres de Cunha:

A lei sancionada pelo Presidente da República João Goulart, seu primeiro ministro Tancredo Neves e todo o ministério legitimava as principais reivindicações dos interesses privatistas, denominados interesses da ‘liberdade de ensino’, objeto, aliás, de todo um título do texto legal [...] Ao Estado caberia o dever de fornecer à família os recursos indispensáveis para que pudesse se desobrigar dos encargos da Educação, quando deles tivesse carência (CUNHA, 1989, p.132).

O contexto social mundial estava caracterizado pela forte presença da expansão do socialismo no Leste Europeu e, principalmente, destacado na revolução Cubana, após o advento do golpe Militar de 1964, tem-se reforçado a necessidade de revisar e reformar o sistema educacional brasileiro.

Após 1964, destacou-se a proximidade com os Estados Unidos da América, e desencadeou o pacto de cooperação técnica e financeira entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a *Agency for International Development (AID)* (MEC-USAID), que tinham como objetivo tentar solucionar a crise educacional brasileira por meio das reformas, além de tentar estabelecer estratégias para conter o avanço do socialismo na América Latina, pós Revolução Cubana. Para Araújo,

Além desse acordo de cooperação, criou-se a comissão conhecida como Comissão Meira Matos, que tinha dupla função: [...] a) *atuar como intervintora nos focos de agitação estudantil* e b) *estudar a crise em si, para propor medidas de reforma [...]* (ROMANELLI, 2000, p.197). O Acordo MEC-USAID e a Comissão Meira Mattos marcaram a união do tecnocracismo na Educação brasileira. A crise educacional e a necessidade ajuda estrangeira vincularam-se a duas questões. Houve um crescimento da base industrial no final dos anos 1950 que desencadeou o aparecimento de novos empregos e, assim, a demanda por Educação, principalmente dos setores de classe média. (ARAÚJO, 2003, p.63).

Nesse momento, a partir da parceria MEC-USAID, a reorganização do sistema educacional brasileiro sofreu fortes ingerências dos técnicos da AID, visto que a Educação passou atender os ditames de remodelação de forma objetiva e prática. Sendo assim, é possível afirmar que, apesar de existirem vagas de trabalho, elas não representavam emprego efetivo, pois a qualificação era requisito para preenchê-las; para tanto, a Educação tornava-se

a via mais próxima e direta para conseguir uma colocação no mercado de trabalho. Em consonância a esse pensamento Romanelli afirmou que

Foi nessa altura que foram assinados todos os convênios através dos quais o MEC entregou a reorganização do sistema educacional brasileiro aos técnicos oferecidos pela AID. Os convênios, conhecidos comumente pelo nome de ‘Acordos MEC-USAID’, tiveram o efeito de situar o problema educacional na estrutura geral de denominação, reorientada desde 1964, e de dar um sentido objetivo e prático a essa estrutura [...] uma vez acelerada a industrialização, a tendência à criação de serviços é imensa, devido à necessidade de obras de infraestrutura, crescimento do setor terciário, e organização burocrática, em crescente complexificação. [...] o Estado, como propulsor da expansão econômica, mantém vários mecanismos concentradores de capital e órgãos de planejamento e administração além das suas próprias empresas (ROMANELLI, 2000, p. 197, p. 205).

Dos objetivos apresentados pelos programas da AID, visualiza-se uma predominância dos referentes ao Ensino Superior no Brasil. Analisando-se o conteúdo dessa reorganização estrutural, infere-se um modelo que proporciona uma dependência direta das Universidades dos países latino americanos às instituições americanas de Ensino Superior.

Pode-se analisar a Reforma Universitária de 1968 como a afirmação do projeto de tecnicismo e racionalização do Ensino Superior brasileiro, entenda-se como concretização do projeto de modernização das Universidades brasileiras de acordo com a vontade imposta pelo Governo militar.

O projeto inicial de reforma da Universidade brasileira iniciou sua gestação em 1938, culminando sua concretização após a tomada do Governo pelos militares e a realização dos acordos MEC-USAID; destacou-se, nesse momento, o II Congresso Nacional de Estudantes, no Rio de Janeiro, resultando na criação da União Nacional dos Estudantes.

De acordo com Cunha, o projeto inicial contava com cinco diretrizes principais:

(I) Para a solução do problema educacional; (II) para a solução do problema econômico dos estudantes; (III) para a reforma dos objetivos gerais do sistema educacional no sentido de uma unidade e de continuidade, (IV) para a reforma universitária, e (V) para organizações extraescolares. Este item sugeriu a criação da UNE e foi aprovado pelos congressistas (CUNHA, 1989, p.208).

Com o advento da criação da UNE, o Governo do Estado Novo percebeu a necessidade de tentar controlar a atuação política e o movimento estudantil e, após o golpe de 1964, ficou ainda mais evidente a busca de cercear as forças estudantis, devido ao desenvolvimento das ações e práticas que fortaleciam os movimentos dos estudantes.

Em 1938, a UNE iniciou o movimento de luta pela Reforma Universitária, contudo, inúmeras divergências, discussões e posições políticas diferenciadas possibilitaram que o Estado chamassem essa responsabilidade para si, pautado nos ideais de ordem e progresso, principalmente, no discurso de modernização das Escolas de Ensino Superior, na tentativa de controlar a atuação dos estudantes.

A Reforma Universitária foi resultado de vários encontros chamados de Seminários Nacionais de Reforma Universitária, entretanto não havia um pensamento unânime entre os estudantes, fator que dificultava a adoção de uma postura única capaz de impor uma posição consensual dos discentes.

Analizando o I Seminário Nacional de Reforma Universitária, que ocorreu em 1962, em Brasília, Cunha salientou:

[...] como medidas a serem tomadas no âmbito da reforma universitária, propunham a expansão das vagas nos cursos de medicina e engenharia; a investigação de novos métodos de seleção dos candidatos, inclusive os que levam em conta a ‘vida pregressa’, a diversificação dos cursos superiores; a modificação da carreira docente; a formação de professores em cursos de Pós-Graduação; a adoção do regime de departamentos; e o incremento da pesquisa básica no País [...] (CUNHA, 1989, p. 248-249).

A despeito de tantas divergências, luta de posições políticas, pode-se afirmar que, em 1968, foi finalizado o projeto da Reforma Universitária, que veio legislar a respeito das questões institucionais que antes dela tinham caráter de sugestão ou de permissão de atos institucionais, tais como: extinção da cátedra vitalícia, o regime departamental, os cursos semestrais, determinando quais seriam a partir daquele momento os ditames determinantes da modernização do Ensino Superior brasileiro.

2.2.2 A Política Educacional e a Reforma Universitária de 1968

A Reforma Universitária se insere no contexto do Golpe de 1964, quando os militares iniciaram movimentos repressivos, no sentido de consolidar e solidificar sua liderança. Iniciou-se uma ação de “caça aos comunistas”, repressão às entidades e aos núcleos formadores de possíveis oposições ao Governo, tais como: Centro Popular de Cultura – CPC, Centro de Educação Popular – Ceclar, União Nacional dos Estudantes – UNE, entre outros que lutavam pela Educação e pela cultura popular.

Nesse período, houve grande intervenção nas Universidades brasileiras. O Conselho Federal de Educação – CFE nomeou reitores militares para diversas instituições de ensino, tentando assegurar o controle militar. Em alguns casos, como na Universidade de Brasília – UnB, ocorreu invasão por tropas que destituíram o reitor Anísio Teixeira, prenderam professores e alunos suspeitos de serem subversivos, encaminhando-os para Inquérito Policial Militar que julgava sem possibilitar ao “suposto réu” a apresentação de protestos, o que era um desrespeito aos princípios legais do contraditório e da ampla defesa.

A repressão foi tão bruta que resultou na morte e no “desaparecimento” de estudantes, professores, intelectuais, entre outros da massa de “subversivos”, afastando e punindo os chamados marxistas/comunistas. Como se percebe, o Regime provocou uma grande evasão de críticos, de estudiosos e de intelectuais para outros países, onde ficaram exilados.

Em abril de 1969, tem-se o ápice da repressão política “encorpado” e instituído pelo Ato Institucional número cinco – AI 5 e da repressão educacional pelo Decreto nº 477. As autoridades militares valeram-se de variadas formas para “decapitar” os movimentos oposicionistas dentro das faculdades, utilizavam a *delação* ideológica, com os chamados “olheiros” ou, vulgarmente, “dedos-duros”.

Em 1966, a Escola de Comando e Estado Maior do Exército do Rio de Janeiro e outros grupos de comissões destinados a propor sugestões para Reforma do Sistema Educacional brasileiro, organizaram o Seminário de Educação e Segurança Nacional para determinar as diretrizes à estrutura Educacional. A militarização da Educação atuou desde a ocupação/intervenção dos soldados dentro das Universidades até a destituição de reitores civis, nomeação de componentes do exército e intervenção do Ministério da Guerra nas determinações próprias do Ministério da Educação.

Pode-se destacar que, durante o Regime Militar, representantes da Alta Patente do Exército tais como Jarbas Passarinho, Ney Braga e Rubem Ludwig foram nomeados ministros da Educação e Cultura.

Pós 1964, o advento da Lei elaborada por Flávio Suplicy de Lacerda impôs que as congregações estudantis, a partir de então, entrassem na ilegalidade, reprimindo, dessa sorte, as reuniões dos estudantes da União Nacional dos Estudantes – UNE e das UEEs – Uniões Estaduais de Estudantes. O Estado tentou criar órgãos de representatividade estudantil “ligados/atrelados” ao Governo, que ficaram conhecidos como entidades “pelegas”.

Os movimentos estudantis contra a repressão ditatorial tornaram-se cada vez mais constantes e, em 1966, culminaram em uma luta contra os atos impostos pela Lei Suplicy, movimento conhecido como “setembrada”.

Em 1967, iniciaram-se outras contestações contra a política de privatização do ensino, em que os estudantes repudiavam os acordos celebrados entre o MEC e a USAID – técnicos da AID (*Agency for International Development*) que foram convidados para colaborar no direcionamento da estrutura de ensino no Brasil.

A ausência de vagas nas faculdades e o descaso do Governo para com o financiamento da Educação pública geraram a revolta dos grupos estudantis dos chamados “excedentes”. Desde 1965, com o início dos festivais de música brasileira, o movimento antiditatorial foi corroborado pela atuação de músicos como Geraldo Vandré, Chico Buarque de Holanda, entre outros. Esses compositores/cantores, ao demonstrarem sua indignação e repúdio à política autoritária militar, por meio da música, criaram “hinos” que “revolveram” o sentimento e a necessidade de se continuar lutando por um País melhor no qual existissem direitos e que fossem completamente respeitados (SANFELICE, 2008).

No contexto mundial, no interstício dos anos de 1968-1970, ocorreram inúmeros protestos contra a ordem estabelecida e imposta pelas elites capitalistas dominantes. A chamada “Guerra Fria” dividiu de forma bipolar as áreas de dominação da sociedade mundial: de um lado os EUA e seu capitalismo imperialista e, do outro, a URSS, que tentava disseminar o socialismo. Esse fator desencadeou uma disputa por territórios e posições em todo mundo, no qual o Brasil, mais especificamente o Governo Militar brasileiro, ficou sob influência direta dos norte-americanos, apoiando o movimento anticomunista.

A Reforma educacional tornou-se um dos focos centrais da política autoritária, que procurou realizar acordos com assessores e agências norte-americanas, no intuito de estabelecer uma disciplina acadêmica, que disseminasse um clima de respeito para com as autoridades e a hierarquia do Governo e, consequentemente, minorasse os protestos e movimentos antiditoriais.

Notou-se que alguns agentes da USAID, sob coordenação do MEC, orientavam propostas demonstrando a necessidade premente da racionalização e organização das Universidades como se elas fossem empresas, somente dessa forma melhorariam o seu desempenho. A solução dada pelos técnicos norte-americanos estaria na gradativa

privatização da máquina educacional, pois, para funcionar, o Aparelho instrutório deveria estar nas mãos de particulares. Deve-se ressaltar que não se transplantou um modelo importado completo dos EUA, pois os militares buscavam utilizar o padrão norte-americano com adaptações e ajustes de forma que atendessem os desejos e as conveniências do Governo Militar brasileiro.

Ficou evidente, principalmente, com a Reforma Universitária de 1968, a tentativa de modernização do Ensino Superior no Brasil. Os pilares do discurso estavam sob o escopo do combate ao desperdício e à defesa da racionalização, visando ao aumento da produtividade acadêmica.

O sistema de cátedras foi extinto e a organização passou a se constituir estruturalmente em departamentos; o currículo escolar foi dividido em duas etapas: nos períodos iniciais, seriam ministradas disciplinas básicas e introdutórias comuns a vários cursos e, posteriormente, passariam para a parte profissionalizante ou mais específica de cada faculdade.

Em algumas Universidades, procurou-se adotar um sistema de matrícula por matéria substituindo o antigo regime seriado. O período letivo tornar-se-ia semestral, possibilitando a intensificação e a condensação dos estudos, pois o contexto sob a égide capitalista reforçava a máxima “*Time is money*” e a formação dos profissionais de nível superior deveria ser feita em tempo recorde e com padrão de excelência, evidenciando-se as incongruências, visto que as duas características almejadas de celeridade e alta qualidade são basicamente inconciliáveis.

No ápice da crise do “Estado Populista”, em 1960, alguns setores progressistas da sociedade civil reivindicavam a Reforma Universitária. Esse movimento reformista, nos anos 1961 e 1962, foi endossado pela UNE que organizou Seminários Nacionais em prol da reforma educacional. Os estudantes idealizavam a conquista da autonomia universitária, transformando-a em autarquia ou fundação, de tal modo que fosse incrementada a liberdade para práticas das ações internas em face do Estado.

Entretanto, a Reforma Universitária de 1968 tomou outro caminho e tentou, de variadas formas, coibir o desenvolvimento de uma escola crítica e democrática. Os militares almejaram reprimir o pensamento político na Academia, de maneira que ela somente formasse mão de obra qualificada para a indústria e mercado consumidor. Por essa ótica, percebe-se

que a intenção do Regime era alijar a consciência crítica e a vontade própria dos estudantes e das massas, em nome de um Estado de Segurança Nacional de cunho ditatorial.

Baseada na “Teoria do Capital Humano”, também se pode destacar a atuação da Comissão Meira Mattos, criada para analisar as deficiências e precariedades da Educação e postular, posteriormente, diretrizes para a Reforma Universitária. Sendo assim, mais uma vez tentou-se criar subsídios com a intenção de submeter à Educação ao capital, ao mercado de trabalho e à produção, justificando as ações e a prática do método educacional com a ideologia do desenvolvimento e da Segurança Nacional.

A Reforma, entendida em um sentido *lato*, ou seja, além da análise puramente tecnicista da Lei 5540/68 e do Decreto-Lei 464/69, pode ser visualizada como um complexo de discursos e de ações planejadas e adotadas pelo Governo Militar para dominar o direcionamento do sistema de Educação.

Para implementar essa reforma do sistema educacional, o Estado valeu-se de uma tática restauradora, desmobilizando as oposições, eliminando os movimentos oposicionistas. Com o pretexto de “renovar”, instituiu com o Decreto-Lei 477/69 uma ampliação do A.I.- 5 para o âmbito universitário, o que permitiu um controle acirrado das atividades políticas e acadêmicas praticadas no interior das Escolas de Ensino Superior no Brasil.

Para se entender a política educacional brasileira, deve-se desvelar as intenções, os planejamentos estratégicos e as práticas dos governantes, interpretando a Educação inserida no contexto do capitalismo liberal concreto que transcende a esfera teórica discursiva e as limitações legais.

É importante ressaltar a incapacidade do Sistema educacional imposto pelo Regime Militar em corresponder às expectativas, de ordem tanto quantitativa como qualitativa, para atender plenamente às necessidades da indústria crescente, às demandas da classe média e da população carente e excluída.

Apesar de ter a Reforma Universitária contribuído para o agravamento do índice de exclusão e de injustiça social, ela trouxe também elementos de “renovação” na realidade concreta, o que possibilitou a implantação efetiva dos programas de Pós-Graduação e da pesquisa nas Escolas de Ensino Superior. Dessa maneira, apesar das tentativas incisivas do

Estado de dominar a política e a ideologia no campo universitário, surgiu e se desenvolveu “contraditoriamente” uma consciência crítica no seio das faculdades.

2.3 Uberlândia sob a égide do Regime Militar: as faculdades isoladas e o processo de federalização

O destino de Uberlândia estava, de alguma forma, ligado ao sonho de Juscelino Kubitschek de transferir a capital do País para a região central. A mudança da capital brasileira para Brasília favoreceu sobremaneira o Estado de Minas Gerais, pois trouxe consigo um crescimento da região do Triângulo Mineiro⁴³ e intensificou o desenvolvimento dos transportes, para integrar de forma intensa as relações comerciais como Estado de São Paulo; a localização geográfica de Minas Gerais possibilitou grandes mudanças desse Estado no cenário nacional no final da década de 1950.

Com a mudança da Capital do País do litoral para o interior favoreceu por meio de incentivos, construções, infraestruturas, privilegiando o desenvolvimento de Minas Gerais que se tornou um importante centro de decisões e concentração de interesses políticos.

Importante se faz destacar no Estado de Minas Gerais a localização privilegiada de Uberlândia, desde o entorno do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, estendendo-se para o sul do Estado de Goiás e para o norte de São Paulo. Dessa sorte, apreende-se que sua polaridade, reforçada com a modernização da economia do Triângulo, está na origem da atratividade de contingentes de migrantes relacionadas entre outras com a criação da Universidade Federal de Uberlândia, causa maior das altas taxas de crescimento da população urbana.

⁴³ A região de influência de Uberlândia compõe-se por uma área que não se confunde, especificamente, nem com a microrregião de mesmo nome (microrregiões homogêneas do IBGE), nem com a denominada mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (IBGE), estendendo-se pelo sul e sudoeste de Goiás, nordeste do Mato Grosso do Sul, sudoeste de Mato Grosso e uma franja horizontal da bacia do Rio Grande, no norte do Estado de São Paulo, onde divide área de influência econômica com os núcleos de Ribeirão Preto e São José do Rio Preto. O estudo do REGIC, realizado pelo IBGE em 1993, representa certa confirmação empírica dessa área de influência.



FIGURA 4 Mapa de Minas Gerais e do Triângulo Mineiro

Fonte: SILVA, 2001, p.4.

Selmane Felipe de Oliveira (2002), em seu trabalho acadêmico, encarregou-se de traçar o perfil de lideranças políticas mineiras, enfatizando a participação de Tancredo Neves, Magalhães Pinto e Rondon Pacheco nos governos militares. A influência desses políticos contribuiu para consolidar o desenvolvimento de Minas Gerais. Não se pode olvidar a forte atuação do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, que também trouxe inúmeros benefícios para o Estado mineiro.

O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) dão destaque à representação política de Minas Gerais, ressaltando a sua atuação durante os governos de João Goulart e de Jânio Quadros, pois atuaram orientando e organizando a ação política dos grupos dos representantes mineiros nesses governos. Antes de adentrarmos o quadro político do regime militar e a atuação de políticos de Uberlândia, como Rondon Pacheco e Homero Santos, é preciso oferecer uma síntese do desenvolvimento do município e do crescimento da cidade de Uberlândia.

O Estado de Minas Gerais, no período da mineração, ou seja, no final do século XVII e no século XVIII, teve relevante participação para economia do País, influenciando a

mudança da capital de Salvador para o Rio de Janeiro. Ressalta-se não somente a importância econômica da participação do Estado mineiro, mas suas características políticas presentes nos ideais de lideranças que sonhavam com uma independência. A Inconfidência Mineira deixou um legado da respeitável participação no cenário político nacional.

Nos anos de 1906 a 1909, o então Presidente do Brasil Afonso Augusto Moreira Pena – representante mineiro – buscou subsídios para construir linhas férreas, incentivar criação de parques industriais e modernizar os portos de Recife, Vitória e Rio Grande do Sul; com a colaboração de Rondon, atuou na interiorização do Oeste, não se preocupando de forma exclusiva com a produção de café.

Minas Gerais, até a década de 1950, não tinha força econômica como São Paulo e também não apresentava um polo industrial desenvolvido, sendo assim, a alternativa para conseguir desenvolver-se era conseguir representantes políticos atuantes e influentes. Em consonância a essa análise, Fausto afirmou que:

[...] os políticos de Minas controlavam o acesso a muitos cargos federais e tiveram êxito em um de seus objetivos prioritários: a construção de ferrovias em território mineiro. Nos anos 20, quase 40% das novas construções de estradas de ferro federais aí se concentraram. Ao mesmo tempo, buscaram a proteção dos produtos de Minas consumidos no mercado interno e apoiaram, de acordo com as circunstâncias, a valorização do café (FAUSTO, 1998, p. 268).

À ruptura da política de sucessão presidencial tida como café-com-leite, representando o revezamento na presidência entre São Paulo e Minas Gerais, aconteceu em 1929, quando Washington Luís descumpriu o acordo, pois a indicação de Júlio Prestes em vez de um mineiro na sucessão presidencial colocou termo à estabilidade da Primeira República.

Para Selmane Felipe de Oliveira,

A mudança de acumulação de agrário-exportador para urbano-industrial começa a impor a necessidade de novas orientações para a ação do Estado. Sob um sistema autoritário, resultante da Revolução de 1930 e especialmente após o Estado Novo implantado em 1937, a ‘classe política’ tradicional, dominada pelos ‘coronéis’ e pelos bacharéis, começa a ser deslocada por uma nova elite governamental representada pelos indivíduos de formação ‘técnica’, em aliança com os militares (OLIVEIRA, 2001, p.102).

Juscelino Kubitschek contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento do Estado mineiro, visto que sua atuação e estilo de administração ficam evidentes nas atuações como prefeito de Belo Horizonte, como Governador do Estado, e, por fim, como Presidente da

República; a ascensão ou escalada política que o levou até Brasília foi importante para inserir o contexto socioeconômico da cidade, do Estado e da Nação na ordem Mundial.

Nos dizeres de Juscelino Kubitschek de Oliveira:

Uma cidade é uma estrutura orgânica. Não vive por si, solta no espaço e isolada no tempo. Ela se insere no contexto socioeconômico que a rodeia. No caso de Belo Horizonte, essa intervivência era reforçada por um fator de ordem política: tratava-se da capital de um dos grandes Estados da Federação. Daí minha preocupação de ligá-la, de forma racional e prática à área que lhe servia de fundo. De acordo com esse pensamento, providenciei a abertura das bocas, que eram saídas naturais, vinculando o polo de desenvolvimento, em que ela havia se transformado, ao progresso geral do Estado (OLIVEIRA, 1976, p.30).

A influência dos representantes políticos mineiros foi essencial para destacar o Estado de Minas Gerais no cenário nacional; a atuação de Juscelino Kubitschek e a forte administração exercida pelo Governador do Estado Milton Campos político experiente que já havia sido prefeito da capital mineira em 1940, orientado por um dos fundadores do Partido Social Democrático (PSD), possibilitaram, por meio das diversas alianças, a gestação de ações e de práticas no sentido de fortalecer a reputação de Kubitschek pautado no *slogan* binômio “Energia e Transporte”, diretrizes defendida por ele quando Governador do Estado de Minas Gerais e reforçado quando Presidente da nação.

No sentido de administrar de forma a manter uma “estrutura orgânica” “intervinculada” no “contexto socioeconômico”, foi importante a criação da CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais), em 1951, tornando possível a implantação da proposta de construir 2000 km de estradas e mais 500 km de pavimentação, possibilitados pela atuação incisiva dos políticos mineiros. Outros acontecimentos importantes que foram viabilizados pela atuação presidencial de Juscelino Kubitschek foram a criação, em 1956, da USIMINAS (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.), além da construção de Três Marias e de Furnas favorecendo sobremaneira o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.

O Programa de Metas, juntamente com a implantação da USIMINAS, foram extremamente profícios para a indústria de base mineira, visto que aqueles setores encontravam-se maias bem preparados para se beneficiarem da intensa expansão do mercado nacional. Destacam-se como aptas em aproveitar essa oportunidade as indústrias de aço e de cimento, pois aproveitaram a grande expansão industrial naquele momento, advinda do arrojado programa de crescimento da infraestrutura e da transferência da capital da nação para

Brasília. Nesse viés, Minas Gerais de acordo com (OLIVEIRA, 2001, p.103), “[...] colocou-se em situação privilegiada, pois aqui estavam sendo implantadas as duas maiores usinas hidrelétricas do período, justamente de onde deveria partir o abastecimento para a construção da nova capital da República”.

Em 1961, com a crise política provocada pela renúncia de Jânio Quadros, os setores conservadores, na busca de impedir a posse do vice João Goulart, buscaram respaldo no Parlamentarismo, indicando o Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, contudo, ele o não aceitou e repassou a recomendação para Tancredo Neves.

Magalhães Pinto pode ser considerado um dos principais opositores ao Governo de João Goulart (popularmente conhecido como Jango), entretanto, como banqueiro e Governador no período de 1961-1966, e visando às eleições presidenciais de 1965, não aceitou o convite e o parlamentarismo terminou em junho de 1962.

O interesse pelo cargo presidencial em 1965 era forte, sendo assim, Magalhães Pinto, Juscelino Kubitschek e Rondon Pacheco⁴⁴ reforçavam as alianças para rechaçar Jango; a partir de 1963, foi intensa a ação anti-Goulart cooptando forças em todo território nacional.

Reforça esse pensamento o trecho de Chagas citado por Oliveira:

A partir de 1963, Magalhães Pinto passou a desenvolver intensa atividade de conspiração anti-Goulart que se alastrava nacionalmente. Na segunda quinzena de março de 1964, já como ponte do golpe iminente, convocou algumas lideranças de mais prestígio em Minas (como o udenista Milton Campos e o pessedista José Maria Alkimim) para integrarem o Governo. Em seguida, precipitou as ações, com o apoio dos principais comandantes militares baseados em Minas, os generais Olímpio Mourão Filho e Carlos Luís Guedes. [...] o Governador mineiro mudou de postura, passou a fazer oposição a Castelo, compondo-se com o Ministro da Guerra, Costa e Silva. O Ministro tornou-se Presidente, e escolheu Magalhães Pinto para ser Ministro das Relações Exteriores. Outros mineiros também foram indicados: a Chefia da Casa civil ficou com Rondon Pacheco, e a vice-presidência com Pedro Aleixo (OLIVEIRA, 2001, p.31).

Nesse momento fica evidente a força das lideranças políticas mineiras; Rondon Pacheco assumiu o Governo de Minas Gerais durante 1971 a 1975, destacando-se pela busca de uma administração técnica, mantendo-se em sintonia com os interesses militares, sem

⁴⁴ Ex-Deputado Estadual, ex-Deputado Federal, Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República - Anos de 1967-1970. Governador do Estado de Minas Gerais – Anos de 1971-1975.

deixar de se preocupar com o desenvolvimento do Ensino Superior em Uberlândia, colocando-a inserida no cenário nacional.

Entre as lideranças políticas, estavam os políticos mineiros empenhados com ações e com práticas voltadas para o desenvolvimento das escolas de Ensino Superior em Uberlândia, destacando-se o papel exercido por Rondon Pacheco que atuou como agente decisivo na implantação das Escolas Superiores, principalmente, da Faculdade de Odontologia de Uberlândia.

No pronunciamento do próprio Rondon Pacheco:

Em 1970, eu estava sobrecarregado com as maiores responsabilidades políticas deste País. Porque havia recebido uma delegação do Presidente da República daquela época que era o eminentíssimo General Emílio Garrastazu Médici, que me convocou para presidir nacionalmente o partido que lhe dava sustentação no Governo, no Poder Executivo, e me delegou uma missão das mais difíceis, das mais complexas do ponto de vista político, porque fui encarregado de viajar do Acre até Santa Catarina escolhendo os futuros Governadores do País. Quanto ao Rio Grande Sul, ele me disse na presença do Ministro Orlando Geisel, que era o irmão do Ernesto que era o Ministro da Guerra, “Dr. Rondon, o senhor não vai ser Governador, nem Ministro agora, porque o senhor vai escolher os Governadores do País. Mas, eu quero dizer que para o senhor poder escolher os Governadores do País o senhor já está escolhido. O senhor vai ser o Governador de Minas (PACHECO, 2006. Entrevista em anexo).

Não somente como Governador, mas como político überlandense, foi incisiva a participação do Rondon Pacheco, que se colocou como líder de uma nova mentalidade a ser implantada na cidade de Uberlândia e no Estado de Minas Gerais. As mudanças significavam moldar o estilo mineiro à política militar; exerceu ações no sentido de adequar, enquadrar os interesses do local, do regional ao nacional. Dessa maneira, sua atuação destaca-se pela autoridade que lhe foi concedida pelo Presidente da República para escolher os Governadores.

A Educação desenvolvida no Estado de Minas Gerais entre os anos de 1960 a 1970 apresentou características marcantes do racionalismo e de tecnicismo provenientes dos inúmeros fatores sociais, políticos, econômicos e culturais vigentes à época; a luta desses representantes e a habilidade de aproveitar as oportunidades políticas facilitaram e corroboraram o poder dos grupos dominantes locais, regionais e nacionais.

A Educação brasileira ganhou relevância após o desenvolvimento de uma população economicamente consumidora, tendo em vista que, desde o período do Brasil-colônia,

escravocrata, não havia preocupação com a Educação, evidenciando-se que grande parte da população não tinha possibilidade de estudar.

Vários fatores possibilitaram o desenvolvimento do Estado mineiro começando-se pela já citada posição geográfica estratégica. Enfatiza-se que além de uma localização privilegiada, de acordo com Oliveira, Minas Gerais apresentava:

- 1- Existência de recursos naturais;
- 2- Disponibilidade de infraestrutura econômica – energia, transporte, comunicações;
- 3- A existência da indústria básica (metalúrgica e cimento) como atração para novas indústrias básicas;
- 4- A indústria básica e a mineração como atração para a indústria de bens de capital;
- 5- Posição geográfica do Estado;
- 6- O aparato institucional de apoio à industrialização;
- 7- Os incentivos fiscais como mecanismos de retorno dos investimentos e de aumento da taxa de lucros;
- 8- Novas regiões como alternativas para a localização industrial; o norte de Minas com os investimentos da SUDENE e a região sul de Minas como área para a desconcentração de São Paulo;
- 9- A capacidade de negociação dos mineiros (OLIVEIRA, 2001, p.115).

O capitalismo monopolista, assim como o modelo de produção urbano-industrial, intensificava-se no Brasil e no âmbito mundial e, dessa forma, a Educação assumiu um caráter dúplice de ser direito social do cidadão e de fornecer mão de obra qualificada para desenvolvimento do capital.

Em Minas Gerais, após a realização dos acordos MEC-USAID e as reformas do Ensino, de 1968 e 1971, foram adotadas as diretrizes pautadas em uma concepção pedagógica tecnicista norteando o planejamento democrático. Por todo exposto, ficam demonstradas as mudanças significativas nas diretrizes da Educação mineira após o golpe de 1964.

Rezende confirma em sua dissertação que:

Desta forma, após 1964, com a ascensão e hegemonia da fração do grande capital brasileiro aliado à burguesia imperialista internacional, consagra-se o ‘capitalismo social’ e se redefine, também, o discurso que orientará as políticas sociais do novo sistema, entre as quais a política educacional. [...] Durante os governos de Israel Pinheiro (1965-1971) e Rondon Pacheco (1971-1976) a estrutura administrativa do estado mineiro foi profundamente remodelada. Racionalizar o aparato administrativo significava avançar na superação da defasagem econômica em relação aos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Medidas como a criação do Conselho Estadual de Planejamento (Lei 4.477/67), assinatura de acordos com a UFMG, que objetivavam estudos sobre a racionalização da administração, demonstram

interesse governamental na mudança de qualidade de sua administração e o crescimento do papel que os ‘técnicos’ passaram a exercer em todos os setores da máquina governamental do Estado (REZENDE, 1993, p.17, p.34).

O Governador Rondon Pacheco elaborou o Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (PMDES), vislumbrando modernizar a administração pública e estreitar as relações escola/empresas, enfatizando a relevância da formação técnica para atender a demanda dos setores produtivos da sociedade, tomou a política da Educação como infraestrutura básica para o desenvolvimento econômico e social do País.

A mão de obra qualificada era requisito essencial para o crescimento urbano-industrial e para o desenvolvimento da nação, para tanto, o projeto educacional deveria ser racionalista e tecnicista, de modo a possibilitar uma formação fornecedora de trabalhadores qualificados, servindo também como fator de estabilidade social e de democratização do ensino.

O período chamado “Milagre Econômico” representou a retomada do crescimento da nação, assim como a melhoria de condições para pequenos grupos sociais que faziam parte do setor de serviços técnicos, principalmente, vinculados à administração pública.

A ideia de democracia na seara educacional e na ampliação das escolas principalmente do ensino primário convivia com a realidade do Regime ditatorial; a política educacional apresentava como elementos basilares: a expansão da rede escolar, o aumento do número de alunos e a necessidade de adaptar a escola primária à realidade.

A escola, durante o período militar no Brasil (1964-1985), funcionou como ferramenta de reprodução dos ideais dos grupos dominantes, exercendo, especialmente nos indivíduos de tenra idade, influência tenaz. Foi preconizada uma metodologia junto aos professores e aos alunos tendente a valorizar e reforçar os princípios do tecnicismo e a importância dos técnicos no processo ensino/aprendizagem.

O modelo de administração do setor educacional construiu um paradigma racional e técnico para modernizar a escola, contudo, isso não significa somente “‘administrar cientificamente’, mas também introduzir métodos e técnicas de ensino que substituíssem o ‘aprender a aprender’ da Escola nova pelo ‘aprender a fazer’ da Pedagogia Tecnicista”. (REZENDE, 1993, p. 20).

Em 1972, finalizou-se a elaboração do Plano Municipal de Implantação do Ensino de primeiro e segundo graus em Uberlândia, realizando-se um diagnóstico da situação do Ensino Superior, de primeiro e segundo, Supletivo e o Mobra, de acordo com Rezende:

Neste Plano, a comissão responsável por sua elaboração aponta a necessidade de ‘algumas medidas de infraestrutura sem que quase nada se poderia fazer: reestruturação do Departamento Municipal de Educação [...] reforma de alguns setores mais ligados a Educação da Universidade de Uberlândia [...] a fim de se conseguir os recursos humanos necessários ao desenvolvimento de um Plano em que os elementos técnicos são imprescindíveis’. A cada um desses elementos corresponde um projeto (REZENDE, 1993, p. 32).

Pode-se inferir que a Lei de Diretrizes e Bases de 1961 e a Reforma Universitária trouxeram consequentemente a reforma do ensino de primeiro e segundo graus, pois evidenciou as mudanças na sistemática administrativa, caminhando para atender uma sociedade com tendências a urbanização e busca por melhor escolarização, pautada na ampliação da rede escolar primária.

Em relação à política educacional, o Governador enfatiza como Política de Valorização do Homem, tendo como pontos fundamentais a expansão da rede escolar, o aumento crescente de matrículas e a necessidade de adaptar a escola primária à realidade: ‘os princípios que a inspiraram levam-na a participar ativamente da vida da comunidade, visando a integrar a professora e a criança no processo de desenvolvimento do Estado e do País e no culto dos valores do regime democrático’. Por fim, aponta a necessidade de se educar para a vida, daí o cunho marcadamente democrático da Educação que beneficia efetivamente as crianças das famílias menos favorecidas (REZENDE, 1993, p. 46).

A partir do período da Primeira República, por meio da análise dos textos constitucionais brasileiros de 1891, 1934, 1937, 1946 e da Lei de Diretrizes e Bases de 1961, poder-se-á entender a gênese das reformas no setor educacional brasileiro e perceber como o ensino escolar encontra-se atrelado à realidade nacional. Várias reformas foram produzidas, com a intenção de tornar a Educação um instrumento de direção do Estado. Nesse sentido, é possível notar a semelhança da sistemática educacional do Estado de Minas Gerais com a adotada em âmbito nacional.

Para exemplificar, algumas das importantes reformas referentes ao ensino primário e normal apresentam-se: a “Reforma Afonso Pena”, realizada em 1892, e a “Reforma João Pinheiro” datada de 1906, que instituiu a formação dos grupos escolares; em 1910, ocorreu a última reforma desse período intitulada “Reforma Venceslau Brás” reelaborando o funcionamento das escolas normais.

Nesse período da República Velha, em Minas Gerais, as reformas educacionais almejavam forjar uma institucionalização efetiva e concreta à sua Educação, a tentativa de homogeneizar o processo educativo escolar e seus processos pedagógicos administrativos; fazia parte de um projeto dos políticos mineiros que tinham como ideais uma Educação que expandisse por todo território brasileiro. Recorrendo à análise de Faria Filho:

[...] o movimento da escola que ocorre no ‘interior’ do movimento da cidade, no diálogo com as formas capitalistas de organizar e gerir o mundo do trabalho e como a busca de uma forma específica de institucionalização da chamada modernidade ocidental (FARIA FILHO, 1997, p.123).

O Estado não se preocupava com a Educação pública, sendo assim, as escolas foram, principalmente, fruto da vontade de pessoas e representantes de cada cidade envolvidos com o ideal de desenvolver meios e acesso à Educação para sua região, tornando comum o predomínio da iniciativa privada na criação das escolas e, entre elas, grande parte vinculada à orientação religiosa. Para exemplificar, no final de 1960, Uberlândia contava com cinco escolas públicas e seis privadas⁴⁵.

As escolas na região do Triângulo Mineiro nasceram sob as influências das tendências impostas pelo aparato legislativo das inúmeras reformas implantadas no Brasil desde a República Velha. Várias instituições foram surgindo nesse contexto, entre elas, destaca-se a cidade de Uberlândia tentando despontar e liderar o desenvolvimento econômico e demográfico da região, a partir de 1960, saindo à frente das cidades vizinhas tais como Uberaba, Araxá e Araguari.

Passado o período de modernização de Uberlândia, era chegado o momento da instalação das escolas superiores, um claro indício das mudanças geradas pela forte onda de urbanização das décadas de 1940 e 1950. O surgimento das faculdades isoladas em Uberlândia passará a ser tratado no próximo capítulo, bem como o aprofundamento dos dados históricos e censitários relativos ao tema da tese.

⁴⁵ GATTI JR. et al. , 1997. pp. 22-23.

CAPÍTULO III

AS CONDIÇÕES HISTÓRICAS DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA E A GÊNESE DAS PRIMEIRAS ESCOLAS DE ENSINO SUPERIOR

Para entender o processo de criação, de desenvolvimento e de consolidação das instituições de Ensino Superior em Uberlândia, é importante analisar algumas questões históricas acerca do desenvolvimento da Comarca, dando atenção para os fatores determinantes do surgimento do povoamento até o ano de 1960, quando se inicia a concretização das inúmeras escolas de Ensino Superior.

Acredita-se ser necessário promover uma revisão das leituras que são extraídas de dissertações e nas teses que tratam da modernização da sede do município de Uberlândia. O momento em que Uberlândia se projetou no cenário nacional, ultrapassando outros municípios mineiros e, principalmente, a cidade de Uberaba para se tornar a referência do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, foi certamente o coroamento do empreendedorismo de grupos econômicos locais, que enxergaram a oportunidade que se oferecia com a construção da nova capital da República no Planalto Central. A título de exemplo é altamente elucidativo o depoimento dado pelo Governador Rondon Pacheco a respeito da impetuosidade de um empresário local que, na era da estatização da telefonia no Brasil, conseguia expandir em um ramo estratégico:

Em 1961 eu era secretário de Estado em Minas, no Governo Magalhães Pinto, e o Alexandrino [fundador do Grupo Algar, N.A.] passou a postular todas as concessões caducadas do Triângulo Mineiro. O Governo deu as concessões a ele e, por uma dessas coisas do destino, eu estava acumulando a Secretaria do Interior com a Secretaria da Viação, por onde se processavam essas concessões. Tive o privilégio de assinar a concessão, deviam ser umas 40 e tantas concessões, o que já corporificou muito a telefônica. Deu peso, deu densidade. (Depoimento do Governador Rondon Pacheco, extraído de entrevista realizada no Museu de Memória CTBC, em 27/09/2000; in: CERQUEIRA, 2002, p. 94).

Obra do destino, não, provavelmente a conjugação de fatores que permitiram a Uberlândia despontar no cenário nacional graças ao empenho de homens públicos e empreendedores capazes de aproveitar a conjuntura que se mostrava promissora. É preciso descer até os pormenores que tecem a grandiosidade de Uberlândia, as pesquisas originais

devem buscar novas fontes que elucidam as bases locais para o desenvolvimento do município, é isto que se tentará retratar nas próximas páginas.

3.1. O desenvolvimento do município e a expansão da cidade de Uberlândia

A origem do município de Uberlândia começa por volta do século XIX, visto que as atividades de pecuária extensiva desenvolvidas na região desde o século XVIII foram a gênese do processo de criação que possibilitou o surgimento de um distrito chamado de São Pedro de Uberabinha. A Lei Provincial nº 602, de 21 de maio de 1852, instituiu esse distrito vinculado ao município de Uberaba; mais tarde, em 31 de agosto de 1888, foi elevado a freguesia, pela Lei nº 4.643, compreendendo os distritos da sede e o de Santa Maria, desmembrado do município de Monte Carmelo.

Em 1891, por meio da Lei nº 11, foi criada a Comarca e, mais tarde a Lei nº 23 de 24 de maio de 1892 elevou a sede à categoria de cidade. A Lei 843, de 7 de setembro de 1923, criou o distrito de Martinópolis, desmembrado do distrito da sede e, por fim, com a Lei nº 1.128 de 19 de outubro de 1929 o município recebeu o nome de Uberlândia. Após o advento da Lei nº 1058, de 31 de dezembro de 1943, foram criados os distritos de Cruzeiro dos Peixotos, desmembrado de Martinópolis, e Tapuirama desmembrado da sede; ainda pela presente lei, mudaram-se os nomes dos distritos de Martinópolis e de Santa Maria, para Martinésia e Miraporanga, configurando-se a composição do município de Uberlândia com cinco distritos: Uberlândia, Cruzeiro dos Peixotos, Tapuirama, Martinésia e Miraporanga.

Importante ressaltar uma peculiaridade da cidade de Uberlândia, pois desde os anos de 1940, diferenciando-se de Uberaba e de outras cidades do Triângulo Mineiro, procurou desenvolver o comércio e a indústria em detrimento da atividade agropecuária, que era a prática econômica predominante dos demais municípios.

O processo de busca pela industrialização no município de Uberlândia foi confirmado pela intensificação na produção de açúcar, de álcool, de bebidas, de laticínios, entre outros produtos, fortalecendo a tendência de priorizar a atividade industrial e a de urbanização pautada no comércio, fortalecido pelos grupos dominantes que, além de possuírem fazendeiros ricos, eram compostos por representantes de instituições tais como a Associação

do Comércio e Indústria de Uberlândia (ACIUB). Nas palavras do atual reitor da UFU, professor Alfredo Júlio Fernandes Neto⁴⁶:

E outro ponto que eu acho determinante é quando o prefeito Renato de Freitas canalizou a água do rio Uberabinha por meio da represa Sucupira para Uberlândia; me lembro muito bem da inauguração, ali na Floriano Peixoto, perto da caixa d'água, jogou toda a água na rua, desceu pela Afonso Pena, pela Floriano. Eu me entendo que ali, colocando aquela água, e na época chegando a CEMIG, substituindo a companhia energética que era aqui da região, deu a Uberlândia uma condição de infraestrutura para receber o progresso, para receber as indústrias e o comércio que temos hoje; com isso, nós tínhamos um Governador, que era de Uberlândia, o Governador Rondon Pacheco, que fez várias ações junto ao Governo Federal para que nós fôssemos um grande entroncamento rodoviário que nós somos hoje; isso deu a Uberlândia a infraestrutura, água, luz, rodovia, acesso e a inteligência que foi a criação da Universidade. Então esses dois pontos, a vontade da comunidade e a ação política, os políticos sempre olhando pro futuro, depois do prefeito Renato de Freitas, veio o prefeito Virgílio Galassi, que canalizou o rio Bom Jesus, para outra usina de captação de água, já veio a expansão do Distrito Industrial, então essa conjunção de infraestrutura da cidade e inteligência da Universidade é um fator determinante pro crescimento, quando eu falo força da sociedade eu me lembro muito bem quando criança, quando não tinha asfalto, por aqui, da ação da associação comercial e industrial de Uberlândia, tanto que você vê varias fotos históricas na Universidade, a presença dessas pessoas, e tem uma pessoa que me chama muito a atenção que eu tive a honra de conhecer, que é o Sr. Osvaldo Oliveira, no lançamento da pedra fundamental da Medicina. Você vê o Sr. Osvaldo lá representando a ACIUB, em vários outros momentos a ACIUB e o Sindicato Rural tiveram participação importante representando a sociedade, que era o comércio, a indústria, os ruralistas e a sociedade como um todo Sr. Milton Porto, de colégio, e essas pessoas que participaram da criação da Universidade, e eu entendo que a História do desenvolvimento de Uberlândia passa por esses fatores, infraestrutura da cidade e a inteligência da Universidade (FERNANDES NETO, 2011 (Entrevista 16, em anexo).

Outro elemento importante a ser apresentado e analisado é o posicionamento geográfico de Uberlândia ressaltado por vários estudiosos da História e historiografia da cidade, que afirmam o aspecto de a cidade estar situada entre o planalto central e o centro industrial do País, São Paulo e Rio de Janeiro, o que facilitou sobremaneira o fortalecimento da característica de entreposto comercial do município (FIGURA 5).

⁴⁶ Atual reitor da Universidade Federal de Uberlândia (2008-2012), Professor Titular e Docente Efetivo do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia - FOUFU. Diretor da FOUFU de 2000 a 2008, Presidente Nacional da Associação Brasileira de Ensino Odontológico - ABENO de 1994 a 2002 e 2006 a 2009.

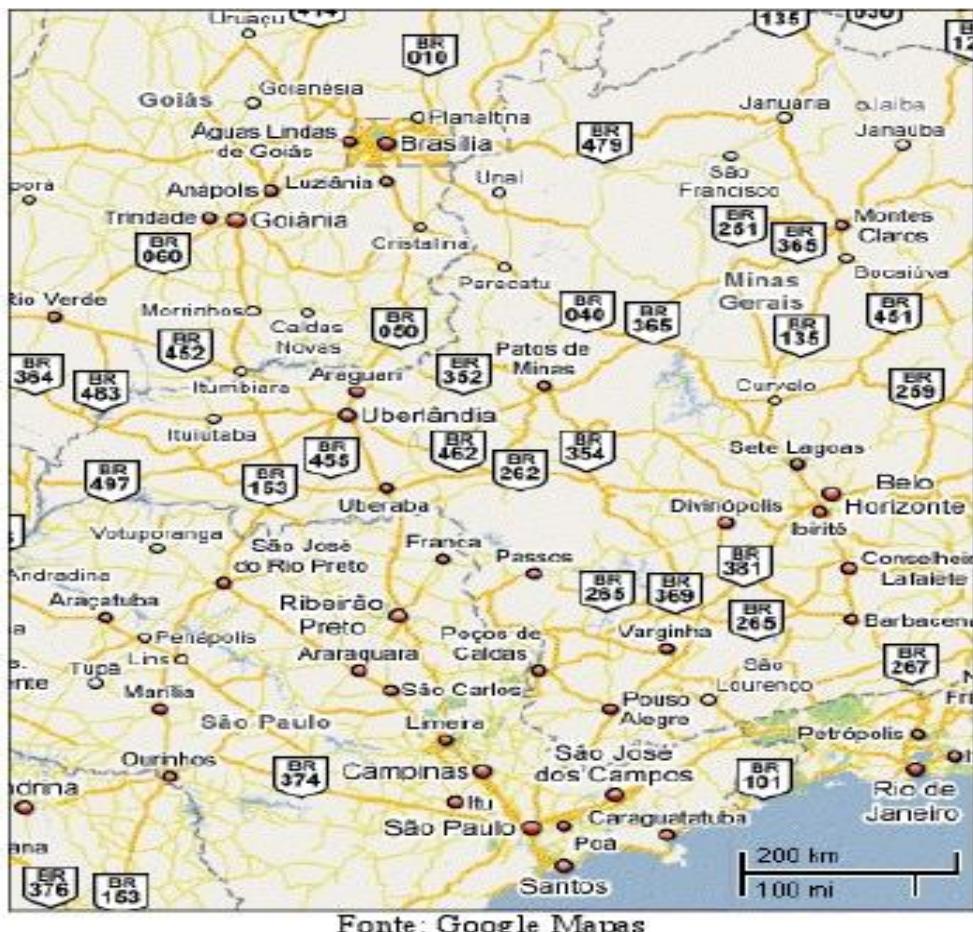


FIGURA 5 O eixo do desenvolvimento São Paulo-Uberlândia com os principais polos de crescimento.

Essa característica de localização estratégica foi benéfica para o desenvolvimento comercial e econômico da cidade, pois as riquezas provenientes das atividades comerciais possibilitavam e ainda viabilizaram investimentos na área industrial em desenvolvimento.

Nessa época, a maior parte das indústrias era proveniente da Região Metropolitana de São Paulo, entretanto, o eixo de desenvolvimento SÃO PAULO – UBERLÂNDIA com os principais polos de crescimentos apresentados na Figura 05 foi favorecido pela busca de novos locais para a inauguração de estabelecimentos industriais, que pela lógica seguida incentivou o desenvolvimento industrial polarizado em Uberlândia, Uberaba, Ribeirão Preto e Campinas, conforme comprovado no Quadro01 que se segue:

QUADRO 1 Desempenho da indústria nas microrregiões do eixo São Paulo-Uberlândia, por número de estabelecimentos, de funcionários e pela participação no VTI do Estado e Evolução

Microrregiões	Número de estabelecimentos			Número total de funcionários			% da participação no VTI estadual		
	1970	1980	Evol. %	1970	1980	Evol. %	1970	1980	Evol. %
RMSP	25.788	33.369	29,4	906.907	1.463.766	61,4	74,5	62,81	-15,8
Campinas	3.085	3.950	28,0	71.201	159.180	123,6	5,3	9,1	71,2
Rib. Preto	1.004	1.284	27,9	13.728	27.320	99,01	0,8	1,0	32,0
Uberaba	427	651	52,5	3.327	8.520	156,1	1,0	4,2	325,4
Uberlândia	737	1.004	36,2	5.246	15.166	189,1	3,5	3,7	6,0

Fonte: Censo Industrial de São Paulo, 1970 e 1980 e Censo Industrial de Minas Gerais, 1970 e 1980

Observa-se que, no período de 1970 a 1980, ocorreu uma desconcentração da indústria brasileira que possibilitou o desenvolvimento industrial em Uberlândia, assim como nas outras cidades-polos de crescimento.

Em 1970, Uberlândia apresentava uma atividade industrial incipiente, contudo, tornou-se atraente para implantar e para desenvolver a produção, a indústria e o comércio, fator esse que modificou o processo de urbanização da cidade. Desde então, pautou-se em um modelo caracterizado pela necessidade de aumento da produtividade e da oferta de empregos, exigindo paralelamente, uma modernização em sua infraestrutura, assim como a ampliação do mercado consumidor, comercial e agrícola, para que ela se inserisse definitivamente na economia brasileira. O Governador Rondon Pacheco teve oportunidade de se manifestar sobre a dinâmica do município:

E em 1971, no final de 1970, foi um ano marcante pra mim, o ano em que fui escolhido como Governador do Estado. Fui eleito pela Assembleia e pude dar continuidade ao trabalho que vinha fazendo como Ministro e como Deputado. Trouxe a malha rodoviária para Uberlândia. E trouxe de Montes Claros, a estrada chegou aqui foi uma surpresa pra cidade, pois tínhamos aqui uma grande aspiração, que era construir uma ponte sobre o Rio Araguari para encurtar o caminho, pois era muito difícil, não havia realmente uma justificativa, e isso era muito caro para a época. Mas quando conseguimos implantar a rodovia do sal, que vem de Montes Claros para

Uberlândia, Montes Claros, Pirapora, Patos de Minas, Patrocínio, Uberlândia, essa rodovia consolidou muito o progresso de Uberlândia. Como em 1951, como Deputado Federal tínhamos conseguido as verbas para o asfaltamento de Uberlândia a Itumbiara, precedeu ao asfaltamento de Belo Horizonte ao Rio de Janeiro. Eu fiz um projeto de lei para fazer a estrada, o Presidente Getúlio Vargas, achou aquilo no início, dentro da sistemática legislativa, uma aberração. Um projeto isolado dessa natureza. Mas ele foi de uma sensibilidade política admirável. Ele não sancionou o projeto, não criou precedentes, mas também não vetou. Não exerceu o direito do voto que ele tinha. Então, quinze dias depois, o projeto teve que voltar ao Congresso, e o Presidente do Senado aprovou o projeto. Era o Café Filho, o vice do Getúlio. Ele promulgou o projeto. Então uma batalha, com o auxílio de toda uma retaguarda política de Uberlândia, de todos os seus representantes, das associações de classe, aí fomos nos organizando e Uberlândia mandou uma representação ao Getúlio, que estava passando o verão em Petrópolis, como ele sempre fazia. A comissão überlandense ligou lá e mostrou as razões que justificavam tudo isso, tendo como principal argumento que, durante a Grande Guerra, o Governo Federal foi obrigado a fazer em Uberlândia a Fundação Brasil Central, para poder arrecadar toda a produção com transportes especiais essas coisas, e com o abastecimento de gasolina, porque ela era racionada. E essa estrada em terra que foi uma obra admirável do saudoso engenheiro Fernando Vilela, estudou em Ouro Preto, veio para Uberlândia e aqui criou família e tal, era um homem notável. Ele fez essa estrada até Ituiutaba, que era uma estrada de bancos de areia, era uma viagem penosa, daqui a Ituiutaba você gastava quatro horas. Mas era a via de comunicação fundamental para a grandeza de Uberlândia. E conseguimos. O Getúlio teve a sensibilidade e mandou o DNER comprar esse asfalto. O Brasil não produzia asfalto, pois não tínhamos a Petrobrás. Até o asfalto era importado da Venezuela. Os galões de asfalto entraram ali na Afonso Pena e foi um foguetório. O Alexandrino Garcia ainda não era dono da CTBC, mas tinha postos de gasolina, com o foguetinho na mão, soltando foguete. O Boulange Fonseca, o Juquita da Erlan. Todos eles soltando foguete e o asfalto chegando. Fizemos o asfaltamento até Itumbiara. Foi um achado para o futuro. Pois coincidiu depois com a criação de Brasília. (PACHECO, 2006,). (Entrevista 14, em anexo).

Os grupos dominantes locais, representados pelas lideranças políticas, tinham consciência do aspecto favorável do posicionamento estratégico da cidade de Uberlândia e articularam esse aspecto geográfico para desenvolver o setor comercial, valendo-se da proximidade com os governantes militares e da conjuntura nacional preconizada desde o Governo de Juscelino Kubitschek, que, na década de 1950, já primava por uma política de interiorização.

Nas palavras de Maria Clara Tomaz Machado em contribuição à obra de (Gomes *et al.* 2003) asseverou:

O progresso vislumbrado foi possível não só pela intensificação do processo de urbanização e desenvolvimentismo que envolveu o País a partir da década de 1950, no qual a cidade se inseriu e se ajustou, mas também pelo fato de que, já nessa década, Uberlândia constituía-se no lugar catalizador da maior

parte da produção de mercadorias da região. Esse foi o impulso que, necessariamente, colocou essa cidade no circuito do mercado nacional, garantindo a acumulação e reprodução do capital aqui instalado. Essa acumulação de capital, propiciada pela função de entreposto comercial exercida desde o começo de sua História, possibilitou à cidade um desenvolvimento econômico seguro e privilegiado nos quadros de Minas Gerais e, porque não dizer do País. O papel de destaque do município no cenário nacional pode já ser percebido, na segunda metade da década dos anos 1950, com a construção de Brasília, que faz de Uberlândia “ponto obrigatório de entrecruzamento do sul, norte e nordeste com o centro-oeste do País”. Nesse sentido, investimentos federais passam a ser canalizados para a cidade como forma de viabilização da integração nacional. (MACHADO, 2003, p.28).

A política desenvolvimentista marcou a História com a idealização e com a construção de Brasília, que favoreceu intensamente a região do Triângulo Mineiro, visto que sua localização entre o Centro-Oeste- Brasília e as megalópoles São Paulo e Rio de Janeiro localizadas no Sudeste brasileiro confirmou e reforçou a qualidade de entreposto comercial.

A mudança da capital para Brasília e a construção da malha rodoviária pretendiam facilitar o acesso com todo restante do Brasil. Uberlândia foi favorecida sobremaneira, desenvolvendo-se benefícios para relações comerciais exercendo um papel decisivo no modelo econômico adotado pela cidade.

Asseveraram Paulo Sergio R. Freitas e Roberto C. Sampaio (1985, p. 87) em análise da região que os serviços de transporte, comunicação e armazenagem deram, “[...] historicamente, suporte a viabilização da “vocação comercial” da mesma, assim como acompanharam o desenvolvimento agroindustrial sem e constituírem em entrave a essas atividades, como ocorreu em nível nacional”.

Sendo assim, percebe-se que Uberlândia, uma cidade localizada no Triângulo Mineiro, Estado de Minas Gerais, no vértice de um chapadão, circunscrita pelos afluentes do rio Paranaíba, limitada pelos vales do Araguari e do Tijuco, originária de uma pecuária extensiva, passou a intensificar atividades de comércio e de indústria, corroborada pela construção de Brasília, que colocou a região do Triângulo Mineiro em posição evidentemente beneficiada e atrativa para investimentos. Com a tentativa de interiorização do desenvolvimento preconizada pelo Governo Federal, aumentavam-se as perspectivas de crescimento econômico e investimentos com a construção de estradas, como destacou Rondon Pacheco em entrevista, foram inúmeros os esforços e investimentos na região que foi intensamente beneficiada pela proximidade da Capital.

Ao escrever o texto intitulado *UFU: a dinâmica de uma História*, Maria Clara Tomaz Machado expõe que:

Se quisermos entender o papel da Universidade Federal de Uberlândia na História da cidade, será necessário encontrar o fio condutor que alinhave projetos e práticas políticas das classes detentoras do capital, recriando o imaginário social a partir do conceito de ordem e progresso que perpassa o discurso político local. Ao analisarmos os discursos oficiais, como forma de recuperação do processo histórico engendrado pela sociedade überlandense, é possível percebermos que neles as marcas ideológicas têm como apoio vital a concepção de sociedade do trabalho – fundadora do mundo comum unitário, designado comumente como sociedade civil. Cidade destinada a cumprir um papel teleológico na História regional, Uberlândia delineia na construção de suas imagens políticas um único alvo a atingir – o progresso. Independentemente das questões pertinentes às diferenças e interesses de classe e à diversidade de posturas políticas, essa sociedade civil estaria predestinada à modernidade (MACHADO, 2003, p. 27).

O somatório das condições objetivas favoráveis, tais como: posição estratégica, políticos influentes, grupo dominante ativo, expansão e crescimento do comércio, política de interiorização do Governo Federal, construção de Brasília, entre outros, resultou no desenvolvimento de Uberlândia que se destacava no cenário nacional como município de intensa participação política seguidora do discurso dos preceitos de “Ordem e Progresso”. Nesse ínterim, pode-se afirmar que a criação das Escolas de Ensino Superior seria uma resposta às necessidades e às exigências da conjuntura social daquele momento.

O professor Odorico Coelho da Costa Neto⁴⁷, em depoimento, confirma a importância das faculdades nesse momento destacando que:

Além de ter sido uma grande oportunidade para todos aqueles que moravam em Uberlândia, que tinham que sair de Uberlândia, onde a cidade mais próxima era Uberaba, dar oportunidade a quem era da cidade é mais que criar a faculdade, foi a mentalidade da Universidade já trazendo um embrião para que se consolidasse a Universidade de Uberlândia e, posteriormente, a Universidade Federal de Uberlândia. Eu acredito que com isso a gente tenha contribuído muito com o desenvolvimento do bloco regional, um desenvolvimento não só de Uberlândia, mas de toda a região, com a criação, inicialmente, de uma faculdade que era da Autarquia Educacional e tinha uma mensalidade subsidiada, praticamente 1/3 do valor que se pagava em Uberaba, que era particular, e posteriormente a partir de 1978, com a federalização, ocorreu a isenção do pagamento das mensalidades; isso tem contribuído para o desenvolvimento regional de uma forma muito

⁴⁷ Professor titular da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia. Atualmente, é chefe de gabinete do Reitor, coordenador do Programa Nacional de reorientação da formação profissional em saúde da FOUFU, membro da comissão para elaboração do regimento interno do HCU-UFG, membro titular e representante da IES – Federais no programa de residência multiprofissional da saúde, e diretor executivo da FAEPU.

importante, não só na Odontologia, como na Veterinária e na Educação Física, como outros cursos que vieram a se agregar a Universidade de Uberlândia e posteriormente a Universidade Federal (COSTA NETO, 2011, (Entrevista 17, em anexo).

3.2 A modernidade consolidada: o Ensino Superior na cidade de Uberlândia

O desenvolvimento dos projetos políticos, econômicos e culturais da cidade de Uberlândia acontecia de forma relativamente uniforme, resultando em um aumento populacional e no crescimento material da cidade, nos discursos de alguns dos entrevistados estão presentes o intuito do grupo dominante em valer-se de todas as condições positivas para ampliar as riquezas e investimentos, os vários setores da economia aproveitavam-se dos incentivos provindos da construção de Brasília, da implantação da política de interiorização.

De acordo com documento do Núcleo de Pesquisa e Documentação em História e Ciências Sociais (NUCHIS), em *A HISTÓRIA DE UBERLÂNDIA*, 1988. p. 1. (mimeo):

A sociedade do Uberabinha queria o progresso, mas para isso seria preciso elaborar um projeto político e muito trabalho. Aos homens ricos coube elaborar esse projeto e às pessoas trabalhar muito para que esse projeto fosse hoje uma realidade.

Desde o início, os dirigentes da cidade Uberabinha (atual Uberlândia), preocupavam-se em elaborar projetos de expansão e desenvolvimento para o município; percebe-se, pela análise dos documentos, que, desde os primórdios da cidade, há presença de um grupo dirigente local tentando somar esforços objetivando desenvolver e fortalecer os aspectos econômicos e políticos da região.

O discurso dos grupos dominantes locais estava em consonância com os preceitos de “Ordem e Progresso” do Governo Federal, enfatizando-se a necessidade de uma união de todos em prol do desenvolvimento e beneficiamento da sociedade überlandense, destacava-se que a luta era por melhorias para a sociedade e que a luta e valorização da atuação laboral do “povo” eram essenciais para a consolidação dos projetos.

E, evidentemente, nessas imagens políticas, o progresso só se concretiza na ordem e, a ordem, por sua vez, se assegura no trabalho empreendedor da “gente überlandense”. Escamoteando os conflitos sociais, o progresso é, no espaço urbano, o elo de estreitamento entre as divergências de classe. Por essa ótica, indiferentemente ao lugar que ocupa na sociedade, detentores do capital e desposuídos realizam, através do trabalho, a projeção da cidade no

cenário nacional. Não fugindo dessa lógica, os discursos da ordem e do progresso, constituídos no seio da sociedade überlandense, podem ser traduzidos nos grandes projetos políticos desenvolvimentistas que se identificam na prática pelas lutas por estradas, pela implantação de uma Universidade Federal, pelo monopólio do sistema de comunicação na região, por sediar o maior centro atacadista e armazенador de grãos em nível nacional, entre outros. Todos esses projetos têm em comum o fato de terem sido concretizados entre meados da década de 1960 e finais da década de 1970 e refletirem não só o desenvolvimento econômico pelo qual passava a sociedade brasileira, como também pela capacidade do capital aqui instalado se converter em alvo das políticas geo-regionais do Poder Central de forma articulada aos interesses locais (GOMES *et al.* 2003, p. 27).

A despeito do discurso ideológico uniforme de defesa do interesse da população überlandense, observa-se a tentativa de legitimação dos projetos dos grupos dominantes, implementando um discurso de tentar beneficiar e atender aos interesses de todos, enquanto que de fato acontecia uma co-optação das massas buscando-se apoio popular para efetivar os projetos dos detentores do poder.

De acordo com a estratégia argumentativa e discursiva dos grupos dominantes locais, as necessidades e as desigualdades sociais überlandenses poderiam ser minimizadas e até resolvidas por meio do sacrifício e do trabalho do povo. Dessa maneira, ao fazer a população acreditar que o trabalho significa o homem e que a ordem e o progresso seriam os meios mais diretos para o desenvolvimento, obtinha-se legitimidade e apoio do “povo”.

Entre os inúmeros ideais e projetos de crescimento e desenvolvimento, seja de ordem econômica ou política, entende-se que os objetivos propostos pelos grupos detentores do poder em Uberlândia estavam relacionados com a proposta de ensino, em virtude do fato de que o projeto de instituir Escolas de Ensino Superior fazia parte da idealização maior de inserção da cidade em uma posição de destaque no cenário nacional.

Os objetivos do grupo dominante ficam evidentes quando as lideranças locais buscam construir uma estrutura que permita o crescimento da cidade, seja por meio de estabelecer vias de comunicação, comércio, indústrias, seja por priorizar, como toda cidade progressista da época, a luta por construção de estradas, pontes, facilitando o comércio com as cidades circunvizinhas e com outras regiões, primando também por aumento de edificação de escolas, de casas e de postos de trabalho.

Por fim, fica evidente, na confrontação e na análise das fontes da época, que o cerne do projeto político da sociedade überlandense era desenvolver as fábricas e o setor industrial

de forma que se criasse uma autonomia na produção de mercadorias que seriam distribuídas para todo o País.

Junto a esses ideais, comprehende-se também o projeto educacional sonhado pelos idealizadores das primeiras faculdades de Uberlândia, que vislumbravam a criação de uma universidade como elemento integrador, tornando o município um polo cultural atrativo de pessoas interessadas em adquirir conhecimento técnico-científico para exercer uma profissão; dessa maneira, o desenvolvimento educacional colaboraria com o aumento dos benefícios econômicos, políticos, comerciais, industriais e administrativos da região.

N. 2 15/6/67 MINAS GERAIS

UM BOI POR UMA ESCOLA

Em várias cidades mineiras vão surgindo, nesses últimos tempos, escolas superiores. Já se não limitam à Escola de Minas de Ouro Preto, de justo renome e de tradições glorioas, nem ao Instituto Eletrotécnico de Itajubá, que lhe sucedeu, depois de longo intervalo. Juiz de Fora integrou-se, há muito, entre os Centros Universitários do País. Santa Rita de Sapucaí tem a sua escola de eletrônica. Divinópolis, Itaúna, Montes Claros, vão congregando as suas escolas superiores, em outras tantas unidades, da mesma forma que Varginha, Uberlândia e Uberaba. A Universidade do Vale do Jequitinhonha, em Diamantina, já vai passando de aspiração a realidade. Sem ser um levantamento, mas simples enumeração necessariamente incompleta, esses dados patenteiam um dos mais promissores sinais do progresso mineiro, ultimamente verificado: — a descentralização da Universidade.

Entre os fatos mais recentes, nessa ordem de triunfos, é de registrar a Faculdade de Medicina e Cirurgia de Uberlândia. A metrópole triângulina, além de sua Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, de nome feito e tradição firmada, vai ter agora sua Escola de Medicina. A sociedade local, aberta a todas as formas de progresso, aguarda com ânimo o novo acentuamento cultural. Em cursos intensivos, quatrocentos candidatos preparam-se, com zelo e entusiasmo, para disputarem as oitenta vagas.

O patrimônio da Escola, cujas aulas se iniciariam em 1968, já ultrapassa novecentos milhões de cruzeiros antigos. Sempre tem sido assim, nessa grande cidade, em pleno surto de desenvolvimento. O povo, com exemplar orgulho de sua terra e dotado de rara compreensão do benefício da cultura, corresponde ao apelo de educadores idealistas. Desta vez, à semelhança de que se deu em outras ocasiões, cada fazendeiro se dispõe a doar um boi para o patrimônio da Escola de Medicina.

Pelo visto, todos compreenderão o que representa a formação de médicos, de que tanto necessita o nosso "hinterland", na própria região onde devem atuar. E o mesmo caberia dizer, até certo ponto, das outras profissões liberais.

Como quer que seja, essa descentralização está corrigindo, pelo menos duas anomalias: o excesso de população estudantil da Capital, e, principalmente, a ideia de a ela ficarem circunscritas os progressos dessa natureza. Efectivamente, sem melhorar as condições de vida do interior, não haverá meio de evitar a constante afluência de famílias para os grandes centros. Em sentido rigorosamente sociológico, o chamado exodo dos campos não é, nem um nem um bem, mas sim a solução inevitável, ex factu da má distribuição dos bens do progresso e da cultura. Essa verdadeira revolução na esfera do ensino superior, que já agora não é privilégio da Capital, representa expressivo fator de equilíbrio.

Um boi por uma escola! Esse gesto dos fazendeiros de Uberlândia tem de ser divulgado para servir de exemplo. Difícilmente se encontrará mais acabada integração da comunidade com uma iniciativa cultural, que tanto a serve e a dignifica.

FIGURA 6 Reportagem do Jornal Minas Gerais de 05.06.1967

Fonte: CAETANO, Coraly Gará e DIB, Miriam Michel Cury, eds. A UFU no imaginário social. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 1988, p. 67 FONTE: CAETANO, Coraly Gará e DIB, Miriam Michel Cury, eds. A UFU no imaginário social. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 1988, p. 67

Transcrição da reportagem:

UM BOI POR UMA ESCOLA

Em várias cidades mineiras vão surgindo, nesses últimos tempos, escolas superiores. Já se não limitam à Escola de Minas de Ouro Preto, de justo renome e de tradições gloriosas, nem do instituto eletrotécnico de Itajubá que lhe sucedeu, depois de longo intervalo – Juiz de Fora integra-se há muito, entre os Centros Universitários do país. Santa Rita de Sapucaí tem sua escola de eletrônica. Divinópolis, Itaúna, Montes Claros, vão congregando as suas escolas superiores em outras tantas unidades da mesma forma que Varginha, Uberlândia e Uberaba. A Universidade do Vale do Jequitinhonha, em Diamantina, já vai passando de aspiração a realidade. Sem ser um levantamento, mas simples enumeração necessariamente incompleta, esses dados patenteiam um dos mais promissores sinais do progresso mineiro, ultimamente verificado: - a descentralização da Universidade.

Entre os fatos mais recentes, nessa ordem de trunfos, é de registrar a Faculdade de Medicina e Cirurgia de Uberlândia. A metrópole triangulina além da sua Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, de nome feito e tradição firmada, vai ter agora sua Escola de Medicina. A sociedade local, aberta a todas as formas de progresso, aguarda com alvoroço o novo acontecimento cultural. Em cursos intensivos, quatrocentos candidatos preparam-se, com zelo e entusiasmo, para disputarem as oitenta vagas.

O patrimônio da Escola, cujas aulas se iniciaram em 1968, já ultrapassa novecentos milhões de cruzeiros antigos. Sempre tem sido assim, nessa grande cidade, em pleno surto de desenvolvimento. O povo com exemplar orgulho de sua terra e dotado de pura compreensão do benefício da cultura, corresponde ao apelo de educadores e idealistas. Desta vez, à semelhança do que se deu em outras ocasiões, cada fazendeiro se dispõe a doar um boi para o patrimônio da Escola de Medicina.

Pelo visto, todos compreendem o que representa a formação de médicos, de tanto que necessita o nosso “hinterland” na própria região onde devem atuar. E o mesmo saberia dizer, até certo ponto, das outras profissões liberais.

Como quer que seja, essa descentralização está corrigindo, pelo menos duas anomalias: o excesso de população estudantil da Capital, e, principalmente, a ideia de a ela ficarem circunscritos os progressos dessa natureza. Efetivamente, sem melhorar as condições

de vida do interior, não haverá meio de evitar a constante afluência de famílias para os grandes centros. Em sentido rigorosamente sociológico, o chamado êxodo dos campos não é um mal nem um bem, mas sim a solução inevitável em face da má distribuição dos bens do progresso e da cultura. Essa verdadeira revolução na esfera do ensino superior, que já agora não é privilégio da Capital, represente expressivo fator de equilíbrio.

Um boi por uma escola! Esse gesto dos fazendeiros de Uberlândia tem de ser divulgado para servir de exemplo. Dificilmente se encontrará mais acabada integração da comunidade com uma iniciativa cultural, que tanto a serve e a dignifica.

Para Dr. José Olympio de Freitas Azevedo: “Chegamos inclusive a notificar nos jornais que 4.000 fazendeiros pertencentes ao Sindicato Rural dariam, cada um, uma cabeça de gado, um boi, para financiar a Escola, apenas para criar impacto na opinião pública, inclusive nacional, para repercutir nos membros do Conselho Federal de Educação junto ao Ministério”.

3.3 As primeiras faculdades e as condições objetivas de Uberlândia

Nos anos de 1963 a 1970, exercendo o cargo de Deputado Estadual Homero Santos⁴⁸ foi um agente determinante na idealização e na concretização das faculdades em Uberlândia. No ano de 1957, já como Deputado Federal, ele estabeleceu uma comissão pró-escolas de Ensino Superior, constituindo e realizando palestras na tentativa de impulsionar a construção de uma Escola de Ensino Superior local.

Homero Santos, em entrevista, quando questionado se a comissão pró-escolas, teria logrado o êxito que ele havia desejado, respondeu afirmando:

Não tenho a menor dúvida da grandeza que representa hoje a iniciativa que tivemos no sentido de efetivar a criação de Escolas de Ensino Superior, que

⁴⁸ Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara; Vice-Presidente do TCU - Anos de 1995/1996, Presidente da Primeira Câmara do TCU - Anos de 1995/1996, Corregedor do TCU - Anos de 1995/1996, Supervisor da Revista do TCU - Ano de 1995/1996, Presidente do TCU - Anos de 1997/1998, Vereador em Uberlândia - nos de 1954/1962, Professor Universitário – Ano de 1962, Deputado Estadual em Minas Gerais – Anos de 1963/1970, Deputado Federal – Anos de 1971 a 1974/1974 a 1978/1978 a 1982/1982 a 1986 e 1986 a 1988.

resultou na Federalização da Universidade, através de projeto de minha autoria na Câmara Federal. (SANTOS, Homero, 2005, Entrevista 02, em anexo).

A partir do final da década de 1950 e, em meados de 1960, percebe-se que ocorreu uma intensificação dos movimentos e das mobilizações sociais, no sentido de concretizar a criação das instituições de Ensino Superior em Uberlândia. Apresenta-se a seguir o destaque do Jornal *O Reporter* do dia 05 de fevereiro de 1952, intitulando a notícia com os dizeres: *Revestiu-se de grande sensação o ineditismo da campanha pro Faculdade de Medicina em Uberlândia.*

FIGURA 7 Reportagem de O Repórter de 05.02.1952

FONTE: O Repórter, Uberlândia, nº 1.468, 05 de fevereiro de 1952.

Transcrição da reportagem:

Revestiu-se de grande sensação e ineditismo da campanha pro Faculdade de Medicina em Uberlândia

Uberlândia há dias vem sendo agitada por uma onda de entusiastas que querem edificara aqui um Faculdade de Medicina, alias uma ótima campanha em benefício a nossa culta e progressista cidade.

Essa onda de entusiasmo brotou no cérebro ardente de um filho de Uberlândia que iniciou dinamicamente a campanha a fim de, com o correr do tempo, conseguir adeptos de realce e valor e de prestígio nos meios políticos e culturais do país. Uma obra difícil de se realizar, mas que o sr. Homero Santos, galhardamente tem levado avante por meio de uma campanha intensa de entrevistas com altas personalidades de nossa cidade, campanha esta que está sendo patrocinada pelo nosso jornal, pois nosso lema é apoiar tudo aquilo que desperte interesse a Uberlândia e ao Triângulo. E favoravelmente esta campanha, embora iniciada apenas, já pode contar com um suficiente número de adesões e apoio por parte do povo e principalmente prócera da nossa política urbana e representantes das diversas classes que a cidade de Uberlândia se gaba de possuir aprimoradamente em seu seio.

Todavia muitos ainda desconhecem o movimento em prol de uma Faculdade de Medicina em Uberlândia. O jornal só não seria suficiente para que toda a população conhecesse o alcance de tal campanha, que será para o futuro, uma das glórias de Uberlândia. Era necessário que tal campanha chegasse aos ouvidos, ao conhecimento do povo por outros meios.

Esse era o nosso modo de pensar, e esse também foi o modo de pensar do mentor de tal campanha, Sr. Homero Santos. E veio a ocasião, e num momento que não poderia ser mais oportuno. O deputado Mário Palmério, em visita a Uberlândia, iria ser recepcionado no Praia Clube. Neste dia também, domingo, iria haver um grito de carnaval, com blocos desfilando pelas ruas. Então veio a ideia para uma melhor propaganda sobre a Faculdade de Medicina de Uberlândia. E realizaram o movimento que abafou completamente o carnaval pelo ineditismo do fato e pela disposição animada dos seus componentes.

Partindo diretamente da sede do Fluminense F.C. até a Praça Antônio Carlos, um grupo de rapazes carregando faixas e cartazes atraiu a atenção do grande público que se apinhava pelas ruas para assistir ao carnaval.

Na frente uma grande faixa que ocupava de extremo a extremo da rua incitando a todo überlandense a cooperar nesta benemérita campanha que só iria trazer benefícios. Depois um grupo de rapazes vestidos de médicos ou enfermeiros, e também outros enfaixados, feridos imitando os doentes. Vários outros cartazes simbólicos eram vistos no meio dos médicos e doentes.

Atraz, enfeixando tudo vinha um carro imitando uma ambulância com uma grande cruz vermelha. A população presenciou tal fato a princípio pensando que fizesse parte do carnaval, mas aos poucos foram compreendendo que aquilo não era carnaval, e sim uma campanha, um melhor modo de fazer o povo compreender que em Uberlândia estava sendo iniciado um movimento de grande envergadura, um movimento que para o futuro só trará benefício e fama para Uberlândia. E todos que se achavam presente seguiram o desfile em prol de uma Faculdade de Medicina admirados pela perfeição que foi efetuado, imitando perfeitamente aquilo que eles se propõe a fazer em Uberlândia. Todos que assistiram como tivemos ocasião de constatar, apreciaram muitíssimo a manifestação estudantil.

Da praça Antônio Carlos rumaram para o Praia Clube, lá chegando no momento exato em que chegava o deputado Mário Palmério acompanhado do Presidente da Câmara Municipal, do vereador Angelino Pavan e de outros. Foi recebido o deputado Mario Pal (continua na quarta página).

Na criação das escolas superiores de Uberlândia destacam-se: a Faculdade de Direito (1960), a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (1960), a Faculdade de Ciências Econômicas (1963), a Escola Federal de Engenharia (1965), a Autarquia Estadual de Odontologia de Uberlândia (1966) e a Escola de Artes (1969).

Nessa época, Uberlândia contava com escolas de primeiro e de segundo graus, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) o município em 1962 contava com 90 escolas primárias, sendo nove de Ensino Médio, uma escola vocacional

para a indústria e três escolas superiores, ou seja, as três primeiras faculdades (Direito, Filosofia Ciências e Letras e de Ciências Econômicas).

O resultado dos movimentos e das mobilizações sociais, conforme o registrado na Figura 08 a seguir, concomitantemente com as condições favoráveis, foi a concretização dessas instituições de ensino em Uberlândia, correspondendo cada instituição superior a uma condição histórica e as necessidades específicas presentes na época.



FIGURA 8 Desfile das escolas de Uberlândia em 7 de setembro de 1966

FONTE: CAETANO, Coraly Gará e DIB, Miriam Michel Cury, eds. A UFU no imaginário social. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 1988, p. 63.

A cidade de Uberlândia já contava nesse período com um fórum, juízes e advogados, entretanto grande parte desses profissionais era advinda de outras cidades. Sendo assim, tornava-se importante a cidade ter sua própria Faculdade de Direito para atender à crescente necessidade da sociedade local, idealizando e concretizando a possibilidade de formar bacharéis conterrâneos para abastecer o mercado de uberlandense.

A tendência em ser uma cidade voltada para questões urbanas relacionadas à comercialização e à indústria ressaltou a necessidade de criar uma faculdade que qualificasse o profissional atuante nessa seara. Dessa sorte, a criação da faculdade de Ciências Econômicas abriria as portas para o desenvolvimento de trabalhadores qualificados e tecnicamente preparados para atender as exigências do mercado (QUADRO2).

QUADRO 2 Uberlândia: População, crescimento e taxa de urbanização (1970-2000)

Ano	Total	Crescimento Anual (%)	Taxa de Urbanização
1970	126.112	-	89,3
1980	240.967	6,8	96,1
1991	367.062	3,9	97,6
2000	501.214	3,5	97,6

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000 (microdados).

Analizando os dados apresentados pelo IBGE, pode-se inferir que o aumento progressivo no número de habitantes no município de Uberlândia, consequentemente, também incrementou a necessidades de construção de escolas, primárias e de nível médio, surgindo, assim, a carência por recursos humanos, ou seja, era preciso preparar professores para trabalharem as atividades intelectuais e culturais nessas novas escolas, para atender aos “anseios sociais”; teve-se então a gênese da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras para prover e preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal.

A criação da Escola de Engenharia em Uberlândia transformaria o Município em referência nacional na formação de engenheiros, confirmado a valorização da formação técnico-profissional na conquista de novos elementos para o projeto nacional desenvolvimentista dos anos 1950, marcado por intelectuais preocupados com a urbanização e com a industrialização do interior brasileiro.

Para atender aos interesses e necessidades tanto de idealizadores quanto do grupo dominante local, a escola de Odontologia de Uberlândia, foi criada, com a Lei 4.257, de 27 de setembro de 1966, que estabeleceu os Estatutos da instituição. A população, que anteriormente tinha que ser atendida pelos práticos, passaria a contar com profissionais qualificados formados por essa instituição, evitando também que os estudantes tivessem que deslocar para outras cidades para realizarem sua Graduação.

Juntamente com a formação desses profissionais, advogados, economistas, professores, engenheiros e dentistas, veio a Faculdade de Artes tentar atender aos reclamos da comunidade überlandense que pleiteava o desenvolvimento de atividades relacionadas ao setor cultural.

Em consonância com a política nacional de interiorização do Ensino Superior do Brasil, fica visível, nesse momento, um fortalecimento dos grupos sociais e políticos

dominantes, buscando lutar pelos interesses de desenvolvimento e crescimento da comarca de Uberlândia e região.

Corroborando essa assertiva Homero Santos em entrevista destacou que:

[...] contamos com a colaboração da classe odontológica da cidade, da sua associação e dos jovens entusiastas da ideia, bem como tivemos o total apoio da Câmara dos Vereadores de Uberlândia e dos intelectuais da cidade. Credito parte do nosso sucesso ao entusiasmo do então Deputado Federal Rondon Pacheco. Entretanto, devo destacar a participação decisiva do então Governador de Minas Dr. Israel Pinheiro, sancionando e determinando a imediata instalação da Autarquia, com a criação de três Faculdades, Odontologia, Veterinária e Educação Física com a participação do Professor Gerson, do Prof. Laerte Alvarenga de Figueiredo, Wilson Ribeiro da Silva e muitos outros que deixo de consignar, uma vez que foram muitos. Devo dizer que hoje a Faculdade vai muito bem, pois possui um competente quadro de professores “um dos melhores do País” e dedicados funcionários. Acredito, e por isto mesmo tenho declarado que o processo de melhoria do ensino odontológico deve continuar, principalmente, na parte social, com perfeito atendimento da população mais carente da cidade e região. (HOMERO SANTOS, 2005, Entrevista 02, em anexo).

Dessa maneira, importante destacar a presença de representantes do grupo dominante überlandense nas esferas estaduais e federais, pois, até 1950, a atuação política dos conterrâneos de Uberlândia era bem incipiente e quase nula. Contudo, a partir dessa década, destacaram-se como políticos importantes e influentes os representantes Vasconcelos Costa⁴⁹ e Rondon Pacheco⁵⁰ que foram eleitos deputados federais pela União Democrática Nacional (UDN).

Em 1962, Homero Santos foi eleito Deputado Estadual pelo Partido Social Democrata (PSD), vindo a ocupar o cargo de vice-líder da sua bancada na Câmara. Outro representante da cidade de Uberlândia, Valdir Melgaço, também foi eleito Deputado Estadual.

⁴⁹ José Antônio Vasconcelos Costa, Deputado Federal por três mandatos a partir de 1945, na época foi um dos candidatos mais votados do Brasil com aproximadamente 100.000 votos, falecido em 2008.

⁵⁰ Rondon Pacheco exerceu o cargo de Deputado Federal de 1951 a 1971, e de 1983 a 1987.

QUADRO 3 Uberlândia – população urbana (1970-2000)

Ano	População Urbana	Crescimento Anual (%)
1970	112.662	-
1980	231.583	7,5
1991	358.166	4,0
2000	438.962	3,6

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000 (microdados).

Comparando os dois quadros do IBGE apresentados (quadros 2 e 3), constata-se que Uberlândia, no ano de 1970, já contava com o total de 126.112.000 habitantes, dos quais 112.662 mil faziam parte da população urbana, representando 89,3% da taxa de urbanização. Dessa sorte, pode-se constatar que a cidade apresentava um número considerável de votantes, além de uma forte atuação dos grupos econômicos e políticos, destacando-se por ocupar altos cargos junto ao Governo Federal.

Na citação que se segue, depreende-se, dos dizeres de Rondon Pacheco, a luta política para inserir Uberlândia no rol de cidades em pleno crescimento e desenvolvimento. Sendo assim, em entrevista, esse político disse:

[...] eu tinha aquela confiança absoluta no destino de Uberlândia, e, Uberlândia tinha me confirmado na Câmara Federal. Eu era Deputado Federal e Presidente da Arena, escolhendo governadores. E os meus contatos, desde que iniciei a vida pública em 1947, fins de 1946, eu tinha muita identidade com meu povo. Eu estava em Belo Horizonte, onde havia me formado em Direito. Lá já tinha sido deputado constituinte mineiro, e fiquei na Assembleia, apenas uma legislatura. E, em 1950, me mandaram para a Câmara Federal. E, em 1951, veio o Getúlio eleito. Eu trabalhando na Câmara, aprendendo no cotidiano, aprendendo todos os dias. Muito bem **entrosado com todos os políticos de Uberlândia**. Com nossa Associação Comercial, ainda não existia o CAMARU, mas já existia a Associação dos Agricultores e Pecuaristas. A Associação dos Motoristas aqui com Lázaro Chaves, com todos os partidos. PSD e UDN naquela época já tinham sido extintos, mas até 1966, quando os partidos existentes foram extintos, para a criação de outros, para fazer apenas o bipartidarismo, era o ideal, que já havia naquela época muita legenda de aluguel. Em 1970, eu estava já com vinte anos de mandato, quer dizer, 23 anos de mandato, então, eu já era um homem que conhecia os bastidores, que o Getúlio chamava de “meu serpentário de luxo”, ele brincava assim, era a Câmara Federal e o Senado. Estava bem domesticado né, naquela luta, que é uma luta que vocês não calculam. Muita vaidade, **muito pragmatismo**, a luta política. Cada um disputa palmo a palmo as influências do poder. O País é um continente. Então aprendi, e eu tinha a **esperança de ver Uberlândia continuar florescendo** [...]. (PACHECO, 2006, p. 101) (Grifos nossos) (Entrevista 14, em anexo).

A proximidade e atuação dos políticos da comarca de Uberlândia com o Governo Federal foi fundamental para aprovação dos projetos de criação das Escolas de Ensino Superior. Esse conhecimento dos meandros políticos confirmados na fala de Rondon Pacheco demonstra sua contiguidade com o Presidente da República, o que possibilitou a conquista de recursos, juntamente com a atuação dos outros políticos, para a implantação das faculdades no interior do Triângulo Mineiro.

Não se pode afirmar que a concretização das instituições de Ensino Superior em Uberlândia tenha-se dado única e exclusivamente pela atuação dos políticos representantes dessa comarca, pois a criação das escolas superiores teve essencial colaboração deles atuando conjuntamente com o grupo dominante local, contando também com a colaboração de setores médios da sociedade local, advogados, médicos, dentistas, representantes da igreja, entre outros segmentos, sob o discurso de atender às necessidades do povo überlandense pleiteavam a criação de novos cursos de ensino de Terceiro Grau.

É importante analisar as condições conjunturais favoráveis para a criação e desenvolvimento das Faculdades na Comarca de Uberlândia para entender as características presentes na consolidação de uma sociedade marcada pelo crescimento comercial, industrial e político concebido em consonância ao Projeto Nacional da época.

Ao analisar as instituições de Ensino Superior inseridas em um contexto social, econômico e político percebe-se a necessidade de fatores e condições favoráveis para concretizar e desenvolver suas finalidades. Dessa sorte, percebe-se que, ao interpretar a História específica das faculdades de Uberlândia, estão presentes a influências tanto locais quanto regionais ditando normas e diretrizes fundamentais criando o arcabouço do modelo de Curso Superior que deveria ser criado.

Poder-se-á perceber que existiam inúmeras propostas e idealizações de tipos de Ensino Superior para a cidade de Uberlândia, que iam desde pretensões comunistas até o ideal de criar escolas com orientação cristã determinando os parâmetros e modelo de ensino, como exemplo, desejavam na época o grupo de pessoas lideradas pelas representantes das Irmãs de Jesus Crucificado. Em uma obra destinada à preservação da memória da presença da Igreja Católica no município de Uberlândia. Monsenhor Antônio Afonso da Cunha oferece o relato da iniciativa de criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia:

No final da década de 1950, um novo pavilhão foi construído [nas dependências do Colégio Nossa Senhora das Dores, N.A.], para abrigar a FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE UBERLÂNDIA, estabelecimento de Ensino Superior fundado pelas Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado e que, posteriormente, no ano de 1969 passou a integrar a Universidade de Uberlândia, transformada, em 1978, com a federalização, em UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. A ideia da fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras nasceu do desejo de um grupo de intelectuais da cidade. Uma comissão, composta dos Srs. Pe. Mário Forestan, Superior dos Padres Salesianos, André Fonseca Ferreira, Presidente da Câmara Municipal, Moacir Lopes de Carvalho, Diretor da Rádio Educadora e do Prof. Saint-Clair Neto, do Colégio Estadual, procurou as irmãs do Colégio Nossa Senhora, para que elas assumissem a responsabilidade da fundação. (CUNHA; SALAZAR, 1989, p. 472).

Monsenhor Antônio Afonso da Cunha prossegue no relato e reproduz a manifestação de Dom Alexandre Gonçalves Amaral, Bispo de Uberaba, cuja diocese na época abrangia também Uberlândia, de acordo com Cunha, o bispo diocesano se manifestou com entusiasmo: “Não só aprovo, mas, ordeno que se abra essa Faculdade. Ela já estava no meu pensamento há muitos anos” (CUNHA; SALAZAR, 1989, p. 472), e finaliza essa reminiscência dando o dia de fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a saber, 11 de março de 1960, graças ao Decreto Federal nº 47.736 de 2 de fevereiro de 1960.

De acordo com Ilar Garotti, uma ativa irmã da Congregação de Jesus Crucificado e ex-diretora da Faculdade de Filosofia, dever-se-ia aproveitar o entusiasmo com o progresso; para ela, o projeto de Brasília tornar-se capital brasileira iria fortalecer a posição estratégica de Uberlândia rumo ao desenvolvimento. Sendo assim afirmou:

A cidade de Uberlândia, geograficamente bem situada diante do panorama da nova capital, crescia assustadoramente na indústria, comércio e agropecuária. Por que não haveria de crescer também no aperfeiçoamento da cultura e do Ensino Superior? Uberlândia tinha todas as condições para receber Escola de nível superior. (GAROTTI, Ilar. *O momento da criação das faculdades*. Mimeo. s.d, p. 01).

Contudo, para terem êxito, as propostas de Ensino Superior deveriam contar com a aquiescência dos grupos dominantes locais e estar em consonância com o Plano Nacional de Desenvolvimento, ou seja, para a criação de uma Escola Superior de ensino dever-se-ia obter um projeto de universidade elaborado dentro de uma realidade concreta, permeada por uma política cultural e educacional coerente com as “necessidades” globais do País, concatenando-se interesses que partiam do micro, meso até macro, em outras palavras, interesses dos grupos dominantes locais, regionais e nacionais.

No trecho apresentado anteriormente da entrevista com o político Rondon Pacheco, nota-se a preocupação das lideranças locais em criarem uma proximidade e harmonia com a política educacional nacional. Para se conseguir concretizar a construção das escolas de Ensino Superior em Uberlândia, era necessário atender as vontades do Governo Federal como também as normas do MEC. Fica evidente nessa conjuntura que a aprovação de um projeto de Faculdade no interior do Triângulo Mineiro passaria pelo crivo dessas instâncias que avaliavam e definiam qual a função que o Ensino Superior deveria exercer no desenvolvimento da região überlandense.



FIGURA 9 Governador Rondon Pacheco e Dr. Laerte Alvarenga nas instalações da Faculdade de Odontologia, 1970.

FONTE: CAETANO, Coraly Gará e DIB, Miriam Michel Cury, eds. A UFU no imaginário social. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 1988, p. 75.

O poder econômico, juntamente com o poder político, concatenados com a estratégica posição da Cidade, facilitou a negociação dos grupos dominantes locais com o poder central, valendo-se da sintonia com a geopolítica dos dirigentes militares. Nesse momento, não se pode olvidar o projeto de criação do Distrito Industrial de Uberlândia idealizado desde 1957, que somente mais tarde, por meio de incentivos fiscais fornecidos pela prefeitura para atrair o crescimento industrial, tornou-se um fato concreto em 1965, com a transferência de grandes complexos industriais para o município.

Finalizando esse capítulo, apresenta-se a afirmação no sentido de que:

A partir das décadas de 1960/70 a atividade industrial assumiu relevância ao lado da atividade comercial. Já em meados dos anos 1960, a política de ocupação dos cerrados – POLOCENTRO – empreendida pela ditadura militar, propiciou o desenvolvimento da cultura de grãos (soja, milho, café) em terras da região, acarretando para Uberlândia o **armazenamento, a distribuição e exportação** dessa parte da safra agrícola nacional. Em função dessa produção regional, desenvolve-se, a partir da década de 1970, no Triângulo Mineiro, um complexo integrando – agroindustrial – que torna diferenciado e independente o processo de industrialização da região, nele assumindo Uberlândia, condição de polo industrial (GOMES *et al.* 2003. p. 29).

Depreende-se da citação o relevante papel de Uberlândia no processo de armazenamento, distribuição e exportação da produção regional, evidenciando-se sua diferenciação das demais cidades do Triângulo Mineiro que priorizavam a agropecuária, enquanto Uberlândia, de forma peculiar, procurava incentivar e desenvolver o comércio e a indústria incipiente.

No próximo capítulo apresenta-se a análise do período instável e peculiar da aglomeração das faculdades isoladas no processo de criação da Universidade de Uberlândia, sendo assim, estudou-se questões referentes a estruturação do Ensino Superior na cidade buscando-se inventariar as principais características e informações a respeito da UnU até o instante da federalização em 1978.

CAPÍTULO IV

DAS FACULDADES ISOLADAS À IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE UBERLÂNDIA

Neste momento, tem-se como objetivo principal a interpretação dos elementos estruturais concernentes ao Ensino Superior em Uberlândia, destacando-se a criação dos cursos e os fatores colaboradores para situar a análise da gênese e da consolidação da Faculdade de Odontologia de Uberlândia que será apresentada no último capítulo.

A construção do quarto capítulo se preocupou essencialmente em demonstrar desde a implantação dos primeiros cursos superiores na cidade, até a formação da Universidade de Uberlândia em 1969, apresentando-se as bases para sua federalização em 1978.

Pretende-se deixar implícita nas considerações que se seguem a ausência de um projeto de universidade nos procedimentos que agregava as faculdades isoladas existentes para a formação da UnU. Essa lacuna reflete o imediatismo da sociedade civil e o perfil tecnocrático da política educacional do regime militar, empenhado que estava em atender, mesmo que de modo precário, a grande demanda por matrículas no Ensino Superior.

É curioso notar que, no mesmo período em que era gestada a UnU, ocorria a tramitação para a criação, em outro Estado, mas também em uma cidade do interior, de uma universidade que deveria estar em sintonia com a ordem econômica. O Estado de São Paulo em sintonia com o Governo Federal, aspirava a ter uma universidade nos moldes dos centros de tecnologia norte-americanos, uma universidade de pesquisa, era este o projeto da Universidade Estadual de Campinas, a UNICAMP.

Não cabe, neste momento, problematizar o projeto de criação da UNICAMP e os rumos da sua implantação, contudo, é oportuno fazer menção à universidade paulista para registrar a falta de um projeto, quem sabe um modelo, para a idealizada UnU, cuja ausência confirma o que é apontado nessa tese identificando o predomínio de uma política tecnocrática voltada para a superação da defasagem que separava o Brasil da última onda de industrialização. Foi assim que a Lei nº 5.692/71 quis fazer do Ensino Médio um rol de habilitações técnico-profissionais, mesmo não havendo ainda uma rede consistente de escolas

secundárias e pouquíssimas aparelhadas para atender a letra da lei. O mesmo se esperava do Ensino Superior: o Brasil não precisava de universidades e sim de instituições de Ensino Superior, fossem elas públicas ou privadas. Esse raciocínio capcioso que é atribuído aos militares reapareceu na História mais recente da Educação brasileira como solução para os velhos problemas do Ensino Superior excludente. É altamente instrutivo o comentário do Professor Fausto Castilho a respeito da criação da UNICAMP e das possíveis consequências do texto da LDB de 1996:

Designar a universidade “instituição de Ensino Superior”, como está na LDB, representa um enorme retrocesso na conceituação de universidade, mesmo no Brasil, e soa como um despropósito em face dos esforços que se desenvolveram nos últimos decênios, especialmente no estado de São Paulo, para manter associados a pesquisa e o ensino. É como se, oficialmente, o ensino voltasse a ser a única atribuição obrigatória da universidade [...] ficando a investigação relegada, como antes, à condição de atividade meramente facultativa (CASTILHO, 2008, p. 130).

Corremos o risco de dar expressão para certas filosofias da História pré-modernas que concebiam o curso dos eventos humanos como um eterno ciclo que se repetia indefinidamente. Mas, é curioso notar essas idas e vindas da política educacional brasileira, o que não é o eterno retorno, mas sim a continuidade do mesmo modelo econômico dependente.

É inegável que, a partir de 2003, o País verificou o crescimento das oportunidades de matrícula no Ensino Superior, contudo, o modelo de gestão parece manter a velha orientação tecnocrática que quatro décadas antes havia gerado as novas universidades federais e o crescimento exponencial das faculdades isoladas, na quase totalidade, privadas. Para os “anos de chumbo”⁵¹ da História recente a explicação era simples: a universidade que existia se mostrava como o foco de resistência ao regime de exceção, portanto, era preciso pensar a universidade como instituição de Ensino Superior, priorizando o ensino, com alguma pesquisa e nenhuma política. Na falta de modelo educacional, parece ter sido este o modelo político para a aglutinação das faculdades isoladas de Uberlândia.

⁵¹ Denominação dada aos anos em que o Brasil permaneceu sob o regime militar

4.1 A estruturação do Ensino Superior em Uberlândia

Conforme apresentado anteriormente, desde a década de 1950, com o crescimento populacional e econômico, surgiram os ideais de progresso e de desenvolvimento da cidade. Nesse sentido, os grupos dos principais representantes econômicos e políticos quiseram inaugurar o Ensino Superior em Uberlândia, conforme ficou demonstrado por Caetano e Dib, apresentando em destaque a notícia da imprensa enfatizando que: *Uberlândia precisa de uma Faculdade*⁵²

Em 1952, graças à atuação do Deputado Federal Mário Palmério, ficou registrada uma intensificação da reunião de políticos, intelectuais e representantes da sociedade uberlandense manifestando a vontade de criar uma Faculdade de Medicina. O mesmo pode ser verificado no jornal *O Repórter*, datado de cinco de fevereiro de 1952, noticiando que: “Uberlândia há dias vem sendo agitada por uma onda de entusiastas que querem edificar aqui uma Faculdade de Medicina, aliás uma ótima campanha em benefício à nossa culta e progressista cidade”⁵³.

Contudo, apesar da manifesta intenção e mobilização dos representantes de Uberlândia, Mário Palmério criou a Faculdade de Medicina em Uberaba, que entrou para o rol das primeiras Escolas de Ensino Superior do Triângulo Mineiro, sendo fundada no ano de 1953, com o nome de Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (FMTM).

Apesar de frustrado o sonho de trazer essa Faculdade de Medicina para Uberlândia, os idealizadores das Faculdades em Uberlândia, por meio da comissão pró-escolas não cessaram seus trabalhos. O fato de Uberaba ter uma Faculdade e Uberlândia não a possuir acirrou ainda mais as disputas existentes entre os representantes dos municípios.

Em entrevista, ao ser questionado se a Comissão pró-ensino⁵⁴ em Uberlândia logrou o êxito que desejava, Homero Santos exclamou:

Não tenho a menor dúvida da grandeza que representa hoje a iniciativa que tivemos no sentido de **efetivar a criação de Escolas de Ensino Superior**, que resultou na Federalização da Universidade, através de projeto de minha autoria na Câmara Federal. (SANTOS, 2006). (Entrevista 03, em anexo). (Grifos nossos).

⁵² Jornal O Repórter, 19 de janeiro de 1952. In Caetano e Dib (1988:XXI).

⁵³ Jornal O Repórter, 5 de fevereiro de 1952.

⁵⁴ No começo da década de 1950, nessa época exercendo o cargo de Deputado estadual Homero Santos foi um agente determinante na idealização das faculdades em Uberlândia. No ano de 1957, já como Deputado Federal, ele estabeleceu uma comissão pró-escolas superiores de ensino, constituindo e realizando palestras na tentativa de impulsionar a implementação de uma Escola de Ensino Superior local.

A comissão pró-escolas de Ensino Superior divulgava a necessidade de desenvolver a Educação e a cultura überlandense, visto que não podia ser ultrapassada por Uberaba, que havia conseguido implantar a Faculdade de Medicina, sendo assim, criar uma Faculdade para Uberlândia tornou-se questão crucial para os grupos representantes da Cidade.

Ao estudar Uberlândia, Beatriz Ribeiro Soares afirmou que:

Essa reivindicação prendia-se não apenas ao fato de que a cidade apresentava deficiências nas áreas de Educação e cultura, mas também porque a vizinha cidade de Uberaba já havia conseguido implantar uma escola de Medicina, e, portanto, devido à antiga rivalidade entre essas cidades, a instalação em Uberlândia era uma questão de honra para as elites políticas locais (SOARES, 1995, p. 161).

Fica notório, principalmente na seara política, o clima de rivalidade e competição entre Uberlândia e Uberaba, a disputa pode ser verificada também na fala do representante político überlandense Rondon Pacheco:

Eu me lembro que eram numerosas as comissões e muito forte a aspiração de Uberlândia em uma Escola Superior, que mesmo porque na realidade havia até uma frustração porque em Uberaba já tinha as Escolas do deputado Mário Palmério né. Mas eram particulares. E Uberlândia quis acompanhar o ritmo. Ajudamos assim a criar as Escolas de Uberlândia. (PACHECO, 2006). (Entrevista 14, em anexo).

Importante ressaltar que a cidade de Uberaba já havia criado a Faculdade de Odontologia em 1947, mais tarde, em 1949, instalou as Faculdades Integradas São Tomás de Aquino (FISTA), por fim, em 1951, levou com as manobras políticas do conterrâneo Mario Palmério, a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (FMTM). A Faculdade de Odontologia e a FISTA, posteriormente passaram a integrar a Universidade de Uberaba UNIUBE, e, juntamente com a FMTM, passaram a representar em seu conjunto as primeiras instituições de Ensino Superior da região.

Constata-se uma similaridade no processo de criação das universidades na região do interior do Estado de Minas Gerais, em primeiramente iniciar com faculdades isoladas para posteriormente, agrupá-las e construir uma Universidade. Essa constatação é corroborada por Gomes, Sousa Netto e Warpechowski (2003, p.8):

A Universidade Federal de Uberlândia surge nesse período (a partir da década de 1970) [...]. Os fatores apresentados até aqui aplicam-se também à formação dessa instituição, ou seja, a partir do “ajuntamento” de escolas superiores isoladas que constituíram, primeiramente um centro universitário (Universidade de Uberlândia) que alcançou sua federalização em 1978. (GOMES *et al.*, 2003, p.8).

A partir desse viés, apresenta-se, a seguir, um quadro em que se demonstra o ano da criação das instituições de Ensino Superior em Uberlândia, assim como quais foram seus dirigentes e os Cursos que foram abertos pelas respectivas Faculdades.

QUADRO 4 Dados sobre a criação das instituições de ensino Superior em Uberlândia, seus dirigentes e cursos abertos pelas respectivas Faculdades

ANO DE CRIAÇÃO	INSTITUIÇÃO	DIRETOR	CURSO
1957	Conservatório ⁵⁵ Superior de Educação	Cora Caparelli	Educação Artística Musical (1957)
1960	Faculdade de Direito de Uberlândia	Dr. Jacy de Assis	Direito (1960)
1960	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia	Ilar Garotti	Pedagogia (1960) Letras Anglo-germânicas (1960) Letras neolatinas (1960) História (1964) Matemática (1967)
1961	Faculdade Federal de Engenharia	Dr. Genésio Melo Pereira	Engenharia Química(1965) Engenharia Mecânica(1962)
1962	Faculdade de Ciências Econômicas	Dr. Juarez Altafin	Ciências Contábeis(1963) Administração(1969) Ciências Econômicas(1966)
1967	Faculdades de Artes	Cora Caparelli	Artes Plásticas (1972)
1967	Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia	Dr. Domingos Pimentel de Ulhôa	Medicina (1968)
1969	Universidade de Uberlândia	Reitor: Dr. Genésio Melo Pereira - período de 26/08/1970 a 30-12-1971 Reitor: Juarez Altafin - período 30-12-1971 a 26-12-1975	União das faculdades isoladas, com a presença de todos os cursos a elas pertencentes (Decreto-lei n. 762 de 14 de agosto de 1969)
1970	Faculdade de Odontologia	Diretor da Autarquia Estadual de Uberlândia: Wilson Ribeiro da Silva Diretor da FOU: Laerte Alvarenga de Figueiredo 1970 a 1973	Odontologia (1970)

Observa-se no Quadro 4, que as primeiras faculdades foram criadas entre o final da década de 1950 e 1970; a cidade de Uberlândia contava com estrutura inicial de suporte para as instituições de Ensino Superior instituírem os seguintes cursos: Educação Artística (1957),

⁵⁵ De acordo com, Vieira Filho (1993, p.80). o Conservatório surgiu como Conservatório Superior de Educação. Mas muitos não o reconheceram, nem o reconhecem como a primeira escola superior de Uberlândia, devido ao tipo de ensino ministrado estar na área das artes, um ramo pouco acadêmico e de pouco prestígio numa sociedade que começava a considerar escolas mais técnicas (vide Direito e Engenharia) como um saber mais elevado e mais merecedor do status de Ensino Superior. Também pela forma pela qual foi estruturada a escola, cujo ingresso não se fazia via exame vestibular. Entretanto, Cora Caparelli reivindica o *status* de escola superior para o Conservatório Musical, alegando que ele foi reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura: “Fundei o Conservatório, como a primeira Escola Superior de Uberlândia, porque foi uma escola já autorizada pelo Ministério da Educação, e foi então a primeira escola superior que funcionou em Uberlândia, a partir do dia treze de julho de 1957.”

Música, Pedagogia, Letras Anglo-germânicas, Letras Neolatinas e Direito (1960), Ciências Contábeis, Administração, Ciências Econômicas (1963), História, Engenharia Química e Engenharia Mecânica (1965), Matemática (1967), Medicina (1968), por fim, mas não por último, Odontologia (1970).

Além do movimento dos vários setores da sociedade buscando a criação dos cursos superiores em Uberlândia, visualiza-se, em âmbito nacional, uma luta pelo aumento do número de vagas nas faculdades e nas universidades de todo Brasil. Inúmeros alunos, após realizarem o vestibular classificatório, não conseguiam ficar dentro do número de vagas, sendo denominados na época como “excedentes”. Tais estudantes, juntamente com seguimentos das categorias média e média baixa, viam no ensino uma possibilidade de conseguir uma ascensão do “*status*” social, consequentemente, lutavam por melhoria nas oportunidades de ingresso no Terceiro Grau.

Juarez Altafin⁵⁶ fortalece esse entendimento ao asseverar que:

Houve momentos de estrangulamento do Ensino Superior em nosso País. Vocês se recordam do drama dos excedentes, com o aumento demográfico, aumento populacional no Brasil. Houve um momento em que as nossas escolas superiores não comportavam os nossos estudantes, os nossos vestibulandos, e surgiu o angustiante problema dos excedentes. E era penoso verificar a falta das universidades, sendo milhares e milhares de jovens que precisavam se realizar precisavam estudar, estavam aprovados e não tinham vagas. Daí surgiu o prestígio da doutrina da multiplicação e do fomento do Ensino Superior. Foi quando, de vinte anos a essa parte, de vinte anos pra cá, houve a oportunidade da criação de numerosas escolas superiores nesse País, e da criação de algumas universidades ,inclusive a nossa (ALTAFIN, 1997, p. 09).

O Ensino Superior em Uberlândia atendeu exigência da legislação nacional de unificação dos cursos superiores (Decreto-lei n. 762 de 14 de agosto de 1969) e, por meio da união de cinco Escolas de Ensino Superior, criou a Universidade de Uberlândia. A Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Uberlândia (1960), a Faculdade de Direito de Uberlândia (1960), a Faculdade de Ciências Econômicas (1962), a Faculdade de Engenharia de Uberlândia (1965) e a Faculdade de Artes de Uberlândia, passaram a compor a Universidade de Uberlândia, estabelecendo-se diretrizes inovadoras para o Ensino Superior da cidade.

⁵⁶ Bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil; Promotor de Justiça; Juiz de Direito e Juiz Presidente da JCJ da Justiça do Trabalho em Uberlândia; Juiz Togado do Tribunal Regional do trabalho da Terceira Região, Vice-Reitor (1970-1971), Reitor (1975-1976)

Sendo assim, por meio do Decreto-lei n. 762 de 14 de agosto de 1969, foi criada a Universidade de Uberlândia. A História da UnU reflete os problemas presentes na Educação brasileira, em âmbito nacional, maculada por influências políticas e Decretos-Lei que autorizavam o funcionamento de Escolas Superiores mesmo sem estrutura física nem recursos humanos para seu funcionamento.

A Constituição Federal permitia ao Presidente editar um Decreto-Lei com força de Lei autorizando o funcionamento dos cursos superiores sem precisar passar pela análise do Congresso Nacional e nem do Conselho Federal de Educação, dessa maneira, surge, a partir da aglutinação das faculdades isoladas a fundação de direito privado Universidade de Uberlândia, referendada pela reforma universitária engendrada pelos militares em 1968.

Para Aguinaldo Rodrigues Gomes e Miguel Rodrigues de Sousa Netto:

Devido ao contexto em que foram criadas, principalmente nos anos de 1960, as Faculdades davam grande ênfase na formação de professores. Como mostrou Fonseca: *nesse contexto de medo e repressão, cresce a universidade brasileira. Cresce numericamente devida à crescente demanda por matrículas no Ensino Superior. Essa demanda gera uma pressão sobre as Instituições de Ensino Superior Públicas (fins dos anos de 1960), dilatando progressivamente o número de vagas, para atender os chamados “excedentes” do vestibular classificatório. As Universidades públicas não conseguem atender à demanda e temos, a partir daí, a criação de faculdades isoladas e de novas universidades sob a forma de fundações.* Essa tendência comprova a expansão acelerada e desordenada de Faculdades de Filosofia no Brasil a partir de 1960, expansão que se deu, principalmente, por intermédio da iniciativa privada, com foi o caso das faculdades em Uberlândia. O crescimento dessas faculdades, se justificou por se caracterizarem como faculdades viáveis com poucos gastos para sua criação e manutenção e, principalmente, por não exigirem equipamentos, justificando, ainda, a criação de cursos basicamente ligados às humanidades. (GOMES e SOUSA NETTO, 2003, p.19).

Em entrevista o ex-prefeito de Uberlândia Renato de Freitas afirmou que:

Uberlândia hoje é uma cidade que tem mais de 50% de gente de fora. Em minha primeira gestão como prefeito, a maioria da população era gente daqui mesmo. Evidentemente, com isso não quero atacar os de fora, mas os que são de Uberlândia têm, por obrigação, um sentimento maior de defesa das coisas da cidade. Isso é inegável. Uberlândia é formada por gente de fora, mas são pessoas que vieram e se estabeleceram aqui definitivamente e começaram a defender a cidade. [...] - O povo de Uberlândia é formidável, faz tudo o que a cidade quer”. Assim, quando ocupei a prefeitura, colocamos o serviço de água com a ajuda de todos, desde os funcionários da prefeitura até o povo, que doava caminhões, fazia preços mais baratos... [...] Uberlândia antigamente se comprimia para fazer as obras públicas, o prefeito e os vereadores não gastando à toa, todos colaborando, o povo também tinha

o prazer de colaborar. Então, eu digo, foi uma facilidade administrar Uberlândia no período de 1967 a 1971... E tínhamos aquela vaidade para tudo que fosse para Uberlândia, não havia separação: tanto o PSD, a UDN e o PTB trabalhavam para a cidade. O mesmo acontecia, após 1964, com a Arena I e Arena II. O MDB praticamente não existia... Quanto à Universidade, ela era o “dodói” de Uberlândia, tudo que pedisse à cidade, ganharia. A prefeitura servia mais como catalisadora do que doadora de dinheiro puro e simplesmente. Entendíamos que a função da prefeitura era forçar doação para Universidade [...] E quando se falou que para tivéssemos uma Universidade era preciso a doação do patrimônio da Fundação ninguém contestou. (CAETANO; DIB,1988, p. 87-88).

Apesar das afirmações de Renato de Freitas de que até mesmo as diferenças políticas foram superadas em favor do “dodói” de Uberlândia, nesse período a cidade passou pela primeira greve de alunos do Ensino Superior. Os alunos do Curso de Engenharia opuseram resistência à unificação das faculdades, pelo fato de temerem que os valores repassados pelo Governo Federal tivessem que ser divididos com as demais escolas, diminuindo o orçamento e as vantagens conquistadas pela Faculdade Federal de Engenharia.

Além das dificuldades e conflitos de ordem interna, o número de universidades federais no Estado de Minas Gerais, as exigências legais necessárias para constituição das universidades, corroboraram com a dificuldade na criação da Universidade Federal de Uberlândia, contudo, Rondon Pacheco ao rememorar os acontecimentos relevantes na gênese da UFU, destacou em seu depoimento:

Olha, o acontecimento mais confortador para a criação dessa Universidade foi a unidade espiritual, intelectual da sociedade überlandense, no sentido de criar um bloco monolítico em apoio as Escolas Superiores, que até então vinham sendo formadas. Nós já tínhamos...A primeira Escola criada em Uberlândia foi a Escola de Filosofia do Colégio das Lágrimas, Madre Ilar, que está viva. Elas tinham sustentáculo, tinha uma freira superior chamada Madre Rita de Cássia Amarante, mulher notável. Na maior pobreza possível, amealhando recursos. Então essa vocação que eu senti para a cultura que nós precisávamos, pois criamos a Escola de Filosofia, depois criamos a Escola de Direito. A Escola de Direito, tenho o telegrama até hoje, são signatários Jacy de Assis e Gabriel Catistan. Esse era o Presidente da fundação de ensino e o Jacy o diretor em potencial da Escola de Direito, que foi criada e está lá, mas precisava de reconhecimento. Este é o telegrama que me foi enviado quando da criação da Faculdade: Cumprimenta referente a Faculdade de Engenharia, Uberlândia fica devendo ao eminente amigo mais este grande serviço, Abraços Jacy de Assis e Gabriel Catistan. O que é importante foi essa mobilização de Uberlândia, unindo todas as nossas forças para o alcance das escolas superiores. Então criamos a Escola lá no setor federal, a 2^a Escola que foi a Escola de Direito, depois veio o conservatório de música. Depois veio a Escola de Ciências Econômicas, cujo primeiro diretor foi o Juiz Juarez Altafin, e começamos a batalha pela Escola de Engenharia, pois nós precisávamos que a Universidade tivesse 5 escolas integrantes. Sem as cinco Escolas não tinha Universidade, isto está na lei.

Então, mas nós queríamos uma Universidade reconhecida federal, e para se criar uma universidade federal, era necessário ter uma Escola Oficial do Governo. (PACHECO, 2006). (Entrevista 14, em anexo).

Fica evidente o senso de oportunidade do representante político de Uberlândia, assim como a articulação dos representantes da comunidade tentando superar todos os obstáculos e dificuldades que surgiram na criação da UFU.

Para Geraldo Vieira Filho,

Passado o período em que ainda se estavam criando as escolas isoladas, o Ensino Superior em Uberlândia entrou numa nova fase. Nessa se deu a unificação das escolas isoladas na Universidade de Uberlândia (1969), foi a fase da consolidação. Por contraditório que possa parecer, este foi o momento da re-estruturação, que visava transformar o modelo da instituição. Foi na fase da consolidação porque nesse momento (1969-1976) o núcleo básico da universidade já estava criado. O que ocorreu nesse período foi a reestruturação dos cursos existentes e a criação de novas faculdades. Houveram alterações nos currículos, assim como nas relações entre as várias faculdades, fruto, principalmente, das pressões do Ministério da Educação e Cultura (VIEIRA FILHO, 1993, p. 99).

Pode-se perceber que as transformações e re-estruturações do Ensino Superior de Uberlândia seriam causas determinantes do futuro desenvolvimento da Universidade de Uberlândia, consolidando suas diretrizes e, em 1978, a partir da federalização passou a ser denominada Universidade Federal de Uberlândia.

Sendo assim, a re-estruturação das escolas existentes e a criação dos novos cursos sofreram reflexos de ordem econômica, pois estabelecia a centralização dos recursos financeiros na administração do Reitor, que deveria também trabalhar para a concentração das faculdades em um único campus, visando a facilitar o controle e a aperfeiçoar a aplicação de recursos.

A adequação aos ditames legais e exigências do MEC foi necessária para permitir a consolidação do Ensino Superior em Uberlândia. Apesar de aparentemente paradoxal, a consolidação e a re-estruturação das faculdades isoladas no seio da Universidade de Uberlândia aconteceram de forma concomitante, e as mudanças de administração, estruturação, viabilizaram o modelo de ensino que culminou na construção da Universidade Federal de Uberlândia.

De acordo com Juarez Altafin, quando em reunião no gabinete da Casa Civil da Presidência da República ao lado do Dr. Genésio de Melo Pereira e do Ministro Rondon

Pacheco, eles foram questionados pelo Ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra, pois o estatuto dava autonomia administrativa e financeira às faculdades, não caracterizando, dessa sorte, uma Universidade. A justificativa foi no sentido de que alguns representantes das escolas fizeram essa exigência para comporem a Universidade, não obstante, ficou registrado o compromisso de corrigir essa incongruência estrutural.

No livro de sua autoria, Altafin descreveu as dificuldades da atuação como Reitor, dissertou esclarecendo que:

O meu trabalho como reitor consistiu, basicamente, em promover a integração universitária das Faculdades que compunham a instituição desde o início, bem como das Escolas que vieram do Estado, isto é, a Veterinária, a Odontologia e a Educação Física. Essa integração, ou pelo menos a sua base, teve início na minha gestão, concluindo-se nas gestões seguintes. Outras partes deste depoimento, relativas às crises que enfrentei, mostram o varejo das minhas brigas. A análise dos fatos daquela época, feita hoje através de uma perspectiva dos anos que passaram, mostra que a luta foi proveitosa e, pelo menos, duas grandes tarefas foram cumpridas durante a minha gestão. [...] Em primeiro lugar, lancei os fundamentos de um documento básico que pôs fim à autonomia das Faculdades. Com o novo Estatuto as unidades isoladas desapareceram. Desapareceu aquela “federação de escolas”, surgindo, em seu lugar, uma verdadeira Universidade, integrada por Centros, no pleno gozo de sua autonomia. Foi o conserto a que se referiu Tarso Dutra. Em segundo lugar, das crises que enfrentei – principalmente a chamada “Crise do Estatuto” – o Governo federal despertou para uma realidade ignorada: a Universidade de Uberlândia era federal desde o Decreto-lei que a instituiu, ou seja, desde sua criação (ALTAFIN, 1997, p. 46-47).

Para Juarez Altafin, após a eleição e a nomeação como Reitor, ficou o compromisso de superar o problema de autonomia administrativa e financeira das Escolas superiores, que era incompatível com a estrutura de Universidade. O autor afirmou que o primeiro passo foi realizado para estabelecer uma comunicação entre as unidades escolares, e que a partir daquele momento:

A implantação da Universidade se deu com muita luta, não resta a menor dúvida. Como Reitor, costumo dizer, que o que fiz foi brigar, briguei com quase todo o mundo... Criadas as escolas isoladas, num determinado momento, Rondon Pacheco, então chefe da Casa Civil, teve a ideia de criar uma Universidade reunindo as escolas existentes. Essas pertenciam a mantenedoras diferentes: as Faculdades de Direito e de Ciências Econômicas pertenciam a uma mantenedora; a de Filosofia e a de Artes a duas mantenedoras diferentes; a de Engenharia ao Governo federal; a de Medicina a uma outra Fundação; a de Odontologia, Educação Física e Veterinária ao Estado de Minas. [...] Na estruturação da Universidade a grande dificuldade consistiu na recusa de muitas Escolas de abrir mão de sua autonomia financeira e administrativa em favor da nova entidade. Concordaram em compor a Universidade, mas continuando com sua autonomia. Então

redigimos o estatuto atendendo a essa exigência. [...] “O meu trabalho foi no sentido de aprovar um Estatuto com estrutura cêntrica e conscientizar o Governo da República de que ela era federal e que o Reitor tinha que ser nomeado pelo Presidente da República”. (CAETANO e DIB, 1988, pp. 94/96/99).

Altafin, ao assumir a reitoria, teve a empreitada de modificar a estrutura da Instituição, dando um escopo de Universidade, pois não bastava ser Universidade somente no nome, ou seja, de direito, a mesma deveria sê-la tanto de direito como de fato. Ao ser nomeado pelo Presidente da Fundação Milton Magalhães Porto, recebeu uma reitoria isolada e sem dotação orçamentária, e do outro lado, as faculdades que permaneciam querendo manter a independência administrativa e financeira.

Destaca-se, na citação, a tentativa de reforçar o fato de que a Universidade de Uberlândia desde o seu início, foi federal, pois o Decreto que determinou sua criação também deu *status* de federal à Universidade do Rio Grande que passou a receber esse tratamento em face ao MEC. Outro elemento corroborador para a tese de que a UnU teve a gênese como federal, consiste na nomeação do primeiro Reitor, feita pelo Presidente da República que possuía essa prerrogativa de escolha dos dirigentes somente perante as instituições federais de ensino.

Dessa maneira, a criação da UnU trouxe em seu bojo várias condições favoráveis ao processo de federalização, visto que as ações estabelecidas para tornar uma universidade de direito e de fato foram viabilizadas articulando o sistema administrativo, financeiro e acadêmico, buscando reconhecimento do MEC, por meio do atendimento as determinações do mesmo, de unificação das escolas em um único campus e elaboração de um estatuto condizente com a estrutura de uma Universidade.

Em 1974, uma comissão do MEC analisou a estrutura financeira da Universidade de Uberlândia para estudar a viabilidade da sua inclusão no orçamento federal; a partir desse momento, foram intensificadas as atuações dos dirigentes da Universidade e dos políticos para que o Ministério da Educação e Cultura a reconhecesse como Federal, tendo em vista que a União já mantinha a Faculdade Federal de Engenharia com recursos para desenvolvimento de obras e compra de equipamentos, além de ser comum o envolvimento do orçamento federal com instituições particulares.

Segundo Cunha e Góes:

A privatização do Ensino Superior no período militar brasileiro atingiu patamares tão elevados que até mesmo os consultores norte-americanos criticaram seus índices, em 1976, conforme informa a própria USAID, o Governo militar drenava recursos públicos para as escolas privadas em montantes alarmantes: 40% do total das verbas alocadas para 2º grau e 39% do superior, eram transferidas para estabelecimentos particulares (CUNHA; GÓES, 1987, p. 51).

Entretanto, enquanto o Coronel Pamplona estava no cargo de Secretário Geral na administração do Ministério da Educação e Cultura, considerava a UnU como uma Universidade particular, somente quando o Dr. Edson Machado assumiu a direção do Departamento de Assuntos Universitários (D.A.U.), passou-se a receber uma interpretação favorável que a instituição era federal, levando o Deputado Federal Homero Santos a propor o projeto lei para federalizar a UnU.

No jornal Tribuna de Minas foi destacada a importante participação desse político com o fito de torná-la definitivamente Universidade Federal.

Conforme comunicação do deputado Homero Santos, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto 1.500 – A que modifica o Decreto-Lei 762, que autorizou o funcionamento da Universidade de Uberlândia. Agora, irá para o Senado Federal para ser votado. Assim, breve, ter-se-á, em definitivo, a federalização da Universidade local (TRIBUNA DE MINAS, 04/12/1976).

Dois anos mais tarde, ou seja, somente em 1978, a UnU torna-se oficialmente federal, abrindo novas perspectivas para soluções de inúmeros problemas institucionais, aumentando-se o poder do Reitor por meio da instalação de um arcabouço estrutural centralizado e, consequentemente a influência dos fundadores ficou diminuída, resolvendo a incongruência da autonomia financeira e administrativa das faculdades.

O ex-Reitor Juarez Altafin enfatizou em seu livro *Primeiros Tempos: Depoimentos sobre pessoas e fatos do início da Universidade Federal de Uberlândia*, que:

De logo, destacavam-se as dificuldades materiais. [...] Muitas vezes, como reitor, viajava para Brasília de carro (uma Veraneio que a Universidade recebera com as escolas da Autarquia Educacional, que vieram do Estado), numa estrada sem asfalto. [...] Porém, o mais difícil não era a falta de recursos. Difícil mesmo eram as medidas que, por dever de ofício como reitor, para a defesa dos interesses da Universidade, tinha que tomar. Medidas que contrariavam diretores, congregações de professores, eminentes políticos amigos, líderes comunitários, [...] (ALTAFIN, 1997, pp. 47-48).

Foi necessário demonstrar que a UnU era federal, e não somente a Faculdade de Engenharia. Assim, o Governo Federal deveria subsidiar com verbas da União todas as cinco

faculdades. Um primeiro passo foi a destinação de quinhentos mil cruzeiros da verba que seria enviada para Faculdade de Engenharia para a Escola de Medicina. Apesar de acontecer o que os alunos e alguns professores da engenharia temiam (redução do orçamento direcionado a esse curso), essa foi uma maneira de colocar a Medicina sob os auspícios da verba federal. O jornal *Correio de Uberlândia* datado de 07/08 de junho de 1975, noticiou:

Acadêmicos da Engenharia podem fazer passeata

Nos meios estudantis universitários da cidade, correram rumores no dia de ontem, de que os acadêmicos da Faculdade Federal de Engenharia poderiam realizar hoje, quando da visita da comissão do Ministério da Educação e Cultura, uma passeata, para firmar seu ponto de vista quanto à posição tomada por eles e pela congregação de professores, para que sua escola permaneça, dentro da reforma dos estatutos da Universidade de Uberlândia, na mesma condição de funcionamento e organização. Ninguém oficialmente confirmou a passeata e se ela acontecer esperamos que seja pacífica, ponderada, para alcançar realmente o objetivo colimado (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 07/08/de junho de 1975).

A partir desse momento, o Curso de Medicina passou a ser subsidiado pelo orçamento da União. Tem-se que, juntamente com as verbas do Governo Federal destinadas à faculdade de Engenharia, mais de 50% do capital da Universidade de Uberlândia era proveniente da União, dessa maneira, dever-se-ia respeitar a imposição legal de que as instituições com participação de mais de 50% do capital público federal deveriam ter seus dirigentes nomeados pelo Governo Central.

Com esses fatores favoráveis a federalização, em 1978, a reportagem intitulada *UnU federalizada*, do jornal Tribuna de Minas, deixou registrada a satisfação da população e alegria da classe universitária pela realização do sonho de torná-la uma Universidade Federal. Sendo assim, informou que:

Conforme comunicou a este jornal o deputado Homero Santos esclarece que o Presidente Ernesto Geisel, sancionou o projeto lei, federalizando a Universidade de Uberlândia. Com esse gesto do Presidente da República, o povo überlandense sente-se contente por ver sua universidade federalizada, um antigo anseio desta cidade, principalmente da classe universitária. De outro lado o legislador por esta urbe e região, também teve seu trabalho vitorioso, pois o projeto de federalização, segundo fala de sua autoria.” (TRIBUNA DE MINAS, 31/05/1978).



FIGURA 10 Solenidade de Federalização da UFU

Fonte: Acervo – CDHIS

Apesar da conquista do reconhecimento da Federalização da Universidade de Uberlândia, tornando-a Universidade Federal de Uberlândia, seriam necessárias modificações e melhorias em sua estrutura física e arquitetônica, além de investimentos em recursos humanos, técnicos, professores, funcionários auxiliares (secretários, trabalhadores do Setor de Obras, segurança, limpeza, entre outros). Para tal fim, a concentração de poderes decisórios nas mãos do Reitor foi fundamental e viabilizou alterações na sistemática financeira, administrativa e acadêmica.

Não obstante, o atual Reitor Alfredo Júlio Fernandes Neto, em depoimento, respondendo como se deu o processo de consolidação e desenvolvimento da Faculdade de Odontologia de Uberlândia, rememorou que:

Nada começou agora, começou em julho de 1970, e foram muitas pessoas que dedicaram parte da vida para o desenvolvimento da faculdade, ela começou como uma Autarquia Educacional, com pouco recurso, o recurso maior era da mensalidade dos alunos, e um Curso de Odontologia é caro, a instalação é cara, e lutava com muita dificuldade, muitas vezes os alunos tinham que comprar material, os próprios professores rateavam pra comprar álcool, pra ter uma clínica, os membros do diretório acadêmico muitas vezes fez livro de ouro e saiu pelo comércio, por isso que eu falo que a presença da sociedade era muito forte, que eu me lembro que nós fazíamos livros de ouro e saímos no comércio pedindo dinheiro pra montar laboratório, para compra livro, e íamos aos consultórios dos dentistas pedir doação de livro, pra poder montar e consolidar a nossa biblioteca, depois veio a Universidade, e a coisa começou a melhorar, **e quando federalizou entramos num ritmo de**

desenvolvimento, mas as universidades federais ficaram paradas muito tempo, a Odontologia ficou parada muito tempo, no sentido de expansão, nós tínhamos uma Graduação, os professores que vieram de início eram todos de fora, a medida que foram formando foram ficando na faculdade, no inicio não tinha uma vocação para pós-Graduação, então os primeiros foram fazer fora, pois não era cultura da formação da Odontologia a pós Graduação [...] (FERNANDES NETO, 2011). (Entrevista 16, em anexo). (Grifos nossos).

Nesse processo de federalização, a possibilidade de contar com a ajuda financeira do Governo Federal representou a probabilidade de crescimento, pois, com o auxílio da União enviando verbas necessárias para criar uma infraestrutura, poder-se-ia almejar uma expansão da atuação da Universidade Federal de Uberlândia.

Entretanto, conforme se depreende da citação, quando a Universidade se federalizou, fortaleceu a expectativa de desenvolvimento, dando ensejo a ideais de crescimento e consolidação da Universidade, mas conforme afirmou Alfredo Júlio Fernandes Neto: “as Universidades Federais ficaram paradas muito tempo”. Enquanto o discurso político anunciamava a importância de Educação na prática as ações iam de encontro a ele, pois a criação das escolas não tinham subsídios suficientes do Governo.

Mesmo assim, o discurso político local continuou no sentido de tornar a Universidade Federal de Uberlândia um ponto de referência para toda comunidade do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, intensificando a influência nos municípios vizinhos e atraindo estudantes de toda região para estudarem na cidade de Uberlândia. Nas palavras da professora Vera Lúcia Puga de Sousa:

Para além disso, a Universidade é fundamental ao desenvolvimento de Uberlândia, que tem na atividade comercial a grande base de sua economia. A esse cenário, agregaram-se grandes empresas, estabelecidas e/ou nascidas na própria cidade, que construíram suas trajetórias em parceria com essa Universidade.

Da mesma maneira, salientamos a presença de um corpo docente composto por professores da região e/ou vindos de outros Estados da Federação que, durante muito tempo, impulsionou significativamente o comércio local. A título de ilustração, basta recordar que, em fins da década de 1970 e início de 1980, o salário dos professores equivalia a um carro popular. Metaforicamente, os lojistas estendiam “tapetes vermelhos” quando da chegada dos professores em seus estabelecimentos (PUGA DE SOUSA, 2003, p. 60).

Fortalecem o entendimento apresentado as memórias do professor Odorico Coelho da Costa Neto ao responder ao questionamento: Qual a maior dificuldade como professor participante ativo da luta pela excelência da faculdade, na criação da faculdade?

Vários foram os desafios, dificilmente terá como colocar um desafio, o primeiro desafio foi quando a faculdade saiu da Autarquia e se incorporou a Universidade de Uberlândia, ali existiam alguns conceitos que deveriam ser modificados, quando o Dr. Laerte pensou nessa faculdade foi fruto de toda dedicação dele, ele pensou em algo de uma excelência equiparada ao melhor que existia no País, como Bauru, Araraquara, a USP, ele pensava em uma faculdade desse nível, **na transição para a Universidade de Uberlândia alguns conceitos foram mudados, a mudança do perfil do corpo docente**, que era eminentemente importado de outras faculdades, e que isso passasse a ser assumido por pessoas da própria cidade, isso foi um choque, que ao longo do tempo foram superados, sendo os alunos qualificados, **depois a federalização, o ingresso na UFU, o que melhorou consideravelmente o financiamento que tinha na faculdade**, nós tivemos no inicio, especialmente na época da Autarquia Educacional, vários professores passaram mais de seis meses sem receber, e nem por isso nenhum deles deixou de fazer seu compromisso, os professores vinham de forma e ficavam três, quatro, cinco meses sem receber, **na transição para a UFU, ocorreu uma melhoria salarial considerável, acabou a situação de atrasos salariais, o que tornou atrativa a profissão de docência**, além da questão do amor pela profissão. Aí tivemos um período dentro de transição dentro da própria UFU na primeira gestão do professor Gladstone Rodrigues da Cunha, em que houve uma cisão no corpo docente, então eram alguns professores que estariam dentro de uma proposta extremamente acadêmica, pensado nessa formação da pesquisa, na formação docente bastante sólida, e outro grupo em que apoiado pelo Reitor da época faziam determinadas atividades que pra nós era julgadas como atividades meio, e não fim. E esses professores na época ganhavam mais do que o dobro do que a gente ganhava, houve realmente uma separação, uma clínica em que determinados professores iam, e outra em que outros professores iam, nessa clínica onde os outros professores iam, eles eram remunerados de forma diferenciada para a mesma atividade, a época era permitido, hoje isso jamais poderia ocorrer, isso foi superado na base da conversa, entendimento, e na mudança e mostrando que a gente queria uma proposta pedagógica inovadora, mais avançada e tinham coisas que eram muito boas porque colocava a Odontologia para a prestação de serviços a comunidade, abria os muros da Odontologia [...] (COSTA NETO, 2011). (Entrevista 17, em anexo).

No presente momento, recorre-se ao trabalho intitulado *Fragmentos Imagens Memórias* para apresentar uma breve síntese dos reflexos e principais acontecimentos em instantes próximos ao período conjuntural da federalização da Universidade de Uberlândia.

A relação entre o desenvolvimento da Cidade de Uberlândia e a consolidação da Universidade tornou-se cada vez mais integrada, refletindo-se nas searas social, econômica, política, cultural e estrutural. O discurso de “Ordem e Progresso” em âmbito nacional era reproduzido pelos grupos dominantes junto à comunidade local, reiterando a necessidade de união das forças para consolidar a Universidade Federal de Uberlândia, pois os benefícios seriam relevantes, mudando a História do Município e da região do seu entorno.

Na senda dos ideais dos grupos dominantes locais, apresentados anteriormente, surgiu a Escola Técnica de Saúde como Escola Técnica de Enfermagem Carlos Chagas, resultado de uma proposta da extinta Fundação da Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia (FEMECIU). Em 1973, o fator essencial para formação desse curso de nível médio foi que os hospitais particulares e o Hospital de Clínicas da FEMECIU aumentariam a demanda desses profissionais para atender a comunidade uberländense e região, em 1981, após ser reconhecido com Curso Técnico de Enfermagem passou a fazer parte da UFU, como Órgão Suplementar agregado à Pro-Reitoria Acadêmica, por meio da DIEPS (Diretoria de Ensino de Primeiro e Segundo Grau).



FIGURA 11 Enfermeiras da Escola Técnica de Enfermagem Carlos Chagas acompanham consulta médica na década de 1970

Destaca-se outro importante episódio, que foi a criação da Biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia, em 1976, com a junção dos acervos de oito faculdades isoladas do Município de Uberlândia, sendo que o processo de integração foi finalizado em 1978 com o advento definitivo da federalização da UnU.

Com a finalidade de possibilitar o exercício da prática para os cursos das áreas de biomédicas, foram criados os Hospitais da Universidade Federal de Uberlândia, também como órgãos suplementares vinculados com a Fundação de Assistência, Estudo e Pesquisa de Uberlândia (FAEPU) no exercício das ações dos estudantes das Ciências da saúde.

De acordo com Gomes, Warpechowski e Sousa Netto:

O Hospital de Clínicas foi construído como unidade de ensino para atender ao ciclo profissionalizante da ex-Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia, com recursos de doações da comunidade. Inaugurado em 1970 com 2300 m², 27 leitos, 4 apartamentos e com um corpo clínico de 20 médicos atendia primariamente pacientes de baixa renda e sem cobertura previdenciária na época. Em 1972, foi firmado convênio com o INPS e em 1975 foi estabelecido o convênio Global que permitiu a ampliação da cobertura assistencial.

Hospital Odontológico Proporciona o desenvolvimento das atividades de ensino clínico para alunos de Graduação e pós-Graduação em Odontologia. Compõe-se de corpo clínico especializado, equipamentos e estrutura física compatível com as atividades e as normas de segurança. Presta atendimento à comunidade em geral (GOMES, WARPECHOWSKI; SOUSA NETTO, 2003, p. 152)

Hospital Veterinário Como os demais hospitais, o Hospital Veterinário desenvolve suas atividades de ensino, pesquisa e de extensão, com um considerável trabalho de prestação de serviços à comunidade (GOMES, WARPECHOWSKI; SOUSA NETTO, 2003p. 154).

Percebe-se que alguns dos objetivos dos fundadores e idealizadores das primeiras escolas de Ensino Superior em Uberlândia foram alcançados, entre eles, o acesso à faculdade sem ter que se deslocar para as capitais do País, a formação de profissionais qualificados e tecnicamente preparados para o mercado de trabalho, oportunidade de emprego, aumento das atividades comerciais, industriais entre outras.

Com o funcionamento das faculdades isoladas e com o advento da federalização, surgiram as oportunidades de ingresso em um Curso Superior no seio da cidade de Uberlândia, entre eles, em consonância com Gomes, Warpechowski, Sousa Netto (2003) destacam-se os Cursos de Graduação, os quais são inventariados a seguir. Antes disso, ainda uma palavra a respeito da política educacional do período em questão. O que aconteceu em Uberlândia era a implantação do modelo inspirado nas instituições norte-americanas, cujo funcionamento se faz por intermédio dos institutos e faculdades com a introdução do sistema de créditos, rompendo, ou querendo romper com a velha estrutura departamental, parece ser essa a razão para a existência dos cursos logo no início e, depois os três grandes centros, em que pese a posterior criação dos departamentos, posteriormente abolidos em 2000. Passar-se-á então à composição da UnU no momento que antecedeu à federalização, é preciso frisar que a apresentação dos cursos foi feita levando em conta o critério cronológico.

4.2. A UnU e os seus Cursos de Graduação

Nos próximos tópicos serão apresentados os primeiros cursos de graduação da Universidade de Uberlândia e suas principais informações referentes a criação e reconhecimento, também apresenta-se os objetivos a serem alcançados para uma qualificação profissional adequada, destacando-se o perfil e conhecimentos necessários para formação em cada área do conhecimento.

4.2.1. Educação Artística

4.2.1.1. Habilitação em Música

Com a atenção voltada para o mercado de trabalho que, naquele período, limitava-se, quase que exclusivamente à docência no Ensino Básico, o Curso de Educação Artística contemplava as duas modalidades que mantinham contato com o sistema oficial de ensino escolar; referimo-nos às habilitações em Música e em Educação Artística.

O Curso de Educação Artística – Habilitação em Música foi criado no dia 13 de junho de 1957 e, em 13 de fevereiro de 1967, por meio do Decreto Federal 61.479/67 ocorreu o reconhecimento dos cursos de Música – Piano, Acordeão, Violino e Canto ministrados pelo Conservatório.

Tal formação oferecida teve origem no curso de Educação Artística – Musical, que na época de sua fundação era abrigado pelo Conservatório Superior de Educação, dirigido por Cora Pavan Caparelli. As primeiras instalações da faculdade ficavam na casa em que Cora residia com sua família, localizada na Av. Benjamin Constant, Bairro Aparecida, em Uberlândia.

O profissional formado em música (educador em Música) deve estar preparado para as mudanças políticas, econômicas e socioculturais; com suas áreas de atuação bem definidas de acordo com sua escolha (educador musical e/ou músico), com apurada percepção e capacidade de elaboração de conhecimentos específicos e complexos; tornando-se capaz de valorizar a formação pedagógica geral com ênfase à área de Ciências Sociais; desenvolvendo

o pensamento crítico, reflexivo e equilibrando a fundamentação teórica com a experiência prática.

4.2.1.2. Habilitação em Artes Plásticas

O Curso de Artes Plásticas da Universidade Federal de Uberlândia foi criado em 1972 e reconhecido em 20 de abril de 1977 juntamente com o curso de Decoração (Decreto Federal nº 79.562/77), dentro da Faculdade de Artes, já conduzida por Cora Pavan.

Em 1974, a Faculdade, que já ministrava a habilitação em música e em artes plásticas, sofreu sérios problemas financeiros, precisando recorrer à Reitoria para a obtenção de um empréstimo bancário que fosse suficiente para quitar suas dívidas.

No mesmo período, a Faculdade teve uma mudança em seu endereço, passando para a Av. Fernando Vilela, Bairro Martins, em Uberlândia. O edifício para qual foi transferida a Faculdade encontrava-se, na época, com uma estrutura muito precária e foi necessário que a Prefeitura fizesse uma reforma do local, para que fosse possível a continuidade das atividades da faculdade ali.

Um profissional de Artes Plásticas deve possuir um conhecimento voltado principalmente para três áreas: O ensino das Artes Plásticas, a criação original de poéticas visuais e o desenho gráfico, buscando a elaboração de um pensamento crítico, reflexivo e criativo que possa voltar-se também para a pesquisa acadêmica, com uma consciência preparada para as questões políticas, econômicas e socioculturais.



FIGURA 12 Foto da Faculdade de Artes

Fonte:Arquivo CDHIS.

4.2.2 Curso de Licenciatura em Pedagogia

O Curso de Licenciatura em Pedagogia (Noturno e Diurno) foi criado em 1959, fazendo parte da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, adquirindo, com o Decreto nº 53.477, de 23 de janeiro de 1964, o seu reconhecimento juntamente aos cursos de Letras Neo-Latinas e Letras Anglo-Germânicas da mesma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

Ao longo do tempo o Curso de Pedagogia passou por várias reformulações e ajustes curriculares, no intuito de se garantir uma permanente atualização do profissional da Educação que deveria atuar desde a Educação Infantil até a supervisão e administração escolar.

Era de se destacar a amplitude do Curso de Pedagogia frente aos demais cursos, uma vez que este contava com um número elevado de docentes, criando a necessidade interna do desmembramento do corpo docente de acordo com suas frentes, o que resultou, no ano de 1987, na formação de três grandes departamentos: Departamento de Fundamentos da Educação, Departamento de Práticas Pedagógicas e Departamento de Filosofia, agregando professores que atuavam nos vários cursos oferecidos pela Universidade. O curso de Bacharelado em Filosofia só viria no ano de 1994.

4.2.3 Curso de Direito

O Curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia foi criado em 1960 e seu reconhecimento ocorreu em 14 de novembro de 1963 por meio do Decreto nº 52.831/63. Inicialmente sustentada pela FEU (Fundação Educacional de Uberlândia); a Faculdade de Direito, idealizada por Jacy de Assis teve sua primeira sede dentro de sua própria casa, localizada na Av. Duque de Caxias, Centro, na cidade de Uberlândia. Em 1º de setembro de 1969, ainda foi inaugurada a Assistência Judiciária da Faculdade, no intuito de aliar a prática jurídica estudantil ao atendimento à população necessitada. Desde a sua criação, até 1976, a Faculdade de Direito funcionava dentro da residência da família Assis e somente em 1977 a Faculdade foi levada para o *campus* Umuarama, onde ficou até sua transferência definitiva para o bloco 3D do *campus* Santa Mônica.

O profissional do Direito deve ter capacidade para franca atuação na sociedade. A prática da advocacia se alarga hoje para abranger as assessorias junto às empresas, associações, sindicatos, organismos governamentais, e, não obstante, à prestação de esclarecimentos jurisdicionais à população em situação financeira precária, por meio da Assessoria Jurídica Popular.



FIGURA 13 1959 – Primeira Sede da Faculdade de Direito

Fonte: Acervo CDHIS

4.2.4 Curso de Letras

Ainda no âmbito da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, foi criado o Curso de Letras, Licenciatura Plena em Português/Inglês e Português/Francês, que funciona desde 1960, com reconhecimento também pelo Decreto nº 53.477, de 23 de janeiro de 1964.

Assim como no Curso de Pedagogia, o Curso de Letras era mantido pelas Irmãs do Colégio Nossa Senhora, localizado na Rua Silva Jardim. Até sua fixação definitiva no Campus Santa Mônica em 1977, a instalação do curso sofreu sérias ameaças, tendo sido solicitado no ano de 1975, por meio de uma ação judicial, o “despejo” da faculdade das instalações do Colégio de freiras pela Sociedade Feminina de Instrução, entidade paulista mantenedora da Instituição. Em virtude de tal situação, por um curto período de tempo, alguns dos cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras passaram para o prédio da Engenharia do *campus* Santa Mônica, e outros para o *campus* Umuarama. Somente em 1977, com a conclusão das obras de construção de salas de aula e departamentos no *Campus* Santa Mônica é que houve a transferência definitiva dos cursos.



FIGURA 14 Foto da fachada externa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

Fonte: Acervo CDHIS

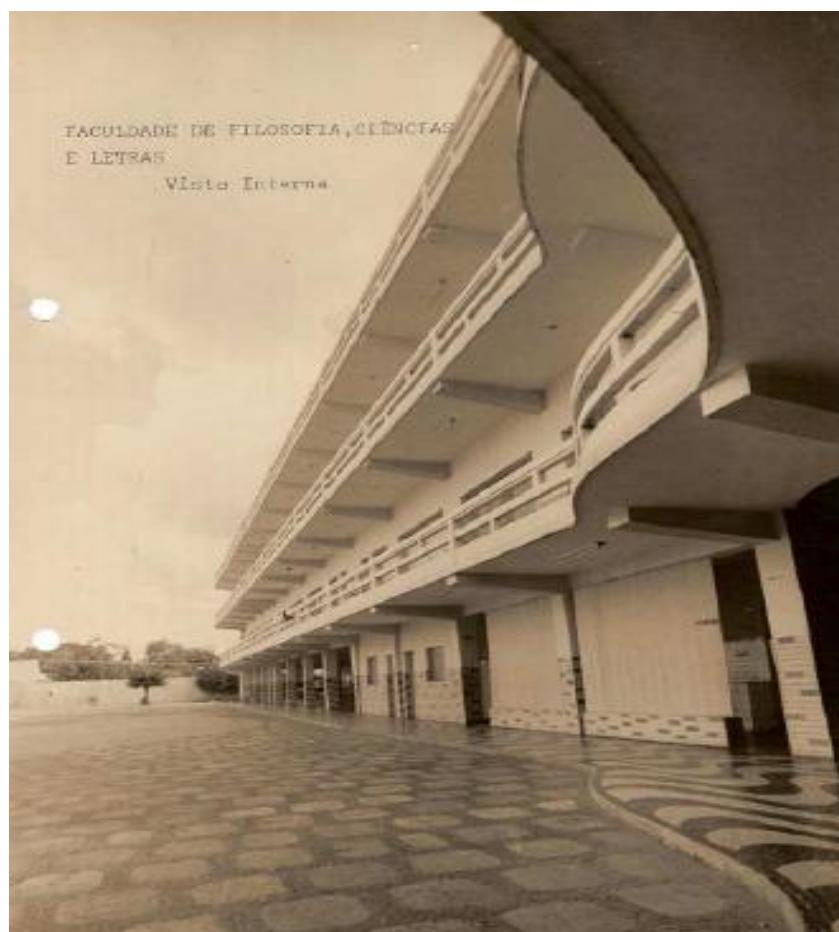


FIGURA 15 Foto da fachada interna da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

Fonte: Acervo CDHIS

4.2.5 Curso de Graduação em Engenharia Mecânica

O Curso de Graduação em Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Uberlândia foi criado no dia 05 de dezembro de 1962, entretanto, sua concretização só se deu em 1965, com a conquista de um espaço físico para abrigar o curso.

Tal local era um edifício longe da cidade, situado em no então despovoado Bairro Santa Mônica. No prédio ainda em fase de acabamento funcionaria o Colégio dos Padres Salesianos, entretanto, o grupo Carfepe (proprietário das empresas Moinho Sete Irmãos, Granja Planalto, Vallée S.A.) – que tinha como sócio Genésio de Melo Pereira, primeiro Diretor da faculdade, efetuou a troca com a paróquia Nossa Senhora Aparecida e doou o prédio para a faculdade. Em 1964, pouco antes do golpe militar, o Presidente João Goulart veio a Uberlândia para assinar escritura de doação do prédio que sediaria a Faculdade Federal de Engenharia.

Nas palavras do ex-Diretor da Faculdade, José Pepe Júnior:

[...] pensou-se na ocasião em adquirir a residência do fazendeiro Olímpio de Freitas e, isso já estava mais ou menos deliberado, quando o Dr. Genésio, numa reunião do SECQAU, discordou do local porque, na sua visão, e com muita razão, ali ficaria uma instalação sem muita possibilidade de ampliação. O grupo CARFEPE propôs então uma troca de um imóvel com a paróquia Nossa Senhora Aparecida, onde seria o seminário (CAETANO; DIB, 1988, p. 312).

Com proposta de formar profissionais com conhecimentos relacionados aos mais variados ramos das Ciências Físicas e da Matemática, capazes de responder rapidamente às exigências atuais e às tendências futuras da indústria, como também introduzir mudanças estruturais por sua capacidade analítica e criativa. Foi reconhecido em 18 de novembro de 1970, juntamente com a Engenharia Química (Decreto Federal 67.597/70).

4.2.6 Curso de Engenharia Química

O Curso de Engenharia Química, criado em março de 1965, prepara seus alunos para desenvolver as suas atividades profissionais em consonância com as exigências do mercado, fazendo uso de uma sólida formação técnica, aliada a um senso crítico desenvolvido. O prédio

onde começaram a ser ministradas as aulas dos cursos de Engenharia Mecânica e Engenharia Química, em 1965, era conhecido como “Mineirão” e hoje abriga o bloco 1Q do *campus Santa Mônica*, onde fica o Centro de Documentação e História da UFU (CDHIS) e o Museu de Rochas e Minerais.

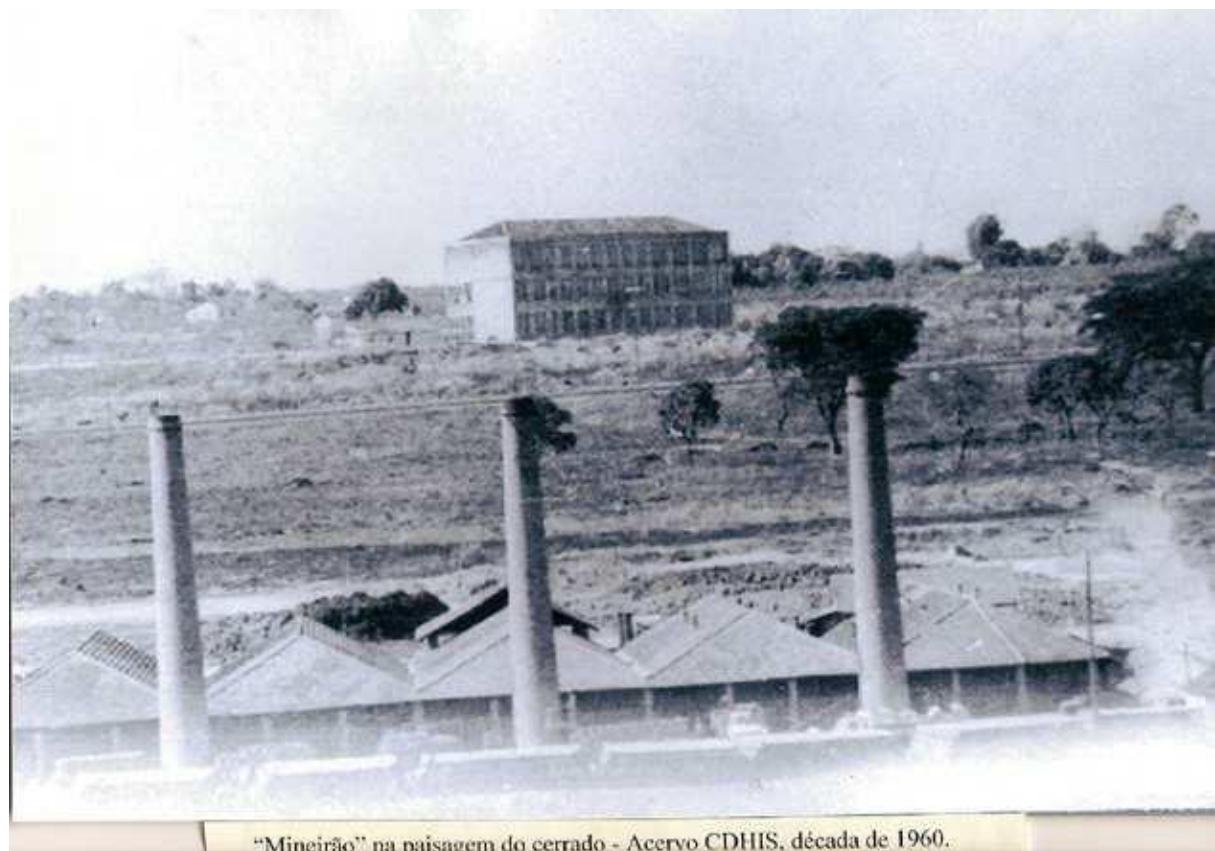


FIGURA 16 Foto do prédio da Faculdade Federal de Engenharia localizado no Bairro Santa Mônica.

4.2.7 Curso de Ciências Econômicas

A Faculdade de Ciências Econômicas, precursora dos cursos de Ciências Contábeis, Administração e Economia, foi fundada em 1963 pela Fundação Educacional de Uberlândia, tendo sido instalada, na época, no mesmo edifício que a Faculdade de Direito. Tempos depois, em virtude das dificuldades com o espaço físico com a faculdade de Direito, a Faculdade foi transferida para o Colégio Brasil Central.

De acordo com Celso Corrêa dos Santos, ex-professor da Faculdade, o contrato de aluguel das salas foi “camaradíssimo” (*In CAETANO e DIB 1988:300*).

Com a posterior venda do Colégio, a Faculdade foi obrigada a deixar o local, e a única alternativa encontrada para arrecadar dinheiro para financiar uma nova sede foi fazer uma “rifa” na cidade. O edifício comprado foi reformado, tendo endereço na Praça Dr. Duarte, onde era a residência do engenheiro Luiz Rocha e Silva. A aquisição e a reforma do local foi feita somente com recursos doados, sem ajuda do poder público nem dos alunos. Com a extinção da faculdade, seus cursos que passaram a integrar o CEHAR (Centro de Ciências Humanas e Artes) foram levados para o *campus* Santa Mônica. Hoje, o curso faz parte do Instituto de Economia da UFU.

O Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Uberlândia teve seu funcionamento autorizado no dia 03 de novembro de 1966 (Decreto 59.447), e foi reconhecido pelo antigo Conselho Federal de Educação CFE, em 11 de novembro de 1971 (Decreto 69.535).

4.2.8 Curso de Ciências Contábeis

O Curso de Ciências Contábeis, inicialmente vinculado à Faculdade de Ciências Econômicas da UFU, foi criado em janeiro de 1963.

À medida que o contador é obrigado, por força de suas funções, nos mais diversos tipos de empresas, a interagir com áreas de finanças, produção, *marketing* etc., faz-se necessária uma formação abrangente no estudo dos problemas empresariais. O profissional deve ter um conhecimento sólido em contabilidade e nas suas diversas especificações, tais como: planejamento contábil comercial, industrial, rural, bancário e público; auditoria e análise contábil. Saberes estes atualizados e adequados às evoluções do mundo moderno dos negócios.

Sendo a Contabilidade um ramo das Ciências Sociais Aplicadas, torna-se necessária ainda uma formação humanística por meio de estudos de Sociologia, História Econômica e Geografia, por meio dos quais o aluno consiga compreender a importância da Contabilidade, sua evolução e interação com a sociedade no contexto do mundo moderno.

4.2.9 Curso de História

O Curso de História foi criado em 1964, no âmbito da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia. Constituído inicialmente como Licenciatura, só em 1991 foi criado o Bacharelado.

4.2.10 Curso de Matemática

Criado em 30 de maio de 1967 pelo Decreto Federal nº 60.771, o Curso de Licenciatura Plena em Matemática preocupa-se com a formação do educador, capacitando-o para compreender a Matemática dentro da realidade educacional brasileira nos contextos social, cultural, econômico e político; dominar em profundidade e extensão o conteúdo de Matemática na sua visão estrutural e sequencial, garantindo a integração entre teoria e prática, tanto na sua ação educativa com em aperfeiçoamento de estudos, participar da definição da política educacional, revalorizando o trabalho docente; acompanhar a evolução das Ciências Pedagógicas e da Matemática necessárias a formação permanente do profissional; transmitir adequadamente aos alunos dos ensinos fundamental e médio conceitos básicos de Matemática, habilitando-o para o raciocínio lógico e ágil.

4.2.11 Curso de Medicina

O Curso de Medicina foi criado em 12 de fevereiro de 1968 pelo Decreto Federal nº 62.261, e o reconhecimento da Escola se deu pelo Decreto nº 74.363 de 6 de agosto de 1974. Em 26 de agosto de 1970 ocorreria a inauguração do Hospital de Clínicas de Uberlândia (HCU), construído com recursos públicos e doações da comunidade, com 2.300 m², 27 leitos, quatro apartamentos e um corpo clínico de vinte médicos. Integrado ao Sistema Único de Saúde (SUS), em 2003, já atendia pacientes de uma área que abrange dois milhões de pessoas.

A Graduação tem por objetivo a formação de um médico dotado de espírito crítico e de comportamento social, capaz de diagnosticar e resolver com eficiência e humanismo problemas de saúde prevalecentes na região geoeducacional da Universidade e outros de relevância no âmbito nacional.



FIGURA 17 1968 - Escola de Medicina e Cirurgia

Fonte: Acervo CDHIS

4.2.12 Curso de Administração

O Curso de Administração da atual Universidade Federal de Uberlândia foi criado em 2 de abril de 1969, pelo Decreto Federal nº 64.303 e reconhecido dois anos depois pelo Decreto Lei 69.535/71.

O curso, que inicialmente também esteve atrelado à Faculdade de Ciências Econômicas, tem por objetivo formar administradores que possam atuar com ética e competência para a melhoria do desempenho das organizações, visando a contribuir para melhoria da qualidade de vida e bem estar da comunidade.



FIGURA 18 Foto do edifício ocupado pela Faculdade de Ciências Econômicas
(Arquivo CDHIS).

4.2.13 Curso de Ciências Biológicas

Em 1970, foi aberto o primeiro vestibular para o Curso de Ciências – Licenciatura Curta, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. No ano de 1973, passou a Habilitação em Biologia, sendo assim criada a Licenciatura Plena. Somente em 12 de abril de 1976, por meio do Decreto nº 77.427/76 seria reconhecido o Curso de Ciências Biológicas, em suas modalidades bacharelado e licenciatura.

4.2.14 Curso de Geografia

O Curso de Geografia Licenciatura Plena funciona desde 1971, quando foi criado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia; seu Bacharelado foi implantado em 1988. Em 15 de dezembro de 1975 deu-se o reconhecimento do Curso de Geografia pelo Decreto nº 76.791/75.

4.2.15 Curso de Engenharia Elétrica

O Curso de Engenharia Elétrica da Universidade Federal de Uberlândia teve autorização para realizar seu primeiro concurso vestibular em outubro de 1970, sendo efetivado em janeiro de 1971, como reconhecimento da faculdade no ano de 1976 (Decreto nº 78.555/76). O Curso se propõe a formar profissionais para atuar em: supervisão, coordenação e orientação técnica; estudo, planejamento, projeto e especificação; estudo de viabilidade técnico-econômica; assistência, assessoria e consultoria; direção de obra e serviço técnico; vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico; ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica, extensão, atividades essas referentes a geração, transmissão, distribuição e utilização da energia elétrica; equipamentos, materiais e máquinas elétricas e eletrônicas; sistemas de comunicação e telecomunicações e seus serviços afins e correlatos.

4.2.16 Curso de Engenharia Civil

O Curso de Engenharia Civil da Universidade Federal de Uberlândia foi criado no dia 01 de março de 1971, sendo reconhecido em 11 de outubro de 1976 juntamente com a Engenharia Elétrica (Decreto nº 78.555/76). Sua finalidade primária é aprimorar, produzir, transmitir e manter conhecimentos em Engenharia Civil e em áreas de estreita correlação técnico-científica, por meio do ensino, pesquisa e extensão.

4.2.17 Curso de Educação Física

Criado em 22 de outubro de 1971 pelo Decreto Federal nº 64.410, o Curso de Licenciatura em Educação Física iniciou suas atividades acadêmicas em fevereiro de 1972. Em 13 de maio de 1975, por meio do Decreto 75.714, publicado no Diário Oficial da União, o curso passou a ser reconhecido.

Tem por objetivo habilitar profissionais ao magistério de Educação Infantil, Ensinos Fundamental e Médio na área de Educação Física e Esportes, para que tenham o domínio de instrumentos e técnicas que lhes permitam desenvolver as habilitações necessárias ao exercício da profissão, além de contribuir para o desenvolvimento ético-profissional da categoria.

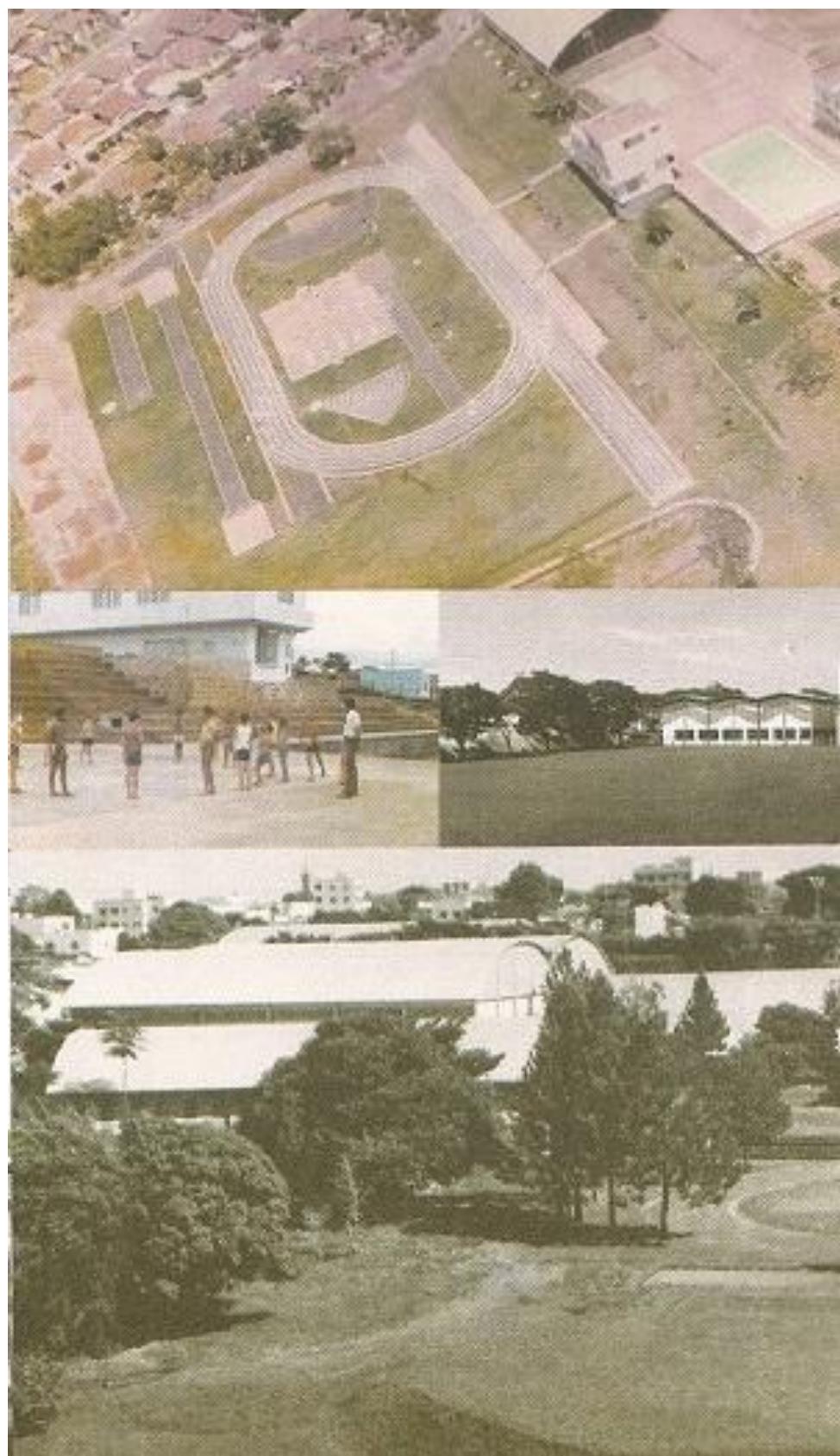


FIGURA 19 1972 - Faculdade de Educação Física

Acervo CDHIS

4.2.18 Curso de Medicina Veterinária

O Curso de Medicina Veterinária foi criado no dia 03 de dezembro de 1971 (Decreto Federal 69.688); em 16 de outubro de 1977, pelo Decreto-Lei nº 79.403 o Curso de Medicina Veterinária da Universidade de Uberlândia foi reconhecido. Tem por objetivo fornecer a seus alunos conhecimentos teóricos e práticos que lhes permitam desenvolver atividades ligadas à produção, controle e fiscalização de produtos para uso de origem animal.



FIGURA 20 03 de dezembro de 1971 - Criação do curso de Medicina Veterinária (Decreto federal 69.688 - Alunos em aula no Hospital Veterinário, década de 1970

Acervo HV

4.2.19 Curso de Química

O Curso de Química, que resultou nos Cursos de Licenciatura e Bacharelado em Química da Universidade Federal de Uberlândia, tem sua origem no Curso de Licenciatura em Ciências-Habilitação em Química criado em 29 de novembro de 1973 pela Resolução Consun/UFU 034. Este último teve suas atividades iniciadas na extinta Faculdade de

Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia. Com a criação da Universidade e sua federalização em 1978, o Curso integrou-se à nova estrutura, mantendo inalterado seu currículo até 2003.

4.2.20 Curso de Odontologia

Pelo fato de envolver o objeto principal de estudo deste trabalho, merece destaque o Curso de Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia. Neste instante, apresenta-se em breves palavras, a sua criação no dia 21 de maio de 1970, por meio do Decreto nº 66.610/70. Em 2 de outubro de 1975, ocorreu o reconhecimento do Curso de Odontologia por meio do Decreto Federal 76.380/75. A formação tinha como objetivo inicial instruir o cirurgião-dentista com conhecimentos e habilidades que o caracterizassem como profissional tecnicamente capaz, cientificamente orientado e socialmente sensível para solucionar, com critério reflexivo e preventivo, os problemas odontológicos de maior incidência.



FIGURA 21 Sala de aula na década de 1970, alunos do Curso de Odontologia das primeiras turmas.

Com o advento da Federalização, esperou-se que o cirurgião-dentista clínico geral, formado pela Universidade Federal de Uberlândia, dominasse os aspectos gerais da estomatologia, proporcionando, assim, um tratamento integral e adequado dentro do nível de atenção de atuação e mantendo-se integrado com as demais profissões da área de saúde. O

Curso apresenta um regime semestral de estudos. No ano de 2003, o Curso de Odontologia já contava com um total de 59 professores e 37 disciplinas.

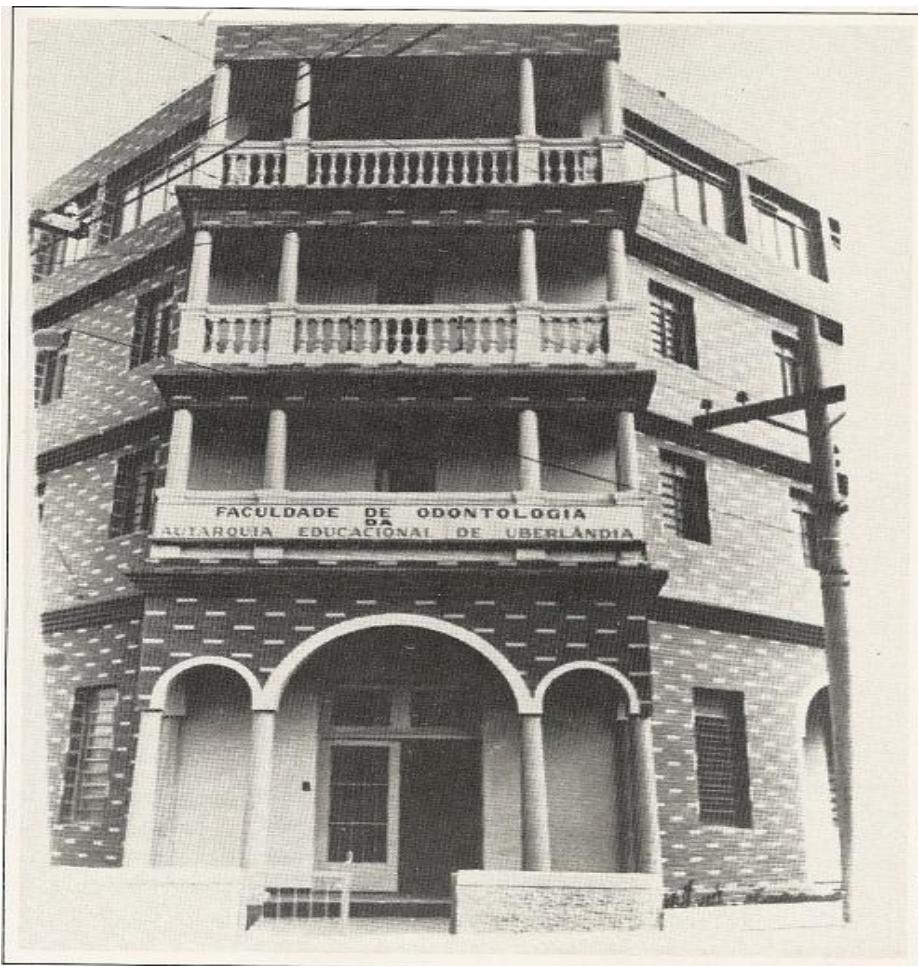


FIGURA 22 1970 - Faculdade de Odontologia, localizada na Av. Engenheiro Diniz nº1.178

Acervo CDHIS

Além dos Cursos de Graduação criados durante o período estudado, vários outros surgiram mais tarde, após a federalização da Universidade de Uberlândia em 1978, aumentando o número de opções dos futuros estudantes universitários, que poderiam optar em cursar Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Ciência da Computação, Ciências Sociais, Decoração, Educação Artística – Habilitação Em Artes Cênicas, Enfermagem, Física, entre outros.

Poder-se-á, a partir desse instante, apresentar a análise pormenorizada da Escola de Odontologia de Uberlândia como índice das mudanças do cenário da Educação Superior no município, na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e na nação brasileira,

apresentando suas similaridades/semelhanças e peculiaridades/especificidades com outras faculdades ou até mesmo outros cursos da cidade e região.

Aqui finda este inventário que apresenta o legado das faculdades isoladas e as inovações obtidas com a recém-criada Universidade de Uberlândia, cujo crescimento consistente em menos de uma década deu oportunidade para o pleito definitivo de federalização, uma meta buscada insistente pelos agentes políticos que representavam a sociedade civil de Uberlândia.

A Lei 5540/1968 permitiu a reunião das faculdades isoladas para constituição da Universidade conforme os critérios de oportunidade e conveniência do MEC, em 1975 foram realizados junto ao Conselho Universitário debates e discussões aprovando um novo estatuto redimensionando a estrutura da Universidade que passaria ser composta por três centros que concentrariam todos os cursos, dividindo-os pelas grandes áreas em: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CEHAR), Centro de Ciências Biomédicas (CEBIM) e Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC).

Em 1978, a Universidade de Uberlândia tinha uma estrutura considerável, pois as faculdades isoladas foram transformadas em cursos integrados aos centros, contanto com vinte e quatro cursos de Graduação, colocando-a com propulsora do desenvolvimento comercial, industrial e cultura da região.

A Lei n. 6.532, de 24 de maio de 1978 (em anexo), acrescentou e alterou dispositivos no Decreto-lei n.762 de 1969, com a chancela do Presidente Ernesto Geisel, a Universidade de Uberlândia (UnU) passou a ser denominada Universidade Federal de Uberlândia.

No próximo capítulo adentrar-se-á na apreciação dos aspectos e condições históricas, sociais e políticas da Faculdade de Odontologia de Uberlândia, assim como na apresentação dos fatores decisivos na estruturação, e consolidação e reconhecimento dessa instituição escolar überlandense.

CAPÍTULO V

OS PRIMEIROS TEMPOS DA FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE UBERLÂNDIA (FOU)

Neste último capítulo, buscou-se contemplar os principais elementos presentes na construção e no desenvolvimento da Faculdade de Odontologia de Uberlândia, evidenciando-se as similaridades e especificidades da instituição com as demais Escolas de Ensino Superior no Brasil, bem como se pode perceber no decorrer no texto aspectos referentes a sua importância no seio da sociedade überlandense, que, a partir de então, foi beneficiada pela possibilidade de ter dentistas formados fornecendo serviços odontológicos para população.

5.1 A gênese da FOU

A partir da instituição legal, as escolas de Ensino Superior foram consolidando uma estrutura física, surgiu a criação de empregos para professores e servidores, a Faculdade de Odontologia seguiu essa tendência das demais Escolas Superiores de Uberlândia; mais tarde, com a formatura das primeiras turmas, ocorreria a disponibilização de profissionais com qualificação técnica para melhorar o desenvolvimento da cidade.

Desde a criação do Conservatório Musical de Uberlândia em 1957, foram surgindo novas Escolas de Ensino Superior em Uberlândia, entre elas a FOU. Entretanto, antes de apresentar o estudo da gênese da Faculdade de Odontologia de Uberlândia necessário se faz entender a questão da saúde na cidade, analisando-se de forma sucinta, o início da Faculdade de Medicina e alguns fatos relativos à Autarquia Estadual de Uberlândia.

Em breves palavras, em 1966, foram realizadas as primeiras práticas para fundação da Escola de Medicina. Alguns médicos mobilizaram-se para criar a instituição mantenedora, Fundação Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia – FEMECIU. Após inúmeras dificuldades e vários problemas que dificultavam sua instalação, entre eles, o fato de ser um

curso com altas despesas estruturais, laboratórios de anatomia, cadáveres, livros, professores, altas despesas financeiras, por ser uma Escola particular, era mais difícil conseguir verbas, contudo, em 1968 ela conseguiu autorização para funcionamento.

Nesse período, não existia na cidade um sistema de atendimento à saúde da população, o centro de atendimento público a saúde mais próximo era em Uberaba, visto que, em grande parte, a prática médica em Uberlândia era realizada em clínicas particulares, não obstante a Faculdade de Medicina foi autorizada a funcionar em 1968.

Além das dificuldades financeiras, alguns membros da Sociedade Médica que foram contra a criação da Escola de Medicina em Uberlândia, possivelmente por não desejarem novos profissionais aumentando a concorrência no mercado de trabalho. Por outro lado, a existência de um centro de atendimento em Uberaba inquietava os grupos dominantes que almejavam posição de destaque para a cidade de Uberlândia e não aceitavam bem o fato de os überlandenses terem que deslocar para outra cidade para receber certos tratamentos.

Nesse ínterim, o projeto de lei do Governador Israel Pinheiro, proposto junto à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, foi aprovado, instituindo a Lei nº 4.257 de 27 de setembro de 1966, determinando a criação a Autarquia Educacional de Uberlândia (AEU) para financiar com verbas do Governo estadual as Faculdades de Odontologia, Veterinária e Educação Física.

Conforme será demonstrado, a Autarquia Educacional de Uberlândia não tinha uma estrutura física para instalar a Faculdade de Odontologia; as primeiras turmas realizaram suas aulas valendo-se das instalações da Faculdade de Medicina no Bairro Umuarama, somente mais tarde conseguiria um prédio próprio localizado na Avenida Engenheiro Diniz, para construção da policlínica, que conforme noticiado pelo jornal *O Triângulo*⁵⁷ edição de 3 de novembro de 1976, foi doado posteriormente pelo Governo Estadual à Fundação Universidade de Uberlândia.

A Faculdade de Veterinária foi a segunda escola da AEU, inicialmente criada para funcionar em Tupaciguara, que realizou a doação de uma grande área e disponibilizou

⁵⁷ Jornal O Triângulo, edição de 3.11.1976.

algumas instalações para receber o curso, contudo, recorrendo as informações de (CAETANO; E DIB, 1988, p. 324-325). Nas palavras do professor José Olympio⁵⁸:

O curso de Veterinária foi criado em Tupaciguara por uma jogada política do deputado Homero Santos. O curso nasceu em Tupaciguara; a prefeitura, inclusive, investiu, comprou áreas, fez construções para começar o curso de Veterinária, mas esse curso não tinha a menor condição de ser dado lá. A primeira providência era o prefeito e a estrutura política de Tupaciguara concordar com o curso básico ser dado em Uberlândia, e que o Governo do Estado de Minas Gerais pagasse os nossos professores do curso básico para que eles se desdobrassem e dessem o Curso de Odontologia e o de Veterinária. Além disso era necessário trabalhar os alunos da Medicina para que não hostilizassem os alunos da Odontologia e da Veterinária, já que quem mantinha o curso de Medicina eram os alunos deste curso. Eles teriam que dividir o espaço, dividir microscópios, dividir as mesas, a área, etc, para que os alunos dos outros cursos participassem. Esse trabalho também de preparação do ambiente, do espírito da turma foi feito, foi desenvolvido e os alunos da Odontologia e Veterinária foram acolhidos de braços abertos, nunca houve qualquer questionamento, qualquer divergência, qualquer processo de combate à participação deles, à utilização do espaço. Houve muita grandeza por parte dos alunos (CAETANO; DIB, 1988, p. 324-325).

Portanto, assim como a de Odontologia, a Faculdade de Veterinária começou suas atividades didáticas com auxílio da estrutura da Escola de Medicina, pois apesar das doações da prefeitura de Tupaciguara, não foi possível iniciar as aulas lá; a proposta foi de realizarem o curso básico em Uberlândia e o curso profissional seria realizado em Tupaciguara, contudo, com as dificuldades de deslocamento dos alunos e professores, os fazendeiros locais não permitiam acesso aos estudantes às propriedade, um movimento dos docentes e discentes junto ao Conselho Universitário da UnU e aos políticos, trouxe em 1975 a Faculdade de Veterinária para Uberlândia.

Rondon Pacheco, ao relatar sobre a importância de se implantar uma Faculdade de Odontologia em Uberlândia declarou:

Ah, é muito grande. Todo mundo tem dente podre. Você não sabe a falta que faz isso (o entrevistado retirou e mostrou seus óculos) pro povo, na hora de votar, quando era aquela cédula que tinha que ler e assinar o nome, a falta que faz uns óculos, principalmente, de mais idade. Então a gente tem que ter sensibilidade para as Escolas básicas e suas iniciativas. Odontologia era uma Escola muito necessária, e aconteceu que tivemos inclusive que transferir como Governador, Escolas que estavam em municípios menores também para Universidade. Transferir uma escola de uma cidade para outra, pois a cidade originária não tinha condições, precisava de arte e coragem para fazer um ato deste. E trouxemos outras Escolas, Veterinária, por exemplo. E

⁵⁸ Fundador e ex-diretor da Escola de Medicina. Entrevista gravada em 1988.

Uberlândia organizou sua pirâmide cultural que é nossa Universidade. (PACHECO, 2006). (Entrevista 14, em anexo)

A terceira faculdade mantida pela Autarquia Educacional de Uberlândia foi a de Educação Física, funcionando desde sua criação no antigo Clube Napoleão⁵⁹, o terreno e as instalações foram comprados posteriormente pela AEU por um preço aquém do praticado na época.

A Lei 4.257 de 27 de setembro de 1966 estabeleceu o estatuto da Autarquia Educacional de Uberlândia (AEU), determinando em seu artigo 10 a instalação da Faculdade de Odontologia e seu funcionamento em 1967.

A partir da criação legal, foi organizada uma comissão de representantes überlandenses para organizarem e viabilizarem os meios e estruturas necessárias para fundação e início das aulas do Curso de Odontologia, de acordo com ata de sessão realizada no dia 10 de outubro de 1966 em Uberlândia os componentes da comissão foram: Gerson Mendes de Lima Junior, Laerte Alvarenga Figueiredo, Edmundo Rodrigues da Cunha Filho, Ângelo Damis, Índio Carvalho Luz, Josaphát Vieira Marques, Paulo Machado da Silveira, Waldemar Martins Ferreira (AUTARQUIA, 1966, Livro I, p.2).

Em julho de 1968, ocorreu a instalação de fato da AEU com endereço na sobreloja n. 18 do edifício Tubal Vilela, sob a direção do professor Gerson Mendes de Lima Júnior⁶⁰, tendo como principal finalidade viabilizar meios para construção da Faculdade de Odontologia de Uberlândia.

5.2 A estrutura inicial da FOU

Inventariando a estrutura administrativa e gestora da Escola de Odontologia nos primeiros tempos, por meio de informações obtidas junto ao Arquivo Geral de Universidade

⁵⁹ Praça de esportes de propriedade particular de Napoleão Carneiro que atendia à população carente do bairro, sua estrutura contava com campos de futebol, piscinas, promovendo atividades desportivas, lazer, cultural, além da rinha de galo.

⁶⁰ Natural de Uberlândia, foi professor da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Minas Gerais e da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Católica de Minas Gerais, atuou como primeiro coordenador da AEU, foi exonerado antes da fundação da FOU, pois de acordo com Laerte Alvarenga Figueiredo em depoimento para C. G. Caetano e M. M. C. Dib. A UFU no imaginário social, p. 74, o diretor não priorizou a FOU, e queria levar a Escola de Medicina para Araguari ou Tupaciguara.

Federal de Uberlândia e de dados apresentados na Revista de Odontologia da UFU produzida em 1980, p. 15, observou-se o seguinte quadro:

Dessa maneira, com as dificuldades dentro da própria mantenedora AEU que foi criada para corroborar a instalação da FOU, foi necessária a intervenção do Deputado Homero Santos para exonerar Gerson Mendes e com o novo diretor Wilson Ribeiro da Silva foi possível realizar um convênio com a Fundação Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia, assinado em 30 de dezembro de 1969, viabilizou a resolução dos problemas iniciais de falta de local e professores para aulas iniciais.

O Quadro 5 apresenta os cursos existentes à época da federalização e os centros aos quais passaram a pertencer.

QUADRO 5 Cursos existentes à época da federalização e os centros aos quais passaram a pertencer

Curso	Ano*	Faculdade	Mantenedora	Centro
Música	1957	Faculdade de Artes		CEHAR
Direito	1960	Faculdade de Direito	Fundação Educacional de Uberlândia – FEU	CEHAR
Letras	1960	Faculdade de Filosofia	Igreja Católica	CEHAR
Pedagogia	1960	Faculdade de Filosofia	Igreja Católica	CEHAR
				continua...
Ciências Contábeis	1963	Faculdade de Ciências Econômicas	FEU	CEHAR
História	1964	Faculdade de Filosofia	Igreja Católica	CEHAR
Engenharia Química	1965	Faculdade Federal de Engenharia	Governo Federal	CETEC
Engenharia Mecânica	1965	Faculdade Federal de Engenharia	Governo Federal	CETEC
Ciências Econômicas	1966	Faculdade de Ciências Econômicas	FEU	CEHAR
Medicina	1968	Escola de Medicina	FEMECIU	CEBIM
Administração	1969	Faculdade de Ciências Econômicas	FEU	CEHAR
Ciências	1970	Faculdade de Filosofia	Igreja Católica	CEHAR
Odontologia	1970	Faculdade de Odontologia	Autarquia Educacional de Uberlândia – AEU	CEBIM
Engenharia Civil	1971	Faculdade Federal de Engenharia	Governo Federal	CETEC
Engenharia Elétrica	1971	Faculdade Federal de Engenharia	Governo Federal	CETEC
Geografia	1971	Faculdade de Filosofia	Igreja Católica	CEHAR
Medicina Veterinária	1971	Faculdade de Medicina Veterinária	AEU	CEBIM
Artes Plásticas	1972	Faculdade de Artes		CEHAR
Educação Física	1972	Faculdade de Educação Física	AEU	CEBIM
Estudos Sociais	1972	Faculdade de Filosofia	Igreja Católica	CEHAR
Matemática	1972	Faculdade de Filosofia	Igreja Católica	CETEC
Ciências Biológicas	1973	Faculdade de Filosofia	Igreja Católica	CEBIM
Química	1974	Faculdade de Filosofia	Igreja Católica	CETEC
Psicologia	1975	Faculdade de Filosofia	Igreja Católica	CEHAR

* Ano de início do funcionamento do curso

Fontes: 1. Catálogo de Cursos de Graduação da UFU, 2004; 2. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, <http://www.educacaosuperior.inep.gov.br>.

Observa-se no quadro acima que na ausência da figura jurídica mantenedora específica de alguns cursos, visto que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP valeu-se do termo *Igreja Católica* para designar a mantenedora dos cursos de Letras, Pedagogia, História, Ciências, Geografia, Estudos Sociais, Matemática, Ciências Biológicas, Química, Psicologia, certamente essa lacuna a respeito da mantenedora poderá ser motivo de pesquisas futuras.

O convênio entre as escolas de Odontologia e de Medicina, em consonância aos ditames da Reforma Universitária de 1968, por meio dos departamentos concentrando os

recursos e docentes nas disciplinas básicas, solucionou provisoriamente a falta de estrutura física arquitetônica e recursos humanos para iniciar as aulas de Odontologia.

A Lei 5.540 de 1968 determinou a racionalização dos recursos, nesse sentido, foi utilizado o modelo de estrutura dividido em departamentos, para valer-se dos mesmos professores atuando no ciclo básico da Medicina e da Odontologia de Uberlândia, por exemplo, seguindo tal deliberação, um docente da disciplina de Anatomia poderia ministrar aulas para as Faculdades de Medicina, Odontologia, Veterinária, Ciências biológicas, entre outras.

A Faculdade de Odontologia de Uberlândia foi fundada aos 18 de março de 1970, estabelecendo-se a estrutura didática e administrativa, assim como foi realizado o pedido oficial para início das aulas, que foi obtido por meio do Decreto nº. 66.610 de 21 de maio, autorizando o funcionamento da Escola.

Com a chancela do Presidente da República Emílio Garrastazu Médici e do Ministro Jarbas Passarinho no dia 23 de maio de 1970, aconteceu a sessão solene de instalação da FOU, momento em que o Diretor da AEU, Sr. Wilson Ribeiro da Silva, endossou o edital do primeiro vestibular realizado no dia 10 de junho do mesmo ano.

O primeiro Diretor da FOU, Dr. Laerte Alvarenga Figueiredo⁶¹ contribuiu sobremaneira desde o processo de idealização e estruturação das primeiras turmas de Odontologia, exercendo o cargo de 1970 a 1973, em 24 de fevereiro de 1971 organizou e realizou o segundo vestibular, realizaram as disciplinas básicas valendo-se da estrutura concedida pelo convênio como Curso de Medicina.

Conforme relata atual reitor Alfredo Júlio Fernandes Neto:

A faculdade de Odontologia surgiu no sonho daquela época, **o Laerte Alvarenga Figueiredo**, que capitaneou alguns dentistas da cidade e que foi trabalhar na esfera política, que era um dos representantes governamentais daquela época, que vivíamos em um Regime Militar de exceção e os que representavam naquela época eram Rondon Pacheco, Homero Santos, Valdir

⁶¹ Participou ativamente no projeto de idealização e criação da Faculdade de Odontologia de Uberlândia, foi Presidente da Associação Brasileira de Odontologia por três mandatos, e atuou na criação do Conselho Regional de Odontologia. Junto a FOU exerceu o cargo de Diretor desde a fundação até o ano de 1973, após alguns anos participando como docente optou por sair da instituição por discordar com as políticas educacionais que estavam sendo adotadas. De acordo com LEMOS, 2003, p. 28. Foi um dos principais atores do projeto de criação da Faculdade de Odontologia de Uberlândia e primeiro diretor dessa faculdade. Suas ações não se restringiam apenas ao papel institucional, visto que oferecia sua residência como estadia para professores visitantes e abdicava de recursos financeiros próprios para pagamento de professores.

Melgaço, João Pedro Gustin, eram os representantes da cidade e da região na Assembleia Legislativa e no Congresso Nacional, a Odontologia foi criada por meio de uma Autarquia Educacional de Uberlândia, que era uma Autarquia estadual, era uma Instituição Estadual que cobrava uma mensalidade dos alunos e recebia uma parte dos recursos do Governo estadual que era muito pequena, houve interferência política, como existe até hoje, é preciso que tenha o poder político junto com o Executivo e o Legislativo para que as leis saiam, e a questão estudantil, nós não tínhamos uma repressão velada, mas era um movimento mais contido, a Odontologia, dentre as áreas técnicas nunca houve um perfil de muito envolvimento/engajamento, político e ideológico, na época nós éramos muito mais preocupados com a qualidade da faculdade, era uma faculdade que apesar de ser uma Autarquia, vivia como uma faculdade particular com todas as suas dificuldades, e **todas as atividades do diretório, a grande maioria, era voltada para captar recursos para construção de laboratórios, esterilização com a autoclave, ar condicionado para a clínica, livros para a biblioteca**, e muito pouco tempo sobrava para essa questão política/ideológica, até porque não era universidade, eram escolas isoladas, o DCE (diretório central dos estudantes) era muito incipiente (FERNANDES NETO, 2011). (Entrevista 16, em anexo). (Grifos nossos).

Logo nos primeiros meses do Curso, os alunos reuniram-se e fundaram o Diretório Acadêmico Homero Santos (DAHS) em homenagem à importante contribuição do político überlandense no processo de criação da FOU, assim como participaram ativamente de campanhas para angariar fundos para construção da estrutura física, e compra de materiais para desenvolvimento das aulas.

Para entender o contexto local, Ailtom Amado⁶² ao responder se a Escola de Odontologia trouxe alguma modificação para a sociedade überlandense asseverou que:

Trouxe e bastante, porque houve uma melhora, **Uberlândia possuía muitos dentistas práticos**. Na época nos tínhamos muitos práticos. A luta era de um colega só, o Delegado do Conselho. Era briga mesmo. Era de andar armado e de mandar prender. E hoje graças a Deus, nós não temos sinal disso mais. Não trabalho com arma, nem contra o profissional, eu oriento. O serviço vai ser feito pela Secretaria de Segurança Pública. Quer dizer, hoje melhorou muito. Se a gente encontrar um ou outro ele está escondido por aqui. (AMADO, 2006). (Entrevista 07, em anexo).

⁶² Cirurgião dentista, ex-aluno da segunda turma – 1974. Especialista em Radiologia Odontológica pela USP - Profis/SP, em 1981. Cirurgião-Dentista de 1975 a 1994, Especialista em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Estadual de Londrina, em 1981, Professor adjunto da Universidade Federal de Uberlândia, desde 1975. Plantonista no Pronto Socorro Odontológico, do Hospital Odontológico da UFU, desde 1980 até a presente data. Membro da Associação Brasileira de Odontologia - Regional de Uberlândia e da Associação Brasileira de Odontologia Seção Minas Gerais, tendo atuado em diversos cargos. Atualmente exerce a função de Diretor da Escola de Aperfeiçoamento Profissional e Coordenador do Curso de Especialização em Radiologia Odontológica e Imaginologia na EAP/ABO-Udi. Conselheiro Suplente do Conselho Regional de Odontologia por 03 gestões. Delegado Regional do Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais, em Uberlândia, por diversas gestões.

Para Gaspar Paulino⁶³, ex-aluno da terceira Turma de Odontologia de Uberlândia, ao ser questionado como foi o curso básico da escola, relatou que:

Foi, foi com a turma da Medicina. A aula era naquele anfiteatro lá, todo mundo junto. Mas daí, depois a turma da Odontologia desceu, né, fazia o básico lá, o primeiro ano e ia lá pra Engenheiro Diniz, aquele prédio que era dos padres, porque ali era um Colégio dos padres. Posteriormente eles doaram aquilo ali para a Autarquia Educacional com a condição de sempre ser Escola. (PAULINO, 2005). (Entrevista 01, em anexo).

Conforme se verifica no depoimento, apesar das dificuldades estruturais e financeiras a AEU em 1971, alugou o prédio do Colégio de Fátima⁶⁴ situado no Bairro Martins, localizado na Avenida Engenheiro Diniz, nº 1.178, e, com importante participação do político Rondon Pacheco, realizou as reformas necessárias para instalação dos gabinetes odontológicos onde foram realizadas as primeiras aulas práticas.

⁶³ Cirurgião dentista, ex-aluno da terceira turma – 1975; Ex-Presidente do Diretório Acadêmico Homero Santos; Especialista em Endodontia pela Associação Brasileira de Odontologia em 1998.

⁶⁴ Também conhecido como Colégio dos Freis Franciscanos, Colégio de Nossa Senhora ou Colégio dos padres, conforme relatado anteriormente, foi doado pelo Governo Estadual a fundação Universidade de Uberlândia.



FIGURA 23 Foto atual do prédio⁶⁵ da Av. Engenheiro Diniz, 1.178, Bairro Martins em Uberlândia (PEREIRA, 2012).

No começo de 1972, finalizando o conteúdo básico do Curso de Odontologia, as atividades educacionais passaram a ser realizadas no prédio localizado na Av. Engenheiro Diniz, que recebeu o nome de Policlínica Rondon Pacheco, como forma de homenageá-lo.

5.3 A FOU e as entidades da classe odontológica

Parafraseando Fernandes Neto *et al.*(2006), na seara nacional, em 1956, com a criação da Associação Brasileira de Ensino Odontológico (ABENO), iniciou-se o relevante papel no desenvolvimento de projetos inovadores no campo do ensino Odontológico. A ABENO fez

⁶⁵ Após a inauguração da Policlínica Rondon Pacheco, o Curso de Odontologia de Uberlândia realizou atividades práticas durante muitos anos, mesmo após a federalização da Universidade de Uberlândia e concentração dos cursos de Ciências biomédicas no Campus Umuarama, as atividades práticas da disciplina UOSP (Unidade de Odontologia Social e Preventiva), permaneceram sendo realizadas nesse prédio até o momento da instalação da reitoria que ali permaneceu até 2008, quando começou sua transferência para o prédio novo situado no Campus Santa Mônica, centralizando a estrutura administrativa. Atualmente, a precária estrutura do edifício está ocupada pela Fundação de Apoio Universitário (FAU).

parte da Comissão mista formada pelo Serviço Especializado de Saúde Pública (SESP), da *International Cooperation Administration*, além da participação dos integrantes da Comissão Especial da Reforma do Ensino Odontológico, tendo a Associação implementado um programa de bolsas em convênio com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para estágios de docentes nas Faculdades brasileiras e para estágios nos Estados Unidos, procurando valorizar a docência e os serviços prestados pelas Escolas de Odontologia visando a consecução de futuros convênios e experiências inovadoras de ensino odontológico, para ampliar práticas sociais e preventivas.

COSTA NETO (2006) ao parafrasear Antônio Cesar Perri de Carvallho (1995) afirmou que desde a década de 1960, algumas experiências inovadoras foram realizadas nas Faculdades de Diamantina (MG), Pontifícia Universidade Católica de Belo Horizonte (MG), Curso de Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Odontologia de Piracicaba/Unicamp (SP) e Universidade Estadual de Maringá (PR). A intensa relação entre a ABENO e a CAPES desencadeou movimentos de inovações curriculares, como o de Diamantina (MG), que influenciou diversas Faculdades. A experiência de Diamantina contava com forte apoio oficial do então Governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, que ao parabenizar a primeira turma da referida instituição se pronunciou em relação ao ensino odontológico dizendo que este tinha ainda muito a melhorar e que algo deveria ser feito com urgência para que isso ocorresse.

Desde sua criação a ABENO participou na elaboração de diretrizes e de estratégias procurando apresentar um currículo mínimo e as estruturas pedagógicas necessárias para a formação de um profissional que atenda a realidade brasileira, para tanto, em 1961, apresentou uma proposta de ampliação do currículo odontológico mínimo para quatro anos, o agrupamento de disciplinas em departamentos para permitir a interdisciplinaridade e o melhor aproveitamento do tempo pelo estudante. Em 1970, foi discutida a criação da disciplina de Clínica Integrada que seria implantada somente em 1982.

Convém ressaltar que, ainda em 1961, o Conselho Federal de Educação (CFE) por força da Lei 4.024 adquiriu competência para estabelecer o currículo mínimo e a duração dos cursos superiores no Brasil, e, no ano de 1962, por meio do Parecer 299/62, fixou a duração do Curso de Odontologia em 04 (quatro) anos dividindo as matérias em dois ciclos: o primeiro básico e o segundo profissionalizante.

Em âmbito regional, pode-se observar que o Estado de Minas Gerais já contava, desde o dia 13 de janeiro de 1967, com o Conselho Regional de Odontologia (CRO-MG), órgão de representação da classe odontológica que buscava o aprimoramento técnico e valorização da profissão, unindo forças contra o exercício ilegal da Odontologia. Destaca-se a participação ativa de Laerte Alvarenga de Figueiredo⁶⁶ representando a cidade de Uberlândia nas reuniões e projetos do Conselho de Classe mineiro.

Parafraseando os dizeres apostos no documento da fundação do CRO-MG, asseverava-se que os cirurgiões dentistas mineiros deveriam unir-se em busca da valorização da profissão e do desenvolvimento científico desse importante ramo da saúde pública. O exercício da atividade odontológica deveria primar pelo prestígio da ciência e da dignificação da ética, assim como pela fiscalização das práticas odontológicas como serviços básicos e essenciais à saúde do ser humano.

Contudo, ao analisar os trâmites legais e a organização do currículo da Faculdade de Odontologia de Uberlândia, Araújo e Lemos afirmaram que:

Para a organização do currículo da instituição, foi convidado o Dr. Paulino Guimarães Jr., do setor de ensino do Ministério do Planejamento e Presidente da Associação Brasileira de Odontologia. Este, fervoroso estudioso da área da Educação, atuava na ABENO (Associação Brasileira de Ensino Odontológico), e participou da construção do projeto piloto que criou a Faculdade de Diamantina que possuía currículo diferenciado naquela época.

Mas, por problemas de saúde, Guimarães Jr. se dispensou dessa tarefa e indicou Dioracy Fonterrada Vieira (catedrático da Universidade de São Paulo, Bauru) para o seu cargo. Este, no cargo de diretor de ensino, estruturou a Faculdade de Odontologia de Uberlândia. Dessa ação, Vieira (1974) publicou um livro intitulado: Planejamento de uma Faculdade de Odontologia, que traz orientações para a criação de uma faculdade de Odontologia. (ARAÚJO; LEMOS, 2003, p. 95-96).

Enquanto a Faculdade de Odontologia de Uberlândia procurava estruturar sua organização curricular, Coelho Neto (2006) ao analisar dos estudos feitos por Carvalho (1995 e 2001) parafraseou escrevendo que:

De Minas Gerais surgiram outras inovações no currículo, como no Departamento de Odontologia da Universidade Católica de Minas Gerais, tendo como premissa o conceito de integração. Ênfase foi dada ao ensino extramuro e à pesquisa social, como o desenvolvimento de sistemas de trabalho e da produção de equipamentos simplificados. Surge aí a

⁶⁶ Jornal do CRO-MG, de fevereiro de 2005, p. 2 apresentou em sua edição histórica os importantes nomes da Odontologia, entre eles o representante überlandense Laerte Alvarenga de Figueiredo.

Odontologia Simplificada. Em muitas outras Universidades brasileiras, o movimento de reforma curricular se fazia presente. Notadamente, na Faculdade de Odontologia de Bauru, teve ênfase a Odontologia preventiva, com a atuação comunitária, o diagnóstico bucal, o ensino clínico integrado, o estudo de oclusão, o emprego de pessoal auxiliar, entre outras mudanças (COELHO NETO, 2006).

Coelho Neto identifica que, na Faculdade de Odontologia de Campinas – UNICAMP em Piracicaba ocorreu uma profunda reestruturação com vistas à montagem de um curso harmônico, com esforço de integração e formando blocos de ensino, divididos em dois grandes grupos: um de atividades pré-clínicas e outro, de atividades clínicas. Na passagem dos anos 1970 para os 1980, o Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior (PADES) do MEC, apoiou alguns projetos inovadores, geralmente voltados à filosofia docente/assistencial. Em 1978, no Seminário sobre ensino destaque foi dado para propostas de inovação da Faculdade de Bauru e da Universidade Federal de Minas Gerais.

Após apresentar algumas idealizações e experiências referentes ao ensino odontológico em outras instituições do Brasil passar-se-á a elucidar questões pertinentes ao reconhecimento do Curso da FOU pelo Ministério de Educação e Cultura.

5.4 O reconhecimento da FOU

Em primeiro de fevereiro de 1973 o Governador Rondon Pacheco, por via legal, transferiu as Escolas fomentadas pela AEU para a Universidade de Uberlândia. Nesse mesmo ano, formou-se a primeira turma de Odontologia, e os primeiros dentistas realizaram a colação de grau no dia 08 de fevereiro de 1974.

Com a formatura da primeira turma, os desafios e dificuldades continuaram, pois, para a continuidade da instituição de ensino, foi necessário passar pela aprovação e reconhecimento da Faculdade pelo Conselho Federal de Educação, que determinou adequações e providências para autorizar a realização dos próximos vestibulares do Curso de Odontologia.

O entrevistado Gaspar Paulino corrobora que foram inúmeros obstáculos enfrentados para a formatura das primeiras turmas, destacando-se a preocupação não só com a finalização do Curso, mas também com o reconhecimento do mesmo pelo MEC, nesse sentido, relatou:

[...] A Odonto já era quatro anos, aí um ano estudou lá com a Medicina e o resto... Aqui em baixo. Aí, aconteceu o seguinte: em 73, já estava formando, porque entrou aí 70, 71, 72, 73. Então a primeira turma formou e a **Faculdade não foi reconhecida**. Então, o que acontecia? O pessoal se formava, a maioria ia embora daqui, chegava lá, não podia trabalhar porque **não tinha diploma reconhecido**. Foi aquela batalha pra reconhecer a Faculdade. Porque o pessoal **do Ministério, veio aqui e fez uma vistoria, não tinha livro quase que** nenhum e disseram que desse jeito não tinha condição de ser aprovado. Estou esquecendo de falar da clínica, da policlínica nossa. O pessoal já estava no último ano e não tinha clínica. Sabe, ficava repetindo a matéria teórica. Então, eu não sei bem em que época exata que foi do ano, o Governador Rondon Pacheco doou essa policlínica pra Faculdade, inclusive ficou com o nome da policlínica Governador Rondon Pacheco. Aí o pessoal do último ano, faltando poucos meses pra encerrar o curso é que eles entraram pra clínica. Aprenderam aquilo a toque de caixa mesmo, sabe... (PAULINO, 2005). (Entrevista 01, em anexo).

Com o Decreto-lei 76.380 de outubro de 1975, ou seja, cinco anos após sua fundação e quase dez anos depois da sua criação legal, o Conselho Federal de Educação reconheceu o Curso de Odontologia de Uberlândia.

Os autores Ester Buffa e Paolo Nosella explicam a discrepância temporal entre a criação e a instalação, da seguinte forma:

Sabe-se que, no Brasil, há normalmente uma defasagem temporal entre a criação e a instalação de escolas, especialmente públicas. A criação é atribuição do Poder Legislativo enquanto a instalação é atributo do Executivo, que destina à escola a ser instalada uma verba orçamentária e nomeia o diretor. (BUFFA e NOSELLA, 2000, p.28).

A partir de 24 de maio de 1978, por força do Decreto-lei 6.532 com a federalização da Universidade de Uberlândia, a Faculdade de Odontologia passou compor a Universidade Federal de Uberlândia e recebeu a denominação de Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia (FOUFU), tendo grande parte de suas atividades realizadas no Campus Umuarama, que passou a concentrar os cursos relacionados às Ciências Biomédicas.

O discurso da importância e da representatividade assumida pela Universidade de Uberlândia para a sociedade da cidade e região era divulgado nos jornais locais, conclamando a necessária participação do povo e do Governo Federal para manutenção e desenvolvimento das estruturas conquistadas até o momento antecedente ao processo de federalização.

O jornal *Tribuna de Minas* tentou enfatizar o quanto importante se tornara a Universidade de Uberlândia para o desenvolvimento do município, destacando principalmente

as conquistas alcançadas desde a criação das primeiras escolas de Ensino Superior e sua atuação beneficiando a cidade com fornecimento de mão de obra qualificada, atendimentos médico-odontológico, oportunidades de trabalho, bibliotecas, Pronto Socorro, Hospital, entre outros, citados na reportagem a seguir:

Por que cresce tanto Uberlândia? Essa pergunta é a primeira que ocorre aos visitantes, surpreendidos com o dinamismo do progresso de nossa cidade e com sua expansão notada a olhos vistos. Já não é desconhecido que muito desse progresso é devido **ao espírito laborioso do povo e à visão de suas classes dirigentes**, mas uns anos para cá a grande alavanca do crescimento de Uberlândia pode-se afirmar sem receio de dúvida que é à sua briosa universidade. Sendo uma das mais novas do País, a Universidade de Uberlândia, segundo dados estatísticos recentes fornecidos por ela própria, pode gabar-se das cifras que apresenta, com 5.600 alunos matriculados, um acervo na biblioteca de 40.000 mil volumes que serve à pesquisa de nossos profissionais, com 450 professores de comprovado gabarito e mais de 1.200 dedicados funcionários, com uma área construída de 51.000 m², onde se encontram laboratórios completos, Pronto Socorro, Hospital com 250 leitos e 20 mil atendimentos mensais, Policlínica odontológica com excelente equipamento, Oficina, Marcenaria completa, Laboratórios de Língua, Recursos Audio-visuais, Circuito-fechado de TV, Processamento de Dados, Gráfica, Ginásium de esportes, estádio de futebol, fazenda experimental, atendimento médico-odontológico aos estudantes. (TRIBUNA DE MINAS, Uberlândia, 25/10/1977, p. 01). (Grifos nossos).

Depreende-se da reportagem citada o discurso de que o crescimento da cidade advém da atuação dos grupos dirigentes com ajuda do povo trabalhador, ou seja, a imprensa destaca a importância da consolidação da Universidade para a cidade de Uberlândia, e, as dimensões que já atingirá em 1977.

Percebe-se a intenção de colocar em sintonia as vontades da comunidade com as intenções dos grupos dominantes locais enfatizando o discurso de “Ordem e Progresso”, somando-se forças para obtenção de melhorias tanto na área da Educação como no atendimento médico-odontológico, destacou os serviços disponibilizados pela universidade que além de formar profissionais qualificados passou a servir a cidade com serviços diretos.

5.5 Os primeiros egressos da FOU

Em 1978, a Faculdade de Odontologia já havia formado seis turmas, totalizando 276 dentistas para o mercado de trabalho. Importante destacar que, entre esses profissionais graduados por ela, 28 continuaram na instituição atuando como professores da FOUFU.

O Quadro 6 apresenta a quantidade de odontólogos graduados pelas primeiras turmas da FOUFU, confirmando a significativa participação dessa Escola Superior na formação de dentistas que passaram a exercer um importante papel social para Uberlândia, graduar esses profissionais foi o primeiro passo para instituir ações e práticas que mudaram a realidade da saúde bucal da população überlandense.

QUADRO 6 Relação quantitativa dos alunos formados pela FOU e relação dos docentes da Faculdade de Odontologia de Uberlândia, graduados por ela no período de 1973 A 1978

DATA	Alunos Graduados pela FOUFU	Professores da Instituição FOUFU graduados por ela
1973	42	10
1974	38	4
1975	50	6
1976	44	2
1977	51	3
1978	51	3
TOTAL:6 TURMAS	276	28

Quadro elaborado pelo autor desta tese, valendo-se dos dados coletados no Arquivo Geral da Universidade Federal de Uberlândia, e do Projeto Conte Comigo, UFU, Odontologia. (1995).

Analizando as informações quantitativas do quadro, chega-se a estatística de que 10,14% da totalidade dos profissionais formados pelas seis primeiras turmas de Odontologia de Uberlândia mantiveram o vínculo com a instituição, pois, para eles, a criação da FOU também foi uma oportunidade de trabalho, passaram de alunos a docentes, sendo assim, constata-se que para alguns ser professor significou uma alternativa profissional além do atendimento em consultório particular.

Essas informações foram confrontadas com outros quadros dessas primeiras turmas demonstrando: a relação dos alunos graduados pela Faculdade de Odontologia da

Universidade Federal de Uberlândia, assim como a atuação e a relação dos egressos que realizaram pós-Graduação, indicando a respectiva especialidade. (Quadros finais, em anexo).

É possível verificar nos quadros finais deste trabalho que nem todos egressos exerceram a prática de dentista, como por exemplo, Abelardo Henrique Testa, egresso da turma de 1973, apesar de formado relatou que a sua atuação era como Agropecuarista nas fazendas Eldorado em Uberlândia/MG, e na fazenda Kalaka localizada em Paracatu-MG. Têm-se outros esparsos exemplos de dentistas trabalhando no Hospital Naval de Brasília e junto à Prefeitura Municipal de Uberlândia, entretanto, constata-se que a maioria dos formados foi trabalhar em consultórios particulares de Uberlândia e região.

5.6 O papel social da Faculdade de Odontologia de Uberlândia

A despeito do discurso e dos interesses políticos velados no processo de construção do Ensino Superior em Uberlândia é possível afirmar que a criação da Faculdade de Odontologia possibilitou um desenvolvimento na saúde bucal da população de Uberlândia e região, pois algumas práticas foram iniciadas principalmente para desenvolvimento do atendimento clínico exercido pelos alunos que tiveram na população seus primeiros pacientes.

Importantes práticas assistenciais odontológicas iniciaram-se com a criação da Faculdade de Odontologia de Uberlândia, entre as quais destaca-se a discussão e necessidade de fluoretação do abastecimento de água como medida preventiva das cáries, posteriormente, outras ações que beneficiaram a comunidade surgiram, por exemplo: a construção do Hospital Odontológico, equipes de alunos orientados pelos professores para realizar atendimentos nos bairros, parceria com a prefeitura para atendimento nas Unidades de Atendimentos Integrado (UAI'S), nas Unidades Didáticas Avançadas (UDA'S), todos esses elementos serviram como atrativos e ferramentas colaboradoras para o crescimento e desenvolvimento de Uberlândia.

Parafraseando Gomes (2003, p.152), o Hospital Odontológico trouxe o desenvolvimento do ensino prático da Odontologia em Uberlândia, o ensino clínico foi ministrado aos alunos do Curso de Graduação e de Pós-Graduação, auxiliado por professores especializados, estrutura físico-arquitetônica adequada e equipamentos dentro das normas deseguranças necessárias, possibilitou um bom atendimento a população.

Em entrevista a Sr^a Nazaré Aparecida Massariolli⁶⁷ relatou que recebeu atendimento na Policlínica da Faculdade de Odontologia de Uberlândia rememorando que:

No ano de 1974. Naquela época eu era estudante, estava terminando o 1º grau. Através da minha mãe. Nós duas procuramos a clínica e começamos o atendimento. Minha mãe também foi atendida lá e alguns parentes também. Eu fiz obturações e canal. Acho que foi só. Mas todos os tipos de tratamento eram oferecidos pela clínica. Inclusive eu fiz peças protéticas e restaurações metálicas com ouro. O ouro era eu mesma quem levava, e eles colocavam. Fui atendida o tempo todo por alunos. Eles atendiam individualmente. Não me lembro o nome de quem me atendeu, mas me lembro de um aluno que agora é dentista e era aluno naquela época, o Dr. Washington, inclusive o consultório dele é aqui perto no Roosevelt. Fiquei satisfeita com o atendimento. Fui muito bem atendida. Correspondeu as minhas expectativas. A existência da Faculdade ajudou bastante, principalmente no tratamento. P:Algum dos seus familiares e conhecidos também receberam tratamento na policlínica da Odontologia?R: Sim. Fizeram obturações, canal, prótese. Dentaduras também. Minha mãe mesmo fez tratamento lá. Todos acharam bom. Aqui tinha muitos dentistas que não eram formados e atuavam. Então, a população passou a frequentar a policlínica ao invés de procurar os dentistas não formados. Já os alunos eram bem aceitos pela sociedade. Ajudou muito o pessoal da classe média e baixa, principalmente naquela época. O tratamento era acessível. Gostei muito do tratamento que fiz. Inclusive o tenho até hoje. (MASSARIOLLI, 2006) (Entrevista 15, em anexo).

A depoente apresentou a relevância do atendimento clínico possibilitado pela Policlínica da Faculdade de Odontologia de Uberlândia, pois permitiu para ela, assim como para outros parentes integrantes da população de classe baixa e média, o tratamento que era inacessível para maioria das pessoas. Terminada a entrevista o pesquisador desta tese questionou como ela conseguiu comprar o ouro para realizar as restaurações se durante a sua qualificação, ela mesma se classificara como pertencente à classe baixa. A Sr^a Nazaré respondeu que, naquele tempo, era estudante e trabalhava com auxiliar de dentista em um consultório particular, sendo assim, seu patrão ajudou-a a adquirir o ouro, visto que, sozinha, não seria possível pagar pelo material do tratamento.

Outro elemento que deve ser ressaltado no relato citado é a questão referente aos dentistas práticos, que passaram a ser preteridos em face da possibilidade da população ser atendida pelos alunos da Faculdade de Odontologia de Uberlândia.

De acordo com Pereira,

⁶⁷ Nível escolar atual: 2º grau incompleto, Data de nascimento: 03/04/1957, Nome da Mãe: Olga de Oliveira Massariolli, Nome do Pai: Valdemar Massariolli, Local de nascimento: Uberlândia MG, Classe social a que pertencia em 1970: classe baixa, Profissão atual: Serviços Gerais, Ex paciente da Policlínica da Faculdade de Odontologia de Uberlândia no ano de 1974.

Nesse ponto, Uberlândia não foi diferente das demais cidades do interior, conforme os dados estatísticos [...] em 1969, ou seja, pouco antes da fundação da FOU, os dentistas práticos contabilizavam aproximadamente 37% do quadro dos dentistas da cidade. Antes da Faculdade de Odontologia de Uberlândia começar a oferecer seus dentistas recém formados para atender à população, os profissionais habilitados existentes aqui eram, em sua maioria, provenientes das Universidades de Ribeirão Preto/SP e Uberaba/MG. Desde esse momento, já existiam algumas discussões envolvendo a questão dos “dentistas práticos”, uma vez que determinados cirurgiões dentistas habilitados repugnavam o atendimento desses profissionais não formados. Outros odontólogos, no entanto, achavam que esses trabalhadores sem Graduação serviam, a seu modo, uma determinada parcela da comunidade überlandense que não podia pagar o cirurgião dentista formado (PEREIRA, 2006, p. 131).

É possível verificar, neste ponto, um questionamento a respeito da atuação dos dentistas práticos, fato que outrora foi justificado pela ausência de profissionais qualificados, contudo com a Faculdade de Odontologia de Uberlândia passou a reforçar o discurso de não mais admitir a prática sem a devida formação.

Para alguns o “dentista prático” deveria extinto, deixando a atuação para profissionais qualificados e preparados para fornecer um atendimento seguro e eficaz. Dessa maneira, em virtude da intensificação desse movimento de exigência da Graduação do dentista, conforme demonstra o depoimento a seguir alguns práticos renomados de Uberlândia procuraram se formar.

O mais velho da minha turma tinha a idade do meu pai na época. Ele já era dentista prático e era tido na época com um dos bons dentistas da cidade, com uma clientela classe A. Vinha de uma família de dentistas, o pai foi dentista prático, os irmãos foram dentistas formados. Ele chegou à presidência do Lions Clube, o mais tradicional da cidade (COSTA NETO, 2006). (Entrevista 10, em anexo).

Ao lembrar-se do colega de turma Odorico Coelho da Costa Neto evidencia o fato de que a Faculdade de Odontologia possibilitou a regularização de profissionais que já se encontravam bem estabelecidos e reconhecidos pela comunidade überlandense, mesmo já fazendo parte dos seletos grupos sociais da época, buscaram na Graduação conhecimento e técnicas para aprimorar o exercício da profissão e consolidar o prestígio social.

Além de ser a possibilidade de acesso ao tratamento odontológico para algumas pessoas da cidade, tornar-se dentista representava, para alguns estudantes da Faculdade de Odontologia de Uberlândia, uma via de acesso ao crescimento e ao desenvolvimento social, possibilidade de ascensão social, corroborando o pensamento de que os membros da classe média viam no Ensino Superior um caminho para obtenção de *status*. Nesse sentido, ao relatar

o que representava ter uma Faculdade de Odontologia em Uberlândia Gildésio Rezende Alvarenga⁶⁸ expõe:

Como realização pessoal e social, ela representou muito porque ela me colocou no meio social. Hoje me considero uma pessoa grata. Isso me abriu as portas pro Lions, pra ADESC, pra Maçonaria... Socialmente foi muito bom e profissionalmente eu nunca deixei de participar do acompanhamento da evolução da Odontologia. Eu sou uma pessoa que investe na própria profissão. O meu conceito vai um pouco em choque com a maioria dos profissionais os quais eu conheço, que não gastam com Curso, que acham que é bobagem. Fiz cursos a vida toda. Dava inicio ao meu trabalho às seis e meia da manha, principalmente os 10 primeiros anos, eu trabalhava até oito e meia da noite e aos sábados. Hoje já sou um pouco moderado, mas mesmo assim, as dez pra sete da manha já estou no consultório e saio às onze e quinze, retornando a uma hora e ficando no máximo até às seis e meia da noite. Eu acho que profissionalmente me considero muito feliz, apesar de todas as limitações que o profissional tem. Não me arrependo em nenhum minuto de ter escolhido tudo isso (ALVARENGA, 2006). (Entrevista 09, em anexo).

Sendo assim, pode-se verificar que, para esse ex-aluno da Faculdade de Odontologia de Uberlândia, significou uma oportunidade de ingressar em uma Escola de Ensino Superior possibilitando uma inserção no meio social, enquanto que para o dentista prático da primeira turma de Odontologia, parafraseando os dizeres de Odorico Coelho da Costa Neto ao relatar o exemplo do colega de classe, o Curso foi uma oportunidade de regularizar sua profissão que já se encontrava consolidada e prestigiada com uma clientela Classe A.

Ao ser questionado como foi visto o Curso de Odontologia pela sociedade überlandense e quais repercussões na sociedade, Paulo César Azevedo⁶⁹ relatou que:

Já existiam outros cursos em Uberlândia, mas a Odontologia veio beneficiar muito a comunidade em termos de repassar para os demais cidadãos aquela Odontologia moderna, aquela Odontologia que na época eram mais dentistas práticos do que os profissionais, então eu acho que foi não só para Uberlândia, mas para as regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, isso tudo veio trazer para nós um enriquecimento cultural, enriquecimento de atendimento aos pacientes, novos recursos e técnicas, tratamentos diferenciados, e isso trouxe crescimento, pois a Faculdade mais perto que tinha, agora estou me lembrando, era a Faculdade em Uberaba que era particular e é até hoje. Então, eu acho que para nós da comunidade de Uberlândia ela só veio enriquecer, não só de Uberlândia, mas da região também. Eu acho que a sociedade em si começa a respeitar um pouco mais

⁶⁸ Cirurgião dentista, ex-aluno da sexta turma – 1978; Nome da Mãe: Alaide Rezende Alvarenga, do lar. Nome do Pai: Osto de Oliveira Jannus, comerciante. Local de Nascimento: Araguari/MG, o entrevistado relatou que pertencia na época do curso a classe baixa.

⁶⁹ Cirurgião dentista, ex-aluno da primeira turma – 1973. Doutor em Odontologia pela USP/Bauru; Mestre em Endodontia pela USP/Bauru em 1984, Especialista em Endodontia pela Faculdade de Odontologia de Araraquara; Professor Titular da Universidade Federal de Uberlândia.

aquela Odontologia que fazia-se naquela época, não que seja empírica, porque naquela época existiam muitos dentistas fracos, eu me recordo bem que quando eu era aluno na Faculdade, algum dentista foi autuado, foi preso, teve seu consultório tomado. Então a gente via que a Odontologia não tinha aquelas condições em que podia se passar ao paciente recursos maiores de técnicas. E eu acho que a Faculdade veio trazer aos nossos überlandenses uma motivação muito peculiar de melhorias e com isso a população foi vendo que a Odontologia podia ser diferente daquela dos anos 50, 60. Naquela época eram os anos 70 e a Odontologia foi uma transformação. (AZEVEDO, 2006). (Entrevista 03, em anexo).

Fica perceptível que a criação da Faculdade de Odontologia ia ao encontro do discurso político do progresso por meio da Educação, disseminado pelos grupos dirigentes, enfatizando-se sempre a atuação conjunta para se conseguir atender as necessidades do povo. Infere-se da citação que as práticas acadêmicas despertaram na população uma possibilidade que ia além do simples acesso à Odontologia, mas a oportunidade de atendimento com diferencial técnico.

Durval Garcia⁷⁰, em entrevista concedida ao Projeto Pró-Memória UFU, apresentou um entendimento diferenciado ao avaliar a prestação de serviços à população überlandense naquele momento, para ele, foi possível verificar uma boa relação entre o poder executivo municipal e os criadores das escolas de Ensino Superior, afirmou que essa interação foi além da aprovação de leis, pois ocorreu até mesmo troca de funcionários e serviços entre eles, contudo, conforme destacado a seguir a Universidade precisava melhorar sua atuação direta beneficiando a sociedade überlandense.

Hoje a universidade cede muito de seu pessoal ao poder público, e de outro lado, em contrapartida, o poder público também cede muita gente sua, aos diversos campos de atuação da universidade. [...] Ela hoje está a serviço dos que a compõem, no sentido de que ela é uma prestadora de serviços ao seu alunado, ela é uma prestadora de serviços aos seus docentes, e ela é um engajamento de trabalho para os seus funcionários, para os seus administrativos. Mas, aquela prestação de serviço aberta em várias áreas, não existe ainda, existe alguma coisa na área da Medicina, na área médica já existe alguma coisa do ponto de vista das pesquisas. A universidade está servindo a sociedade, mas eu acho que ainda falta. (GARCIAL, 1988, p. 17-18).

Assim como a Faculdade de Medicina propiciou a prestação de serviços para a comunidade, a Faculdade de Odontologia além do acesso ao tratamento dentário da comunidade, significou oportunidade de emprego para funcionários, técnicos e professores da

⁷⁰ Ex-vice-prefeito de Uberlândia, agente ativo na fundação da faculdade de Filosofia de Uberlândia, professor da UFU.

instituição, que passaram a participar ativamente no processo de aprendizado e melhoria da saúde bucal überlandense.

Para Vanderlei Luiz Gomes⁷¹:

O que eu lembro é que todas as Escolas Superiores eram muito bem recebidas pela população. E todos os movimentos que a gente fazia eram movimentos que vinham ao encontro a fortalecer o vínculo com a sociedade. O trote de nossa turma foi para a época um trote avançado. Nos saímos com nossos veteranos nas ruas de Uberlândia, com auxílio dos militares do quartel fazendo angariações de bens, como roupas, e esse material depois foi distribuído para a sociedade. Recebemos também muitos eletrodomésticos. Isto marcou nossas vidas e fez com que a Faculdade chegassem muito mais próxima ao povo. Sempre nossa Faculdade teve um caráter social muito grande. Tivemos muito tempo, e ainda temos, uma grande carga horária na disciplina de Odontologia Social e Preventiva, que faz este contato com a sociedade. Portanto a Odontologia esteve sempre próxima da sociedade, em trabalhos em grupos escolares, em ajuda ao atender a população com a parte de cirurgia, de prótese removível por um bom período de tempo, enquanto duraram as UDAS (Unidades de Diagnóstico e Assistência Social), a gente fazia parte das UDAS, isso trouxe muita coisa pra sociedade. A nossa turma foi no ano de 1973/74, veio trabalhando pelo inicio da fluoretação de água em Uberlândia, nós participamos dos primeiros levantamentos e depois do acompanhamento dessa fluoretação. Simultaneamente, a Odontologia voltada para crianças que era trabalhada nos grupos escolares. (GOMES, 2006). (Entrevista 05, em anexo).

Sendo assim, com o relato apresentado pelo depoente, verifica-se uma sintonia nas práticas realizadas pelos alunos da FOU com os interesses da população e o apoio dos militares, corroborando o discurso de que tanto a Escola de Odontologia, como a Universidade, resultariam em benefícios para o crescimento e desenvolvimento da cidade e região.

Cotejando as entrevistas e as reportagens jornalísticas apresentadas, percebe-se que a criação da Faculdade de Odontologia possibilitou inúmeros avanços na área da saúde, e foram possíveis pela atuação conjunta dos grupos dominantes, população, alunos, professores, funcionários, idealizadores, entre outros que atuavam em consonância com os interesses pautados na ordem, progresso e Educação como veículo de desenvolvimentos social.

⁷¹ Cirurgião dentista, ex-aluno da terceira turma – 1975. Mestre em Clínicas Odontológicas pela USP/SP em 1986; Especialista em Metodologia do Ensino Superior pela UFU/MG em 1979; Professor Titular da Universidade Federal de Uberlândia.

5.7 A Faculdade de Odontologia a partir da percepção de seus agentes

Nesta tese, envolvendo o estudo da Faculdade de Odontologia de Uberlândia, procurou-se interpretar seu processo de criação valendo-se de documentos, de fotos, de recortes de jornais e, principalmente dos depoimentos orais, são apresentadas, a seguir, as principais características que dão o perfil da Faculdade, ressaltando a sua autonomia e, em contrapartida, as suas limitações institucionais inerentes ao modelo tecnocrático de gestão implantado durante o regime militar.

Neste momento as entrevistas⁷² comparecem como fator elucidativo da reconstituição histórica da gênese e dos primeiros anos de funcionamento da Faculdade de Odontologia.

Inspirado nessas diretrizes metodológicas e nas entrevistas utilizaram-se as perguntas iniciais divididas em dois blocos a e b, propostas para orientar uma exposição sintética do tema pesquisado.

a) Como os alunos assimilaram a formação superior profissional técnica ou agregava valores humanos entre outros? Qual o perfil dos odontólogos formados pela Faculdade de Odontologia de Uberlândia? Que proposta e objetivos tinha o plano pedagógico? O aluno fazia trabalho de conclusão de curso? Existia preocupação com pesquisa? Para onde foram os egressos das primeiras turmas?

Percebe-se que as deficiências e dificuldades iniciais foram destacadas pela falta de estrutura físico-arquitetônica, recursos humanos, livros, materiais, entre outros requisitos necessários para reconhecimento do MEC, não bastava formar, a grande preocupação era ter um diploma válido, contudo os problemas foram superados no decorrer da implantação.

De acordo com Odorico Coelho da Costa Neto:

⁷² Justificando a importância da História oral, sob o viés da técnica utilizada para enriquecer a História e Historiografia das Instituições Escolares, PORTELLI (1997) afirma que: é a subjetividade do expositor que fornece às fontes orais o elemento precioso que nenhuma outra fonte possui em medida igual. A História oral, mais do que sobre eventos, fala sobre significados, nela, a aderência ao fato cede passagem à imaginação, ao simbolismo. Dessa sorte, a História das ações e práticas do agente participante da criação da instituição de ensino – ou a maneira como o depoente a reconstrói e como ele pretende que sua participação seja marcada, como indica Bosi (1994) – faz do relato oral um exemplo definitivo da exposição necessária à configuração das subjetividades individuais: ao falar (e ser ouvido pelo pesquisador), em especial, sobre as agradáveis memórias que cultiva, e sobre as más lembranças que lhe marcaram a vida – aqui, no caso, a vida escolar – o sujeito se revela, revelando os intrincados labirintos que envolvem/revolvem a (des)construção de seus afetos e cicatrizes mais significativos.

O início do curso, em 1970, a formação era uma formação tradicional e elitista, preocupada com as questões técnicas da Odontologia, com escasso conteúdo social e preventivo. A disciplina de Odontologia social e preventiva era ministrada ao final do curso, após toda a formação tradicional e elitista, para concluir o curso tinha a disciplina social e preventiva, para que se desse os valores de Sociologia, Antropologia, e mesmo a questão referente a questão da Odontologia preventiva. Era uma formação extremamente ideológica e tecnicista, um modelo Maximiliano⁷³. (COSTA NETO, 2011). (Entrevista 17, em anexo).

A exposição apresentada de que a formação era tradicional e elitista, confirma que a preocupação principal durante as primeiras turmas era desenvolver habilidades e capacidades técnicas para o atendimento do paciente no consultório, sendo assim, é possível entender o termo utilizado pelo entrevistado quando fala de formação elitista, pois era uma seleta parcela da população que tinha condições de pagar o tratamento dentário.

Nesse mesmo sentido certifica Alfredo Júlio Fernandes Neto:

Na época, na década de 1970, a formação era muito mais técnica, os alunos queriam ser profissionais, e prioritariamente era clínica privada, naquela época, em 1975/1976, o INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social) estava começando e todo mundo formava pensando no consultório, a maioria dos alunos na data da formatura já estava distribuindo cartãozinho do consultório, enormes carnês de prestação de consultório, compressor, e material, no decorrer do curso a formação era muito voltada pra especialidades que ainda não existiam, não existia ainda cursos formais de especialização como existem hoje, era muito poucas faculdades que tinham cursos de aperfeiçoamento, pra especialização era tempo integral o ano inteiro, era muito restrito, e a formação humanística de acolhimento daquele paciente essa coisas era um ou outro professor que fazia, uma atuação pontual, não existia nada ainda institucionalizado ou dentro do projeto pedagógico dessa visão, isso começou na década de 1980, quando começou a se falar em humanização, quando entrou para o currículo da Odontologia as Ciências Sociais, Sociologia, Psicologia e Antropologia, o que até hoje ainda é meio mascarado, sem ênfase. (FERNANDES NETO, 2011). (Entrevista 16, em anexo).

⁷³ Foi estabelecida em 1915 outra legislação específica para as faculdades médicas, reafirmando uma antiga prática, conforme Assinalou o médico baiano Antônio Pacífico Pereira: “A preocupação reformadora é sempre anular o precedente, com a prática de condenar em absoluto um regime inteiro sem haver nem onde haurir nem como inventar a inspiração renovadora, limitando-se a desenterrar velhas coisas e a provocar criações mais apropriadas ao interesse pessoal do que à vantagem coletiva. Aparecem e desaparecem princípios e conceitos. Nos exames, vão e vem as provas escritas, na administração surge e esvai-se a autonomia; na docência afirma-se ou nega-se a sua independência. Todavia, há sempre lugares novos...”. (Apud MAGALHÃES, 1932, p.178). O decreto nº 11.530, de 18/03/1915, aprovado pelo Presidente da República Wenceslau Braz e referendado pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, lhe conferindo a denominação de Reforma Maximiliano, propunha o retorno dos títulos de catedráticos e substitutos, e a extinção de professores ordinários e extraordinários (art.36). A Congregação perdia algumas de suas atribuições, notadamente a sua interferência na escolha do diretor. Por outro lado, foi prevista a destinação de recursos para a construção de uma sede própria para a faculdade do Rio de Janeiro (art.145).

A valorização da técnica estava ligada a inúmeros fatores, entre os quais os principais são provenientes das influências do paradigma educacional fortemente presente no discurso da política educacional pautada no tecnicismo e formação voltada para o mercado de trabalho.

Durante o ensinamento da prática acadêmica e enfatizado que o profissional liberal dentista para conseguir sucesso destacando-se na carreira deveria ter um sólido conhecimento das técnicas.

Conforme destacou a maioria dos ex-alunos entrevistados, a ênfase do Curso de Odontologia de Uberlândia foi a formação técnica, o conteúdo humanístico não fazia parte da grade curricular, salvo a abordagem esporádica de algum professor que tentava, concomitantemente, agregar valores humanos a formação profissional técnica.

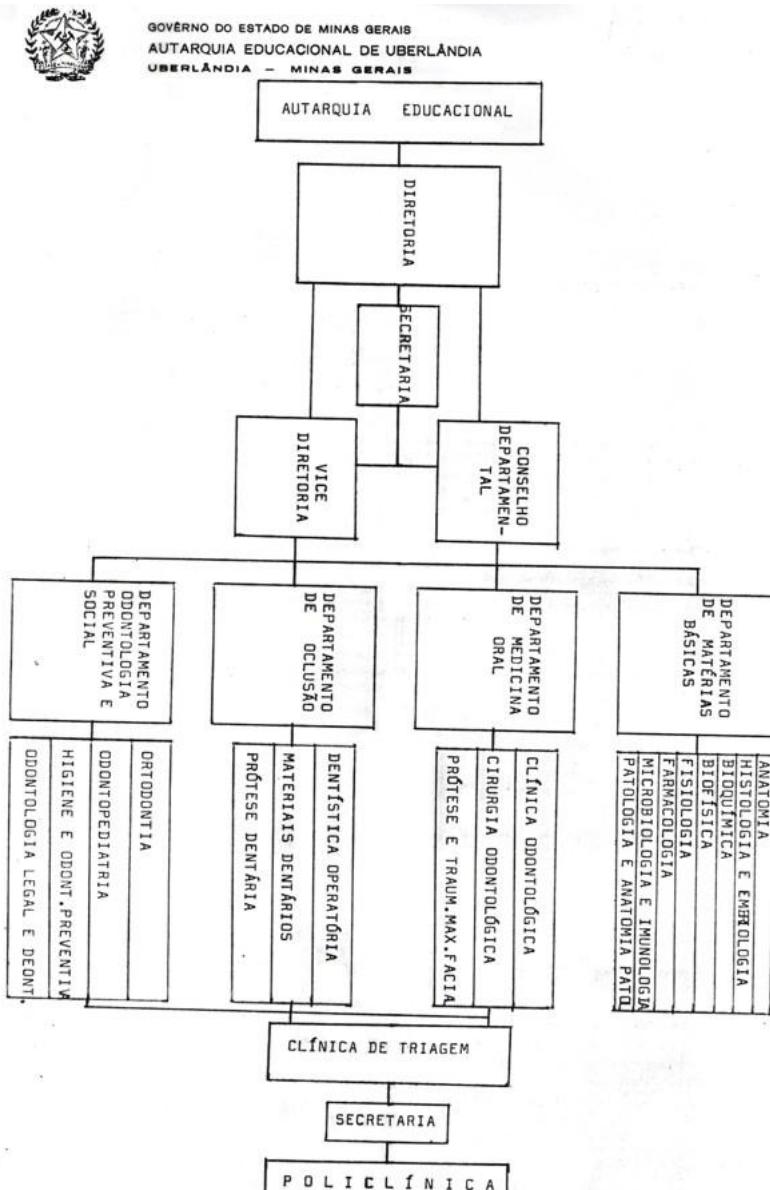


FIGURA 24 Organograma da FOU

Fonte: Arquivo Geral da UFU, data de referência, 18/03/1970.

O organograma apresentado representou um importante documento para aprovação do funcionamento da Faculdade de Odontologia de Uberlândia pelo Conselho Superior de Educação, o sistema organizacional do curso foi dividido em quatro frentes organizadas em Departamentos: a) de matérias básicas, b) de medicina oral, c) de oclusão e d) de Odontologia preventiva, ou seja, é possível observar que somente esse último departamento poderia possibilitar uma formação humanística, contudo, mesmo nele havia um predomínio da aprendizagem técnica de Ortodontia, Odontopediatria, Odontologia Legal e Deontologia, e, por fim, higiene e Odontologia Preventiva.

No depoimento de Odorico Coelho da Costa Neto é possível verificar que:

O que nós temos bem lembrança que era uma formação pra elite, formar profissionais que teriam inserção para trabalhar para cinco por cento da população, **praticamente não se preocupava com a pesquisa, mesmo porque as condições físicas não permitiam, estava em fase de instalação, de implantação do mínimo pra funcionar a faculdade e o trabalho de conclusão de curso é algo extremamente recente na Odontologia Universidade Federal de Uberlândia**, que veio para a última reestruturação curricular para atender as novas diretrizes curriculares, agora que o curso passou de quatro para cinco anos que se vai apresentar o trabalho de conclusão de curso. É algo extremamente recente o trabalho de conclusão de curso na Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia, em 2012/2 que haverá a primeira turma que apresentará trabalho de conclusão de curso (COSTA NETO, 2011). (Entrevista 17, em anexo). (Grifos nossos).

Durante as entrevistas, também foi possível perceber que os alunos das primeiras turmas receberam uma formação profissional técnica e voltada para o atendimento principalmente voltado ao consultório particular, a proposta pedagógica e os objetivos do curso não tinha preocupação com pesquisa e também os alunos não realizavam trabalho de conclusão de Curso.

Ao rememorar FERNANDES NETO relatou:

[...]era uma endodontia bio ou necro e uma dentística muito agressiva, toda uma forma de extensão, forma de conveniência, era muito mais agressivo ao tecido dental do que conservador do tecido dental, cirurgia, prótese era muito incipiente, várias técnicas que existem hoje não existiam, os alunos não tinham nenhuma formação científica, eles eram formados técnicos, tanto que na minha formação toda eu não me lembro de ter lido um artigo científico, eu me lembro de ler algumas revistas brasileiras, que hoje se você for ver não tem nenhum embasamento científico dentro dos critérios de hoje, e hoje os alunos com informática, no nosso tempo a gente estudava por apostila que era um compilado de anotações de colegas da classe, e aquilo era feito uma apostila no mimeógrafo e era aquilo que a gente estudava. A fonte de conhecimento era muito limitada, a imensa maioria dos livros era em castelhano, e de autores argentinos ou espanhóis, hoje você tem uma literatura brasileira, em português, que é uma das melhores do mundo, você tem internet, informática. [...]A pesquisa e o trabalho de conclusão de curso na época não existiam, quando alguém fazia um trabalho incipiente era tido quase como um astronauta. **A prioridade era formação técnica.** (FERNANDES NETO, 2011), (Entrevista 16, em anexo).

Segundo o relato a formação técnica foi prioridade no processo ensino aprendizagem das primeiras turmas de Odontologia, devido à preocupação de preparar o profissional para o mercado de trabalho, dessa forma, devido a proposta e objetivos pedagógicos tecnicistas além da falta de recursos e ferramentas disponíveis para pesquisa, nos dizeres de Fernandes Neto, “quando alguém fazia um trabalho incipiente era tido quase como um astronauta”.

Corroborou essa confirmação de falta de estrutura e preocupação com a pesquisa mesmo ainda bem mais tarde quando do ingresso do professor João Carlos Gabrielli Biffi⁷⁴, ao ser questionado: naquela época, em 1992, quais foram as primeiras impressões sobre a faculdade de Odontologia, e como era a formação dos alunos, era mais técnica, ou com valores humanos agregados:

Mudou muito daquela época para hoje a universidade como um todo, naquela época não existia a pós-Graduação, strictu sensu da faculdade, isso faz a diferença hoje, **não existia pesquisa naquela época na Odontologia, era estritamente voltado para a Graduação, o professor não tinha uma atividade importante que é a pesquisa, o trabalho de conclusão de curso também não tinha, e essa foi a maior diferença que eu senti quando vim pra cá, eu vim de uma universidade onde já se pesquisava, onde já havia pós-Graduação, eu fiquei dez anos aqui ainda pesquisando pela Universidade de São Paulo**, que eu fazia parte do corpo docente da pós-Graduação lá, então com a dedicação exclusiva, é importante você ter essa atividade, você estar voltado para a pesquisa, de 1992 até 2000 eu fiquei ainda vinculado a pós-Graduação da Universidade de São Paulo, e **eu senti que não tinha uma necessidade da pesquisa aqui, não existia essa preocupação, e isso é importante, porque quando você dá uma aula na Graduação, é importante que você tenha uma pesquisa realizada por professores, pra poder enriquecer toda a informação que você passa para os alunos**, o que acontece hoje. **As outras universidades faziam a pesquisa que servia para os alunos, mas não existia a mentalidade de fazer pesquisa aqui**, e hoje os alunos que buscam a pesquisa, a iniciação científica, mestrado, agora doutorado, o que muda completamente o perfil da Graduação. (BIFFI, 2011). (Entrevista 18, em anexo). (Grifos nossos).

Ao lembrar os primeiros momentos do seu início da carreira docente da Faculdade de Odontologia de Uberlândia em 1992, destacou que, nessa data, a instituição não tinha um corpo docente qualificado e voltado para pesquisa, os professores eram voltados estritamente para aulas da Graduação. Assinalou que os alunos não apresentavam trabalho de final de Curso, e, que a diferença principal da proposta pedagógica entre a FOU e a Universidade de São Paulo (USP) foi o fato de não existir uma preocupação com a investigação acadêmica, diferentemente da Odontologia exercida na metrópole paulista que já possuía uma dedicação dos docentes com a pesquisa e os cursos de Pós-Graduação.

Destacou a importância da pesquisa para o desenvolvimento do conhecimento e como fornecedora de instrumentos para enriquecer o ensino dos alunos, enfatizou que para continuar pesquisando permaneceu ainda vinculado a USP durante oito anos após sua vinda

⁷⁴ Iniciou sua carreira Universitária na Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, onde durante quatorze anos ficou vinculado ao departamento de Ciências Morfológicas. Concluiu o doutorado em Odontologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho em 1987. Desde 1992 e até os dias atuais atua como Professor Titular na Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia na área de Endodontia.

para Uberlândia, fato que possibilitou ajudar a transformar e incentivar a criação da Pós-Graduação e pesquisa na Faculdade de Odontologia de Uberlândia.

b) Nesse segundo bloco de questionamentos envolvendo a consolidação e do desenvolvimento da Faculdade de Odontologia de Uberlândia, foram levantadas duas perguntas principais: até que ponto a atmosfera política nacional interferiu no processo de criação da mesma? A Faculdade de Odontologia veio para atender ao anseio de inserir Uberlândia no discurso e ordem modernizadora?

Ao ser perquirido como foi a consolidação e o desenvolvimento da faculdade de Odontologia da UFU? Odorico Coelho da Costa Neto respondeu:

Eu acredito que isso tenha sido formado por muitos desafios, a gente **ao longo desses 41 anos, de 1970 que a faculdade foi criada, e desses quarenta e um anos eu tive a oportunidade de vivenciar como aluno** quatro anos a partir de 1971, posteriormente como professor, vão completar 37 anos dentro desse processo, **dentro de todas essas etapas foi um desafio muito grande a cada momento, mas para nossa grande satisfação e orgulho nos vemos que a cada ano com que as dificuldades se apresentavam a faculdade sempre teve um ritmo crescente em todas suas atividades**, quem se formou no semestre passado com certeza nesse semestre vai ver algo novo e melhor na faculdade, nós estamos agora, no semestre e ano passado nos tivemos a oportunidade de promover uma melhoria completa em nossos laboratórios, especialmente os profissionalizantes na área de prótese, prótese e oclusão, materiais dentários, dentística, ortodontia, laboratório de diagnóstico estomatológico envolvendo a radiologia, modernizamos todas as clínicas com equipamentos, e para agora no inicio de 2012 nos deveremos passar para o bloco novo, 4L, sendo uma nova conquista para a Odontologia da UFU, e nesse período a gente teve a partir de fevereiro de 2010 o inicio das nossas residências multiprofissionais [...] (COSTA NETO, 2011). (Entrevista 17, em anexo). (Grifos nossos).

Percebe-se a consolidação e desenvolvimento da Faculdade de Odontologia de Uberlândia significou para o depoente a representação de muitas lutas e desafios que se tornaram uma constante no processo de crescimento institucional, entretanto, apesar das dificuldades, tornou-se uma satisfação e orgulho acompanhar toda a trajetória histórica da FOU visualizando os Cursos e profissionais formados atualmente.

Apresentando outro olhar ao relatar a atmosfera política da Faculdade de Odontologia em relação da cidade de Uberlândia no cenário nacional de 1992, José Carlos Gabrielli Biffi afirmou que:

Eu acho que naquela época ela estava muito voltada para o grupo mesmo, para o grupinho dos professores, não existia essa divulgação de trabalho que existe hoje, não tinha uma produção científica regular, **era uma faculdade local mesmo, voltada mais para o atendimento da população aqui**, diferente de hoje, que os trabalhos têm sido publicados em revista internacional, de qualidade, então hoje acho que Uberlândia no cenário nacional é uma figura muito importante, a faculdade de Odontologia é respeitada no cenário nacional e internacional. Hoje eu entendo que de **1992 pra cá houve uma evolução muito grande, hoje é outra mentalidade, outras formas**. Quando eu vim pra cá, a ideia era montar a pós-Graduação o mais rápido possível, só que não tinha ainda a massa crítica de professores com doutorado, o que dificultou o processo, nós não tínhamos doutores na Odontologia, então foi necessária essa formação, e eu pude participar desse processo, como eu estava vinculado a pós-Graduação na Universidade de São Paulo, muitos colegas da faculdade eu acabei orientando, fazia pesquisa aqui, mas ele estava matriculado em Ribeirão Preto, então mesmo eu não tendo a pós Graduação aqui, eu podia vivenciar de forma um pouco isolada, o que não é bom, mas de forma isolada eu fazia pesquisa aqui e eles estavam matriculados na Universidade de São Paulo, então isso ajudou a formar uma massa crítica para poder montar o mestrado aqui, o que aconteceu em 2000, o pessoal que fez a pós Graduação em Ribeirão Preto tinha essa facilidade, de acabar fazendo a pesquisa associada aqui e lá, o que criou a condição pra montar o mestrado aqui mesmo. (BIFFI, 2011). (Entrevista 18, em anexo). (Grifos nossos).

Sendo assim, constata-se que no entendimento do entrevistado até o período do seu ingresso como docente em 1992 a Faculdade de Odontologia era mais voltada para população local, não apresentando destaque em âmbito nacional e internacional. Contudo, com o desenvolvimento e consolidação, principalmente no que diz respeito às pesquisas e estudos acadêmicos voltados a Pós-Graduação foi possível galgar um crescimento e reconhecimento dessa instituição de ensino.

Alfredo Júlio Fernandes Neto asseverou que:

Uberlândia eu entendo hoje, passados os anos, que a cidade de Uberlândia, **as forças vivas, a sociedade e a classe política**, no final da década de 1950, eu estava no município de Uberlândia, eu me lembro de fazer parte do desfile de 7 de setembro, de fazer parte, **pedindo a faculdade, pedindo o Curso Superior para Uberlândia, então eu entendo, no meu ponto de vista desse cenário todo, que duas coisas fizeram a diferença na cidade de Uberlândia, foi a criação dos cursos superiores**, com a faculdade de Direito, Filosofia e Economia que foram os primeiros, a Engenharia federal, a Medicina, a Odontologia, Veterinária, Educação Física, e assim sucessivamente, então esse foi o **marco que consolidou com a federalização da Universidade**, existe toda uma História contada que ela foi criada por um Decreto do Marechal Costa e Silva e depois federalizada pelo General Geisel, mas eram os dirigentes da época, os gestores da época, então tinha que ser criado por eles, isso não quer dizer nenhuma conotação de fase de regime de exceção ou não, é a realidade dos fatos. E **outro ponto que eu acho determinante** é quando o prefeito Renato de Freitas canalizou a água do rio Uberabinha por meio da represa Sucupira pra Uberlândia, me

lembro muito bem da inauguração, ali na Floriano Peixoto, perto da caixa d'água, jogou toda a água na rua, desceu pela Afonso Pena, pela Floriano. Eu me entendo que ali, colocando aquela água, e na época chegando a CEMIG, substituindo a companhia energética que era aqui da região, deu a Uberlândia uma condição de **infraestrutura para receber o progresso, pra receber as indústrias e o comércio** que temos hoje, com isso nos tínhamos um Governador, que era de Uberlândia, o Governador Rondon Pacheco, que fez várias ações junto ao Governo federal para que nos fossemos um **grande entroncamento rodoviário** que nos somos hoje, isso deu a Uberlândia a infraestrutura, agua, luz, rodovia, acesso e a inteligência que foi a criação da Universidade, então esses dois pontos, **a vontade da comunidade e a ação política**, os políticos sempre olhando pro futuro, depois do prefeito Renato de Freitas, veio o prefeito Virgílio Galassi, que canalizou o rio Bom Jesus, para outra usina de captação de água, já veio a expansão do distrito industrial, então essa **conjunção de infra estrutura da cidade e inteligência da Universidade é um fator determinante pro crescimento**, quando eu falo força da sociedade eu me lembro muito bem quando criança, quando não tinha asfalto, por aqui, da ação da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia, tanto que você vê varias fotos históricas na Universidade, a presença dessas pessoas, e tem uma pessoa que me chama muito a atenção que eu tive a honra de conhecer, que é o Sr. Osvaldo Oliveira, no lançamento da pedra fundamental da Medicina, você vê o Sr. Osvaldo lá representando a ACIUB, em vários outros momentos a **ACIUB e o Sindicato Rural tiveram participação importante representando a sociedade, que era o comércio, a indústria, os ruralistas e a sociedade como um todo** Sr. Milton Porto, de colégio, e essas pessoas que participaram da criação da Universidade, e eu **entendo que a História do desenvolvimento de Uberlândia passa por esses fatores, infraestrutura da cidade e a inteligência da Universidade.** (FERNANDES NETO, 2011). (Entrevista 16, em anexo).

Com o depoimento do atual Reitor da Universidade Federal de Uberlândia percebe-se que o discurso político educacional durante o período militar influenciou sobremaneira a criação das faculdades na cidade de Uberlândia, entretanto foi necessária a participação de toda a comunidade guiada pelo anseio dos grupos dominantes locais de inserir o município na ordem modernizadora presente no contexto daquela época.

Vários fatores podem ser afirmados como elementos colaboradores para implantação da Faculdade de Odontologia de Uberlândia assim como dos demais cursos de Ensino Superior, nos dizeres do entrevistado

[...] as forças vivas, a sociedade e a classe política, em sintonia na defesa dos interesses da sociedade da época afirmou: eu me lembro de fazer parte do desfile de 7 de setembro, de fazer parte, pedindo a faculdade, pedindo o Curso Superior para Uberlândia,[...], no meu ponto de vista desse cenário todo que duas coisas fizeram a diferença: primeiramente, a criação dos cursos superiores e a federalização da Universidade de Uberlândia, e também a criação da infraestrutura necessária para desenvolvimento do transporte, comércio e indústria para região (FERNANDES NETO, 2011). (Entrevista 16, em anexo).

A participação efetiva dos segmentos políticos, econômicos e sociais da cidade foi essencial para concretizar o sonho de criar um Curso Superior em Uberlândia. Compreende-se que foram inúmeros desafios e lutas para se conseguir a consolidação e desenvolvimento da Faculdade de Odontologia de Uberlândia, superados pelas “forças vivas” além de outros fatores relatados no decorrer do texto, destacam-se os principais elementos para constituição não só dessa instituição, mas também das demais Faculdades de Ensino Superior überlandenses, a guisa de: apoio dos principais representantes políticos, econômicos e sociais da época, presença de idealizadores, alunos e professores envolvidos com o processo de criação dessas escolas, uma demanda de vagas nas universidades principalmente pelas categorias médias que visualizavam a Graduação como via direta para ascensão social, e, finalmente, a sintonia dos interesses dos dirigentes militares em responder aos anseios da indústria brasileira carente de mão de obra qualificada para o exercício profissional incentivando políticas de expansão e interiorização do Ensino Superior no Brasil.

CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste último tópico, dividido em sete seções, apresentam-se no viés do pesquisador desta tese, algumas contribuições da pesquisa a guisa de: seção II - teóricas, III - metodológicas e IV práticas do estudo. Na seção - V descrevem-se algumas dificuldades e limitações do estudo, na seção - VI. são indicadas algumas sugestões para futuras pesquisas. Finalmente, o item VII trouxe à baila as considerações finais dessa tese com a intenção reafirmar a interpretação da ordem política e a reforma universitária destacando a criação, desenvolvimento e consolidação da Faculdade de Odontologia de Uberlândia chegando ao processo de federalização em 1978.

I. Contribuições da pesquisa

Pretende-se contribuir para futuras pesquisas a respeito dos temas que possibilitem a compreensão das Histórias das instituições de Ensino Superior do País, a interpretação realizada nesse trabalho almejou apresentar que a consolidação e o desenvolvimento da Faculdade de Odontologia de Uberlândia foram reflexos do processo histórico representado por inúmeras lutas e empenho dos mais variados setores da comunidade überlandense. Sendo assim, procurou-se colaborar com a comunidade acadêmica de forma a facilitar e viabilizar próximas pesquisas no campo da História das instituições escolares, e, de forma especial, possibilitar estudos que tentem demonstrar efetivamente o papel da Universidade Federal de Uberlândia no desenvolvimento regional.

II. Contribuições teóricas

Primeiramente, a tese contribui apresentando um breve estudo da História da Odontologia no Brasil, devido às parcas obras que tratam especificamente da temática, procurou-se realizar pesquisa bibliográfica compilando os principais elementos apresentados referentes ao ensino odontológico brasileiro.

A utilização de diversas fontes de pesquisa tornou possível cotejar dados e informações apresentadas por meio das fontes impressas, orais e iconográficas durante o processo investigativo e possibilitou um preenchimento das lacunas e oferecer ao leitor um leque de documentos, leis, depoimentos, discursos, pontos de vista que ampliam a possibilidade reflexão e análise tanto da instituição estudada como demais faculdades gestadas em Uberlândia.

III. Contribuições metodológicas

Considera-se que a pesquisa foi desenvolvida valendo-se da modalidade historiográfica interpretativa assinalada pelos estudiosos contemporâneos pautada na compreensão da instituição escolar integrada na realidade do sistema educacional, tentando-se contextualizar sua criação e desenvolvimento por meio de uma análise que perpassa as instâncias local, regional e nacional.

Procurou-se reescrever o itinerário do trajeto da Faculdade de Odontologia em seus múltiplos vieses por vezes apresentados pelos reitores, políticos, professores, alunos, fundadores, diretores, coordenadores, técnicos, pacientes e representantes da comunidade überlandense, com diversos discursos, pontos de vista, conflitantes outras vezes parecidos para contribuir para as futuras pesquisas que pretendam ampliar a interpretação e registro das Histórias das instituições de Ensino Superior do Brasil.

Utilizar uma historiografia interpretativa foi buscar ampliar a pesquisa para além dos clássicos, valendo-se deles assim como dos recentes referenciais teóricos para alargar as problemáticas em História da Educação, e buscar atuar em consonância com demais estudos que analisam as especificidades e particularidades locais, regionais, nacionais e globais na tessitura da História.

A História Oral foi utilizada como técnica enriquecedora para elaboração da pesquisa, pois juntamente com as demais fontes, fotos, jornais, atas, memorandos, impressos entre outros documentos ditos oficiais, tornou-se um instrumento facilitador para compreensão e análise da Escola de Odontologia de Uberlândia como índice das mudanças do cenário da Educação Superior no período recortado.

IV. Contribuições práticas

Os principais documentos e depoimentos referentes ao estudo da Faculdade de Odontologia de Uberlândia, assim como a legislação concernente à Odontologia brasileira, estão disponibilizados em anexo no corpo da tese, apresentando-se um inventário das fontes envolvendo a História das primeiras Escolas Superiores em Uberlândia apontado os principais referenciais teóricos que tiveram o estudo do período recortado como tema.

Foi reunido um acervo de livros, recortes de jornais, fotos, documentos diversos, cartas, ofícios, convites de formatura da época, atas, entre outras fontes que foram doadas ao pesquisador desta tese pelos entrevistados, pois durante o momento da realização das entrevistas era perguntado se o depoente poderia contribuir com algum registro histórico de seu acervo pessoal. Sendo assim, com intuito de colaborar com a preservação dos mesmos e facilitar pesquisas futuras, a documentação e as entrevistas gravadas serão entregues aos cuidados do Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS).

A principal contribuição prática para interpretação e análise da História da Faculdade de Odontologia de Uberlândia foi o processo e os procedimentos realizados para elaboração das entrevistas orais, que foram divididas em duas etapas, primeiramente, após realização de longas conversas informais com um dos representantes do Diretório Acadêmico Homero Santos na época estudada, o ex-aluno Gaspar Paulino, por meio de suas reminiscências possibilitou a elaboração de um questionário semiestruturado (em anexo) para orientar e selecionar quais personagens deveriam ser entrevistados.

Durante o processo de escolha, optou-se por selecionar pessoas que participaram não somente do processo de criação da Faculdade de Odontologia de Uberlândia, mas que

estiveram ou permanecem o maior tempo possível participando do desenvolvimento e consolidação da instituição.

Em um segundo momento, a escolha dos depoentes se deu pelo fato de terem participado desde o início da instituição ingressando como alunos das primeiras turmas e chegaram ao ápice da administração acadêmica, sendo eles o reitor Alfredo Júlio Fernandes Neto e seu chefe de gabinete Odorico Coelho da Costa Neto, por fim, para apresentar uma visão externa convidou-se o professor João Carlos Gabrielli Biffi, contratado em 1992, para apresentar o viés de quem não participou do momento da criação da Faculdade de Odontologia de Uberlândia.

A edição, revisão e a transcrição das entrevistas contidas nesta tese foram realizadas buscando-se respeitar ao máximo a estrutura do pensamento e, sobretudo, a forma de exposição dos depoimentos, foram suprimidos somente os trechos que os entrevistados pediram para retirar da publicação por questões de foro íntimo. Percebeu-se que as conversas informais antes e depois da presença do gravador eram por vezes mais profícias, porque o recurso técnico constituiu um elemento inibidor, pois para alguns deixariam registrados momentos de dificuldades, lutas e incompreensões, que o depoente gostaria que ficasse esquecido no passado.

Nos relatos das entrevistas, ao perceber incongruências, distorções e lacunas, primou-se em não questionar os fatos relatados confrontando-os de imediato com as informações documentais, dando total liberdade de expressão para os depoentes, nesse sentido nos dizeres de Ecléa Bosi:

[...] Os livros de História que registram esses fatos são também um ponto de vista, uma versão do acontecido, não raro desmentidos por outros livros com outros pontos de vista. A veracidade do narrador não nos preocupou: com certeza seus erros e lapsos são menos graves em suas consequências que as omissões da História oficial. Nosso interesse está no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na História de sua vida (BOSI, 1994, p.37).

Sendo assim, com a colaboração do relato oral de todos entrevistados e do fornecimento de materiais dos arquivos particulares, foi possível reunir fontes de estudo da Escola de Odontologia de Uberlândia, inventariando-se as mesmas indicando-lhes onde e como poderão ser encontradas para promover outras pesquisas.

V. Algumas dificuldades e limitações do estudo

Uma dificuldade inicial foi compreender e aceitar que o fato de ter sido formado pela instituição estudada cria vínculos de afetividade com a escola (objeto principal do estudo) e com as pessoas (agentes partícipes do momento histórico) que foram professores, técnicos, e pessoas influentes na formação acadêmica do pesquisador dessa tese, sendo assim, por vezes, afastar-se dos sentimentos de empatia para conseguir realizar uma análise crítica foi tarefa árdua.

Procurou-se interpretar a Faculdade de Odontologia de Uberlândia, evitando-se a escrita de uma História laudatória de um texto afeito demonstrando a simpatia do orientando pelo objeto pesquisado. Ter sido formado por essa instituição despertou o interesse e inquietação por surgir perguntas, dúvidas e questões que não eram respondidas por nenhuma obra, dessa sorte, foi preciso superar o fascínio, ultrapassando-se os sentimentos de gratidão e fraternidade para perceber e analisar o momento estudado de forma técnica-científica.

Outro obstáculo, foi quanto à imersão de um profissional de formação técnica Dentista/Advogado no universo da Educação, especificamente não foi fácil o envolvimento com a linha de pesquisa da História e da historiografia da Educação, um campo de saber desconhecido e diferente das formações técnicas adquiridas até então; isso foi superado com apoio das disciplinas cursadas, participação em congressos e eventos vinculados a Educação, principalmente pelo auxílio e dedicação do Orientador que tornou os encontros em verdadeiras aulas de Filosofia, História e Educação, destacando a importância do enfoque multidisciplinar no exercício da pesquisa, ensino e extensão.

Por fim, ficou evidente que a preocupação com a preservação dos documentos históricos da Universidade Federal de Uberlândia é relativamente recente, ao iniciar a pesquisa empírica perceberam-se inúmeras lacunas e que algumas fontes estavam desorganizadas e mal conservadas dificultando a sistematização e análise das mesmas.

No que diz respeito às datas de criação, fundação, instalação e reconhecimento dos cursos, constatou-se, ao confrontar as várias fontes de pesquisa, grande distorção entre elas, fatos que geraram dúvidas sobre qual informação representava a realidade do momento da concretização de tais eventos, dessa maneira, procurou-se apresentar no corpo da tese, as informações contidas nas leis e Decretos para elidir as dúvidas levantadas nas demais documentações.

Somente em 1987, começou-se a prática de tentar preservar a documentação, buscando elaborar um arquivo histórico, intensificando os trabalhos e desafios assumidos pelos integrantes do projeto Pró-Memória UFU, que se preocupou em preservar tanto juntamente com a memória escrita um acervo documental de natureza distinta. Dessa maneira, para superar esse problema inicial buscou-se auxílio principalmente, no Centro de Documentação e Pesquisa em História da UFU com inúmeros registros da memória oral, visual e videográfica dos agentes partícipes da construção da Universidade.

Finalmente, a principal limitação do estudo, devido ao caráter exploratório e parcial das entrevistas realizadas, destaca o fato de que não foi possível realizar todas as entrevistas pretendidas como, por exemplo, de um fundamental agente partícipe da criação da Faculdade de Odontologia de Uberlândia, Dr. Laerte de Alvarenga Figueiredo, idealizador e primeiro Diretor da FOU, falecido em fevereiro 2002, que infelizmente não pôde contribuir com suas reminiscências, mas ficou registrado nessa tese por meio dos inúmeros depoimentos da lembrança da sua relevante participação na gênese e desenvolvimento da Escola de Odontologia.

VI. Sugestões para futuras investigações

A modalidade historiográfica interpretativa permite a condução da pesquisa com uma perspectiva integrativa de várias fontes e ramos do saber, possibilitando a investigação e a análise das instituições escolares de forma a entender que:

Sem um trabalho sério sobre a herança cultural e o patrimônio histórico, estaremos condenados a uma ‘cegueira histórica’ que empobrece a nossa reflexão educativa e a nossa intervenção pedagógica. [...] Temos de reinventar a escola se queremos que ela cumpra um papel relevante nas sociedades do século XXI (NÓVOA, 2004, p. 3/12).

Com intuito de compreender melhor a relação entre a História da Medicina e da Odontologia, visto que em alguns países da Europa continuam adotando a Odontologia como uma especialização da residência médica, seria interessante tecer um estudo comparado entre os discursos e práticas presentes na Odontologia da Ex-Metrópole portuguesa e a sua Ex-Colônia brasileira.

Sugere-se uma pesquisa confrontando a História da Odontologia do Brasil com a de Portugal, investigando-se as principais heranças advindas do Reino português e como elas influenciaram as Faculdades de Odontologia nacionais, buscando elementos e ferramentas que permitam a melhoria e o pleno exercício do papel social das instituições escolares brasileiras.

VII. Considerações Finais

Estudar a História das instituições escolares constitui um elemento fundamental para interpretar e registrar a construção social e constituição dos sujeitos e suas práticas na sociedade; por esse motivo foi importante trazer à baila momentos importantes da memória, com destaque nos caminhos, idealismos, lutas e as contribuições das pessoas que participaram efetivamente para a criação e consolidação da Escola de Odontologia de Uberlândia, demonstrando que somente foi possível galgar a posição atual devido ao trabalho e participação de vários setores da sociedade.

A construção de uma identidade dos agentes partícipes no processo de desenvolvimento do Ensino Superior de Uberlândia é necessária para deixar registrado para as próximas gerações as experiências e desafios enfrentados durante o período de nascimento e consolidação das Faculdades em Uberlândia, investigando os elementos que moveram as relações sociais, tentando interpretar a ordem política e a reforma universitária por meio das ações e práticas acadêmicas no seio da Faculdade de Odontologia de Uberlândia, chegando ao processo de federalização em 1978.

Não se almejou realizar a escrita de uma História oficial da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia com o objeto de um passado único e instituidor de uma tradição fundadora do presente, pelo contrário tentou-se oferecer ao leitor elementos que o possibilitem a conhecer a História da FOU e seus agentes que fazem parte de uma Universidade e Cidade com características Múltiplas e heterogêneas.

O período estudado pode ser dividido em dois momentos principais, vinculados à análise do contexto histórico nacional: o primeiro, iniciado na década de 1960, destacando-se o projeto político nacional desenvolvimentista, que principalmente após o golpe militar de 1964, procurou sedimentar a efetivação do espaço urbano e desenvolvimento da indústria de

bens de produção e consumo, interferindo no sistema educacional com estratégias de interiorização e expansão do Ensino Superior, tendência fortalecida com a Reforma Universitária de 1968. O segundo instante, caracterizado pela formação das faculdades isoladas e o processo de federalização em 1978 da Universidade de Uberlândia, passando a ser denominada Universidade Federal de Uberlândia.

Dentro do contexto da ordem política e da reforma universitária marcada pela necessidade de expansão e ampliação das instituições de Ensino Superior no Brasil, para atender a demanda dos setores médios, assim como a necessidade de um mercado consumidor para sustentar o projeto de desenvolvimento econômico subsidiado na substituição de importação, verifica-se a política da ditadura militar que, em nome da segurança nacional, do anticomunismo, da busca pelo controle político ideológico, buscou na Educação forma para legitimar o Regime de exceção, mantendo as desigualdades e a exclusão social. O desenvolvimento econômico veio acompanhado da concentração de rendas, assim como a política educacional passou a ser ditada pela lógica do mercado, resultando em uma eclosão de instituições privadas que visualizavam a Educação como um negócio rendoso.

A criação da Escola de Odontologia de Uberlândia estudada como índice das mudanças no cenário da Educação Superior apresenta a similaridade com outras escolas brasileiras uma vez que se concretizou a Universidade por meio da federalização e agrupamento de faculdades isoladas.

Vários fatores, tais como a necessidade de criar Escolas Superiores para atender as demandas locais, principalmente, os setores médios da sociedade, fator de modernização, a transferência da capital federal para Brasília, o surto industrial bancado pelo Regime Militar, vieram ao encontro dos anseios dos grupos locais, além de buscarem atender a necessidade de profissionais qualificados e a demanda por serviços, decorrentes do processo de urbanização.

A criação da Universidade de Uberlândia em 1969 significou uma oportunidade para a inserção da cidade no âmbito nacional, funcionando como entreposto das principais cidades do País, destacando-se como empório comercial regional e nacional. Seus grupos dominantes com seus interesses privados velados atuaram em consonância ao discurso de ordem modernizadora, entrelaçados com o discurso filantrópico da oportunidade de escolarização para sociedade local e regional pronunciavam a criação do Ensino Superior em Uberlândia como um caminho quase teleológico para viabilizar a ordem e o progresso da cidade.

Com o advento dos Governos Militares, a atuação dos políticos conterrâneos e o empenho das instituições civis e corporativas da cidade tornou possível desenvolver os projetos de progresso, destacando-se, entre eles, a construção das estradas, e criação das Escolas de Ensino Superior, visando dar a Uberlândia o *status* de cidade-polo.

O primeiro momento ficou evidenciado por meio de cooptação de forças políticas e sociais visando ao passo inicial para concretizar o sonho de se ter uma universidade em Uberlândia. Com o Decreto-Lei nº 762 em 14 de agosto de 1969, foi autorizado o funcionamento da Universidade de Uberlândia, superando-se os conflitos e todas dificuldades criou-se essa fundação para administrar e gerir as escolas superiores da cidade.

Em todas as etapas da constituição das Escolas de Ensino Superior de Uberlândia, observou-se a presença dos políticos e dos representantes dos grupos dominantes locais, a fundação da Universidade de Uberlândia foi composta por escolas superiores particulares, confessionais, autarquias estadual e federal, adquirindo-se espaços doados pela prefeitura, particulares e colaboração da comunidade local.

O processo de federalização da Universidade de Uberlândia também pode ser considerado uma concessão do Governo Militar para atender aos anseios dos mais variados setores da sociedade de Uberlândia. Com o advento do Decreto-Lei 6.532 de 24 de maio de 1978, a Instituição, que tinha sua unidade somente formalmente, teria que superar a simples aglutinação das faculdades isoladas.

Sendo assim, esta tese dedicou-se à pesquisa a respeito da gênese, da consolidação e do desenvolvimento da Escola de Odontologia de Uberlândia, no campo da História da Educação, especificamente na temática História das instituições educacionais. Teve como objetivo apreender as representações sociais constituídas no processo de criação, consolidação e desenvolvimento dessa Escola.

O resultado da pesquisa apontou que gênese/desenvolvimento e consolidação da Escola de Odontologia pertenceram a um momento próprio da História do Brasil – o Regime Militar e suas ingerências na sociedade, na política e na Educação –, incrementadas pela política desenvolvimentista e de expansão e interiorização do Ensino Superior no Brasil. A criação da FOU possibilitou inúmeras transformações sociais para cidade de Uberlândia e região, a guisa de: oportunidade de estudo, formação de cirurgiões dentistas, implementação

de empregos, qualificação de profissionais para atender a demanda acadêmica, desenvolvimento de políticas de saúde bucal, entre outras.

Dessa sorte, fica registrado um olhar a respeito da Faculdade de Odontologia de Uberlândia, outras interpretações, justificativas e explicações são possíveis e serão importantes no processo de construção desse passado recente.

REFERÊNCIAS

- ALEM, João Marcos. **Representações coletivas e História política em Uberlândia.** História & Perspectivas, Uberlândia, n. 4, p. 79-102, jan./jun.1991.
- ALTAFIN, Juarez. **Primeiros tempos:** depoimentos sobre pessoas e fatos do início da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia: UFU, 1997.154p. il.
- _____. Entrevista concedida em 1987, a Miriam Michel Cury Dib e Coraly Gará Caetano (A UFU no imaginário social 1988), acervo do Núcleo de Pesquisa em História e Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia. 1987. p. 09.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos ideológicos de Estado.** Lisboa: Presença. 1980.
- ARAUJO, José Carlos de Souza, GATTI JÚNIOR, Décio. **Novos temas em História da Educação Brasileira:** instituições escolares e Educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002. 225 p. (Coleção Memória da Educação).
- _____. LEMOS, Cristiane Lopes Simão. **A FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE UBERLÂNDIA, MINAS GERAIS (1965 - 1970).** Cadernos de História da Educação - nº. 2 - jan./dez. 2003.
- ARAÚJO, Lucinete Marlúcia Vitor. **Representações sociais na gênese da Escola de Engenharia de Uberlândia: 1961-1969.** Dissertação de Mestrado. Uberlândia: Centro Universitário do Triângulo - UNIT, 2003.
- ARAUJO, Maria Paula N., SANTOS, Myrian S. dos. **História, memória e esquecimento: Implicações políticas.** Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 79, Dezembro, 2007.
- ARIÈS, Philippe. **A História social da criança e da família.** 2 Ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara, 1986.
- AUTARQUIA EDUCACIONAL DE UBERLÂNDIA. **Comissão preparatória para a instalação da Faculdade de Odontologia da Autarquia Educacional de Uberlândia.** Ata da sessão realizada no dia 10 de outubro. 1966. Uberlândia, 1966. Livro 1, p.2.
- AZANHA, Gilberto. **Senhores dessas terras:** os povos indígenas no Brasil: da colônia aos nossos dias. São Paulo. Ed. Atual, 1992. 82 p.
- AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira.** 4 ed. Revista e ampliada. Brasília. Editora da UnB, 1963.
- _____. **A transmissão da Cultura.** Parte 3 da 5^a ed. de A Cultura Brasileira. São Paulo: Melhoramentos/ Brasília: INL, 1976. P. 47.
- BEAULIEU, G. et al. **Educação brasileira e colégios de padres.** São Paulo: Herder, 1996.
- BENCOSTTA, M. L. A. (Org.). **Culturas Escolares, Saberes e Práticas Educativas:** itinerários históricos. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
- BERGER, Peter L.; BERGER, Brigitte. O que é uma instituição escolar? In: FORACHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza. **Sociologia e sociedade:** leituras de introdução à Sociologia. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1981. p. 193-199.

- BLOCH, Marc e FEBVRE, Lucien. *Annales d'histoire économique et sociale*, v. 1. Paris: Armand Colin, 1929.
- BLUTEAU, Raphael. **Dicionário da língua portuguesa**. Ampliado por Antônio de Moraes. Lisboa: Oficina de Simão Thadeo Ferreira, 1739.
- BORGES, Vera Lúcia Abrão. **A instrução pública na fala da elite: Modernização, republicanismo e ensino primário – Brasil e Minas Gerais 1892 – 1898**. Tese de doutorado, São Paulo: PUC, 1998.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade; lembranças de velhos**. 3 ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento Marxista**. Consultoria da edição brasileira Antônio Monteiro Guimarães, Tradução Valtensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- BOUDON, Raymond; BOURICAUD, François. Instituições (verbete). In: **Dicionário crítico de Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2000. p. 300-307.
- BRASIL. **Decreto nº 1.270 – de 10 de outubro de 1891**. Reforma educacional Ministro Benjamin Constant.
- _____. **Decreto nº 1.314 - de 17 de janeiro de 1951**. Regulamenta o exercício profissional dos cirurgiões dentistas.
- _____. **Decreto nº 1.482 – de 24 de julho de 1893**. Lei que institui o título de cirurgião-dentista.
- _____. **Decreto nº 3.504, de 24 de dezembro de 1958**. Institui o dia da Saúde dentária.
- _____. **Decreto nº 8.659 – de 5 de abril de 1911**. Reforma educacional ministro Rivadavia Da Cunha Corrêa.
- _____. **Decreto nº 9.311, de 25 de outubro de 1884**. Criação dos cursos de Odontologia no Brasil.
- _____. **Decreto nº 11.530 – de 18 de março de 1915**. Reforma educacional ministro Carlos Maximiliano Pereira dos Santos.
- _____. **Decreto nº 19.851 – de 11 de abril de 1931**. Reforma educacional ministro Francisco Campos.
- _____. **Decreto nº 20.862- de 28 de dezembro de 1931**. Regula o exercício da Odontologia pelos dentistas práticos.
- BRANDÃO, Zaia. **A Historiografia da Educação na Encruzilhada**. In: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (orgs.). História e História da Educação. São Paulo: Autores Associados/ HISTEDBR, 1998. p. 100-114.
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. 2^a ed., São Paulo: Perspectiva, 1992.
- _____. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Filipe II**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- BUFFA, Ester. **Contribuição da História para o enfrentamento dos problemas educacionais contemporâneos**. EM ABERTO. Brasília, v.9, n. 47, jul./dez., 1990. p. 13-19.
- BUFFA, Ester e NOSELLA, Paolo. **Schola Mater: A Antiga Escola Normal (1911-1933)**. São Carlos: UFSCar, 1996.

- _____. **Industrialização e Educação:** a Escola Profissional de São Carlos, 1932-1971. São Carlos: UFSCar, 1998.
- _____. **Universidade de São Paulo:** Escola de Engenharia de São Carlos; os primeiros tempos: 1948-1971. São Carlos: UFSCar, 2000.
- BURKE, Peter. Abertura: a nova História, seu passado e seu futuro In: BURKE, Peter (org). **A escrita da História:** novas perspectivas. São Paulo, Editora da Unesp. 1992.
- _____. **A escola dos Annales 1929-1989.** A Revolução francesa da Historiografia. Tradução Nilo Odalia – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- _____. **História e teoria social.** Trad. Klauss B. Gerhardt e Roneide V. Majer. São Paulo: EdUNESP, 2002.
- Cadernos CEDES.** vol.28, n.76, Campinas, Set./Dez. 2008
- CAETANO, Coraly Gará. DIB, Mirian Michel Cury (eds.) **A UFU no imaginário social.** Uberlândia: EDUFU, 1988. 588 p.
- CAMBI, Franco. **História da Pedagogia.** Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: EdUNESP, 1999.
- CARDOSO, Ciro Flamarión S.; PÉREZ BRIGNOLI, Héctor. **Os Métodos da História.** 2a. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.
- CARVALHO, Antônio Cesar Perri de. Projeto Pedagógico. In: **Reunião da Associação Brasileira de Ensino Odontológico, XXXIII,** 1998. Uberlândia. Anais... Uberlândia: ABENO, 1998.
- _____. **Ensino de Odontologia em tempos de LDB.** Canoas. Ed. Ulbra, 2001.
- CARVALHO, Rosana A. de; ALVES FILHO, Elói. **O papel da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária na industrialização de Uberlândia: 1950-1970.** História & Perspectivas, Uberlândia, n. 22, p. 115-42, jan./jun. 2000.
- CASTILHO, Fausto. **O conceito de universidade no projeto da UNICAMP.** Org.: SOARES, A. G. T. Campinas Editora da Unicamp, 2008.
- Catálogo de Cursos de Graduação da UFU, 2004; 2. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, <http://www.educacaosuperior.inep.gov.br>.
- CERQUEIRA, L. A. E. de. **Alexandrino Garcia:** perfil de um pioneiro. São Paulo: Museu da Pessoa, 2002.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da História.** Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão de Arno Vogel. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- CHALMERS, A. F. **O que é ciência, afinal?** São Paulo, SP, Editora Brasiliense, 1993.
- CHARTIER, Roger. **A História cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, S.A. 1990.
- _____. **O mundo como representação.** Texto publicado com permissão da revista dos *Annales* (nov-dez, 1989, Nº. 6, pp. 1505-1520). Tradução de Andréa Daher e Zenir Campos Reis. Estudos Avançados 11 (5), 1991.
- CHAUÍ, Marilena. Conformismo e resistência. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

- COMTE, Augusto. **Segundo opúsculo** (abril de 1820): Sumária apreciação do passado moderno. In: _____. Opúsculos de filosofia social. São Paulo: USP. 1972 a.
- _____. **Terceiro opúsculo** (maio de 1822): Plano dos trabalhos científicos necessários para reorganizar a sociedade. In: _____. Opúsculos de filosofia social. São Paulo: USP. 1972b.
- _____. **Quinto opúsculo** (março de 1826): Considerações sobre o poder Espiritual. In: _____. Opúsculos de filosofia social. São Paulo: USP. 1972c.
- CORETH, Emerich. **Questões Fundamentais de Hermenêutica**. (trad. Carlos Lopes de Matos). São Paulo: E.P.U., Ed.USP, 1973.
- CORREIO DE UBERLÂNDIA**. Acadêmicos da Engenharia podem fazer passeata.. Uberlândia, 07/08 de junho de 1975.
- CUNHA, A. F. da; SALAZAR, A. P. **Nossos pais nos contaram. História da Igreja em Uberlândia – 1818-1989**. Uberlândia: Gráfica da Universidade Federal de Uberlândia, 1989.
- CUNHA, Ernesto de Mello Salles. A evolução da Odontologia no Brasil: Memória histórica. In: **Atas e Trabalhos do Terceiro Congresso Odontológico Latino Americano**, vol III. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1931.
- _____. **História da Odontologia no Brazil**. Rio de Janeiro, 1952.
- CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica**: o Ensino Superior na República Populista. 2ª Ed. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1989.
- _____. **O golpe na Educação**. 2 ed, Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- _____. **Política educacional: contestação e libertação**. In: _____. Educação e desenvolvimento social no Brasil. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1977. p. 231-293.
- _____. **Qual a universidade?** São Paulo, Cortez/ Autores Associados, 1989, 87 pp.
- _____. Prefácio. YAZBECK. **As origens da Universidade de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: UFJF, 1999.
- _____. **A universidade reformada, o golpe de 1964 e a modernização do Ensino Superior**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988, 333 pp.
- _____. “**Roda Viva**” In: CUNHA, Luiz Antônio e GÓES, Moacyr de. O golpe na Educação. Rio de Janeiro, Zahar, 1985, pp.35-81.
- _____. **Ensino superior e universidade no Brasil**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 151-204.
- _____. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1977.
- DANTAS, Sandra Mara. **Veredas do progresso em tons altissonantes: (Uberlândia, 1900-1950)**. 2001. Dissertação (Mestrado) — Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.
- D'ARAUJO, Maria Celina & CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel**. 4 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

- DECCA, Edgar Salvadori de. **Narrativa e História**. In: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (orgs.). *História e História da Educação: o debate teórico-metodológico atual*. São Paulo: HISTEDBR; Autores Associados, 1998. p. 25-49.
- DEMARTINI, Zeila de brito fabri. **Algumas reflexões sobre a Pesquisa Histórico-Sociológica tendo como objeto a Educação da população brasileira**. In: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (orgs.). *História e História da Educação: o debate teórico-metodológico atual*. São Paulo: HISTEDBR; Autores Associados, 1998. p. 65-78.
- DOSSE, François. (org). **A História em migalhas**. São Paulo: Ensaio, 1992.
- DUBY, Georges et al. **História e História nova**. Lisboa .Teorema, 1986.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A História da Educação e os desafios das novas fontes: reflexões sobre a trajetória da pesquisa. In: **História da Educação**. (Associação Sul-rio-grandense de Pesquisadores em História da Educação). Pelotas: UFPel, n.2. 1997.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade e poder análise crítica/fundamentos históricos: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.
- _____. **A universidade brasileira em busca de sua identidade**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 6^a ed. São Paulo: EDUSP, 1998.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Educação no Brasil anos 60: o pacto do silêncio**. São Paulo. Ed. Loyola, 1985. 126 p.
- FEDERALIZAÇÃO da Universidade. **TRIBUNA DE MINAS**. Uberlândia. 04/12/1976.
- FERNANDES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus/USP, 1966.
- _____. **Existe uma crise da democracia no Brasil?**. In: _____. Mudanças sociais no Brasil. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974. p. 93-116.
- FERNANDES, Maria Dolores Sanches. **As origens do curso de Pedagogia**: um capítulo do Ensino Superior em Uberlândia, Minas Gerais (1957-1963). Dissertação de Mestrado. Uberlândia: Centro Universitário do Triângulo - UNIT, 2003.
- FERRATER, Mora J. **Dicionário de Filosofia** (4 Vols.) Madrid: Alianza Editorial. 1988.
- FERREIRA, B. **MAIS DE 500 ANOS**. In:. ABO Nacional, São Paulo, v.6, nº 5, p. 290-4, out/nov., 1998.
- FIGUEIREDO, L. A. **A Faculdade de Odontologia de Uberlândia**. Entrevistadores: C. G. Caetano e M.M.C. Dib. Uberlândia. 1988(A UFU no imaginário social) p.74.
- FONSECA, Thaís N.L. (2003). **História da Educação e História Cultural**. In: VEIGA, C.G. & FONSECA, T.N.L. (orgs). *História e historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autentica, p. 49-75.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo : Martins Fontes, 1990.
- _____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.
- _____. **A arqueologia do saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

FREITAS, Paulo Sérgio R. e SAMPAIO, Roberto C. (Coordenadores). **Sinopse do diagnóstico sócio-econômico do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (1940-1980)**. Uberlândia: UFU/Departamento de Economia. 1985.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Edição comemorativa do cinquentário. Org: Rosa Freire d'Aguiar Furtado; apres.: Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FURTADO, Júnia Ferreira *et al.* **Odontologia: História restaurada**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

GADOTTI, Moacir. A preocupação com a especificidade da Educação: a "pedagogia dos conteúdos". In: **Pensamento pedagógico brasileiro**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2004. p. 99-113. (Série fundamentos, 19).

_____. Demerval Saviani: a especificidade da prática pedagógica. In: **História das ideias pedagógicas**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2005. p. 264-266. (Série Educação).

GANDIN, Danilo. Educação política na escola. In: **Escola e transformação social**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 101-112.

GARAY, Lucia. A questão institucional da Educação e as escolas: conceito e reflexões. In: BUTELMAN, Ida (org.). **Pensando as instituições: teorias e práticas em Educação**. Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 109-136.

GARCIA, Durval. Entrevista. **A UFU no imaginário social**. Uberlândia, MG, 1988. pp.10-18.

GAROTTI, Ilar. **O momento da criação das faculdades**. (Mimeo).

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**, v. 1. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.

_____. **A ditadura escancarada**. V. 2. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.

_____. **A ditadura derrotada**. V. 3. São Paulo: Companhia da Letras, 2003.

_____. **A ditadura encurralada**. V. 4. São Paulo: Companhia da Letras, 2004.

GATTI JÚNIOR, Décio. Apontamento sobre a pesquisa histórico-educacional no campo das instituições escolares. In: **Cadernos de História da Educação**. v. 1. n. 1. jan/dez. 2002.

_____. Reflexões teóricas sobre a História das instituições educacionais. **Revista Ícone**. Uberlândia: UNIT, v. 6, n. 2, jul-dez, 2000. p. 131-147.

GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo; ARAUJO, José Carlos Souza; GONÇALVES NETO, Wenceslau. **História e memória educacional: a construção de uma História das instituições educativas brasileiras**. 1996, (mimeo).

GATTI JR, Décio & INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs). **História da Educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EdUFU, 2005.

GATTI JR. et al. **História e memória educacional: gênese e consolidação do ensino escolar no triângulo mineiro**. In: **História da Educação**. (Associação Sul-rio-grandense de Pesquisadores em História da Educação). Pelotas, UFPel, n.2, pp. 5-27, set. 1997.

GERMANO, José Wellington. **Estado militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1993.

- GIANNOTTI, José Arthur. **Universidade em ritmo de barbárie.** 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOMES, Aguinaldo Rodrigues; WARPECHOWSKI, Eduardo Morais; SOUSA NETTO, Miguel Rodrigues (Orgs.) **Fragments imagens memórias:** 25 anos de federalização da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia: EDUFU, 2003.
- GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores:** a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- GONDRA, José Gonçalves. **Artes de Civilizar: Medicina, Higiene e Educação Escolar na Corte Imperial.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.
- GUIDO, Humberto Aparecido de Oliveira. **O problema da linguagem na transição da filosofia humanista para filosofia moderna.** 1997. www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/894/811. Acesso em 12/03/2010.
- HABERMAS, Jurgen. **Positivismo, pragmatismo e historicismo.** In: Conhecimento e interesse: com um novo pósfacio. Zahar: Rio de Janeiro: 1982
- _____. **Para a reconstrução do materialismo histórico.** São Paulo: Brasiliense, 1983.
- HOMBERG, Hans Staden de. **A verdadeira História dos selvagens nus e ferozes devoradores de homens, encontrados no Novo Mundo, América.** Rio de Janeiro: Dantes, 1998.
- IANNI, Octávio. **O ciclo da revolução burguesa no Brasil.** Petrópolis, Vozes, 1984.
- INÁCIO FILHO, Geraldo. **A monografia nos cursos de Graduação.** 3.ed. Uberlândia: EDUFU, 2003.
- _____. **Ordens do dia e Educação política:** da construção à materialização da representação coletiva. Doutorado em História da Educação. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil, 1997.
- INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. **Ensino Superior** – Coletânea de Legislação Básica. Rio de Janeiro. Serviço Gráfico da Fundação IBGE, Brasil.
- KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil:** a arte do disfarce. Rio de Janeiro: Achiame, 1982. 131 p.
- LABROUSSE, Ernest. Introdução. In: GODINHO, Vitoriano Magalhães (Dir.). **A História social:** problemas, fontes e métodos. Lisboa: Edições Cosmos, 1973. (Colóquio da Escola Normal Superior de Saint-Cloud, 15 e 16 de maio de 1965).
- LARRAIN, Jorge. (Verbete). In Tom Bottomore (org). **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988.
- LE GOFF, Jacques. **A História Nova.** Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. **História e memória.** Campinas. Ed. Unicamp, 1990.
- LEMME, Paschoal. **Problemas brasileiros de Educação.** Rio de Janeiro. Editorial Vitória, 1992. 189 p.

- LEMOS, Cristiane Lopes Simão. **Saberes e práticas curriculares:** um estudo do curso de Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação. Uberlândia. 2003.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública:** a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 16. ed. São Paulo: Loyola, 1999. (Col. Educar, v. 1).
- LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. **Memória de si, História dos outros:** Jerônimo Arantes, Educação, História e política em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961. Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2004.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Uma contribuição da História para uma História da Educação.** EM ABERTO. Brasília, v.9, n. 47, jul./dez., 1990. p. 29-35.
- LOURO, Guacira Lopes. **A História (Oral) da Educação:** algumas reflexões. EM ABERTO. Brasília, v.9, n. 47, jul./dez., 1990. p. 21-28.
- LUKÁCS, Georg. **Ontologia do ser social.** São Paulo, Ciências Humanas, 1979, vol. 2.
- MACHADO, Maria Clara Tomaz. , **Uberlândia**, n.4, p. 7-35, jan./jun. 1991.
- _____. **A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês; assistência social institucionalizada, Uberlândia. 1990.** Dissertação (Mestrado) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.
- _____. **Muito aquém do paraíso: ordem, progresso e disciplina em Uberlândia.** História & Perspectivas. Uberlândia, n. 4, p. 37-77, jan./jun., 1991.
- _____. **UFU: a dinâmica de uma história.** In: GOMES, Aguinaldo Rodrigues; WARPECHOWSKI, Eduardo Moraes; SOUSA NETTO, Miguel Rodrigues (Orgs.) **Fragmentos imagens memórias:** 25 anos de federalização da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia: EDUFU, 2003. pp. 27-31.
- MAGALHÃES, Justino. **Um apontamento metodológico sobre a História das instituições educativas.** In: SOUZA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Barbosa. (Org.). **Práticas educativas, culturais e escolares.** São Paulo: Escrituras, 1998. pp. 51-69.
- _____. **Contributo para a História das instituições educativas - entre a memória e o arquivo.** Portugal/Braga: Universidade do Minho (mimeo). 1996.
- _____. **Contributo para História das instituições educativas:** entre a memória e o arquivo. In: FERNANDES, Rogério; MAGALHÃES, Justino (orgs.). Para a História do ensino liceal em Portugal: actas do colóquio do I centenário da reforma de Jaime Moniz (1894-1895). Braga: Universidade do Minho, 1999. p. 63-67.
- MAIEWSKI, Newton Matogrossense. N. Mídia em CD, não paginado.
- MALVIN, E. **Dentistry – an illustrated history.** St. Louis: Mosby, 1985.
- MANACORDA, Mário A. **História da Educação:** da antiguidade aos nossos dias. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1989, 382 pp.
- MANN, Horace. **A Educação dos homens livres.** Tradução de E. Jacy Monteiro. São Paulo: IBRASA, 1963.
- MARTINS, C B. **Ensino pago: um retrato sem retoques.** São Paulo: Cortez, 1988.
- MENEZES, M. C. (org.) (2004). **Educação, memória, História:** possibilidades, leituras. Campinas: Mercado de Letras.

- MESZAROS, I. A Educação para além do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MIARNIAU, Arqués R. **História anecdótica de la Odontología** – a través del arte y de la literatura. Barcelona Salvat, 1945.
- MINAS GERAIS. Lei nº 4257 de 27 de setembro de 1966. Cria uma Autarquia Educacional na cidade de Uberlândia. **Diário do Executivo**, Minas Gerais, Belo Horizonte, n.7, 28 de setembro de 1966.
- MOTT, Luis. **A fuga de escravos através dos anúncios de jornal de Sergipe: 1833-1864**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, n. 29, p. 133-147, 1983-1987.
- NETO, Alfredo Júlio Fernandes. et al. Odontologia. In: HADDAD, A.E. et al. (org). **A trajetória dos Cursos de Graduação na saúde: 1991-2004**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.
- NETO, Odorico Coelho da Costa. **Construção de um modelo curricular para o curso de Graduação em Odontologia a partir de paradigmas estruturais e conjunturais contemporâneos**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Uberlândia, 2006.
- NÓVOA, Antônio. **Inovação e História da Educação**. In: Revista Teoria & Ação, 6, 1992.
- _____. **Para uma História da Educação colonial – Hacia uma historia de La educación colonial**. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1996. 420p. Localização: USP.
- _____. **Um tempo de ser professor**. 2. ed. Lisboa: Ramos, Afonso & Moita, 1991, 17p. Localização: USP.
- _____. **Do mestre-escola ao professor do ensino primário: subsídios para a História da profissão docente em Portugal (século XVI-XX)**. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1986. 64p. II. Localização: USP.
- _____. **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Dom Quixote, 1992. 158p. Nova Enciclopédia, 39 – Temas de Educação, 1. Localização: USP, UNESP, UNICAMP.
- NÓVOA, Antônio e Ruiz Berrio, Julio. (Eds.) **A História da Educação em Espanha e Portugal: investigações e actividades**. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1993. 229 p. 1º Encontro Ibérico de História da Educação, S. Pedro do Sul, Portugal, 24 a 26 de abril de 1992. Localização: USP, UNESP.
- NUCHIS – Núcleo de Pesquisa e Documentação em História e Ciências Sociais. **A História de Uberlândia**. Uberlândia, UFU. 1988. (Mimeo).
- NUNES, Clarice. **História da Educação: espaço de desejo**. In: EM ABERTO. Brasília, v.9, n. 47, jul./dez., 1990. p. 37-45.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. **As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)**. Editora Vozes, Petrópolis, 1978.
- OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. **A escalada política: meu caminho para Brasília**. Rio de Janeiro: Bloch, 1976. v.2.
- _____. **Cinquenta anos em cinco: meu caminho para Brasília**. Rio de Janeiro: Bloch, 1978. v.3.
- _____. **Meu caminho para Brasília: a experiência da humildade**. Rio de Janeiro: Bloch, 1990. v.1.

- _____. **Por que construí Brasília.** Rio de Janeiro: Bloch, 1975.
- OLIVEIRA, Selmane Felipe de. **Crescimento urbano e ideologia burguesa: estudo do desenvolvimento capitalista em cidades de médio porte: Uberlândia – 1950/1985.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFF, 1992.
- _____. **Crescimento urbano e ideologia burguesa: estudo do desenvolvimento capitalista em cidades de médio porte: Uberlândia – 1950/1985.** Uberlândia: Rápida, 2002.
- _____. **Minas Gerais na ditadura militar:** lideranças e práticas políticas (1971-1983). Uberlândia: Rápida 2001.
- PAIN, Antônio. **História das ideias filosóficas no Brasil.** Convivium São Paulo. 1984.
- PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil.** São Paulo: Loyola, 2003.
- PARO, Vitor Henrique. Políticas educacionais: considerações sobre o discurso genérico e a abstração da realidade. In: **Escritos sobre Educação.** São Paulo: Xamã, 2001. p. 121-139.
- PATTO, Maria Helena. **Introdução a psicologia escolar.** São Paulo. 2 ed. Queiroz. 1991. 430 p.
- PEREIRA, Antônio Pacífico. APUD, MAGALHÃES, Fernando. **O Centenário da Faculdade de Medicina de Pernambuco 1832 - 1932.** Rio de Janeiro Tip. A. P. Barthel, 1932.
- PEREIRA, Luiz. **Trabalho e Desenvolvimento no Brasil.** Tese de Livre Docência. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. 1965.
- _____. **A Escola Numa Área Metropolitana:** Crise e Racionalização de uma Empresa Pública de Serviços. São Paulo: Pioneira, 1967.
- _____. **O Magistério Primário Numa Sociedade de Classes – Estudo de uma ocupação em São Paulo.** São Paulo: Pioneira, 1969.
- _____. **Rendimento e Deficiências do Ensino Primário Brasileiro.** CRPE/SP, Deps, OS, Caixa 1, doc. 1-21, fl.522, p.1, 1959.
- PEREIRA, Wander. **As representações e práticas sociais acerca da gênese da Faculdade de Odontologia de Uberlândia (1966-1978).** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, 2006.
- PINTO, Álvaro Vieira. **A questão da universidade.** Rio de Janeiro: Editora Universitária/UNE, 1962.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a História oral diferente. In : **Projeto História :** cultura e representação. São Paulo: Educ, (14), Fev. 1997. pp. 25-39.
- POULANTZAS, Nicos. Sobre a burocracia e as elites. In: _____. **Poder político e classes sociais.** São Paulo: Martins Fontes, 1986. p. 319-354.
- PRIETO, Élisson César. **Os desafios Institucionais e Municipais para implantação de uma cidade universitária:** o Campus Glória da Universidade Federal de Uberlândia. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia- UFU, Uberlândia, 2005.
- PUGA DE SOUSA, Vera Lúcia. **UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA:** Projetos e perspectivas para o ensino de qualidade. In: GOMES, Aguinaldo Rodrigues; WARPECHOWSKI, Eduardo Moraes; SOUSA NETTO, Miguel Rodrigues (Orgs.)

- Fragmentos imagens memórias:** 25 anos de federalização da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia: EDUFU, 2003. pp. 60-64.
- REALE, Giovanni e ANTISERI, Dario. **História da filosofia:** do romantismo até nossos dias. São Paulo: Edições Paulinas, 1991. pp. 829-836.
- REIS, Simone Maria de Ávila Silva. **O desenvolvimento da disciplina de clínica integrada da Faculdade de Odontologia da UFU (FOUFU) e sua contribuição para a integração do ensino odontológico.** Dissertação de Mestrado. Uberlândia: Centro Universitário do Triângulo - UNIT, 2002.
- RESENDE, Vera Lúcia. **A História da Odontologia.** Belo Horizonte: UFMG, 1994.
- REZENDE, Marilza Abrahão Pires de. **A Educação mineira nos anos 60/70.** Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- RIBEIRO, E. **A Construção da Universidade Federal de Uberlândia e suas articulações com a Educação Fundamental, através das Memórias de seus atores.** São Paulo, Dissertação (Mestrado), PUC. São Paulo, 1995.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **Introdução à História da Educação Brasileira.** São Paulo: Cortez e Moraes, 1978. (Coleção Educação Universitária)
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **A organização escolar.** Campinas-SP: Autores Associados, 2000.
- RIBEIRO, Sergio Costa. **A Educação e a inserção do Brasil na modernidade.** Brasília. 1992.
- RODRIGUES, Jane de F. S. **Trabalho, “Ordem e Progresso”:** uma discussão sobre a trajetória da classe trabalhadora überlandense. O setor de serviços. 1924-1964. 1989. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1989.
- ROMANELLI, Otaísa de Oliveira. **História da Educação no Brasil.** Petrópolis, Vozes. 2000.
- SAIU Decreto aprovando estatutos da autarquia. **Correio de Uberlândia.** Uberlândia, 19 de janeiro de 1968. p.1.
- SALAZAR, Aparecida Portilho. **Projeto Conte Comigo.** Uberlândia. Eduf. 1995.
- SAMICO, Armando. **A profissão odontológica no Brasil:** Comentários à legislação vigente. Recife, Trab. ainda não publicado, 1992.
- SAMUEL, R. Desprofesionalizar la historia. **Debats**, Valencia, n.10, p.70, dic. 1984.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1989), **Da Ideia da Universidade à Universidade de Ideias, Revista Crítica de Ciências Sociais**, 27/28.
- SAVIANI, Dermeval. O debate teórico-metodológico no Campo da História e sua Importância para a pesquisa educacional. In: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (orgs.). **História e História da Educação:** o debate teórico-metodológico atual. São Paulo: HISTEDBR; Autores Associados, 1998. p. 7-15.

- _____. Análise crítica da organização escolar brasileira através das leis 5.540/68 e 5.692/7. In: SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 7. ed. São Paulo/Campinas: Cortez/Autores Associados, 1986. p. 133-155.
- SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1983.
- _____. Educação brasileira: problemas. In: **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 8. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986. p. 120-132.(Col.Educação.contemporânea).
- _____. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 8. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003. (Col. Educação contemporânea).
- SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (orgs.). **História e História da Educação**: o debate teórico-metodológico atual. São Paulo: HISTEDBR; Autores Associados.
- SCHAFF, Adam. **História e verdade**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- SCHULTZ, T. W. **O valor econômico da Educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- SILVA, Vitorino Alves da., GUIMARÃES, Eduardo Nunes *et al*. **Aglomeração Urbana de Uberlândia (MG)**: Formação Sócio-Econômica e Centralidade Regional. In: HOGAN, Joseph, et al (orgs.) Migração e ambiente nas Aglomerações Urbanas. Campinas: Núcleo de Estudos Popacionais/UNICAMP, 2001.
- SIMSOM, O.R. de M. von. (org.). **Os desafios contemporâneos da História Oral**. Campinas:Centro de Memória – UNICAMP. 2004.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil - de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SOARES, Beatriz Ribeiro. **Uberlândia**: da “Cidade Jardim” ao “Portal do Cerrado” – Imagens e Representações no Triângulo Mineiro. Tese de Doutorado – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Orientadora: Prof. Dra. Amália Inês Geraiges de Lemos. São Paulo, 1995.
- _____. Uberlândia: anotações sobre o seu crescimento urbano. **Cadernos de História - Especial**, Uberlândia, v. 4, n. 4, , p. 49-62, jan. 93.
- _____. Uberlândia: da boca do sertão à cidade jardim. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, n. 18, p. 95-123, jul./dez.97.
- SOUZA, Rainer. **Democracia e Populismo**. Brasil Escola - www.brasilescola.com/historiab/democracia-populismo.htm. Acesso em 08/12/2011.
- SOUZA, Jos, Alves de. A Universidade e o ensino da Odontologia no Brasil. In: **Rev. Bras.Odontol.**; 39(5): 41-44, set-out.1982.
- STARLING, Heloísa Maria Murgel *et al*. **Odontologia**: História restaurada. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- STOPPINO, Mário. in: BOBBIO N. *et al*: **Dicionário de Política**, Brasília, Editora da UNB, 1986.
- STRAUMANN, Patrick (Org.). **Rio de Janeiro**: cidade mestiça. São Paulo: Companhia das letras, 2001.
- TAMBARA, Elomar. Problemas teórico-metodológicos da História da Educação. In: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (orgs.).

- História e História da Educação:** o debate teórico-metodológico atual. São Paulo: HISTEDBR; Autores Associados, 1998. p. 79-87.
- TEIXEIRA, Tito. **Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central.** Uberlândia: Uberlândia Gráfica Ltda. 1970.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** História oral. Rio de Janeiro: Paz e terra. 1998.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Um pouco de nossa História.** http://www.medicina.ufrj.br/colchoes.php?id_colchao=1, acessado em 15 de agosto de 2011.
- UNIVERSIDADE Fator de Progresso. **TRIBUNA DE MINAS,** Uberlândia, 25/10/1977, p. 01.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Odontologia 10 anos de ensino e participação.** Uberlândia. 1980.
- _____. **Regimento Interno da Faculdade de Odontologia da AEU,** 1970. p.2.
- UnU FEDERALIZADA. **TRIBUNA DE MINAS.** Uberlândia. 31/05/1978.
- VELLOSO, Jacques R. (org.). **Universidade pública** – política, desempenho, perspectivas. Campinas: Papirus, 1991.
- VEYNE, Paul. Foucault revoluciona a História. In: _____. **Como se escreve a história.** 4. ed., Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora da UnB, 1988. (p. 237-285)
- VIDAL, Diana G. (org). **Grupos Escolares:** cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: Mercado de Letras, 2006.
- VIEIRA FILHO, Geraldo. **O Ensino Superior no município de Uberlândia – 1957-1978:** o papel das lideranças locais e do Governo Federal. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1993.
- VON SIMSON, O. R. de M. **Laboratório de História Oral.** Centro de Memória da Unicamp, DECISAE – Faculdade de Educação, Campinas Unicamp. 2004.
- WARDE, Mirian Jorge. Contribuições da História para a Educação. **EM ABERTO.** Brasília, v.9, n. 47, jul./dez., 1990. p. 3-11.
- WEREBE, Maria José Garcia. **Grandezas e Misérias do Ensino Brasileiro.** São Paulo, DIFEL, 1963.
- WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura.** Rio de Janeiro: Zahar. 1979.
- _____. **O conceito de universidade.** Brasília: Universidade de Brasília. 1981.
- _____. **Cultura.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.
- _____. Questões teóricas e de método: a Histórias da Educação nos marcos de uma História das disciplinas. In: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (orgs.). **História e História da Educação.** São Paulo: Autores Associados/ HISTEDBR, 1998. p. 88-99.
- XAVIER, Andréa Lemos, **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da saúde no Brasil (1932-1930)** Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz – (<http://www.coc.fiocruz.br/observatoriohistoria/verbetes/escancimerj.pdf>), 2011.

XAVIER, Maria Elizabeth Sampaio P. **Poder político e Educação da elite.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1980.

ANEXOS

ANEXO – LEGISLAÇÃO

Principais Leis e Decretos

DECRETO N. 20.862 – DE 28 DE DEZEMBRO DE 1931

Regula o exercício da odontologia pelos dentistas práticos, de acordo com o parágrafo único, do art. 314 do decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1931.

O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, de conformidade com o art. 1º do decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, DECRETA:

Art. 1º Somente poderão exercer a profissão de dentistas práticos aqueles que tendo trabalhado três anos, no mínimo, em arte dentária, forem aprovados nos exames de habilitação ou que satisfizerem as condições do art. 8º deste decreto e após a necessária licença do Departamento Nacional de Saúde Pública, ou das repartições sanitárias estaduais.

Art. 2º Para esse fim haverá duas únicas épocas de exames com intervalo de seis meses, podendo o candidato reprovado primeira inscrever-se na época seguinte.

Art. 3º Os candidatos aprovados terão uma licença permanente que só será cassada mediante prova de responsabilidade criminal no exercício de sua atividade profissional.

Art. 4º As bancas examinadoras serão compostas de três professores da Escola de Odontologia oficial ou a esta equiparada, cuja designação será solicitada pelo Departamento Nacional de Saúde Pública e nos Estados pelos diretores de serviços sanitários.

As provas dos exames serão prático-oraís, sobre ponto sorteado, podendo, entretanto, o candidato ser arguido sobre qualquer assunto relativo à prática dentária.

Art. 5º O requerimento de exame de habilitação será feito ao diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública e nos Estados aos respectivos diretores dos serviços sanitários.

Para requerer exame de habilitação deverá o candidato apresentar:

a) prova de que exerce a profissão há mais de três anos;

- b) atestado de vacinação contra a varíola e de que não sofre de moléstia contagiosa nem de defeito físico incompatível com o exercício da profissão;
- c) certificado de bom comportamento e idoneidade moral;
- d) certidão de idade ou documento equivalente podendo ter mas de 21 anos.

Art. 6º Os programas dos exames serão aprovados pelo Departamento Nacional de Saúde Pública e publicados com antecedência de três meses da época designada para os mesmos.

Art. 7º As taxas de exames e do alvará de licença para exercício da profissão serão determinadas pelas repartições sanitárias estaduais ou da União.

Art. 8º Os dentistas práticos, que provarem ter mais de dez anos de exercício ininterrupto da profissão ficam dispensados do exame de habilitação devendo, porém, apresentar atestados a que se referem as alíneas b e c do art. 5º, para que possam continuar a exercer a profissão nos Estados, a juízo das autoridades sanitárias respectivas.

Art. 9º A localização dos dentistas práticos licenciados de acordo com o presente decreto, obedecerá às seguintes condições:

- a) os que residirem e exercerem a profissão há mais de dez anos em uma determinada localidade poderão continuar aí a exercê-la, ainda que na mesma esteja estabelecido algum dentista diplomado;
- b) os que não estiverem nessas condições só poderão se estabelecer em uma localidade onde não haja dentistas diplomados não sendo dada licença a mais de um prático para o mesmo lugar;
- c) uma vez licenciado para uma de determinada localidade, o dentista prático só poderá transferir-se, com licença da autoridade sanitária competente, para outra localidade onde não haja dentista diplomado;
- d) em qualquer destes casos, porém, não poderá o prático licenciado excursionar ou fazer serviço ambulante fora do distrito de sua residência.

Art. 10. Em seus anúncios e placas os práticos habilitados nos termos deste decreto são obrigados a declarar a sua qualidade de dentista práticos licenciados.

Art. 11 A infração de qualquer dos dispositivos do presente decreto será punida com multas de 100\$ a 500\$, dobradas, nas reincidências, sem prejuízo das penalidades criminais em que incorrer todo aquele que exercer a profissão odontológica e cujo gabinete dentário deverá ser fechado compulsoriamente.

Art. 12. A execução e fiscalização destes dispositivos incumbem do Departamento Nacional de Saúde Pública no Distrito Federal ao repartições sanitárias competentes nos Estados.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1931, 110º da Independência e 43º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

LEI N. 1.314 - DE 17 DE JANEIRO DE 1951

Regulamenta o exercício profissional dos Cirurgiões Dentistas

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O exercício da profissão de odontologista, no território nacional, só será permitido aos que se acharem habilitados por título obtido em Escola de Odontologia, oficial ou legalmente reconhecida, devidamente registrado na Diretoria do Ensino Superior e anotado, sucessivamente, no Serviço Nacional da Fiscalização da Medicina e na repartição sanitária estadual competente.

Art. 2º Os cirurgiões dentistas diplomados por Escolas estrangeiras só poderão exercer a profissão no território nacional, apôs revalidação do diploma, de acordo com a leis federais em vigor e respectivo registro na Diretoria do Ensino Superior e posterior anotação no Serviço Nacional da Fiscalização da Medicina e na repartição sanitária estadual competente.

Art. 3º Aquêle que mediante anúncio ou qualquer outro meio se propuser ao exercício da odontologia, sem título devidamente registrado, está sujeito ás penas aplicáveis ao exercício ilegal da profissão.

Art. 4º Constituem atribuições e direitos do cirurgião dentista:

I - praticar todos os processos terapêuticos ou intervenções cirúrgicas, ou as próteses dentárias e buco-máxilo-facial, de sua responsabilidade profissional;

II - prescrever e administrar anestesia local e troncular; prescrever medicamentos de uso externo e especialidades farmacêuticas de uso interno indicados em odontologia, devidamente licenciados pelo Departamento Nacional de Saúde;

III - prescrever e administrar medicação de urgência, quando houver necessidade de evitar ou combater acidentes graves que comprometam a vida de seu paciente;

IV - comunicar á autoridade competente, com a devida urgência, os casos de doenças consideradas de notificação compulsória;

V - manter, anexo ao consultório, laboratório de prótese, aparelhagem e instalação adequadas a pesquisas e análises clínicas relacionadas com os casos específicos de sua especialidade;

VI - atestar estados mórbidos e outros, no setor de sua atividade, profissional;

VII - proceder á perícia odonto-legal em fôro civil, criminal ou trabalhista.

Art. 5º E' vedado ao cirurgião-dentista anunciar:

- I - cura radical ou atestado de cura de determinadas doenças para as quais não haja tratamento seguro, segundo os atuais conhecimentos científicos;
- II - exercício de mais de duas especialidades;
- III - consultas por meio de correspondência pela imprensa, caixa postal, radio ou processos análogos;
- IV - prestação de serviços gratuitos em consultórios particulares;
- V - agradecimentos manifestados, sistematicamente, por clientes;
- VI - preços e outras formas de concorrência desleal: ou
- VII - expor á apreciação pública, seja onde for, trabalhos odontológicos em vitrines ou quaisquer outros meios de propaganda, que atentem contra a ética profissional.

PENALIDADES

§ 1º Se fôr encontrado anúncio que contrarie as disposições desta lei, a autoridade sanitária encarregada da fiscalização do exercício da odontologia intimará o anunciante a observá-las dentro do prazo de 8 (oito) dias.

§ 2º Se decorridos os 8 (oito) dias, continuar a ser publicado o anúncio, será imposta ao infrator pela autoridade que o intimará ao cumprimento da lei a multa de Cr\$ 100.00 (cem cruzeiros) a Cr\$ 1.000.00 (mil cruzeiros), elevada ao dôbro na reincidência.

§ 3º Dentro daquele prazo poderá o interessado pedir reconsideração, sobre a qual a autoridade decidirá no prazo de 8 (oito) dias.

DOS PROTÉTICOS

Art. 6º Os protéticos, cujo exercício profissional se acha regulamentado pela Portaria nº 25 baixada pelo Departamento Nacional de Saúde, em 1943, e, posteriormente pelo Decreto-lei nº 8 345, de 10 de dezembro de 1945, não podem anunciar seus trabalhos profissionais na imprensa leiga, só lhes sendo permitido fazê-lo junto aos cirurgiões-dentistas, através de publicações especializadas.

Art. 7º Aos protéticos aplicar-se-á, no que fôr possível, o disposto no art. 6º desta lei.

DOS DENTISTAS PRÁTICOS LICENCIADOS

Art. 8º Os dentistas práticos licenciados, de acordo com os Decretos ns. 20.862, de 28 de dezembro de 1931, 21.073, de 22 de fevereiro de 1932 e 22.501, de 27 de fevereiro de 1933 poderão fazer qualquer trabalho dentário, sendo-lhe, porém, terminantemente vedadas tôdas as intervenções sangrentas, que não foram simples exodontias na região gengivo-dentária.

Art. 9. Os dentistas práticos licenciados são obrigados a mencionar em seus impressos, anúncios ou placas, o seu nome e a sua qualidade de dentista pratico (ilegível) em letras uniformes e destacadas.

Art. 10. Relativamente a outras formas de propaganda, ao dentista prático licenciado aplicar-se-á o disposto no art. 5º desta lei.

Art. 11. É vedado ao dentista prático licenciado:

I - prescrever e administrar outro gênero de anestesia que não seja a local;

II - prescrever e administrar medicamentos de uso interno;

III - prescrever e administrar medicamentos de uso externo injetável;

IV - ocupar como profissional a partir da data sua publicação desta lei, cargos públicos ou outros em instituições assistências como associações, fundações, preventórios, asilos, casas de saúde, colégios e fábricas.

Art. 12. A infração de qualquer dos dispositivos desta lei, excetuados os do art. 5º, será punida com a multa de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), conforme a sua natureza, a critério da autoridade autuante e sem prejuízo da ação penal.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. Os processos criminais, de que trata esta lei, cabem, por denúncia ao Ministério Público, mediante solicitação do Serviço Nacional da Fiscalização de medicina do Departamento Nacional de Saúde e, nos Estados, da autoridade sanitária competente.

Art. 14 Será apreendido e remetido ao Depósito Público o material existente em consultório odontológico, cujo emprego se verifique por quem não tenha diploma registrado ou pessoa que não esteja devidamente autorizada pela autoridade sanitária competente.

Art. 15. As especialidades farmacêuticas para uso em odontologia e os metais ou agas não preciosos, destinados à confecção de aparelhos protéticos, só poderão ser postos a venda depois de licenciados pelo Departamento Nacional de Saúde.

Art. 16. As autoridades federais só poderão receber imposto relativo ao exercício da profissão de odontologista, mediante a apresentação da prova de achar-se o contribuinte com o diploma registrado e anotado, na forma desta lei.

Art. 17. As carteiras fornecidas pelo sindicato de odontologistas, depois de visadas pelo Serviço Nacional da Fiscalização da Medicina e na repartição sanitária estadual competente, constituem prova de registro do diploma.

Parágrafo único. Nenhuma carteira será visada sem que dela constem o número, data e fôlha do registro feito na Diretoria do Ensino Superior.

Art. 18. O Ministério da Educação e Saúde, dentro de 120 (cento e vinte dias) baixara por intermédio do Departamento Nacional de Saúde, instruções reguladoras da presente lei, nas quais serão estabelecidos os requisitos, exigências e emolumentos para o funcionamento dos consultórios odontológicos e as penalidades cabíveis nos casos de infração. Cabe-lhe aprovar,

dentro do mesmo prazo, as instruções elaboradas pelos Departamentos Estaduais de Saúde e resolver os casos omissos, por analogia com as instruções relativas às profissões correlatas.

Art. 19. A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro 17 de Janeiro de 1951; 130º da Independência e 63º da República.

Eurico G. Dutra.

Pedro Calmon.

Guilherme da Silveira.

LEI N° 3.504, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1958

Institui o "Dia da Saúde Dentária".

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA , faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º É instituído o Dia da Saúde Dentária.

Parágrafo único. As comemorações serão realizadas, em todo o território nacional, a 25 de outubro de cada ano, sob o patrocínio do Serviço Nacional de Educação Sanitária do Departamento Nacional de Saúde, com a colaboração da União Odontológica Brasileira e da Federação Nacional dos Odontologistas.

Art 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1958; 137º da Independência e 70º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Mario Pinotti

LEI N° 5.081, DE 24 DE AGÔSTO DE 1966

Regula o exercício da Odontologia

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA , faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º. O exercício da Odontologia no território nacional é regido pelo disposto na presente Lei.

Do Cirurgião-Dentista

Art 2º. O exercício da Odontologia no território nacional só é permitido ao cirurgião-dentista habilitado por escola ou faculdade oficial ou reconhecida, após o registro do diploma na Diretoria do Ensino Superior, no Serviço Nacional de Fiscalização da Odontologia sob cuja jurisdição, se achar o local de sua atividade.

Parágrafo único. VETADO.

Art 3º Poderão exercer a Odontologia no território nacional os habilitados por escolas estrangeiras, após a revalidação do diploma e satisfeitas as demais exigências do artigo anterior.

Art 4º É assegurado o direito ao exercício da Odontologia, com as restrições legais, ao diplomado nas condições mencionadas no Decreto-Lei nº 7.718, de 9 de julho de 1945, que regularmente se tenha habilitado para o exercício profissional, sómente nos limites territoriais do Estado onde funcionou a escola ou faculdade que o diplomou.

Art 5º É nula qualquer autorização administrativa a quem não fôr legalmente habilitado para o exercício da Odontologia.

Art 6º Compete ao cirurgião-dentista:

I - praticar todos os atos pertinentes a Odontologia, decorrentes de conhecimentos adquiridos em curso regular ou em cursos de pós-graduação;

II - prescrever e aplicar especialidades farmacêuticas de uso interno e externo, indicadas em Odontologia;

III - atestar, no setor de sua atividade profissional, estados mórbidos e outros;

IV - proceder à perícia odontolegal em fôro civil, criminal, trabalhista e em sede administrativa;

V - aplicar anestesia local e truncular;

VI - empregar a analgesia e a hipnose, desde que comprovadamente habilitado, quando constituírem meios eficazes para o tratamento;

VII - manter, anexo ao consultório, laboratório de prótese, aparelhagem e instalação adequadas para pesquisas e análises clínicas, relacionadas com os casos específicos de sua especialidade, bem como aparelhos de Raios X, para diagnóstico, e aparelhagem de fisioterapia;

VIII - prescrever e aplicar medicação de urgência no caso de acidentes graves que comprometam a vida e a saúde do paciente;

IX - utilizar, no exercício da função de perito-odontólogo, em casos de necropsia, as vias de acesso do pescoço e da cabeça.

Art 7º. É vedado ao cirurgião-dentista:

- a) expor em público trabalhos odontológicos e usar de artifícios de propaganda para granjear clientela;
- b) anunciar cura de determinadas doenças, para as quais não haja tratamento eficaz;
- c) exercício de mais de duas especialidades;
- d) consultas mediante correspondência, rádio, televisão ou meios semelhantes;
- e) prestação de serviço gratuito em consultórios particulares;
- f) divulgar benefícios recebidos de clientes;
- g) anunciar preços de serviços, modalidades de pagamento e outras formas de comercialização da clínica que signifiquem competição desleal.

Dos Peritos-Odontológicos Oficiais

Art 8º. VETADO.

I - VETADO.

II - VETADO.

Dos Dentistas Práticos Licenciados

Art 9º VETADO.

a) VETADO.

b) VETADO.

c) VETADO.

d) VETADO.

e) VETADO.

Art 10 VETADO

Parágrafo único. VETADO.

Art 11. VETADO.

Disposições Gerais

Art 12. O Poder Executivo baixará decreto, dentro de 90 (noventa) dias, regulamentando a presente Lei.

Art 13. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o Decreto-Lei nº 7.718, de 9 de julho de 1945, a Lei nº 1.314, de 17 de janeiro de 1951, e demais disposições em contrário.

Brasília, 24 de agosto de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Raymundo Moniz de Aragão

L. G. do Nascimento e Silva

Raymundo de Britto

LEI Nº 5.081, DE 24 DE AGOSTO DE 1966

Regula o exercício da Odontologia

(Publicada no Diário Oficial - Seção I - Parte I - de 26 de agosto de 1966 e retificado no Diário Oficial de 4 de setembro de 1966)

Retificação

Na página 9.843, 1ª coluna, no artigo 2º,

ONDE SE LÊ:

.. de Fiscalização da Odontologia, sob cuja jurisdição se achar o local de sua atividade.

LEIA-SE:

.. de Fiscalização da Odontologia, na repartição sanitária estadual competente e inscrição no Conselho Regional de Odontologia sob cuja jurisdição se achar o local de sua atividade.

LEI N° 6.215, DE 30 DE JUNHO DE 1975

Altera a redação do item III do Artigo 6º da Lei nº 5.081, de 24 de agosto de 1966, que "Regula o exercício da Odontologia".

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA , faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º O item III do Art. 6º da Lei nº 5.081, de 24 de agosto de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º Compete ao cirurgião-dentista:

III - atestar, no setor de sua atividade profissional, estados mórbidos e outros, inclusive, para justificação de faltas ao emprego."

Art 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de junho de 1975; 154º da Independência e 87º da República.

ERNESTO GEISEL

Arnaldo Prieto

Paulo de Almeida Machado

DECRETO-LEI N° 762, DE 14 DE AGOSTO DE 1969

DOU de 15/08/1969 (nº 155, Seção I-Parte I, pág. 6.945)

Autoriza o funcionamento da Universidade
de Uberlândia e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968;

considerando que a Reforma Universitária apenas a título precário e transitório admite a presença da escola isolada no sistema do ensino superior do País;

considerando a conveniência de alcançar uma aplicação mais econômica e rentável dos investimentos destinados à formação de recursos humanos necessários ao desenvolvimento; e considerando o disposto no artigo 10, e seu Parágrafo único, da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e no artigo 3º do Decreto-Lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969; decreta:

Art. 1º - Fica autorizado o funcionamento da Universidade de Uberlândia, com sede na cidade do mesmo nome, Estado de Minas Gerais.

§ 1º - A Universidade de que trata este artigo será uma fundação de direito privado com autonomia didática, científica, administrativa, financeira e disciplinar, nos termos da legislação federal e dos seus estatutos.

§ 2º - O Presidente da República designará o representante da União nos atos constitutivos da fundação.

Art. 2º - São fins da Universidade de Uberlândia a realização e o desenvolvimento da educação de nível superior, a pesquisa e o estudo em todos os ramos do saber, e a divulgação científica, técnica e cultural.

Art. 3º - Integrarão a Universidade de Uberlândia, inicialmente, as seguintes unidades:

I - Faculdade Federal de Engenharia (Lei nº 3.864-A, de 24 de janeiro de 1961; Lei nº 4.170, de 5 de dezembro de 1962; e Decreto-lei nº 379, de 23 de dezembro de 1968);

II - Faculdade de Direito de Uberlândia (Decreto números 47.732, de 2 de fevereiro de 1960, e 52.831, de 14 de novembro de 1963);

III - Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia (Decretos nºs 1.842, de 5 de dezembro de 1962; 59.447, de 3 de novembro de 1966; e 58.656, de 16 de junho de 1966);

IV - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia (Decretos nºs 47.736, de 2 de fevereiro de 1960, e 53.477, de 23 de janeiro de 1964);

V - Conservatório Musical de Uberlândia (Decreto nº 61.479, de 5 de outubro de 1967).

§ 1º - Os estabelecimentos de ensino de que trata este artigo passam a denominar-se, respectivamente, Faculdade Federal de Engenharia, Faculdade de Direito, Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e Faculdade de Artes.

§ 2º - A Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia, deverá integrar a Universidade de Uberlândia, assim que venha a ser legalmente reconhecida (Decreto nº 62.261, de 14 de fevereiro de 1968).

§ 3º - Por deliberação do Conselho Universitário a Universidade poderá promover a criação de novas unidades, respeitado o disposto na Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.

Art. 4º - O patrimônio da Universidade de Uberlândia será constituído:

I - do patrimônio das instituições, com os de suas entidades mantenedoras, que a ela se incorporem;

II - dos bens e direitos que vier a adquirir;

III - das doações que receber;

IV - de outras incorporações que resultarem dos trabalhos realizados pela Universidade.

Art. 5º - São recursos financeiros da Universidade de Uberlândia:

I - as dotações orçamentárias anualmente consignadas no Orçamento da União, para a Faculdade Federal de Engenharia, e outras;

II - as ajudas financeiras de qualquer origem;

III - as contribuições financeiras oriundas de convênio, acordo ou contrato;

IV - os saldos de exercícios financeiros encerrados.

Art. 6º - São transferidos à Universidade de Uberlândia os serviços, servidores e verbas pertencentes ou destinados às instituições de ensino que lhe são incorporadas, mantidos os direitos e vantagens dos atuais professores, auxiliares de ensino e servidores da Faculdade Federal de Engenharia, que continuarão regidos, para esse fim, pela legislação federal em vigor.

Art. 7º - Dentro de 60 (sessenta) e 120 (cento e vinte) dias, respectivamente, a contar da publicação deste Decreto-Lei serão elaborado os estatutos da fundação, para aprovação do Presidente da República e inscrição no Cartório de Pessoas Jurídicas e os estatutos da Universidade, para aprovação do Conselho Federal de Educação, na forma da lei.

Art. 8º - Enquanto não estiverem definitivamente constituídos os órgãos da Universidade, responderá pela Reitoria o atual Diretor da Faculdade Federal de Engenharia.

Art. 9º - Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Tarso Dutra

LEI N° 6.532, de 24 de maio de 1978.

Acrescenta e altera dispositivos no Decreto-lei nº 762, de 14 de agosto de 1969, que
“autoriza o funcionamento da Universidade
de Uberlândia”, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Universidade de Uberlândia, autorizada a funcionar pelo Decreto-lei nº 762, de 14 de agosto de 1969, passa a denominar-se Universidade Federal de Uberlândia, com sede na Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único - A Universidade é uma fundação, com personalidade jurídica de direito privado e gozará de autonomia nos termos da legislação federal e de seu estatuto.

Art. 2º - Além das modificações introduzidas no art. 1º e seu § 1º, os dispositivos do Decreto-lei nº 762, de 14 de agosto de 1969, adiante indicados, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - Integrarão a Universidade Federal de Uberlândia, inicialmente, as seguintes unidades:

I - Faculdade Federal de Engenharia (Lei nº 3.864-A, de 24 de janeiro de 1961; Lei nº 4.170, de 5 de dezembro de 1962; e Decreto-lei nº 379, de 23 de dezembro de 1968);

II - Faculdade de Direito de Uberlândia (Decretos nºs 47.732, de 2 de fevereiro de 1960; e 52.831, de 14 de novembro de 1963);

III - Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia (Decretos nºs 1.842, de 5 de dezembro de 1962; 59.447, de 3 de novembro de 1966; e 58.656, de 16 de junho de 1966);

IV - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia (Decretos nºs 47.736, de 2 de fevereiro de 1960; e 53.447, de 23 de janeiro de 1964);

V - Conservatório Musical de Uberlândia (Decreto nº 61.479, de 5 de outubro de 1967).

§ 1º - As unidades de que trata este artigo e seus §§ 2º e 3º, com vistas à estruturação da Universidade nos moldes preconizados pela legislação do ensino, poderão ser objeto de fusão, desdobramento, transformação e extinção, conforme se dispuser no estatuto e no decreto que o aprovar.

§ 2º - A Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia deverá integrar a Universidade Federal de Uberlândia, assim que venha a ser legalmente reconhecida (Decreto nº 62.261, de 14 de fevereiro de 1968).

§ 3º - Por deliberação do Conselho Universitário, a Universidade poderá promover a criação de novas unidades, respeitado o disposto na Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.

Art. 4º - O patrimônio da Universidade Federal de Uberlândia será constituído:

I - do acervo de bens e direitos das unidades de que tratam os incisos I a V do artigo anterior e seu § 2º;

II - pelos bens e direitos que foram incorporados em virtude de ato dos poderes públicos ou que a Universidade aceitar, oriundos de doação ou legado;

III - pelos bens e direitos que a Universidade vier a adotar;

IV - pelos saldos dos exercícios financeiros anteriores.

Art. 5º- São recursos financeiros da Universidade Federal de Uberlândia:

I - dotação que lhe for anualmente consignada no Orçamento da União;

II - doações, auxílios e subvenções que lhe venham a ser feitos ou concedidos pela União, Estados e Municípios ou por quaisquer entidades públicas ou privadas;

III - remuneração de serviços prestados a entidades públicas ou particulares, mediante convênio ou contratos específicos;

IV - taxas, emolumentos e anuidades que forem fixados pelo Conselho Diretor, com observância da legislação específica sobre a matéria;

V - resultado das operações de crédito e juros bancários;

VI - receitas eventuais.

Art. 6º - Serão transferidos à Universidade Federal de Uberlândia a totalidade dos bens patrimoniais das instituições incorporadas nos termos deste Decreto-lei.

Parágrafo único - O Ministério da Educação e Cultura adotará as medidas administrativas necessárias à integração dos bens patrimoniais previstos neste artigo, providenciando, inclusive, a transcrição, no Cartório competente, das respectivas escrituras de doação, comodato ou cessão."

Art. 3º - A Universidade Federal de Uberlândia prestará contas de sua gestão financeira ao Tribunal de Contas da União e quando receber dotações, subvenções ou auxílios dos Estados e Municípios, obedecerá à legislação destes na comprovação das despesas efetuadas.

Art. 4º - Ficam resguardados os direitos e vantagens dos professores, auxiliares de ensino e demais servidores que, à data da promulgação do Decreto-lei nº 762, de 14 de agosto de 1969, prestavam serviços à Faculdade Federal de Engenharia, os quais comporão Quadro Suplementar da Universidade, continuando a ser regidos pela legislação federal, salvo o direito de opção para o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Parágrafo único - A critério da Universidade, poderão os professores e servidores das demais unidades incorporadas ser aproveitados, respeitando-se-lhes os direitos e vantagens adquiridos.

Art. 5º - O Reitor e o Vice-Reitor da Universidade Federal de Uberlândia, obedecidas as disposições do art. 16 e parágrafos da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, serão nomeados pelo Presidente da República.

Parágrafo único - Na forma do estatuto, ao Reitor incumbe dirigir todas as atividades da Universidade, executando a política geral da instituição em cumprimento às deliberações do Conselho Diretor e representar a Universidade em juízo ou fora dele.

Art. 6º - A Universidade gozará da imunidade prevista no art. 19, inciso III, alínea e da Constituição Federal, ficando isenta, também, de contribuições parafiscais (inclusive as da previdência social, parte do empregador).

Art. 7º - Os bens e direitos da Universidade serão utilizados ou aplicados exclusivamente para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados os imóveis e os bens que forem gravados de inalienabilidade, sem prévia autorização, obedecidas, também, as disposições da Lei nº 6.120, de 15 de outubro de 1974.

Parágrafo único - No caso de extinguir-se a Universidade, os bens que lhe forem cedidos, dados em comodato, ou doados com a cláusula de inalienabilidade, reverterão aos seus respectivos cedentes, comodantes ou doadores, e os demais serão incorporados ao patrimônio da União.

Art. 8º- Os cursos ministrados pelas unidades incorporadas à Universidade, a esta se integram, definitivamente, não se desvinculando mesmo na ocorrência da hipótese prevista no parágrafo único do artigo anterior.

Art. 9º Os atuais estatutos da Fundação e da Universidade aglutinar-se-ão a fim de se adaptarem, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, às disposições desta Lei e das normas do ensino em vigor.

Art. 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 - Revogam-se o Decreto-lei nº 1.275, de 19 de junho de 1973, e demais disposições em contrário.

Brasília, em 24 de maio de 1978; 157º da Independência e 90º da República.

Ernesto geisel

Ney Braga

João Paulo dos Reis Velloso

LEI N° 10.465, DE 27 DE MAIO DE 2002

Institui o dia 25 de outubro como "Dia Nacional da Saúde Bucal".

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

FAÇO SABER QUE O CONGRESSO NACIONAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica instituído o dia 25 de outubro como "Dia Nacional da Saúde Bucal".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de maio de 2002; 181º da Independência e 114º da República. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Barjas Negri

APENDICE - QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO – 01

Questionário direcionado aos ex-alunos das primeiras turmas de Odontologia da FOU (1973-1978)

1^a. Etapa: Qualificação do entrevistado

- a) Nome;
- b) Nome e profissão dos pais;
- c) Local de nascimento, local de moradia e classe social em 1970;
- d) Percurso escolar desde o início das atividades escolares até o ingresso na FOU.

2^a. Etapa: Questionário acerca da FOU.

- e) Depois de formado como foi o ingresso no mercado de trabalho correspondeu às suas expectativas?
- f) O que representava para o senhor ter uma Faculdade de Odontologia em Uberlândia?
- g) O que significou/representou a Escola de Odontologia em sua vida profissional?
- h) O que significou/representou o Curso de Odontologia para você?
- i) Para sua família, como foi visto o Curso de Odontologia?
- j) Como foi visto o Curso de Odontologia pela comunidade überlandense?
- k) A Escola de Odontologia trouxe alguma modificação na sociedade überlandense? Modificou alguma coisa? Em que?
- l) Para o senhor a criação da Escola de Odontologia veio atender a interesses de quem? Para que? Para quem?
- m) Para o senhor quem promoveu a criação do curso de Odontologia?

Questionário direcionado às funcionárias

1^a. Etapa: Qualificação do entrevistado

- a) Nome;
- b) Nome e profissão dos pais;
- c) Local de nascimento;
- d) Classe social a que pertencia em 1970;
- e) Qual o tempo de vínculo com a Faculdade de Odontologia;
- f) Qual sua área de atuação;
- g) Como foi o percurso escolar.

2^a. Etapa: Questionário acerca da FOU

- h) Como foi o começo do trabalho na FOU?
- i) Como foi a carreira profissional?
- j) O que representava, para você, ter uma Faculdade de Odontologia em Uberlândia?
- k) O que significou a Escola de Odontologia na sua vida profissional?
- l) Como foi visto o Curso de Odontologia pela comunidade überlandense?
- m) Você acha que a FOU trouxe alguma modificação em Uberlândia?
- n) Para você, a criação da FOU veio atender a interesses de alguém, de quem?
- o) Quem promoveu a criação do Curso de Odontologia em Uberlândia?

Questionário direcionado a ex-paciente da Policlínica nos seus primeiros tempos

1ª. Etapa: Qualificação do entrevistado

- a) Nome;
- b) Nível de escolaridade atual;
- c) Data de nascimento;
- d) Nome e profissão dos pais;
- e) Local de nascimento;
- f) Classe social em 1970;
- g) Profissão atual.

2ª. Etapa: Questionamento acerca da FOU

- h) Em que ano você recebeu atendimento na Policlínica da FOU? Como você ficou sabendo da possibilidade de receber tratamento odontológico naquela Policlínica?
- i) Você pagou algum valor pelo tratamento? Se sim, qual foi? Era elevado?
- j) Que tipo de tratamento você fez? Que tipo de tratamentos eram oferecidos?
- k) Quem te atendeu? Foram alunos? Atendiam em dupla?
- l) A senhora ficou satisfeita com o atendimento? Foi bem atendida? Correspondiam as suas expectativas?
- m) E os outros pacientes pertenciam a qual classe social?
- n) O que representou/significou a criação da FOU para você? Modificou alguma coisa para você ter uma Faculdade de Odontologia em Uberlândia?
- o) Algum dos seus familiares e conhecidos também recebeu tratamento na Policlínica da Odontologia?
- p) Como a comunidade überlandense via: 1º) A Faculdade de Odontologia, 2º) Os dentistas da cidade e 3º) os alunos da Escola de Odontologia?
- q) Tem alguns acontecimento/notícia que você viu ou ouviu falar da FOU que te chamou atenção, na época de 1970?
- r) O que representou para você ter uma Faculdade de Odontologia em Uberlândia?

Os questionários direcionados ao ex-Reitor da UnU, Juarez Altafin e aos políticos Homero Santos e Rondon Pacheco, foram formulados orientados pelas questões apresentadas acima, porém, adaptados de acordo com a disponibilidade de tempo de cada um, e, relacionando as perguntas ao cargo exercido e a participação administrativo-política do depoente, no contexto da criação da Faculdade de Odontologia de Uberlândia.

ENTREVISTAS

PRIMEIRA ETAPA

Entrevista nº01

Entrevistado: Gaspar Paulino

Qualificação Prévia: cirurgião dentista, ex-aluno da 3^a turma – 1975; Especialista em Endodontia pela Associação Brasileira de Odontologia em 1998; Ex-Presidente do Diretório Acadêmico Homero Santos

Nome da Mãe: Maria José de Jesus

Nome do Pai: José Paulino da Silva

Local de Nascimento: Rio Paranaíba MG

Classe social a que pertencia na época do curso: classe baixa

Realizada em Uberlândia, dia 05/03/2005

P: Pergunta

R:Resposta

P: Senhor Gaspar, como começou a Faculdade de Odontologia?

R: Quando criou a Autarquia, eu imagino assim, que eles pensavam que ia ter dinheiro pra fazer uma Universidade do jeito que o Homero Santos idealizou. Eu imagino que seria assim: a primeira Universidade Estadual em Minas Gerais sabe, a intenção parece que era essa. Então, conforme eu te falei da outra vez⁷⁵, eles tentaram fazer isso em parceria com o dono da UNIUBE, o Mário Palmério na época. Parece que o Mário Palmério passou a perna no pessoal daqui e acabou ficando com a Faculdade para Uberaba, Medicina se não me engano. Agora aqui, quando eles começaram faltou dinheiro sabe.

P: E a Faculdade de Odontologia lá em Uberaba, já existia nesta época?

R: Já, já. Aqui, a primeira Faculdade da Autarquia Educacional de Uberlândia foi a de Odontologia. Se não me engano o primeiro vestibular foi em 1970. Sabe, e tem um fato engraçado, se não me engano, acho que tinha cinquenta vagas e cinquenta e um candidatos, e uma prima da minha mulher foi a que não passou.

P: E foram aprovados 50 candidatos?

R: É. E, agora então fizeram a Odontologia. No início, foi feito assim quase que a toque de caixa, muito rápido, a estrutura ainda não estava pronta, então começou a funcionar lá junto com a Medicina. Então o básico, o 1º ano, a gente fez junto, com a minha turma a Educação Física, Veterinária e a Odontologia. Inclusive, se não me engano, parece que a turma da Veterinária chegou a estudar até o ser humano inteirinho, dissecar, sabe. Então a gente fez o básico, era basicamente o mesmo da Medicina.

P: Ah, então o Sr. cursou o básico do Curso no prédio da Medicina?

R: Foi, foi com a turma da Medicina. A aula era naquele anfiteatro lá, todo mundo junto. Mas daí, depois a turma da Odontologia desceu, né, fazia o básico lá, o primeiro ano e ia lá pra Engenheiro Diniz, aquele prédio que era dos padres, porque ali era um Colégio dos padres. Posteriormente eles doaram aquilo ali para a Autarquia Educacional com a condição de sempre ser Escola. No caso da Veterinária, como era lotada em Tupaciguara, ela foi pra lá.

⁷⁵ O depoente está se referindo as várias conversas informais realizadas com o pesquisador nas quais o entrevistado já havia se reportado a tal fato.

Fazia o básico aqui e o profissional lá. Mas a prefeitura de lá prometeu dar uma infraestrutura. O pessoal da Veterinária contava pra gente, não sei até que ponto isso era verdade, mas pra estudar uma vaca, eles a compraram e punham lá na república deles sabe. O negócio lá foi difícil. Ficou, ficou, até que os alunos disseram que não tinha jeito. A prefeitura não dava apoio e tal e coisa por aí, e a Faculdade voltou pra Uberlândia.

P: E a Odonto, a integralidade do curso já era de 04 anos?

R: Já era quatro anos.

P: Aí um ano estudou lá com a Medicina e o resto...

R: Aqui em baixo. Aí, aconteceu o seguinte: em 73, já estava formando, porque entrou aí 70, 71, 72, 73. Então a primeira turma formou e a Faculdade não foi reconhecida. Então, o que acontecia? O pessoal se formava, a maioria ia embora daqui, chegava lá, não podia trabalhar porque não tinha diploma reconhecido. Foi aquela batalha pra reconhecer a Faculdade. Porque o pessoal do Ministério, veio aqui e fez uma vistoria, não tinha livro quase que nenhum e disseram que desse jeito não tinha condição de ser aprovado. Estou esquecendo de falar da clínica, da policlínica nossa. O pessoal já estava no último ano e não tinha clínica. Sabe, ficava repetindo a matéria teórica. Então, eu não sei bem em que época exata que foi do ano, o Governador Rondon Pacheco doou essa policlínica pra Faculdade, inclusive ficou com o nome da policlínica Governador Rondon Pacheco. Aí o pessoal do último ano, faltando poucos meses pra encerrar o curso é que eles entraram pra clínica. Aprenderam aquilo a toque de caixa mesmo, sabe...

P: A sua turma teve a oportunidade de estar mais perto da clínica ou não?

R: A nossa turma já estava tudo normalizado. Aí veio o problema de reconhecer sabe... Em 73, saiu a primeira turma, e não tinha sido reconhecido - não podia trabalhar. Então o pessoal do Ministério veio aqui e, ah! Não pode funcionar, ser reconhecida, vocês não têm livros. Precisava de um número mínimo de livros. Aí foi uma loucura né. Nós fomos até o Dr. Renato de Freitas, que era o prefeito na época, ver se ele dava uma verba pra gente comprar livros. Ele, esperto que, usando a expressão popular “andou, andou ao redor do toco e não fez nada”. Ele virou pra nós e disse assim: olha, eu faço uma proposta. Nós vamos rifar um carro, pra você ter uma ideia, ele daria uns 200 bilhetes, ao preço x, vamos assim R\$500,00 em dinheiro de hoje. “Aí eu vendo a metade e vocês vendem o resto.” Como é que nós vamos vender o resto, né? Ele é o prefeito. Ele pode falar assim: fulano tem um bilhete aqui, você deixa R\$500,00, ou o que fosse, duzentos, sei lá. Mas era uma quantia pra nós estudantes, fora de cogitação. Era uma maneira educada de sair fora da gente.

P: Os alunos pagavam ou não mensalidade?

R: Pagavam uma mensalidade pequena, quase simbólica. O Estado complementava. O Dioracy Fonterrada Vieira que foi o coordenador do curso aqui em Uberlândia. Ele era vice-reitor da Universidade de São Paulo, era professor de Materiais Dentários. Ele ficava mais pra lá do que aqui. Vinha aqui sempre, não sei se eram duas vezes por mês ou uma vez por mês. Ligamos pra ver o que poderia ser feito. Aí ele falou: olha, eu vou pra Bauru e vou juntar aqui o que for possível e vou levar pra lá. Aí fica mais próximo pra vocês. Aí ele juntou o que pode juntar de livro velho, antigo, lá dentro da USP e alguns novos também. Inclusive ele tinha, era autor de vários livros. Mas precisava de muitos livros mesmo. Ele foi pra Bauru. Lá ele juntou na Universidade mais um tanto e ligou pra nós. Olha pra você ver como a situação era difícil, nós não tínhamos carro pra ir buscar, uma viatura. Por fim o diretor, o Prof. Vadico, conseguiu da Universidade, nessa época não era mais Autarquia...

P: O Prof. Vadico era o diretor?

R: É, o Prof. Vadico. Ele conseguiu uma perua Kombi e nós fomos lá buscar esses livros. Trouxemos todos. Aí o pessoal do Ministério ficou “empurrando a gente com a barriga”.

Foi empurrando, empurrando, acontece que era época do Governo Militar e com eles é “ou vai ou racha né”?! Então, como estava tendo muito problema na Universidade, a gente não saía da casa do comandante do quartel. Eles chamavam a gente lá, mas não com o intuito de prender ninguém não. Eles chamavam lá os presidentes do Diretório Acadêmico, chamava todos. Perguntavam o que estava acontecendo e tal e coisa. Eu me lembro de que tinha um capitão, um oficial deles, ele perguntava pra gente. Vamos supor, pra mim: e a Faculdade de vocês, o que vocês tem a reclamar? Ah, o problema lá é esse, esse e esse. Ele virava e falava assim: Anota aí Paixão. Paixão era o nome de guerra do capitão né. Daí passava pra Educação Física, Engenharia, etc. E falava assim: anota aí Paixão.

P: Mas isto era mais pra fiscalizar?

R: Eles chamavam a gente lá porque eu acho que eles temiam que a gente fizesse manifestação, e naquela época estava proibido. Aquela fase, por volta de 74. Em termos, eram visitas assim, até muito amigáveis sabe. Às vezes, era lá no quartel, mas, às vezes, na casa deles. Mas então, ficamos sabendo que o pessoal do Ministério tava fazendo corpo mole, tinha gente que falava assim: ah!!! Isso aí se não entrar uma grana aí não sai nada não. Eu já estava deixando o Diretório Acadêmico, sabe. Foi nos últimos dias de Diretório Acadêmico. Olha, nós arrumamos os livros, tudo o que o Ministério pediu foi feito. E eles não reconheciam. Na última semana, eu não sei se tenho esta carta aí, mas eu acho que não tenho mais não. Eu fiz uma carta, eu mesmo escrevi muito bem bolada e mandei uma cópia para o Ministério da Educação, uma para o Presidente da República, uma para o Comandante aqui do Exército, e se não me engano eu acho que eu mandei uma pro Dr. Homero Santos. Foram 4 cartas. Fazendo uma denúncia, uma carta ofício mesmo, do que estava acontecendo e que eu não entendia porque eles não reconheciam, já que tudo que eles pediram foi feito. Nós batalhamos e fizemos isso e tal e coisa. Passado, acho que não chegou a uma semana, eu entreguei o Diretório. Naquela semana eu fiz essa denúncia e entreguei o Diretório. Aí, acho que não chegou nem a uma semana. O Homero Santos me ligou lá de Brasília e falou assim: rapaz do céu, eu estava lá pra América Central, e o que que você me aprontou aqui hein? Olha, o negócio aqui enrolou tudo. Aí eu falei: não, eles estavam enrolando a gente. Aí ele falou assim: amanhã o processo vai a votação e já está tudo conchavado lá, vai reconhecer amanhã. Pode ficar tranquilo aí. Então naquela noite, eu e um colega pegamos um carro, era o Helinho, não sei se você conhece, ele trabalha lá no Executivo. Um outro colega nosso emprestou o carro. Nós viajamos a noite inteira. Chegamos lá, fomos lá pro gabinete do Dr. Homero Santos e ele disse: vai ser votado agora de manhã. Ai nós fomos para o Ministério. Lá você acompanha todas as votações sabe. Esse negócio de abertura de Curso, reconhecimento de Curso. É uma sala assim, do tamanho dessa aqui, com umas poltronas. Você não fica dentro da sala não, você fica fora. E fica ali, aqueles delegados lá dentro votando. Nós checamos na pauta de votação, tava lá o reconhecimento da nossa Escola. Aí, será que saí, né?! Foi o último a ser votado. Era mais ou menos uma hora assim, quando terminou a votação. Eu lembro que quando eles deram o voto final, estava reconhecida a Faculdade. Aí nós saímos...

P: Que ano era esse?

R: Nós chegamos aqui a essa hora. Então nós saímos de lá e passamos no gabinete do Dr. Homero, pra conversar com ele, agradecer, dar os parabéns e tal. Chegamos lá, olha pra você ver como é esse povo. Foi votado, nós saímos de lá pra ir no gabinete do Dr. Homero. É próximo lá. Quando nós chegamos no gabinete do Homero, ele já estava com os papéis iguais a estes daqui e falou assim: oh, ta aqui, está reconhecida a sua Faculdade e aqui estão os documentos oficiais. De lá nós ligamos na Faculdade e falamos: oh, foi reconhecida, deu tudo certinho, estamos indo embora, nós vamos chegar aí lá pelas 5 horas da tarde. Chegamos lá em Araguari, entramos na cidade e compramos uma porção de cartolina, pincel atômico e aquelas fitas crepe e pregamos no carro. Agradecendo o Dr.

Homero Santos, que a Faculdade foi reconhecida. Compramos caixas de foguetes e dirigindo esse Karman sabe. Ao chegarmos na Faculdade, o pessoal estava numa festa, num chope, mas você precisava ver, que festa! E eu já cheguei com os papéis na mão e o pessoal gritando, soltando foguete e aquela bagunça. E eles entraram me carregando lá pra dentro e veio o Prof. Vadico que era o diretor. Foi uma festa e no outro dia continuou a festança. É interessante você notar nisso aí o seguinte. Houve uma intervenção na Faculdade por volta de, se não me engano, 73, a Autarquia tinha sido encampada pela Universidade, não era Federal, era Universidade de Uberlândia. Então, quando passou a Autarquia para a Universidade, aquele negócio da Autarquia era tudo um... Não estava de acordo com o esquema da Universidade. Então, eles destituíram o Doutor Laerte que era o diretor. O negócio foi assim: relâmpago. Então eles tiraram o Doutor Laerte, e puseram o Prof. Vadico como Reitor, como diretor pró-tempore. Então o Prof. Vadico Osvaldo Vieira Gonçalves, tido como emérito professor e administrador, foi pra lá com a missão de preparar a Faculdade pra ser reconhecida. Porque no entender do pessoal da Universidade, se não reprogramasse tudo, dentro da Odontologia, ela não poderia ser reconhecida. Então o Prof. Vadico foi pra lá com essa missão, e entrou como diretor pró-tempore.

P: O Prof. Laerte ajudou na criação também? Como foi? Quem foi responsável neste projeto de criação?

R: Na criação, eu acredito que foi o seguinte, o Doutor Laerte, é ele idealizou o curso, certo, ele era relacionado, na época ele era um dos três mais importantes membros da Odontologia. Então ele foi candidato do Dr. Homero Santos pra formalizar a Faculdade. Qual o papel dele nessa história aí? Ele tinha que formalizar a Faculdade. Pra formalizar essa Faculdade, como ele não tinha experiência, então ele chamou o Sr. Dioracy Fonterrada Vieira. Porque o Sr. Dioracy era vice-reitor da USP. Ele deve ter tido um papo mais ou menos assim: olha, nós vamos fazer uma Faculdade em Uberlândia, está começando uma Universidade, nós queremos um negócio de primeira linha, e o Sr. Dioracy se empolgou com a ideia. Ele chegou a escrever até um livro. Sabe um título mais ou menos assim: Como fazer uma Faculdade modelo de Odontologia. Essa Faculdade no conceito do Sr. Dioracy seria a melhor da América Latina. Talvez superior a Bauru. E seria feito do jeito que ele queria, por experiência dele. Então o Dr. Laerte chamou o Prof. Dioracy, e ele convidou os melhores professores da época da USP, Ribeirão, Araraquara, Bauru, e trouxe pra cá. Então os 3 primeiros anos foram só professores super-hiper titulados. Os “10 mais” daquela região lá. Inclusive o próprio diretor de Bauru, Paulo Amarantes, diretor da Faculdade de Bauru, foi um dos professores nossos aqui. Engraçado é que ele foi formado em Uberaba.

P: Antes disso os dentistas que trabalhavam aqui em Uberlândia até então eram formados em Uberaba?

R: Quase todos.

P: Naquela época tinha muitos dentistas “práticos” também?

R: Tinha, tinha muito prático. Vale ressaltar também o seguinte: Uberaba era uma senhora Escola, era uma Escola referência. Vários professores da USP, Araraquara, Bauru, eram formados em Uberaba.

P: Foi da vontade deles, então, abrir uma Faculdade aqui em Uberlândia?

R: Não, já existia assim aquela disputa, né. Você lembra que eu te falei⁷⁶ que o Dr. Homero Santos, queria trazer a primeira faculdade pra cá, né. Queria trazer para o Triângulo Mineiro. Mas no fundo, no fundo, ele queria trazer para Uberlândia. Então fizeram a comissão aqui e juntaram com a turma de Uberaba para dar uma força, ele próprio me falou assim: o pessoal de Uberaba “passou a perna” na turma e levou a Faculdade de

⁷⁶ Novamente, o depoente está se referindo as várias conversas informais realizadas com o pesquisador nas quais o entrevistado já havia se reportado a tal fato.

Medicina pra Uberaba. Aquela Faculdade que tem lá estava programada pra ser aqui. Interessante que há pouco, em conversa com o Sr. Miguel de Oliveira, ex-prefeito de Araguari, contemporâneo do Dr. Homero Santos, me disse: bem feito para o Homero e sua turma, pois a Faculdade de Direito que vocês têm em Uberlândia estava destinada para Araguari. Se o Mário Palmério tomou a Faculdade de Medicina de vocês, este mesmo grupo nos tomou a de Direito. Ressalte-se que naquela época era o maior orgulho ter uma escola superior, daí o motivo de tanta disputa.

P: Então, o planejador foi o Dr. Homero, que já estava articulando este projeto... Ele já era Deputado Estadual?

R: Estadual. Não, ele já era Federal. A ideia original dele, porque nós não tínhamos Universidade na época. Tinha aqui, a Engenharia era Federal, tinha a Medicina, Ciências Econômicas, Filosofia e Direito, tudo particular.

P: E a Odontologia começou subvencionada pelo Governo Estadual?

R: É Estadual. Não era particular. Mas você pagava lá uma mensalidade quase que simbólica. Não era cara. O Estado entrava com uma parcela, com 2/3 mais ou menos. A prova é que o próprio Estado deu a policlínica, mas aí, o sonho do Homero era fazer aqui uma Universidade Estadual, só não concretizou, porque a Autarquia acabou sendo dissolvida e sendo encampada pela Universidade de Uberlândia, aquela época não era Federal. Mas acabou ficando até melhor, porque no final ele conseguiu federalizar a Universidade. Aí ficou melhor, porque a Odontologia, e ao invés de ser Universidade Estadual, ficou Federal, e é bem melhor né.

P: E o Diretório Acadêmico até hoje se chama D.A. Dr. Homero Santos em homenagem a ele. Como que foi isso? Você estava nessa época?

R: Não, não estava.

P: Quando já tinha feito essa homenagem...

R: Foi ele que fundou a Autarquia. Como foi a primeira Faculdade da Autarquia, se fosse a primeira Faculdade a de Educação Física, provavelmente o Diretório Acadêmico iria se chamar Dr. Homero Santos, mas como a Odontologia foi a primeira Faculdade, então ficou com a gente. Então, o nome do diretório foi o nome dele né. Hoje o Diretório Acadêmico não tem tanta expressão política como naquela época. Em Uberlândia só tinha cinco Faculdades. Depois veio a Odontologia, Educação Física e Veterinária.

P: Quando a graduação era obtida em Odontologia o prestígio era maior ainda?

R: Era.

P: Tornava-se realmente doutor?

R: É o Diretório Acadêmico tinha uma expressão política na cidade. A gente se relacionava com o prefeito, deputados, enfim, pessoas da maior alta expressão. Hoje é mais difícil.

P: Com o comandante do quartel era tranquilo?

R: Tranquilo.

P: Não tinha problema de desaparecer aluno devido à ditadura?

R: Se houve, não foi comentado.

P: A Odonto não tinha aluno subversivo?

R: Não. Aqui já estava mais calmo. O problema aqui esteve feio mesmo aí por volta de 64, 65 até o final do ano. Eles pegaram muito aluno, mais de curso secundário, nem de Faculdade era. Pegava um ou outro, mas era muito raro. Você sabe que estudante universitário aqui não era muito subversivo. Na verdade, nosso relacionamento com os militares era até bom sabe.

P: Era mais pra ver se ajudava a reconhecer a Faculdade de Odontologia?

R: É também o interesse nosso era esse.

P: Senão corria o risco de desaparecer, não é?

R: Hahahaha!!!!. Era uma convivência até boa, pacífica. Você veja bem, eu fui selecionado a ADESG naquela época, um Curso super-hiper valorizado. O primeiro Curso que teve da ADESG, eu comentei com o sargento Stulzer que eu tinha vontade de fazer esse Curso da Escola Superior de Guerra. Mas só podia fazer quem tivesse acima de 30 anos. Aí um dia eles me telefonaram. Olha você se tornou um líder entre a turma aí, nós vamos te convidar. Ah, mas eu não tenho 30 anos. Não, pode deixar que nós vamos deixar, você vai fazer o Curso. Então eu estive na primeira turma da ADESG. Eles selecionaram aqui, Ituiutaba e Araguari. Eram as pessoas mais iminentes. Eles chamaram os juízes, promotores, professores das Escolas e empresários de grande expressão na cidade.

P: Qual era o interesse desse vestibular? Era difícil? E quem eram os aprovados nessas provas?

R: o primeiro vestibular selecionou muita gente que já tinha parado os estudos. A Autarquia era pouco conhecida, pouco divulgada, então aparecia pouco candidato. Eu te falei, o primeiro vestibular teve 51 candidatos para 50 vagas. A primeira turma teve muita gente que tinha parado de estudar, gente que fez supletivo, etc.

P: E a classe econômica? Assim, era mesclada?

R: Sim, principalmente as duas primeiras turmas. Era um pessoal, na maioria de nível médio pra baixo. Já a minha turma, foi mais selecionada. Já entrou muita gente nova, que fez o colegial e decidiram fazer Odontologia. Teve pouco, se tiver teve uns cinco de mais idade. A maioria era gente nova. Aí na faixa de 17 a 20 anos. Era a idade normal de se passar no vestibular. Então aí aconteceu uma seleção melhor. Aqui quase não existia escola particular de segundo grau. Tinha o colégio Brasil Central e o Inconfidência. Mas o forte aqui na época era sempre o Estadual. Se tivesse 100 vagas na Engenharia e apresentasse 100 candidatos do Estadual não sobrava pra ninguém. Porque a turma lá era barra pesada mesmo. E como os vestibulares eram projetados, baseados na metodologia do Colégio Estadual, os alunos já sabiam o macete das provas sabe. Na minha turma, por exemplo, já tinha várias pessoas de fora. As duas primeiras tinham pouquíssimas oriundas de outras cidades.

P: A maioria dos alunos das primeiras turmas de Odontologia eram provenientes de Uberlândia?

R: A terceira turma em diante já veio muita gente de fora, principalmente do norte de São Paulo. Aí descobriram a Faculdade. Daí pra frente à proporção foi só aumentando.

Entrevista nº02

Entrevistado: **Ministro Homero Santos**

Curriculum vitae: Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara;

Vice-Presidente do TCU - Anos de 1995/1996

Presidente da Primeira Câmara do TCU - Anos de 1995/1996

Corregedor do TCU - Anos de 1995/1996

Supervisor da Revista do TCU - Ano de 1995/1996

Presidente do TCU - Anos de 1997/1998

Vereador em Uberlândia - Anos de 1954/1962

Professor Universitário – Ano de 1962

Deputado Estadual em Minas Gerais – Anos de 1963/1970

Deputado Federal – Anos de 1971 a 1974/1974 a 1978/1978 a 1982/1982 a 1986 e 1986 a 1988

Nome da Mãe: Juvenília Ferreira dos Santos

Nome do Pai: Manoel dos Santos

Local de Nascimento: Uberlândia

Realizada em Brasília, dia 24/06/2005.

P: Pergunta

R: Resposta

P: Para o Sr. quais os acontecimentos que mais marcaram a História da Criação da Faculdade de Odontologia de Uberlândia?

R: A ideia surgiu com a manifestação de grande interesse da Associação de Odontólogos de Uberlândia, bem como daqueles que não tinham vínculo com a Associação, mas tinham entusiasmo pela melhoria do ensino e que tiveram meu apoio, por projeto de minha iniciativa e autoria, quando Deputado Estadual, com a criação da Autarquia Educacional de Uberlândia, possibilitando assim, a criação de três Faculdades, a saber: Odontologia, Veterinária e Educação Física. Foi um acontecimento muito importante para a nossa região, e teve a participação dos jovens, que efetivamente lutaram para que esta conquista se efetivasse, vindo-me à memória neste momento os nomes dos alunos da época, Alfredo Júlio, Gaspar Paulino, Osmar Alvarenga, e outros que estão hoje, participando efetivamente da vida acadêmica da cidade como professores ou mesmo como excelentes profissionais de odontologia.

P: Por que implantar uma Faculdade de Odontologia em Uberlândia?

R: Como representante de Uberlândia à Assembleia Legislativa, procurei bem desempenhar o mandato continuando a meta que tracei de fazer com que a nossa cidade tivesse uma Faculdade à altura do seu desenvolvimento e dos anseios de tantos jovens entusiastas.

P: Como foi idealizada a Escola de Ensino Superior de Odontologia?

R: Conforme já relatei, foi a soma de um ideal com o conjunto de interesses a favor da cidade, que já se ressentia da falta de uma Faculdade específica de Odontologia, já que nossos jovens eram obrigados a se deslocar para outras localidades para realizarem seus estudos.

P: A Comissão pró-ensino⁷⁷ em Uberlândia, logrou o êxito que desejava?

⁷⁷ No começo da década de 1950, nessa época exercendo o cargo de deputado estadual Homero Santos foi um agente determinante na idealização das faculdades em Uberlândia. No ano de 1957, já como deputado federal, ele estabeleceu uma comissão pró-escolas superiores de ensino, constituindo e realizando palestras na tentativa de impulsionar a implementação de uma Escola de Ensino Superior local. (vide corpo da dissertação p.98).

R: Não tenho a menor dúvida da grandeza que representa hoje a iniciativa que tivemos no sentido de efetivar a criação de Escolas de Ensino Superior, que resultou na Federalização da Universidade, através de projeto de minha autoria na Câmara Federal.

P: Quais as dificuldades encontradas e quais foram os maiores colaboradores para a efetivação do projeto da Autarquia Estadual de Uberlândia, especificamente a Escola de Odontologia?

R: Não tivemos propriamente dificuldades, visto que contamos com a colaboração da classe odontológica da cidade, da sua associação e dos jovens entusiastas da ideia, bem como tivemos o total apoio da Câmara dos Vereadores de Uberlândia e dos intelectuais da cidade. Credito parte do nosso sucesso ao entusiasmo do então Deputado Federal Rondon Pacheco. Entretanto, devo destacar a participação decisiva do então Governador de Minas Dr. Israel Pinheiro, sancionando e determinando a imediata instalação da Autarquia, com a criação de três Faculdades, Odontologia, Veterinária e Educação Física com a participação do Professor Gerson, do Prof. Laerte Alvarenga de Figueiredo, Wilson Ribeiro da Silva e muitos outros que deixo de consignar, uma vez que foram muitos. Devo dizer que hoje a Faculdade vai muito bem, pois possui um competente quadro de professores “um dos melhores do país” e dedicados funcionários. Acredito, e por isto mesmo tenho declarado que o processo de melhoria do ensino odontológico deve continuar, principalmente, na parte social, com perfeito atendimento da população mais carente da cidade e região.

P: Qual o significado dessa Escola Superior de Odontologia para a cidade de Uberlândia?

R: Definitivamente inseriu nossa região no rol daquelas que à época passaram a oferecer Ensino Superior de qualidade para a população. Colocando Uberlândia na vanguarda do ensino superior.

P: A quem e quais interesses a instalação da Faculdade de Odontologia em Uberlândia estaria atendendo, tendo em vista o contexto histórico e político daquela época?

R: O maior beneficiado foi à sociedade, uma vez que a representação política de toda região soube corresponder à expectativa e anseio de todo povo. Destaco que não havia interesse econômico na sua instalação, mas um forte desejo de inserir nossa cidade e região no seletivo (à época) grupo de cidades que ofereciam ensino superior.

Entrevista nº 03

Entrevistado: Paulo César Azevedo

Qualificação Prévia: cirurgião dentista, ex-aluno da 1ª turma – 1973. Doutor em Odontologia pela USP/Bauru; Mestre em Endodontia pela USP/Bauru em 1984, Especialista em Endodontia pela Faculdade de Odontologia de Araraquara; Professor Titular da Universidade Federal de Uberlândia.

Nome da Mãe: Inês Pereira Azevedo, do lar

Nome do Pai: Marcondes Azevedo, farmacêutico.

Local de nascimento: Tupaciguara- MG.

Classe social a que pertencia na época do curso: classe média

Realizada em Uberlândia, dia 21/02/2006.

P: Pergunta

R: Resposta

P: O curso de Odontologia era pago? O Sr. tinha dificuldades para pagá-lo?

R: O curso era pago e eu contava com meu pai para pagar as mensalidades pois na época eu não trabalhava. Não era tão caro, eu acho que hoje as Faculdades cobram um valor mais

alto. Mas naquela época como não tínhamos muita noção do que era o valor, não havia reclamação dos pais: “nossa, essa Faculdade está cara”.

P: Percurso escolar desde o início até o ingresso e a conclusão da Faculdade.

R: Vim para em Uberlândia em 1952, 1953 e cursei o primário no Externato Rio Branco na Av. Princesa Isabel, depois o Ginásio eu fiz no Liceu de Uberlândia que fica na Praça Oswaldo Cruz e depois o colegial eu fiz no Colégio Estadual Bueno Brandão. Depois surgiu o vestibular de Odontologia e eu tinha o segundo colegial e meio, mas passei, eu e uma turminha. Acabamos cursando.

P: Depois de formado, como foi o ingresso no mercado de trabalho? Correspondeu às expectativas?

R: Quando eu formei o mercado de trabalho estava bom. Em Uberlândia era a primeira turma de alunos de Odontologia que se formava, então, o mercado ainda estava aberto. Juntamos uma turma e montamos uma clínica. Contando comigo éramos quatro colegas de turma trabalhando na Clínica Odontológica CAP. E aí nós começamos. Naquela época o mercado de trabalho era melhor que hoje.

P: E a carreira profissional como foi?

R: Eu tinha muitas dúvidas, sentia certa pressão dos pais para não fazer o Curso porque ele era novo, não sabia se daria certo. Mas eu tentei o Curso de Odontologia e caso o mercado de trabalho não fosse tão bom, eu continuaria com o comércio que o meu pai tinha, que era uma drogaria. E, posteriormente, eu fui convidado a trabalhar na Faculdade de Odontologia de Uberlândia. Naquela época ainda era convidado. Então foi o consultório mais a faculdade e como aquela época era mais promissora, com o mercado de trabalho tendo um menor número de dentistas, eu acho que escolhi a profissão correta. Dentro da Odontologia eu trabalho com a área de tratamento de canais, área que eu mais tive aptidão durante meu curso. Nove meses depois de formado surgiu um curso de especialização em Araraquara, em 1974, 1975 que eu fiz. A tendência na época para os professores era que com um curso de especialização você estava feito na vida. Mas a gente sentia que no futuro seria exigida alguma situação de mestrado, foi por isso que eu o fiz em 1981. E na época o mestrado não oferecia vantagem nenhuma ao docente de instituição federal porque não tinha aumento salarial nenhum. Mas mesmo assim eu procurei fazer o mestrado porque parecia ser uma coisa que alimentava a gente, porque eu gostava daquilo que eu fazia que era dar aula e ao mesmo tempo estar mais consciente daquilo que fazia, mais pé-no-chão. Foi uma oportunidade que eu tive de sair, eu fiz em Bauru; e seis anos após eu fiz o doutorado aí nessa época já contava para a Universidade a situação de você ter uma parte, uma porcentagem maior no seu salário para que você tivesse esse estímulo de fazer o Curso.

P: E o professor era contratado, concursado?

R: O professor mais um pouco na frente foi concursado, daí não tinha mais esses convites. Isso aconteceu apenas na primeira, na segunda turma quando ainda era particular. Depois que passou a ser federal já entrou nos moldes da Constituição Federal.

P: O que representava para você ter uma Faculdade de Odontologia em Uberlândia?

R: Naquela época em que fazímos o colegial não tínhamos uma visão porque existiam algumas carreiras universitárias já tradicionais: a Engenharia que já existia em Uberlândia, a Faculdade de Medicina que estava começando, mas a Odontologia surgiu de uma hora para a outra com alguns profissionais, políticos querendo atrair pra cá o curso como, por exemplo, o Homero Santos, o Governador de Minas o Rondon Pacheco, deram um apoio muito grande para formar esse Curso de Odontologia em Uberlândia. O nosso diretório acadêmico de Odontologia chamava-se “Diretório Acadêmico Homero Santos” porque ele foi praticamente o fundador da escola. Nós tivemos a sorte da nossa turma homenageá-lo com o nosso D.A (Diretório Acadêmico) devido ao trabalho que esse profissional, esse

político teve na época para trazer a Faculdade para Uberlândia, pois, até então, a mais próxima daqui era em Ribeirão Preto ou Belo Horizonte, ou Goiânia. Mas não era muito conhecido por nós naquela época em que terminávamos o colegial e começávamos a procurar o que prestar. Para nossa região trazer essa Faculdade foi muito importante e até hoje ela é muito importante para nós.

P: O que significou a Escola de Odontologia em sua vida profissional?

R: Eu tinha uma opção: ou seria comerciante ou não. Como eu já tinha experiência de comerciante dos oito anos de idade até os vinte e três anos quando eu cursava a Faculdade de Odonto e eu trabalhava na drogaria do meu pai. Então eu optei por fazer a Faculdade de Odontologia, e, realmente, achei que o comércio não era pra mim e quando eu cursei a Faculdade eu tive um entusiasmo muito grande porque foi uma área dentro do curso de odontologia que me agradou muito. Os professores nossos vieram, por exemplo, da Faculdade de Odontologia de Bauru, Araraquara, Diamantina. Veio um grupo na época através do coordenador que era o Sr. Assis Vieira da USP, e ele conseguiu congregar vários professores na primeira e segunda turma. Então nós tivemos um incentivo muito grande, pois eram profissionais já ligados à pesquisa e nós como estudantes saídos do colegial, achando que sabíamos alguma coisa, mas na verdade não sabíamos nada, nos sentimos estimulados quando entramos na Faculdade, pois isso foi um campo, uma visão muito grande para nós. Por isso assim que eu terminei o Curso, já procurei fazer a especialização, provavelmente pela índole desses nossos professores.

P: O que significou/representou o Curso de Odontologia para você? Para sua família?

R: Na época em que eu prestei o vestibular para Odonto meus pais foram contra, pois queriam que eu escolhesse outro curso ou mesmo Farmácia, Medicina, que já eram cursos tradicionais na época. Mas para a nossa família, o vestibular, “Não, não quero mais ficar estudando física, química, vamos ver o que vai dar. O máximo que eu pode acontecer é eu me formar. E me formaria com 22, 23 anos. Se eu não gostasse do curso eu faria outro curso”. Mas depois eu vi que realmente a Odontologia era aquilo que eu tinha que ter feito mesmo e meus pais mais tarde falavam que eu realmente escolhi a profissão certa. Meu pai já faleceu, mas minha mãe até hoje diz. Então são coisas que acontecem, não sabe o que vai fazer porque é muito jovem, toma algumas decisões que podem complicar, mas fui feliz nessa decisão minha. Gosto muito de Odontologia.

P: Como foi visto o Curso de Odontologia pela sociedade überlandense?

R: Já existiam outros cursos em Uberlândia, mas a Odontologia veio beneficiar muito a comunidade em termos de repassar para os demais cidadãos aquela Odontologia moderna, aquela Odontologia que na época eram mais dentistas práticos do que os profissionais, então eu acho que foi não só para Uberlândia mas para as regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, isso tudo veio trazer para nós um enriquecimento cultural, enriquecimento de atendimento aos pacientes, novos recursos e técnicas, tratamentos diferenciados, e isso trouxe crescimento pois a Faculdade mais perto que tinha, agora estou me lembrando, era a Faculdade em Uberaba que era particular e é até hoje. Então, eu acho que para nós da comunidade de Uberlândia ela só veio enriquecer, não só de Uberlândia, mas da região também.

P: A Escola de Odontologia trouxe alguma modificação na sociedade überlandense? Modificou alguma coisa? Em que?

R: Eu acho que a sociedade em si começa a respeitar um pouco mais aquela Odontologia que fazia-se naquela época, não que seja empírica, porque naquela época existiam muitos dentistas fracos, eu me recordo bem que quando eu era aluno na Faculdade, algum dentista foi autuado, foi preso, teve seu consultório tomado. Então a gente via que a Odontologia não tinha aquelas condições em que podia se passar ao paciente recursos maiores de técnicas. E eu acho que a Faculdade veio trazer aos nossos überlandenses uma motivação

muito peculiar de melhorias e com isso a população foi vendo que a Odontologia podia ser diferente daquela dos anos 50, 60. Naquela época eram os anos 70 e a Odontologia foi uma transformação.

P: Para você a criação da Escola de Odontologia veio atender a interesses de quem? Para que? Para quem?

R: Que seja político, que seja social, você vê que hoje Uberlândia representa um pólo praticamente universitário com a vinda de várias Faculdades pelos políticos daquela época, seja quem for que puxou para cada área: os da Odonto, os da Medicina, da Engenharia, todas as áreas, mas na verdade essa população de Uberlândia foi ficando quase que uma população universitária. Se não me engano, em termos de porcentagem, a Argentina tem uma população muito maior no nível de terceiro grau do que o Brasil, mesmo com as Escolas crescendo da forma que estão. O pessoal diz que tem muita Faculdade de Odonto, muita faculdade de Medicina, ou de Farmácia, de Engenharia, mas mesmo assim o aluno que terminou o colegial ainda não está tendo acesso. O Brasil fica hoje em uma faixa de 14, 19% dessa população em termos de Universidade. Já na Argentina o acesso é de 32% no nível de terceiro grau. Como dar o acesso a esse aluno à Faculdade aí eu acho que tem que partir do Governo. Uma situação onde hoje esse pessoal está fazendo bolsas, isenção de impostos de renda para universidades particulares para que você possa fazer seu curso de graduação às vezes “gratuito” ou com desconto de 40 a 60% na mensalidade, ou após a formatura, trabalhar para uma cidade ou para o próprio Governo em algum lugar, mas que dê condições à nossa população jovem de fazer uma Universidade. Eu acho que o que você perguntou foi em relação aos interesses, mas que sejam dos políticos, que seja também para que, ou seja, para essa formação universitária que os jovens precisam... E que vai refletir com certeza na melhoria da mão-de-obra de qualquer trabalho. Imagine assim, em um trabalho que você chega num banco, por exemplo, num atendimento numa entidade do próprio Governo que você chega, tem uma pessoa que já fez um terceiro grau e vai fazer o atendimento, com certeza você vai ter melhores atendimentos, mais rapidez nesse trabalho, mais conscientização, uma mão de obra mais qualificada, vai elevar com certeza o nível cultural da nossa região que atrairia mais profissionais de outras áreas para cá. Até empresas.

P: Quem promoveu a criação do Curso de Odontologia?

R: Na época em que nós prestamos o concurso para vestibular, foi uma surpresa para nós alunos de 68, 69, da época do Estadual, porque: “olha, surgiu um curso de Odonto aqui em Uberlândia, vamos prestar o vestibular?”. Daí a gente lembrava que naquela época alguns profissionais da área da Odontologia estavam querendo trazer esse Curso para cá, mas a gente era jovem, não éramos muito ligados a essa área de política, mas depois que entramos na Universidade sentimos que alguns funcionários tinham idealismo, como Dr. Laerte Alvarenga era um profissional da nossa área, chegou a ser coordenador, diretor da Faculdade, e ele trouxe o professor Dioracy Fonterrada Vieira porque ele era um profissional que tinha um relacionamento muito grande fora de Uberlândia e com isso outros políticos na época como o Dr. Homero Santos, um pioneiro, quem puxava mesmo, queria ver nossa região crescendo. Nós tivemos muita sorte de ter essas pessoas e o próprio acordo que nós tivemos naquela época do Homero Santos junto com o Governador que era o Rondon Pacheco. Então, a gente lembra na época de inauguração da clínica o quanto foi importante o apoio político. Foi muito importante essas pessoas com esse idealismo e espero que continue a ter gente com esse ideal para que não só na Odontologia, mas em qualquer outra área, até, às vezes, na área de empresas, de políticas, de trazer para nós, para nossa região um maior crescimento que está gerando a criação do pólo universitário. Queria que tivesse um pólo industrial muito maior do que nós temos hoje para trazer mais empregos para esses profissionais que estão aí formando, e também para a

população em termos de empregos, através de indústrias que poderiam vir mais para Uberlândia. Então eu acredito que o que essas pessoas fizeram foram as sementes que eles colocaram, porque essa semente germinou, cresceu e foi florescendo. Então eu hoje acredito que a gente tem que agradecer muito a esse pessoal que nos ajudou naquela época. Hoje nós vemos a ideia da Faculdade, o tanto que isso cresceu e o quanto Uberlândia aumentou com isso: a nossa população, em termos de trabalho para o pessoal aqui em Uberlândia.

Complemento curricular: Fiz a graduação em Uberlândia, a especialização em endodontia na Faculdade de Odontologia de Araraquara, e posteriormente eu fiz o mestrado e o doutorado na área de endo também na Faculdade de Odontologia de Bauru. Aí paramos por aqui, acho que eu já me dediquei muito. RS Mas se ainda tiver alguma coisa a contribuir, lógico que aos poucos a gente vai fazendo à medida do possível para o nosso enriquecimento cultural.

Entrevista nº04

Entrevistado: Wanderley Alves Ribeiro (conhecido pelos colegas como Wanderley magro)

Qualificação Prévia: cirurgião dentista, ex-aluno da 3^a turma – 1975. Especialista em Periodontia pela Faculdade de Bauru em 1980.

Nome da Mãe: Jacir Ribeiro da Silva, do lar

Nome do Pai: José Alves da Silva, comerciante

Local de nascimento: Indianópolis MG

Classe social a que pertencia na época do curso: classe média

Realizada em Uberlândia, dia 22/02/2006.

P: Pergunta

R: Resposta

P: Quando o Sr. veio para Uberlândia?

R: Vim para Uberlândia em 1967.

P: Percurso escolar desde o início até o ingresso e a conclusão da Faculdade.

R: O primário eu fiz em Indianópolis no colégio do Estado, o Ginásio foi em Araguari, Estadual também, e a partir do colegial já foi particular em Campinas, São Paulo.

P: A Faculdade era paga?

R: Era Autarquia. Pagava só 50% e o resto quem pagava era o Estado. Hoje seria em torno de meio a um salário mínimo, então a Faculdade hoje está muito mais cara.

P: Depois de formado como foi o ingresso no mercado de trabalho? Correspondeu às expectativas?

R: Eu abri um consultório na época de estudante, em maio de 1975.

P: Em 75 o Sr. já estava atendendo?

R: Eu já estava atendendo.

P: O Dr. Falou que vocês montavam uma arapuca⁷⁸?

R: Era uma arapuca.

P: A clínica parece que montou só no finalzinho, não foi?

R: A clínica mesmo foi em 1973.

P: Depois de formado como foi o ingresso no mercado de trabalho? Correspondeu às expectativas?

R: Teve uma decadência muito grande. A maior parte foi pelo Governo e também a concorrência aumentou demais. No início era bem melhor a profissão. Na época dos militares era outra coisa.

P: Tinham muitos dentistas práticos naquela época?

R: Naquela época existiam dentistas práticos, mas isso não atrapalhava em nada. Tinham mais dentistas formados que práticos. Mas dependendo da cidade... No interior tinham mais práticos.

P: E eles eram bons? O povo gostava?

R: Na parte de prótese eles até preferiam o prático. Prótese total, prótese removível, eles eram... É que eles mesmos faziam, não mandavam para protéticos.

P: E antes de existir a Faculdade aqui, os dentistas formados vinham de onde?

R: Principalmente de Uberaba.

P: O que representava para você ter uma Faculdade de Odontologia em Uberlândia?

⁷⁸ Consultórios que eram montados em uma sala da residência do estudante ainda não formado, com intuito de atender para ganhar dinheiro e aproveitar para desenvolver trabalhos. Chamava-se arapuca pois os atendentes eram estudantes que não haviam se formado, mas já começavam a “caçar” pacientes.

- R: Na época foi muito bom, tinham poucas Faculdades aqui. Era a Engenharia com duas especialidades, Medicina, Veterinária, Educação Física, Direito e então, Odontologia.
- P: O que significou/ representou a Escola de Odontologia em sua vida profissional?
- R: Foi bom demais.
- P: E o que o levou a escolher Odontologia?
- R: Eu não queria ser empregado.
- P: O pai do senhor era comerciante. O senhor teve experiência trabalhando com ele?
- R: Eu trabalhei na época de criança. Depois ele vendeu o comércio e foi mexer com fazenda. Para a fazenda eu já não quis ir. Eu fui estudar.
- P: O que significou para sua família o senhor ter escolhido o Curso de Odontologia? Eles apoiaram?
- R: Eles só apoiaram porque eu já tinha começado um curso de Economia e desisti. E naquela época eu tinha problema com sangue não me sentia bem com sangue. Quando eu parei de fazer eles acharam que eu não ia até o fim. Eles apoiaram. Acabei fazendo especialidade em periodontia, mexia com sangue.
- P: Como foi visto o Curso de Odontologia pela comunidade überlandense?
- R: A Faculdade foi bem recebida, principalmente porque proporcionaram a parte prática, atendia sem pagar nada. Inclusive aquela parte da Odontologia foi doação, não foi a Faculdade nem a Universidade que comprou não, foram os franciscanos da igreja que doaram o departamento para a Odontologia. Tanto que eles já tentaram até vender aquilo lá, mas não consegue né?
- P: Então tanto a comunidade saiu ganhando como ficou feliz com tratamentos gratuitos? Tinha uma grande demanda pelos serviços odontológicos?
- R: Tinha.
- P: E como funcionava? Dois alunos atendiam um paciente?
- R: Era em dupla. Um auxiliava o outro.
- P: A Escola de Odontologia trouxe alguma modificação na sociedade überlandense? Modificou alguma coisa? Em que?
- R: Modificou muito porque naquela época não tinham nem professores aqui. Vinham de Bauru, Ribeirão Preto, Araraquara. Num instantinho começou a dar emprego para professores aqui. Hoje está a turminha toda que formou aqui.
- P: Vocês tiveram bons professores aqui? E depois esses professores voltaram para suas cidades e começou a contratação do pessoal daqui?
- R: Ahã. É que depois fizeram um regulamento de que professor não podia morar além de cinquenta quilômetros daqui. Eles tinham que morar mais perto da cidade de Uberlândia.
- P: Para você a criação da Escola de Odontologia veio atender a interesses de quem?
- R: Eu me lembro muito na época teve o Homero Santos, teve o diretor, Dr. Laerte. O que era o Reitor daqui era da Odontologia, Veterinária e Educação Física, que era uma Autarquia formada por essas três Faculdades. Então o Wilson Ribeiro teve muita influência.
- P: Para que? Para quem?
- R: Eu tenho a impressão que era mais político. Teve o Homero Santos, o que antes era deputado federal... Tivemos a ajuda do governador, Rondon Pacheco.
- P: O Sr. se lembra de algum movimento do povo na época? Os dentistas daqui queriam trazer a Faculdade?
- R: Teve o doutor Osmar Alvarenga, o doutor Laerte que já tinha consultório particular, o Verjani, que chegou a ser professor. Eles queriam trazer para formalizar a profissão. Na época tinha uma briga para tirarem os práticos. Até o Osmar Alvarenga que era o representante do Conselho. E tinham os mãos-de ferro que fechavam os consultórios, prendia. Vigiavam.
- P: Quem promoveu a criação do Curso de Odontologia?

R: Eu não sei te falar assim, mas acho que foi o doutor Laerte. Ele foi o primeiro diretor e ele tinha muita influência de Bauru. Ele trouxe muitos professores.

P: No começo do Curso existiu alguma dificuldade? De material, de professores, local de estudo?

R: Não, o curso foi tranquilo. Teve o auxílio do Curso de Medicina, pois o Curso teórico era feito lá, com os professores de lá. Na parte de Anatomia, Fisiologia, Citologia, usávamos os professores da Medicina. A “Autarquia”: a Veterinária, a Educação Física, a Odontologia estudaram na Medicina.

P: Lá atendiam mais as pessoas carentes?

R: Não tinha uma classe específica. Às vezes, levávamos parentes. Eu mesmo praticava com parentes.

P: E o Sr. montou seu consultório quando mesmo?

R: Em 1973, nós montamos em Indianópolis. Depois foi aqui em Uberlândia. Eu fazia o segundo ano e o rapaz fazia o quarto, eu o auxiliava. Depois passei para o terceiro, e no final eu fiquei sozinho. Eu lembro que foi no Tibery por seis meses, depois eu fui para a minha casa.

P: Qual foi a mudança na sua vida, qual a importância da Faculdade de Odontologia na vida do Sr.?

R: Para mim foi uma profissão que eu tive, já tem mais de trinta anos... foi minha vida.

P: E o Sr. pensa em continuar como periodontista?

R: Já me aposentei mas continuo como clínico geral.

P: O pessoal da sua turma pertencia principalmente a qual classe social?

R: Era mais classe média, não era um nível alto não.

P: A população prestigiava mais o Curso de Medicina? Como era a concorrência para o Curso de Odontologia?

R: Na minha turma já deu mais de dois candidatos por vaga. Na primeira turma nem preencheu. Depois foi crescendo. Começou a turma feminina depois. Na minha turma era 50%. O pessoal era mais velho e muita gente não trabalhava porque era apertado, era tempo integral o primeiro ano, até de noite. No segundo ano era o dia todo.

P: Mudou a vida do Sr.?

R: Ah, mudou. Não me arrependi de ter deixado a Economia não. Na época eu era até bancário, mas não me arrependi não.

P: Mesmo não gostando de sangue, o Sr. escolheu a Odontologia porque? Mais mesmo para ser um profissional liberal?

R: Para ser profissional liberal, para não ser empregado, e eu tinha uma simpatia também. Eu já tinha um primo que era dentista. Na Medicina a gente pensava que não dava conta, né? Era bem mais “caro” que Odonto, era bem mais puxada e era toda particular.

P: O Sr. se lembra de algum fato, alguma história que chamou a atenção durante o curso do Sr.?

R: Não. Era um curso tranquilo, eu terminei e já estava atendendo. Não teve greve.

P: E o reconhecimento do seu diploma? Como foi?

R: Na época eu mexia com política, porque eu queria sair daqui de Uberlândia, então foi fácil. O meu CRO foi mais recente do que a maioria da turma e até de quem formou primeiro do que eu. Conseguí juntamente com o Homero. Conseguí uma carta com o Homero, fui a Belo Horizonte e consegui bem mais rápido do que todo mundo. Não me lembro de alguém que conseguiu rápido assim.

P: O Sr. atuou na área política também?

R: Não, tinha só esse contato de amizade. Porque a minha família mexia muito com política em Indianópolis. Minha família hoje está aqui, tem muita gente em Indianópolis também.

P: E o Sr. tem filhos?

R: Tenho duas filhas. Uma é farmacêutica e a outra é enfermeira padrão. Ninguém quis Odontologia.

P: Essa entrevista vai nos ajudar a construir a história da FOU. Então para deixar gravado, tem algo que o senhor gostaria de dizer? Para as próximas gerações do Sr. saberem, sobre a Faculdade, sobre aquela época? O Sr. diz que na época dos militares foi boa a época para trabalho...

R: Não só para a minha profissão, para tudo. O Brasil cresceu muito, naquela época tinha menos gente para a concorrência, o povo tinha mais condições para pagar, as coisas eram mais baratas. Você comprava um consultório em sete, oito prestações sem juros. Os bancos ajudavam. Na época de estudante eu comprei meu material de cirurgia pela Caixa Econômica Federal. Hoje isso não existe de jeito nenhum. Se for fazer hoje, o banco toma seu consultório. Eu comprei o material em três mil, não me lembro mais o que era esses três mil, mas com um prazo de noventa dias para eu pagar mil e quinhentos. Depois com mais sessenta dias, pagava setecentos e cinquenta e mais os juros, que eram baixos. Depois com mais trinta dias pagava o restante mais os juros.

Complemento curricular: Especializei-me em 1980 em Bauru em periodontia. Fiz congressos em São Paulo de dois em dois anos, da ABO. Não dou aulas, nunca gostei dessa parte acadêmica, tem muita implicação, muita briga. Até na minha época eu via, professor tentando pisar nos outros.

Entrevista nº05

Entrevistado: Vanderlei Luiz Gomes (conhecido pelos colegas como Vanderlei gordo)

Qualificação Prévia: cirurgião dentista, ex-aluno da 3^a turma – 1975. Mestre em Clínicas Odontológicas pela USP/SP em 1986; Especialista em Metodologia do Ensino Superior pela UFU/MG em 1979; Professor Titular da Universidade Federal de Uberlândia.

Nome da Mãe: Odília Maria dos Santos, do lar

Nome do Pai: Manoel Gomes dos Santos, ferroviário

Local de nascimento: Tupaciguara MG

Classe social a que pertencia na época do curso: classe média baixa

Realizada em Uberlândia, dia 22/02/2006

P: Pergunta

R: Resposta

P: Quem custeou seus estudos?

R: Minha família. A escola era Estadual. Neste momento, mantive bolsa de monitoria por dois anos. O restante eu complementava com trabalhos que eu fazia.

P: Qual seu percurso escolar até seu início na Faculdade?

R: Sempre estudei em escola pública aqui em Uberlândia. Estudei no Coronel Carneiro, no Amador Naves e depois no Colégio Estadual. Moro em Uberlândia desde os 4 anos de idade.

P: Depois de formado, como foi seu ingresso no mercado de trabalho? Correspondeu as expectativas?

R: Eu trabalhei com consultório particular em Uberlândia por 7 a 8 anos. Simultaneamente, depois de formado, permaneci na Faculdade, lecionando. Um ano como professor voluntário, em torno de 16 horas por semana. E no ano de 1977, no dia 1º de abril de 1977

fui contratado e permaneço na Faculdade ate hoje. Em 1982/83, fechei meu consultório particular. Tornei-me professor de dedicação exclusiva. Desde então, mantendo este vínculo de professor de dedicação exclusiva, sem nenhum outro vinculo empregatício. Em 1978/79 fiz Metodologia do Ensino Superior a nível de especialização em uma turma que a Universidade formou. Em 1983/85 fiz Mestrado na USP de São Paulo em Clinicas Odontológicas. De 1991/96 fiz doutorado na USP de Ribeirão Preto.

P: O que representava para você ter uma Faculdade de Odontologia em Uberlândia?

R: Foi a oportunidade que nós que não possuímos condições de nos manter fora de Uberlândia para fazer uma Faculdade de poder cursar um Curso sério, que já vislumbrava uma profissão de muito futuro. Naquela época tinham poucas Faculdades de Odontologia no país. Era uma possibilidade muito grande de trabalho. Então, a gente fez, aproveitando a oportunidade da criação da Escola, esta introdução no Ensino Superior e depois no magistério.

P: Como foi visto o Curso de Odontologia pela comunidade überlandense?

R: O que eu lembro é que todas as Escolas Superiores eram muito bem recebidas pela população. E todos os movimentos que a gente fazia eram movimentos que vinham ao encontro a fortalecer o vínculo com a sociedade. O trote de nossa turma foi para a época um trote avançado. Saímos com nossos veteranos nas ruas de Uberlândia, com auxílio dos militares do quartel fazendo angariações de bens, como roupas, e esse material depois foi distribuído para a sociedade. Recebemos também muitos eletrodomésticos. Isto marcou nossas vidas e fez com que a Faculdade chegassem muito mais próxima ao povo. Sempre nossa Faculdade teve um caráter social muito grande. Tivemos muito tempo, e ainda temos uma grande carga horária na disciplina de Odontologia Social e Preventiva, que faz este contato com a sociedade. Portanto a Odontologia esteve sempre próxima da sociedade, em trabalhos em grupos escolares, em ajuda ao atender a população com a parte de cirurgia, de prótese removível por um bom período de tempo, enquanto duraram as UDAS (Unidades de Diagnóstico e Assistência Social), a gente fazia parte das UDAS, isso trouxe muita coisa pra sociedade. A nossa turma foi no ano de 1973/74, veio trabalhando pelo inicio da fluoretação de água em Uberlândia, nós participamos dos primeiros levantamentos e depois do acompanhamento desta fluoretação. Simultaneamente, a Odontologia voltada para crianças que era trabalhada nos grupos escolares.

P: Para sua família como era visto o Curso de Odontologia?

R: Praticamente, eu sou um dos únicos da época a ter chegado na Faculdade. Isso é um orgulho muito grande para meus pais. Principalmente, para meu pai, que era um professor de escola rural, ver o filho chegar em uma Faculdade, principalmente, uma Faculdade na área de saúde muito disputada como era a da Odontologia. Só existiu essa possibilidade com a criação desta Faculdade em Uberlândia, caso contrário eu não estaria fazendo.

P: O que significou o Curso de Odontologia para você?

R: Ele encaixa na minha vida desde o primeiro momento e hoje é a minha segunda família, é minha família de trabalho, as vezes, até mais que a minha família humana. Eu tenho a odontologia como uma segunda família mesmo.

P: Para você a criação da Escola de Odontologia veio atender a interesses de quem? Para que?
Para quem?

R: Eu vejo muito mais pelo lado do progresso. Se tivéssemos como pensamento o idealismo do Homero Santos, do Rondon Pacheco, que fizeram esta Faculdade, nos dias de hoje, provavelmente, Uberlândia e o Brasil seriam muito melhores. Não me preocupo se o acontecido nos idos de 1968 foi de questão política. Se teve um cunho político, o fundo social prevaleceu. O que eles conseguiram deixar para Uberlândia, é o que mais tarde viria a ser a Universidade Federal de Uberlândia, vale muito mais que qualquer outro pensamento que porventura passou na cabeça de alguém que tivesse uma vontade política.

A UFU hoje não é mais um nicho de Uberlândia. Nós resolvemos muito bem os problemas da região e do Brasil. Se lá atrás teve esse cunho político, eu acho que foi muito bom. Que tenham então outras pessoas idealizadoras que tenham este orgulho de fazer uma coisa pensando no próximo e que mais tarde vai trazer os frutos que a Universidade trouxe para nós.

P: Quem promoveu a criação do Curso de Odontologia?

R: Citar nomes sempre é muito ingrato. Seria bom olhar as atas dos arquivos da Faculdade, através dos livros de departamentos, você vai ter todos aqueles professores que começaram o curso e que vieram para Uberlândia para estar aqui com a gente ministrando aulas, pois tínhamos professores que vinham de vários pontos do Brasil, por longos períodos. Eles, às vezes, ficavam sem rendimentos, porque a Autarquia não disponibilizava o dinheiro para pagar e esse pessoal vinha religiosamente aos finais de semana ministrar aulas para nós. Vinham professores de Bauru, Araraquara, Diamantina, Uberaba. Eles vinham apesar de não receber nada, mas com promessas de virem a receber um dia, vinham com despesas pagas, as vezes, até por eles, no carro deles. Nesta andança tivemos um acidente com um professor que vinha de Bauru, professor Noracilde, por volta de 1973. Isso sem perceber sua remuneração mensal. Isso para nós era um orgulho muito grande. Eram professores que geralmente nas Faculdades deles geralmente lecionavam no Mestrado, no Doutorado, e assim, na graduação em Uberlândia. Isso nos deixava muito orgulhosos e nos preenchia completamente em termos de conteúdo.

P: Existe algum fato ou evento que seria interessante deixar registrado sobre a Faculdade de Odontologia?

R: Nós das primeiras turmas não podemos esquecer-nos da batalha para manter este Curso em pé. Desde o momento da primeira clínica, que já veio no encerrar da primeira turma. A primeira turma já estava fechando o Curso foi quando se montou a primeira clínica. Na maioria das vezes esse pessoal ia para o consultório dos professores desenvolverem atividades. E depois a manutenção destas clínicas. Criou-se uma estrutura, uma Autarquia e, às vezes, nós não tínhamos disponibilidade financeira para estarem comprando medicamentos, produtos odontológicos para atuação na clínica. Tínhamos momento em que grupos de alunos se reuniam para comprar um litro de álcool, para buscar um anestésico. Uma ajuda muito grande dos políticos da época. Bastava que se telefonasse para eles e eles já mandavam a gente ir no comércio, deixavam uma autorização para que a gente comprasse o material. E não parou a dificuldade, mesmo com tantas dificuldades e lutas a Faculdade conseguiu chegar onde está hoje. Foram movimentos tanto de alunos quanto de professores. Ambos realmente colocavam a mão no bolso.

P: A comunidade ganhou o que com a criação da Faculdade de Odontologia? Existia um atendimento gratuito? O que a comunidade überlandense ganhou com a Faculdade?

R: Todo o trabalho do Curso de graduação desde os primórdios da Faculdade são trabalhos que não oneram o paciente. Ele sempre desenvolveu atividades, ou ora por conta da própria Autarquia, ou depois que se tornou Universidade e depois pelo sistema de saúde. Um sistema de qualidade e de preço acessível Já chegamos a atender mais de 3.000 pessoas por mês. Hoje não sei qual é a escala, mas já tivemos esse número. Hoje devemos ter em nossos arquivos mais de 100.000/110.000 prontuários registrados. Para uma população de 600.000 habitantes o arquivo da Faculdade de Odontologia ter um numero tão expressivo, acho que é muito importante. É significativo. O trabalho social que a Faculdade desenvolve nos grupos escolares, junto também a problemas da Prefeitura, em praças públicas, nosso trabalho de Pronto Socorro 24hs, que é um trabalho muito bem preparado para atender ao público, que atende as urgências e as emergências. E a formação do profissional. Hoje estamos na 76ª turma, já são mais de 2800 alunos de Odontologia em trabalho. Também não podemos nos esquecer da Escola Técnica, pois os cursos formados

para a Odontologia que hoje nós temos nasceu dentro do Curso de Odontologia, o Curso de Prótese, o de THD (Técnico em Higiene Dental)... Ajudamos a tornar a antiga Escola Técnica de Enfermagem em hoje a Escola Técnica de Segundo Grau da Universidade Federal de Uberlândia. Quer dizer, isso tudo trouxe um retorno para a sociedade muito forte. E a quantidade e qualidade de profissionais que nós temos colocado no mercado. Com formação em Odontologia. Hoje temos 7 cursos de especialização em várias áreas de ensino. E de 4 anos para cá nosso Mestrado, que está sendo muito bem aceito. É um mestrado para a formação de docentes, acadêmico. Formamos em torno de 25/28 profissionais a cada ano para o ensino de Odontologia. Isso é muito importante. Esse retorno que a Faculdade tem dado a sociedade, e ela tem nos agradecido muito quando avaliações são feitas e nós somos lembrados como uma Escola de nível.

Entrevista nº06

Entrevistado: Alfredo Júlio Fernandes Neto

Qualificação Prévia: cirurgião dentista, ex-aluno da 3^a turma – 1975; Mestre em Reabilitação Oral e Prótese pela USP/Bauru em 1982; Professor Titular da Universidade Federal de Uberlândia

Nome da Mãe: Terezinha Fernandes Barbosa, comerciante

Nome do Pai: Sinelor Fernandes, contabilista e comerciante

Classe social a que pertencia na época do curso: classe média

Realizada em Uberlândia, dia 22/02/2006

P: Pergunta

R: Resposta

P: Como você fez para custear seus estudos durante a Faculdade?

R: Quando eu passei no vestibular meu pai financiava. Na época a Escola era particular. Eu paguei a Faculdade nos dois primeiros anos. Nos dois últimos, como sempre fui representante dos alunos nos Conselhos Superiores da Faculdade, na época era o Conselho de Coordenação que hoje é o Conselho de Pesquisa e o Conselho Universitário. Naquela época todos que participavam das reuniões recebiam uma gratificação por participar das reuniões. Como eu era aluno, eu não recebia, mas também não pagava a Faculdade. E no ultimo ano eu fui monitor, isso me dava isenção de pagamento da faculdade. Então nos últimos 2 anos eu não paguei a Faculdade, mas o meu sustento sempre veio do meu pai.

P: Qual foi seu percurso escolar desde o início de seus estudos até seu ingresso na Faculdade de Odontologia?

R: O primário eu cursei no Liceu de Uberlândia. Estudei também no Externato São José. Minha família mudou para Ipameri em Goiás e lá eu estudei no Colégio Estadual Professor Eduardo Mancini. E de lá eu regressei para Uberlândia e estudei no Colégio Brasil Central, quando faltava um ano eu prestei Madureza, que era um supletivo, então antecipei a minha entrada no vestibular. Daí ingressei na Faculdade de Odontologia.

P: Depois de formado, como foi seu ingresso no mercado de trabalho? Correspondeu as expectativas?

R: Quando formei já havia definido onde eu iria ficar. Com um mês de formado eu já estava com um consultório montado aqui em Uberlândia na Av. Afonso Pena no Conjunto Uberlândia. No final do ano eu fui passear em Ipameri e percebi que lá possuía uma demanda muito grande de dentistas e montei um outro consultório lá. Então eu trabalhava de segunda a quarta em Ipameri e de quinta a sábado aqui. Sendo que no sábado eu ficava na faculdade como professor voluntário. Até que fui convidado para fazer parte do quadro de professores da Faculdade.

P: E a carreira profissional, como foi?

R: Eu me formei em 1975. Em 1977 fui contratado pela Faculdade de Odontologia na cadeira de Materiais Dentários. Dia 1º de maio eu estava chegando em Bauru para fazer um estágio. Naquela época não existia Mestrado nesta disciplina. O Mestrado teria que ser em outra área. Como já tinham começado todos os cursos, um professor me convidou para fazer esse estágio. E eu fiquei de maio a dezembro fazendo este estágio e assistindo como ouvinte o curso de Mestrado em Dentística. Retornei para Uberlândia em 1978 e em 1979 eu fui como aluno regular de Mestrado em Bauru na área de Reabilitação Oral e defendi a tese em 1982. Voltei para Uberlândia e em 1991 fui para Ribeirão fazer o Doutorado, na USP também, na área de Reabilitação Oral.

P: O que representava para você ter uma Faculdade de Odontologia em Uberlândia?

R: Na época eu não tinha muito entendimento do que representava isso não. Eu era muito jovem. Quando fiz cursinho a minha primeira opção era Engenharia. E por influencia dos próprios colegas fiz inscrição para o vestibular em Odontologia já no último dia. Ingressei no curso e estou feliz até hoje aqui. Mas naquela época foi importante pois tinham poucas Faculdades no Brasil, e aqui na região ou se ia para Uberaba ou Ribeirão Preto. E lá era bem mais caro. Era um Curso integral que não te dava condições para trabalhar, e ainda tinha que comprar instrumental e tudo mais. Foi muito importante esta Faculdade. Naquela época a cidade era bem diferente. Mudou a economia, o perfil social e econômico de Uberlândia, mudou muito com a vinda destes Cursos Superiores. E é o que está acontecendo hoje. Toda cidade de porte médio tem uma Faculdade modifica muito. Foi o que representou a Odontologia para Uberlândia em 1970.

P: O que significou a Escola de Odontologia na sua vida profissional?

R: Ela representou tudo. Se eu não tivesse entrado na Faculdade hoje, eu seria uma pessoa totalmente diferente do que sou, o oposto talvez. Naquela época as condições eram diferentes. A primeira especialização em Uberlândia quem montou e coordenou durante 20 anos fui eu. Quer dizer, se eu não tivesse entrado talvez a especialização teria vindo só depois. Eu fui o primeiro. Ao ingressar dentro da faculdade eu nunca fui um aluno brilhante. Nunca fui "CDF". Eu era da turma do meio. Mas as pessoas que acreditaram em mim e me deram oportunidade, me fizeram ter essa responsabilidade. Meu medo era decepcionar quem acreditava em mim. E alguns professores da Faculdade, depois grandes expoentes da Odontologia foi que me deram essa oportunidade. Ainda hoje meu medo não é de errar, e sim de decepcionar as pessoas que acreditaram em mim. E agora hoje tenho medo não só de decepcionar aqueles que acreditaram em mim, mas os novos que acreditam em mim, como modelo, como conduta a ser seguida. Preocupo-me em ser um bom modelo para a juventude, pois participo de sua formação. Quero ser um bom exemplo assim como tive meus bons exemplos.

P: Para sua família, como era visto o Curso de Odontologia?

R: Para meus pais foi um orgulho muito grande em me ver ingressando na Faculdade. Quando eu ingressei, a Faculdade aqui era particular e o vestibular aqui era concorrido. Hoje em uma Faculdade particular as vezes nem tem vestibular, é por ordem de chegada. Mesmo assim, para meus pais foi um orgulho. Eles tinham um poder aquisitivo baixo, e a origem deles era assim. Para eles ver um filho ingressando na Faculdade foi uma satisfação muito grande. Quando fui convidado a ser professor a satisfação foi maior ainda. Para meu pai foi um sonho que era realizado por muito poucos. A satisfação de todo pai hoje é ter um filho estudando em uma Faculdade.

P: Como foi visto o Curso de Odontologia pela comunidade überlandense?

R: Ele é sempre um Curso muito bem visto aonde ele vai, porque as pessoas acham que a Odontologia vai acabar com os problemas de saúde das pessoas. Na época tinha uma força política em Uberlândia muito grande, que lutava para a implementação deste curso. E era uma política muito bem vista. Qualquer proposta do Dr. Rondon Pacheco, do Dr. Homero Santos era motivo de festa e satisfação. A Faculdade foi criada como Autarquia Estadual na época e depois se transformou em uma fundação, até se tornar federal. Mas pra cidade era sempre bem vinda. Naqueles tempos ser estudante universitário era diferencial. Hoje se mistura muito, há muitas Faculdades e Universidades. Naquele tempo todo mundo sabia quais eram os jovens que eram alunos da Faculdade. Mudou a sociedade de Uberlândia. Algumas cidades aqui perto mais tradicionalistas pararam no tempo, e Uberlândia que acreditou na cultura, no Ensino Superior, se tornou no que ela é hoje. Então, todos nós, estudantes daqui, ou estudantes que vieram de fora estudar aqui, sempre foram muito bem recebidos.

P: Quem promoveu a criação do Curso de Odontologia?

R: Tem uma pessoa que jamais poderá ser esquecida, que é o Dr. Laerte Alvarenga Figueiredo. Eu acompanhei a história da Faculdade, sei que ele foi o grande mentor, o grande responsável. Ele tinha um senso de coletividade, e sonhou para Uberlândia uma Faculdade de Odontologia. E ele foi atrás disso, do poder político. Ele era uma pessoa que só fazia amigos, que não tinha arestas em lugar nenhum. Ele foi atrás com o sacrifício de sua família, em determinado momento não muito compreendido pela classe dos dentistas. Ele enfrentou tudo isso e foi atrás. O Dr. Laerte foi quem catalisou todas as forças e fez as pessoas entenderem a importância da implementação. Ele foi o primeiro diretor. Ele não teve a melhor saída da Faculdade. Mas ele tem sempre nosso respeito e gratidão e enquanto eu tiver aqui, como elemento desta história eu vou estar sempre reverenciando seu nome, porque ele merece.

P: Para você a criação da Escola de Odontologia veio atender a interesses de quem? Para que? Para quem?

R: O professor Laerte teve um interesse social. Ele mesmo como dentista em seu consultório sempre atendia os mais necessitados. Era uma pessoa de um coração imenso. Ele sabia dessa necessidade social e a importância de se fazer a profissão crescer. Ele buscou o apoio político, que sempre foi indispensável, pois tudo na nossa vida é político. O aspecto legal na época tinha que passar por isso aqui.

P: Teria algum fato que deveria ficar registrado na história da Odontologia?

R: A fundação passa pelo Dr. Laerte. Porque Uberlândia naquela época teve uma Faculdade de Odontologia que chegou aonde chegou? Ela não foi mais uma Faculdade. O Dr. Laerte, além dessa clarividência, ele buscou em São Paulo, o Dr. Dioracy Fonterrada Vieira, que era na época professor da Faculdade de Odontologia da USP em São Paulo, de materiais dentários. Ele montou a proposta pedagógica do Curso, foi o coordenador do Curso, trazido pelo Dr. Laerte. Porque uma Faculdade não se faz com prédios. Se faz com programa e com competência para se desenvolver o programa. Se faz com talentos humanos. Eles basearam o nosso projeto pedagógico na Faculdade de Odontologia de Bauru, na Universidade de São Paulo. Na época e ainda hoje, é tida como a Meca da Faculdade de Odontologia. E eles trouxeram o que tinha de bom em Bauru e adaptaram aquilo que não era tão bom, e implantaram em Uberlândia. É óbvio que na época não possuímos em Uberlândia profissionais qualificados para o ensino. Tínhamos profissionais dentistas capazes para serem clínicos. Eles não estavam prontos para elaborar uma proposta de ensino. Então o professor Dioracy trouxe um grupo de professores de fora, de Bauru, de São Paulo, de Araraquara, de Diamantina. Foi onde começou esse programa, a Faculdade de Odontologia com esse currículo que seria iniciado com professores jovens, mas que ao longo do tempo se tornaram grandes expressões da Odontologia brasileira. Tínhamos o Dr. Paulo Amarantes, Dr. José Antônio de Campos Machado, Prof. Oliveira Tangri, que vinha de Diamantina, ele vinha semanalmente. Prof. Mario Roberto Leonardo. Esses professores então pegaram cirurgiões-dentistas de Uberlândia como assistentes e formaram uma equipe. Isso até se formar a primeira turma. Com a primeira turma, começamos nós os ex-alunos a nos qualificar. Esse foi o primeiro momento pedagógico da nossa escola. Por volta de 1976/77 assumiu a coordenação do Curso, aí deixou de ser Faculdade, passou a ser Universidade, passou de Faculdade a Centro de Ciências da Saúde, e assumiu a coordenação Professor Weiss Cunha. Ele também era um visionário. Na época comecei a participar desta discussão pedagógica, e foi quando foi discutido e implementado o atual currículo que nós temos ainda hoje. A Faculdade virou um projeto nacional patrocinado pela CAPES, a Fundação Care, que é uma fundação americana e a ABENO (Associação Brasileira de Ensino Odontológico). Então, em 1977, o professor Weiss com a equipe aqui da época, montou o currículo. Criando-se aí a clínica integrada. Muitas faculdades tinham essa dificuldade de montar a

clínica integrada e a gente já tinha, desde 1977. Tínhamos clínica de endo, de perio, de prótese. Esse foi outro momento importante, foi com um pouco de sacrifício. Nada é fácil, implementado de uma hora pra outra. Nós temos hoje a proposta pedagógica de 1977, mas ela é inovadora. Acabamos de entrar em outro programa do Ministério da Educação e Ministério da Saúde, o Pró-Saude, foram 58 faculdades que concorreram no Brasil, 21 foram aprovadas, para montar essa proposta pedagógica que estamos elaborando, que é mais avançada, mais inovadora. Nós queremos formar um dentista do que é a profissão hoje. Tudo mudou. Não é mais um dentista de 1970. A Odontologia não é mais uma profissão liberal. Dentista hoje ou ele tem emprego, ou ele tem convênio, ou ele trabalha pra alguém. Hoje o grande empregador é o Serviço Público e ele está preocupado em dar atenção primária a saúde. Enquanto que as Faculdades estão formando para a questão terciária, da tecnologia, da cura. Estamos hoje preocupados em não mais o aluno ter aula na Faculdade, e sim no serviço, onde ele vai trabalhar. É um aluno que ficava numa redoma de vidro aqui, com grande tecnologia, mas quando ele forma ele vai pro Serviço Público, ele vai pro convênio, pro credenciamento, e vai trabalhar numa realidade totalmente diferente. Então isso é o que está norteando esta nova mudança que nós vamos dar hoje no Curso. Dentro de 1 ano, 1 ano e meio já deveremos estar dentro desta nova proposta. Dentro da proposta pedagógica estas foram as principais mudanças. E agora tentamos melhorar um pouco mais, atualizar o Curso. Quanto a questão da estabilidade financeira da faculdade, quando ela foi criada como autarquia, todos os alunos pagavam, o preço não era exacerbado como é hoje. Com essa alteração de moeda, acredito que hoje nós pagaríamos uns R\$600,00 a R\$700,00, enquanto que as faculdades de hoje cobram R\$1500,00 até R\$1800,00. Mas na época não era das Faculdades mais “caras”, até porque tinha uma complementação do Estado, mas que era muito pequena, quase não dava. Às vezes os professores ficavam até quase seis meses sem receber. Eram professores abnegados, todos davam aula, não faltavam. E depois se transformou em Universidade, foi quando agrupou a Medicina, a Engenharia, que já eram federais, E Direito e Economia também. No governo de Figueiredo ele prometeu que federalizaria a Universidade Federal de Uberlândia, e tão logo ele tomou posse, aconteceu. Eu como aluno sei que nós deixamos de pagar quando o Figueiredo entrou e transformou para Federal. Mas houve na época muito empenho da sociedade. A Associação Comercial o próprio Sindicato Rural, toda a força de Uberlândia sempre deu apoio aos nossos políticos para ações políticas para que fosse federalizada a Universidade. E hoje está aí, é uma universidade de médio porte no país e uma Universidade que trabalha muito. E a nossa Faculdade começou como uma Faculdade particular, e hoje é uma Faculdade consolidada, onde nós temos nós temos um dos poucos graduação, sou suspeito pra falar, tive a oportunidade de ser presidente da Associação de Ensino Odontológico por 8 anos e conheci todo o ensino do Brasil. Por ter trabalhado na Comissão de Exame Nacional de Cursos por 8 anos do Ministério da Educação, também tive a oportunidade de conhecer a realidade brasileira, eu tenho plena convicção de que a nossa graduação é muito boa. Temos especialização em todas as áreas, e agora já estamos na 4^a Turma do Mestrado, em 2 áreas de concentração. Estamos aguardando a avaliação da CAPES para obter a nota mínima, que é 4, implantaremos este ano o programa de Doutorado. Aí iremos fechar uma Escola que nasceu no interior, particular, na época uma cidade pequena, hoje nós estamos uma Universidade Federal, onde hoje temos uma escola técnica de saúde que forma Técnicos em Prótese Dental e THD (Técnico em Higiene Dental). Quer dizer, atende ao ensino técnico da odontologia, nós formamos cirurgiões-dentistas para clínico geral, acredito que muito bem, nós formamos bem especialistas, e agora vamos formar acredito que bons professores para o Odontologia já com iniciação a pesquisa. E queremos formar doutores e pesquisadores em

Odontologia. Ai acho que pelo menos a minha passagem nesta Faculdade já vai estar cumprida.

Entrevista nº07

Entrevistado: Ailton Amado

Qualificação Prévia: cirurgião dentista, ex-aluno da 2^a turma – 1974.; Especialista em Radiologia pela Faculdade de Bauru em SP; Especialista em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Estadual de Londrina em 1981; Professor Adjunto 4 da Universidade Federal de Uberlândia.

Mãe: falecida

Pai: comerciante aposentado

Local de nascimento: Uberlândia MG

Classe social a que pertencia na época do curso: classe média baixa

Realizada em Uberlândia, dia 22/02/2006

P: Pergunta

R: Resposta

P: Como o senhor fez para custear a Faculdade de Odontologia?

R: Eu trabalhava de madrugada para pagar a Faculdade. Como era Autarquia, nós ganhávamos bolsa, ela vinha do, no meu caso, do Dr. Homero Santos. Mas foi por um ano somente. E eu pagava a Faculdade trabalhando no Colégio Estadual, eu era secretário substituto, dava aulas também. Tive que lutar bastante para chegar no que sou hoje.

P: Qual foi seu percurso escolar desde o início até o ingresso e a conclusão da Faculdade?

R: Bem, estudei no Colégio Estadual de Uberlândia. O primário eu fiz no Externato Santa Terezinha, até a terceira série na época, depois eu passei para o Externato Nossa Senhora Aparecida, na quarta série. E conclui o quarto ano com idade inferior para entrar na primeira série do ginásio. Então tive que fazer um ano de exame de admissão no Colégio Estadual. Então, após aprovado, tive duas reprovações, uma na primeira série (do ginásio) e outra no primeiro colegial. Isso devido a uma série de fatores de carga emocional, inclusive devido ao falecimento de minha mãe. Prestei inclusive supletivo para ganhar tempo na UFMG. Depois prestei vestibular para Medicina em Belo Horizonte e depois vim para Uberlândia prestar vestibular para Medicina, que estava sendo a primeira turma. Infelizmente, fui classificado mas não fui chamado. Então prestei vestibular para Odontologia. E ai eu fui chamado em 13º lugar.

P: Depois de formado, como foi o ingresso no mercado de trabalho, correspondeu às expectativas?

R: Olha, correspondeu mais do que eu esperava. Montei um consultório em julho de 1974, a minha primeira reação foi de fecha-lo. O custo estava muito alto para o tanto que eu estava ganhando na época. Fui incentivado por minha esposa. Continuei trabalhando. Eu tinha que pagar Cr\$14.000,00 (quatorze mil cruzeiros) na época, além do que eu estava contratado pela Faculdade da época para ser professor auxiliar de ensino. Mas consegui, trabalhando, me dedicando, e no primeiro mês paguei todas as minhas contas e no segundo, terceiro em diante. Nunca tive um consultório parado, sempre bem movimentado. Minha clientela era fiel, persistente, e trabalhei até o ano de 1984 no consultório, e por ordens familiares tive que parar. Cobranças de filho.

P: E a carreira profissional, como foi?

R: Tudo que fazemos, fazemos por amor. A carreira de professor não foi por menos. Eu já lecionei no Colégio Estadual no ginásio, já trabalhei em uma biblioteca do colégio, trabalhei em uma secretaria. Então, esse trabalho sempre desenvolve a gente, em formações, dados, memórias e eu consegui, a todo custo, passar por isso. Não tenho nada a reclamar, graças a Deus da Odontologia. Eu só vejo que a Odontologia de hoje não é a Odontologia daquela minha época. Houve as melhorias, inovações, avanços tecnológicos e

científicos, mas eu só vim a me especializar na minha área em que estava trabalhando em 81. E fui fazendo tudo isso por minha conta. Não contei com a ajuda da Faculdade com bolsa, com nada. Só tive uma ajuda de custo. Mas conseguimos.

P: O que representava para você ter uma Faculdade de Odontologia em Uberlândia?

R: Primeira coisa que devo colocar é a boa vontade e disponibilidade do Professor Laerte. Ele foi a mola que alavancou a Faculdade de Odontologia. Ele que procurou, correu atrás, viajava, quando ele conseguiu com o Rondon Pacheco a criação da Faculdade, ele selecionou o corpo docente. E nesta seleção, esse corpo docente vinha não nos horários comerciais normais. Eles vinham nos horário que tinham disponíveis nas Faculdades deles. Então, vinham no sábado, domingo e passavam 2 a 4 dias aqui. Muitas vezes eles eram acolhidos na residência do professor Laerte, para um jantar, ou até mesmo para hospedagem. E conseguimos fazer lá na Faculdade um alojamento, no 3º andar do saudoso prédio da Engenheiro Diniz. E lá também a gente fazia muita festa, na casa do professor. Era muito churrasco.

P: O que representou a Escola de Odontologia na sua vida profissional?

R: Ela significou justamente a profissão que eu estava procurando, mas não sabia. Como eu disse inicialmente eu prestei vestibular para Medicina. E voltei e fiz Odontologia. Não me arrependo. E uma área que estou lutando, gosto, trabalho e defendo principalmente a classe. Hoje sou delegado do Conselho e trabalho ativamente na Associação. Já fui secretário, presidente, hoje sou diretor de uma Escola de Aperfeiçoamento. Odontologia para mim é tudo. Eu respiro Odontologia.

P: Para sua família como era visto o Curso de Odontologia?

R: Em um primeiro momento, quando nasceram os filhos, ele questionou onde eu estava ele não me via. Foi por isso que eu parei. Ele já tinha 4 anos, ele nasceu em 1980 e em 1984 eu parei. Desde quando eu fiz Faculdade, eu mesmo quem arcava com minhas despesas de escola. Meu pai apenas me aguardava chegar em casa. A qualificação profissional dele não dava recurso ne. Mas ele não foi contra.

P: Como foi visto o Curso de Odontologia pela comunidade überlandense?

R: Por ser o professor Laerte o fundador da Faculdade, a população de Uberlândia foi toda em apoio a ele. Tanto e que a Classe Odontológica foi chamada para poder dar auxílio nas clínicas e em tudo. Todos eles colaboraram 100%. E vieram mais professores de fora, não resta dúvida. Professores que vinham de carro, ônibus e até infelizmente tivemos um acidente com um professor, que possui hoje o nome dele na placa lá no nosso Pronto Socorro. Tudo era festa. Não tínhamos nada que contrariasse, que atrapalhasse. Por mais que você falasse assim, hoje não tem material para trabalhar na clínica. Isso era parte do Curso. Muitas das vezes éramos nós quem comprávamos, que pagávamos pro paciente. Meus 4 anos de Faculdade foram 4 anos sem férias. Porque nas férias vinha professor de fora para dar aula. Então vinha professor de São Paulo, de Araraquara, de Araçatuba, de Bauru, Diamantina, Uberaba. Todos de renome.

P: A Escola de Odontologia trouxe alguma modificação na sociedade überlandense? Modificou alguma coisa? Em que?

R: Trouxe e bastante, porque houve uma melhora, Uberlândia possuía muitos dentistas práticos. Na época nos tínhamos muitos práticos. A luta era de um colega só, o Delegado do Conselho. Era briga mesmo. Era de andar armado e de mandar prender. E hoje graças a Deus, nós não temos sinal disso mais. Não trabalho com arma, nem contra o profissional, eu oriento. O serviço vai ser feito pela Secretaria de Segurança Pública. Quer dizer, hoje melhorou muito. Se a gente encontrar um ou outro ele está escondido por aqui.

P: Era função do Delegado prender?

R: Não, era função dele intervir na prática do exercício ilegal.

P: Para você a criação da Escola de Odontologia em Uberlândia veio atender a interesses de alguém? De quem? Para que? Para quem?

R: O interesse que o professor Laerte apresentou para a sociedade, e na época ele era da entidade que era a Associação Brasileira de Odontologia, naquela época era Associação dos cirurgiões-dentistas do Brasil Central, foi no intuito de melhorar essa qualificação profissional da classe.

P: Quem promoveu a criação do Curso de Odontologia?

R: Primeiro lugar o Professor Laerte. O Dr. Rondon Pacheco e o Homero Santos que foi quem federalizou a Universidade. São pessoas políticas que trabalharam na campanha. O Laerte é quem viajava, discutia e ia atrás, e que muitas vezes colocava a mão no bolso para sustentar o custo da Faculdade. O prédio que nós trabalhamos foi doado pela Igreja Nossa Senhora de Fátima e antes era um Seminário e que acabou sendo adaptado para ser uma clínica, com consultórios, com salas de aula, com laboratórios.

P: Qual acontecimento o senhor gostaria que ficasse registrado na história da Faculdade de Odontologia?

R: Primeiro tudo na vida passa. O nome é que fica na memória da população. Tudo o que fazemos em vida, devemos colher em vida. E, simplesmente, o reconhecimento que a Classe Odontológica deve ter para aqueles que trabalham em prol da classe. Posso ser visto como um chato, pois defendo o que é a lei da Classe, o Código de Ética. Muita das vezes devo advertir um colega, pois trabalho em favor dele, em prol dele.

Entrevista nº08

Entrevistado: Antônio Mário Buso

Qualificação Prévia: cirurgião dentista, ex-aluno da 1^a turma – 1973. Mestre em Reabilitação Oral; Especialista em Periodontia; Especialista em Metodologia de Ensino; Professor Titular Universidade Federal de Uberlândia

Nome da Mãe: Leonor Zelaneides, do lar

Nome do Pai: Vitório Buso, agropecuarista

Local de nascimento: Uberaba MG

Classe social a que pertencia na época do curso: classe média baixa

Realizada em Uberlândia, dia 23/02/2006

P: Pergunta

R: Resposta

P: Qual foi seu percurso escolar desde o início até o ingresso e a conclusão da faculdade?

R: Vim a Uberlândia em 15/11/1961 para estudar e tinha na época 14, 15 anos. Estudei no Externato Rio Branco, Liceu de Uberlândia, Escola Química Industrial de Uberlândia e fiz cursinho em Goiânia e Uberlândia.

P: O Curso de Odontologia era pago?

R: O curso era pago, porém seu valor era menor que o do cursinho.

P: Depois de formado como foi o ingresso no mercado de trabalho, correspondeu às expectativas?

R: Eu costumo dizer que eu peguei a melhor fase da Odontologia porque a mesma, até então, era muito radical. Por exemplo, um dente com problema no nervo era apenas extraído; se uma doença era detectada na gengiva extraíam-se todos os dentes e colocava-se dentadura, uma ponte. Além disso, a Odontologia na qual eu formei, seu princípio era mais conservador e um pouco mais elitizada, vamos dizer assim. Então eu entrei no mercado de trabalho onde já se tentava fazer a manutenção e a prevenção, então eu peguei a melhor fase da Odontologia onde ela sofreu uma metamorfose de tratamento radical para conservador. Radical para extrair o dente e conservador para preservar o dente, tratar o dente e estava preparado para trabalhar o paciente na preservação dos dentes na boca e não a extração dos dentes. E eu costumo dizer para pacientes meus: “ponte e dentadura são muletas da boca”.

P: E a carreira profissional, como foi?

R: Eu diria que eu fui um dos caras mais felizes na minha profissão. Eu tinha só uma chance de passar no vestibular, pois não podia tomar bomba. Meu trato com meu pai era que se eu tomasse bomba, deveria voltar para a roça. Eu tomei bomba em medicina, mas passei em Odontologia. Meu maior sonho foi ter tomado bomba em medicina porque eu encontrei dentro da Odontologia o que eu acho de melhor que eu faço, faço com amor, com carinho que é a ter a clínica de especialidade em periodontia e na oportunidade eu fiquei como monitor e sou professor há 32 anos na escola de Odontologia da Universidade Federal. Eu tive a melhor fase da Odontologia e criei um espaço dentro dessa fase, criei meu nome, meu espaço profissional tanto na área de docência, como na área clínica.

P: O que representava para você ter uma Faculdade de Odontologia em Uberlândia?

R: Uberlândia nessa época já era um centro de estudos. Muitas pessoas vinham para cá para estudar, embora Uberaba, Goiânia e Ribeirão Preto fossem mais famosas. Aqui, como já existia a Escola Federal de Engenharia, então já tinha um fluxo de pessoal da própria cidade e das cidades vizinhas que vinha para se preparar para o curso superior. Então a vinda da Odontologia foi fundamental porque era mais uma opção de Curso Superior. E um Curso Superior em uma área carente até hoje no país, a área de saúde. Não que não

tenham profissionais, mas o sistema de saúde no Brasil é falho: o particular não tem dinheiro para gastar e o serviço público não paga todo o tratamento do indivíduo. A população não tem dinheiro e o sistema público é muito limitado do meu ponto de vista.

P: O que significou/representou a Escola de Odontologia na sua vida profissional?

R: A Escola de Odontologia foi um marco que eu acho que foi um presente de Deus. Eu me encontrei dentro do meu Curso, dentro da minha profissão e dentro da minha especialidade. Então o que eu tenho hoje, meu espaço profissional, a oportunidade que eu tive de dar aos meus filhos aquilo que eu não tive foi graças a Odontologia então ela foi um marco fantástico. Eu criei um espaço para mim que acho que poucos conseguiram, tanto na área de docência como na área clínica.

P: O que significou/representou o Curso de Odontologia para você?

R: A formação cirurgião dentista, talvez já tenha até citado anteriormente, que para mim foi um marco na minha vida, uma transposição, uma metamorfose muito grande porque eu me encontrei dentro do Curso que eu escolhi. Eu faço com carinho, com gosto e com dedicação, então eu tenho bom relacionamento com os professores, com os alunos e com meus pacientes em clínica particular. Então ela foi fundamental na minha vida e continua sendo um marco fantástico.

P: Para sua família como era visto o Curso de Odontologia?

R: Para os meus pais que vieram com a educação da Itália e não estudaram praticamente nada aqui no país, que tinham um nível de conhecimento pequeno além de pouco desenvolvimento muito baixo na literatura, nas ciências, então qualquer Faculdade para eles era fantástica. Só de eu estar estudando, largar os trabalhos rurais e ter um nível superior, já foi uma trajetória muito grande. Então tanto para mim quanto para eles foi fantástico, foi uma conquista muito grande que poucas famílias na época tinham, e minha família teve. Para eles foi um orgulho muito grande.

P: Como foi visto o Curso de Odontologia pela comunidade überlandense?

R: A Faculdade foi tão bem vista como a Engenharia, o Direito, a Filosofia, a Medicina. A Odontologia era mais uma área da saúde que veio desde então e para ficar. Hoje é uma Faculdade de médio porte e tem um nome nacional. Então para a comunidade überlandense e nacional eu acho que foi uma vista espetacular, foi um marco na nossa Escola, na nossa Universidade. Para a sociedade e para o local foi fantástico. Foi muito importante como todas as outras Escolas. Agora, como a área é a de saúde, ela veio para dar uma assistência muito boa que nós hoje temos na Faculdade.

P: A Escola de Odontologia trouxe alguma modificação na sociedade überlandense? Modificou alguma coisa? Em que?

R: Para se ter uma ideia, hoje nós temos uma Escola de Odontologia que recebe alunos de várias partes do Brasil e tem cursos de especialização e pós-graduação a nível de mestrado além de um pronto socorro gratuito que funciona 24 horas, o que eu acho o mais fantástico na Escola pois qualquer dor de dente, qualquer desconforto ou traumatismo bucal, tem um atendimento imediato. Eu acho que isso é um ganho muito bom para uma cidade, uma região. Nem todos os lugares têm isso e aqui existe esse privilégio, esse ganho, esse benefício para a sociedade.

P: Para você a criação da Escola de Odontologia veio atender a interesses de quem? Para que? Para quem?

R: Eu acredito que foram vários os interesses. Primeiramente, atrás de qualquer convite existe um interesse político. Então, Uberlândia toda vida teve uma visão política muito grande, então ela não gosta das coisas mais ou menos. Ela quer ser boa para melhor. Então se aqui já existia uma Escola de Engenharia e a escola de Direito já tinha sido fundada, os profissionais da época aqueles idealistas da Escola de Odontologia, juntamente com os políticos na época, que foram Rondon Pacheco, Homero Santos, Walcir

DelCastro(deputado estadual) esses interferiram muito politicamente e socialmente para trazer a Escola de Odontologia pra cá.

P: Quem promoveu a criação do Curso de Odontologia?

R: Eu colocaria a Associação Brasileira de Odontologia secção de Uberlândia, na época eu me lembro que tinha o Dr. Laerte que foi um dos mais influentes, o Dr. Márcio Pacheco, Dr. Ângelo Danes, e outras pessoas que eu não me lembro mais, pessoas que estavam envolvidas, mas não se manifestavam politicamente ou socialmente, mas que interferiram na vinda da Escola para cá. E isso era o idealismo dessas pessoas, juntamente com os deputados e os políticos da época, houve um intercâmbio de ideias que proporcionou a vinda da Escola pra cá.

P: Tem alguma história, algum acontecimento importante da Faculdade que o senhor quer deixar registrado?

R: Eu diria que o marco mais importante é que na época já existia a Faculdade de Engenharia que era federal. Depois vieram as Faculdades de Medicina e Odontologia e para concretizar o sonho, eram realizadas quermesses, semelhante às feitas por JK para a fundação de Brasília, realizadas pela sua esposa Sara K. que fazia aquelas festinhas para angariar fundos. Então nessa época tiveram essas quermesses para a vinda da Faculdade, para a compra dos laboratórios do Curso de Medicina. E eu que era criança, rapazinho nessa época, gostava dessas festas e ia, comprava nem que fosse um refrigerante, um suco, um lanche e esses fundos foram que levaram à vinda desses laboratórios do Curso de Medicina. Se tinha a Medicina, porque não ter a Veterinária, a Odontologia, a Educação Física? Então foram a vinda dessas Escolas e desses acontecimentos que marcaram minha época de estudante e eu queria um futuro dentro de um Curso Superior, que por acaso, foi a Odontologia. Eu acho que isso marcou minha vida.

Complemento curricular: especialização em metodologia de ensino, especialização em periodontia e Mestrado em reabilitação oral. Então hoje eu sou um mestre titular na disciplina de periodontia e não tenho coragem de me aposentar (Risos).

Complemento requisitado pelo próprio entrevistado: Eu não poderia deixar de citar o nome de uma pessoa, Weiss Cunha. Ele foi idealizador, professor, fundador e foi um dos indivíduos que mais trabalhou na Escola de Odontologia. Ele hoje talvez esteja esquecido na Escola dentro da Administração política, mas ele não está esquecido por quem foi aluno dele e por quem reconheceu o trabalho que ele fez na Odontologia.

Entrevista nº09

Entrevistado: Gildésio Rezende Alvarenga

Qualificação Prévia: cirurgião dentista, ex-aluno da 6^a turma – 1978;

Nome da Mãe: Alaide Resende Alvarenga, do lar

Nome do Pai: Osto de Oliveira Jannus, comerciante

Local de Nascimento: Araguari MG

Classe social a que pertencia na época do curso: classe baixa

Realizada em Uberlândia, dia 24/02/2006

P: Pergunta

R: Resposta

P: O senhor é quem custeava a Escola?

R: Na época que nos entramos era ela particular, eu dava aulas em Araguari para custear o curso, eu ministrava aulas de Química a noite e me associei ao Crédito Educativo, mas logo em seguida, 2 anos depois ela foi federalizada.

P: Era elevado o valor da mensalidade?

R: Não sei te informar o valor, mas para minhas condições na época, ele era caro. Se eu não tivesse conseguido dar aulas no colégio estadual na época talvez eu não teria conseguido fazer o Curso.

P: Qual foi o seu percurso escolar desde seu ingresso até a conclusão da Faculdade?

R: Foi todo em Araguari, eu passei no primeiro vestibular, sem cursinho. Apenas fiz aquela revisão uma semana antes das provas. Em Araguari, estudei todos os anos em colégio público.

P: Como foi seu ingresso no mercado de trabalho, correspondeu as expectativas?

R: Após sair da Faculdade, comecei a trabalhar. Minha esposa que também é dentista juntamente com minha cunhada e concunhado que são médicos, resolvemos montar uma clínica conjunta na Machado de Assis nº821. Onde ficamos 7,8 anos juntos. Também fui R2 do exercito, entrei como militar, fiquei um ano e não quis continuar. Depois fiquei sócio da pro-saúde, que congrega empresas. Assim foi como comecei a minha vida profissional.

P: E a carreira profissional como foi?

R: Muito boa, graças a Deus. Me considero realizado, mas não totalmente. Acho que ninguém se realiza totalmente, senão acabava tudo. Mas sou muito feliz com o que fiz e não me arrependo absolutamente de nada. Meus filhos, por livre escolha, cursam Odontologia hoje também.

P: O que representava para você ter uma Faculdade de Odontologia em Uberlândia?

R: Como realização pessoal e social, ela representou muito porque ela me colocou no meio social. Hoje me considero uma pessoa grata. Isso me abriu as portas pro Lions, pra ADESG, pra Maçonaria... Socialmente foi muito bom e profissionalmente eu nunca deixei de participar do acompanhamento da evolução da Odontologia. Eu sou uma pessoa que investe na própria profissão. O meu conceito ele vai um pouco em choque com a maioria dos profissionais os quais eu conheço, que não gastam com Curso, que acham que é bobagem. Fiz cursos a vida toda. Dava inicio ao meu trabalho as seis e meia da manhã, principalmente os 10 primeiros anos, eu trabalhava até oito e meia da noite e aos sábados. Hoje já sou um pouco moderado, mas mesmo assim, as dez pra sete da manhã já estou no consultório e saio as onze e quinze, retornando a uma hora e ficando no máximo até as seis e meia da noite. Eu acho que profissionalmente me considero muito feliz, apesar de todas as limitações que o profissional tem. Não me arrependo em nenhum minuto de ter escolhido tudo isso.

P: O que significou a Escola de Odontologia em sua vida profissional?

R: Foi o que eu acabei de dizer. A escola é que faz a formação. Se você pensar o que era a Escola na época e o que era hoje, percebemos que o parâmetro que temos hoje é muito ruim, porque muita coisa da Odontologia evoluiu muito. Mas hoje o que percebemos é que as escolas hoje não possuem o mesmo empenho de antigamente. Os professores se dedicavam mais ao ensinar, pois formavam um profissional com segurança maior do que existe hoje, sei disso pois convivo com 400 profissionais. Por minha esposa ser dentista, e eu ter um rol de amigos que são médicos, então eu posso fazer um traçado paralelo. Eu percebo que a Odontologia é um pouco complicada neste sentido.

P: Para sua família como era visto o Curso de Odontologia?

R: Para eles foi uma realização. Principalmente para a época, era realmente uma coisa boa, fantástica. Eu vinha de carona. Hoje a gente percebe que quem forma hoje sabe pouco. Antes possuímos material humano. Fica-se a impressão que o aluno sai da Faculdade sabendo alguma coisa, para que depois ele seja obrigado a fazer um curso de especialização, para nela aprender um pouco mais e depois ainda tem que se fazer um curso de pós-graduação pra se praticar mais. A evolução instrumental de material, científico, nem se compara com aquela época. O que me deixa horrorizado é a falta de entusiasmo quando se conversa com aluno, diferentemente da nossa época, e acabo por pensar que na nossa época não era assim. Tínhamos que estudar muito mais e se era muito mais cobrado. Quando o profissional formava ele possuía menos medo que os profissionais que se formam atualmente. Pois, se hoje você sai da Faculdade e não tiver um dinheiro para pagar um curso de especialização, você acabara indo para o interior de algum Estado para conseguir se dar bem. Então minha família, realmente, naquela época viu com muito entusiasmo o meu ingresso na Faculdade de Odontologia.

P: Como foi visto o Curso de Odontologia pela comunidade überlandense?

R: Na época era muito mais entusiasmo que hoje, pois se falava em Medicina, Engenharia, Odontologia e Direito. Só existia isso. Na proporcionalidade, naquela época havia uma guerra entre cursinhos, como por exemplo, entre o Ubermed e o Galileu. Era uma verdadeira guerra de preparo e de cobrança. As provas não eram descriptivas. Para a sociedade, hoje é menos importante do que era naquela época. Hoje todos os cursos estão nivelados.

P: A Escola de Odontologia trouxe alguma modificação na sociedade überlandense? Modificou alguma coisa? Em que?

R: Na sociedade em si não. Na saúde e na orientação das pessoas é claro que sim. Para mim a sociedade está muito associada a valores, a trabalho. Para mim é muito relativo esse tipo de coisa.

P: Teve alguma modificação no modo de ver a Odontologia? E quanto aos dentistas da cidade? Antes tinha mais dentistas práticos? E quanto ao atendimento gratuito da policlínica da UFU?

R: Para mim era uma coisa pública. Não posso te afirmar isso não, mas imagino era muito mais pobre, onde diversos profissionais se juntam para abrir cursinhos de especialização, cobram caro, e muito usuário que deveria pertencer ao consultório particular acabam por ir numa clínica dessas, que deveria ser voltada para pessoas de baixa renda. Determinadas clínicas, destes cursos, onde você chega e vê carros novos na porta. Quer dizer, essas pessoas deveriam estar indo para consultórios particulares. Na época se atendia realmente pessoas necessitadas. Eu acho que isso é algo que coloca nossa área mais para o lado popular. Olha, “coisa gratuita” na verdade tem que ser bancada por alguém. Tem que ser triado por uma assistente social. Na verdade alguém tem que pagar a conta. Se é o prefeito, se é o governo, se é o Estado, a gente não sabe. Hoje tem muita gente fazendo implantes,

prótese, claramento, colocação de aparelhos nessas clínicas, e na verdade deveriam ira para consultórios particulares.

P: Para você a criação da Escola de Odontologia veio atender a interesses de quem? Para que?
Para quem?

R: Eu acho que em toda escola, baseado na cultura que possuímos, cria-se Faculdade como se cria cachorro, na verdade. Não sei quantas Faculdades de Administração e Direito se tem na região, daqui alguns dias nem sei quantas serão de Odontologia. O que vou pensar disso? É político. Se fosse social, o governo interviria nas clínicas retirando aqueles que podem pagar e os enviando a clínicas particulares e que está deixando o coitado sem atendimento. Me parece ser mais de conotação política, onde o político faz campanha em cima. Se é bom ou ruim, isso depende. Se fosse social, iria atender aos pobres. Acaba sendo ruim para quem fica sem campo de trabalho.

P: Quem promoveu a criação do Curso de Odontologia?

R: Dizem que foi o Homero Santos e o Rondon Pacheco. Não tenho essa informação segura.
Não sei se foi os dois ou mais alguém junto. Mas acho que teve um peso muito grande o Homero Santos e o Rondon.

P: Na sua época de Faculdade teve algum fato que o senhor acha que deva ficar registrado?

R: Do que me recordo, acho que tivemos um Curso que ofereceu uma boa formação, com ótimos professores, talvez, não tivesse a tecnologia que se tem hoje, mas imagino que eles conseguiriam muito mais do que se conseguiu na época. E, infelizmente, hoje o ensino não é tão cobrado como naquela época. Hoje é difícil quem queira estudar em uma escola publica. O professor perdeu a motivação. Na época era uma Faculdade muito respeitada, alguns vinham de Bauru, com bastante formação. Foi uma época de transição da Engenheiro Diniz para o Umuarama. Fui monitor do professor Souza, de Farmacologia, foi uma coisa que me ajudou muito.

Entrevista nº10

Entrevistado: Odorico Coelho da Costa Neto

Qualificação Prévia: cirurgião dentista, ex-aluno da 2^a turma – 1974. Mestrando em Cirurgia Oral; Especialista em Metodologia do Ensino Superior pela PUC/MG em 1979; Professor Titular Universidade Federal de Uberlândia.

Nome da Mãe: Terezinha Pereira da Costa, costureira

Nome do Pai: Jair Coelho da Costa, comerciante

Local de nascimento: Buriti Alegre GO

Classe social a que pertencia na época do curso: classe média baixa

Realizada em Uberlândia, dia 24/02/2006

P: Pergunta

R: Resposta

P: Veio para Uberlândia quando?

R: Nasci em 1952 e vim para Uberlândia em 1961.

P: Quando o Sr. começou a Faculdade, morava aonde?

R: Eu morava na Av. Cesário Alvim, 705 ou 701. Era quase esquina com a Coronel Antônio Alves, ao lado do Calçados G.

P: Percurso escolar desde o início até o ingresso e a conclusão da Faculdade.

R: O primário em comecei em Buriti Alegre em uma escola paroquial. Quando eu mudei para Uberlândia, eu fiz escola particular, Externato São José, ali na Tenente Virmondes entre a Cipriano e a João Pinheiro. Lá eu fiz até a admissão, aí a gente enfrentava quase que um vestibular para entrar no colégio estadual. Aí fiz o colégio estadual, da primeira série até a quarta série, e fiz o científico até o segundo científico no estadual. Depois eu fiz esse exame de madureza, então o meu pai me emancipou com 18 anos porque só podia fazer quem era emancipado. Daí eu prestei esse exame em Anápolis, no colégio Couto Magalhães. Passei e posteriormente eu prestei o vestibular para Odontologia. E prestei só para Odontologia. A minha escolha era a área biomédica, era a área da saúde. Isso já estava precocemente definido. Principalmente, a minha mãe queria que eu fizesse Medicina. Eu falava para ela: “Mãe, eu vou fazer aquilo que eu tiver condição de fazer e no momento que der certo”. Então eu trabalhava, eu tenho carteira desde os 14. Eu comecei com 11. Com 11 anos eu já trabalhava no armazém. Estudava de manhã e trabalhava à tarde. Com 14 anos eu passei a trabalhar em uma transportadora, a J. Fernandes, até eu ingressar na Faculdade.

P: E foi difícil entrar na Faculdade? Era concorrido?

R: Como foram os primeiros vestibulares, a concorrência não era alta. A minha turma, se não me engano, chegou a dar dois para um.

P: O Sr. entrou novo. O pessoal da sua turma era mais novo, era mais velho?

R: Era bem mesclado. Tinham dois mais novos que eu na minha turma. Depois tinha um grupo, digamos, intermediário, e tinha outro grupo que era menor, que tinham uma idade maior. O mais velho da minha turma tinha a idade do meu pai na época. Ele já era dentista prático e era tido na época como um dos bons dentistas da cidade, com uma clientela na classe A. Vinha de uma família de dentistas, o pai foi dentista prático, os irmãos foram dentistas formados. Ele chegou à presidência do Lions Clube, o mais tradicional da cidade.

P: O curso era pago? Era alto o preço da mensalidade?

R: O Curso era pago mas não era caro. Foi uma das coisas que me possibilitou fazê-lo, porque, por exemplo, o Curso de Medicina na época era pago e a mensalidade para nós era muito mais cara. Aqui a Faculdade era a mantenedora, a “Autarquia Educacional de

Uberlândia”, ela mantinha três Faculdades: a Odontologia, Educação Física e a Veterinária. Então ela mantinha uma parte e a gente pagava a outra parte. É muito semelhante ao que acontece hoje com a Universidade Estadual de Minas Gerais, quer dizer, tem algumas Faculdades, não é totalmente gratuito...

P: Se fosse hoje, o Sr. acha que seria quanto?

R: Hoje? Levando em consideração a Faculdade hoje, devido à grande concorrência, os custos das mensalidades têm caído. Eu acredito que hoje seria um terço... Eu não tenho com muita precisão, porque a nossa referência na época era a Faculdade de Uberaba, então deveria ser no mínimo um terço do que custava Uberaba. Para mim, era o único jeito de eu fazer a Faculdade na área que eu queria, era aqui porque eu não tinha condição, a minha família não tinha condições de sair e todo o recurso que eu poupei durante o tempo que eu trabalhei foi para custear a minha Faculdade até um determinado período quando então, na época, existia uma possibilidade que era o seguinte: a gente era selecionado como monitor, o monitor era obrigado a cobrir uma carga horária de serviços dentro da Faculdade, para fazer diversos serviços, e ele tinha isenção da mensalidade. Na época eu fui monitor de semiologia e o professor responsável pela disciplina era o José Antônio de Campos Machado. Ele era professor em Araraquara então ele vinha aos finais de semana, as aulas eram dadas na sexta e no sábado pela manhã.

P: No começo vocês tiveram uma equipe muito boa de professores...

R: Muito boa. Os professores nossos vieram praticamente de Bauru como o de radiologia, o Gastão, Luis Alberto de Sousa Freitas; materiais dentários nós tivemos o Dr. Diógenes de Abreu e vários outros professores; pessoal da cirurgia, o Doraceu de Lima; na odontopediatria a gente tinha o Aymar; na social preventiva tinha o Vitoriano B. De Ribeirão Preto, na periodontia, nós tínhamos o Sérgio Narciso Marques de Lima; de Araraquara, na semiologia tinha o Luis Antônio Campos Machado; na endodontia o professor Mário Roberto Leonardo; de São Paulo na prótese a gente tinha o Edmundo Neves, de patologia bucal, que era da USP, a gente tinha o professor José Barbosa. Então eram grandes professores na época na área da Odontologia... na prótese total, tivemos um professor que fugiu desse eixo, porque a nossa relação aqui sempre foi muito maior com São Paulo que propriamente com Belo Horizonte. E até hoje...

P: E os primeiros anos foram juntos com a Medicina?

R: O básico tinha um convênio da Autarquia com a FEMECIU que na época era Faculdade “Fundação Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia”, teve um convênio em que o ciclo básico era ministrado pelas...

P: E o Sr. acha que foi bom ou ruim para vocês terem aulas com os professores médicos?

R: Nós tivemos alguns professores, porque, por exemplo, a parte que era mais específica, a gente tinha já com o pessoal que foi da Odontologia. Tanto é que na anatomia, tinha um professor Hélio Romano que era da USP, fazia a parte de anatomia um pouco dental. Então nós tivemos na geral, vários professores da área médica. Eu acho que foi muito bom porque praticamente era uma formação muito semelhante a que era dada aos alunos da Medicina naquela época, e a cobrança era igual. Então o professor Gladstone, de Citologia, ele era o mesmo professor da Medicina e o nível de cobrança dele... Ele colocava-se como professor da área de saúde então quem entrasse na sala de aula naquela disciplina deveria ter um conhecimento que ele considerava básico para toda aquela área. Agora, nas partes mais específicas, vinham os outros professores. Mas eu acho que foi muito bom muito salutar a gente ter essa convivência, porque foi a partir dessa convivência desses cursos, tanto a Odontologia, a Veterinária, a Educação Física, que possibilitou a união depois para virar a Universidade Federal de Uberlândia. Porque igual a UFU só tem uma outra que foi criada nos mesmos moldes. E em Uberlândia só existiu por causa dessa outra, que é Santa Maria no Rio Grande do Sul. Na mesma época que foi federalizado Uberlândia, foi

federalizado em Santa Maria. Era muito semelhante a agregação das Faculdades, porque a única federal que tinha na época era a Engenharia. As demais Escolas eram estaduais, a Medicina Veterinária, era para ser uma Escola em que a parte profissionalizante deveria ser em Tupaciguara... então ela chegou a ser feita lá, depois voltou para cá. Então o pessoal fazia o básico aqui e quando chegava a parte profissionalizante, deveria ser feita em Tupaciguara. Então a Medicina Veterinária, a Educação Física e a Odontologia, eram da Autarquia Educacional do Estado de Minas Gerais. A Economia, Administração quem comandava era o doutor Juarez Altafin, o Direito era o doutor Jacy de Assis, Letras e Pedagogia era das irmãs... Aí reuniu isso tudo inicialmente na Universidade de Uberlândia, UNU. Então, o que aconteceu? A Autarquia Educacional de Uberlândia doou o curso e o patrimônio que tinha na época para a UNU. O doutor Juarez Altafim tinha os cursos, mas não tinha a área física. Então ele doou os cursos. Tinha a FEMECIU, a Faculdade de Medicina que era uma fundação doou o curso com o patrimônio. As irmãs doaram o Curso, mas não doaram o patrimônio. E o único que doou o Curso com todo o patrimônio foi doutor Jacy de Assis, além de sua biblioteca particular, Direito, um curso de altíssima procura na região. A Universidade recebeu depois outras doações como essa área do Umuarama. A única federal que tinha era a Faculdade de Engenharia. E Santa Maria tinha uma situação muito parecida com essa. Então nessa época quando estava mobilizando essa questão da federalização de Santa Maria, se não me engano, Rondon Pacheco era o ministro da casa civil e percebeu isso: se estão federalizando Santa Maria, entra com o processo em Uberlândia e vai ser igual. Federalizou lá, federaliza aqui. E nós só temos Faculdade federal aqui também porque uma proposta muito semelhante foi feita para Uberaba porque lá já tinha a Faculdade de Medicina que era federal. Engenharia, Odontologia, eram particulares. Então essa mesma coisa foi feita pra lá só que ele não abriu mão do patrimônio, não quis dar Curso nem patrimônio, porque Uberaba na época era maior que Uberlândia.

P: O que representava para você ter uma Faculdade de Odontologia em Uberlândia?

R: Eu deslumbrei, era uma oportunidade de fazer uma coisa que eu queria fazer, que era na área de saúde. Era realizar um sonho porque se eu tivesse que sair daqui para fazer outra Faculdade, dificilmente eu teria essa condição. E por outro lado o idealizador da Faculdade de Medicina, o doutor Laerte de Alvarenga Figueiredo, estava realizando um grande sonho que era colocar em Uberlândia uma Faculdade de Odontologia. Aí sem dúvida alguma esse crescimento que a cidade teve na década de 70, 80, quando Uberlândia ultrapassou Uberaba em todos os parâmetros de arrecadação, de população, acho que isso se deve muito aos Cursos Superiores que aqui foram implantados e, principalmente, à Universidade Federal de Uberlândia, pois durante muito tempo essa chegou a ter um orçamento muito maior que o da prefeitura. Em termos de construção, em termos culturais, em termos sociais e em última instância econômica, eu acho que a Universidade contribuiu e muito para o crescimento de Uberlândia porque ela jogava no nosso mercado uma quantidade de recursos, uma quantidade de dinheiro muito grande.

P: O que representou essa Escola na sua vida profissional?

R: Na minha vida profissional ela significa tudo. Ela me possibilitou realizar um sonho que era atuar na área da saúde, me possibilitou...

P: Apesar da sua mãe querer a Medicina, a família apoiou sua decisão?

R: Tive todo o apoio da minha família. Quando eu entrei, meus pais assumiram aquilo ali e na época existiu uma mudança de concepção da Odontologia, porque até então as pessoas que vinham de cidades menores particularmente, eram muito acostumadas com o dentista prático. Então quando começou a surgir essa mudança de odontologia como uma ciência da área da saúde, já distanciando da questão do indivíduo prático. Então eu tive todo o apoio da minha família, me realizei, além da minha formação me possibilitou meu

primeiro emprego, tão logo eu formei eu já era monitor. Eu formei eu fui contratado. É verdade que enquanto era Autarquia Educacional de Uberlândia, enquanto foi Universidade de Uberlândia, a gente tinha que ter uma opção quase que franciscana para estar aqui, porque nós ficamos seis meses sem receber... mas essa turma que permaneceu, a gente tinha um grande ideal. A gente ficava sem receber mas poucos foram aqueles que abandonaram. A gente sempre vislumbrava, principalmente pelo que o doutor Laerte colocava de que era uma transição, que a fase inicial de implantação era difícil mas que ia passar. Então por essa mensagem de otimismo que ele passava para a gente, a gente segurava. Não recebíamos em dia nunca no início. Agora, depois que virou Universidade Federal de Uberlândia, isso acabou. Nós tivemos uma época em que tivemos os melhores salários.

P: Como foi visto o Curso de Odontologia pela sociedade überlandense?

R: Representou um ganho para a comunidade sem dúvida, no momento em que foi implantada a POLICLÍNICA, a primeira clínica na Engenheiro Diniz, nós passamos a atender uma fatia da população que, às vezes, não tinha acesso a nenhuma forma de tratamento odontológico e a gente sempre pensando que esse atendimento nós deveríamos buscar uma forma de financiamento que não cobrasse nada do paciente, isso diferentemente das outras Escolas que tinham uma questão mercantilista bem determinada, muito forte. Então desde o começo, ela foi criada no sentido de que deveríamos oferecer um serviço à comunidade e que esse serviço deveria buscar a isenção de pagamento e taxas. No começo cobravam-se algumas taxas porque não tínhamos recursos para viabilizar o atendimento. Mas sempre foram as menores taxas se comparadas com outras Faculdades, até que nós conseguimos passar todo esse atendimento conveniado. Então nós fomos a primeira Faculdade de Odontologia do país a ter um convênio com o antigo INPS. Primeiro foi por repasse de consulta. Então tinha um convênio com a área médica e por repasse a gente atendia a parte odontológica. Depois nós fizemos um convênio específico para a Odontologia.

P: A Escola de Odontologia trouxe alguma modificação na sociedade überlandense? Modificou alguma coisa? Em que?

R: A primeira coisa que veio a mudar foi a concepção da Odontologia dentro da sociedade. Então, com a faculdade aqui a profissão Odontologia passou a ser mais valorizada. Então, houve uma valorização tanto daqueles que já atuavam aqui quanto dos novos profissionais que foram ingressando no mercado de trabalho. Então a sociedade passou a enxergar a Odontologia realmente como uma profissão da área de saúde fundamentada em princípios científicos, biológicos, e não apenas a Odontologia na função prática. Segundo a questão da assistência odontológica que trouxe à população. Não só o que era feito na própria Faculdade, mas ampliaram-se os serviços de Odontologia na cidade. Os serviços públicos eram muito escassos, muito pequenos, então com a Faculdade aqui, apesar de ainda hoje ser considerado insatisfatório, mas com a vinda da Faculdade, houve um aumento da oferta desses serviços à população. Na época estava começando a ter uma mudança de orientação das profissões na área da saúde, e a odontologia estava ingressando nessa mudança. Então, até 1970, a visão das profissões na área da saúde era curativista, você trabalhava apenas em cima da doença. A partir daí passou a mudar a concepção, passou-se a trabalhar a educação e a prevenção. Então, os primeiros problemas educativos e preventivos em Odontologia no município de Uberlândia, veio com a Faculdade. Então educação e prevenção começaram aqui em Uberlândia com a implantação da Faculdade porque até então não se falava em programas assim, só se trabalhava em cima da doença: de cárie principalmente, e alguma coisa de doença periodontal. A doença periodontal nem era uma coisa considerada tão importante.

P: Para você a criação da Escola de Odontologia veia atender a interesses de quem? Para que?
Para quem?

R: Diversos interesses. A implantação da nossa Faculdade teve um forte componente político. Se nós não tivéssemos uma representação política tão forte como tínhamos na época: Rondon Pacheco, Homero Santos, João Pedro Agostinho; talvez não tivéssemos conseguido, tal qual não tínhamos conseguido a federalização da nossa Universidade. Então houve um apelo político muito forte para que a Faculdade pudesse ser implantada. E como na época as coisas eram determinadas pela política, não se tinha nenhum estudo prévio para dizer que ali precisa de uma Faculdade, ali não precisa. Tinha aquele que tinha maior representatividade, maior força política e que conseguia levar.

P: Quem criou essa Faculdade aqui então...

R: Houve primeiro o idealista, Dr. Laerte. Isso sem dúvida. Foi ele quem quis fazer, apostou, dedicou toda uma vida, perdeu dinheiro. Porque esses professores que vinham de fora não raros, ou eles se hospedavam na casa do Doutor Laerte, tomavam refeição na casa do Doutor Laerte, faziam da casa dele uma extensão da Faculdade. As festas promovidas eram feitas na casa dele, várias delas. O idealista foi ele, agora as forças políticas é que consolidaram isso daí porque quem tinha força política levava, quem não tinha não conseguia. Agora se nós transportarmos isso mais recentemente, esse crescimento desordenado das Faculdades de um modo geral, não apenas da Odontologia, em determinados locais eles estão cumprindo uma missão social, até porque em locais distantes, de difícil acesso, essas Faculdades eu acho importante porque melhora a condição local da cidade independentemente se tenha uma mentalidade mercantilista ou não, mas se ela está existindo num local onde está descoberto, eu acho que é interessante. Agora o que tem movido mais esse crescimento desordenado é sem dúvida o mercantilismo, sem nenhuma análise mais profunda de uma necessidade. Agora eu acredito, visão pessoal, que quem deve fazer essa regulação é a própria sociedade. O Governo, como a educação e a saúde são concessões dele, deve atuar como regulador desse processo principalmente envolvendo a qualidade e informando a sociedade dessa qualidade desse ensino, agora quem praticamente deve fechar a Faculdade é a sociedade. Como? Não tendo aluno. Porque se os indivíduos se opõem a fazer uma Faculdade de Odontologia de excelentes padrões para formar um profissional altamente qualificado, comprometido com o ensino, a pesquisa e a extensão, porque não pode fazer? Se o indivíduo quiser fazer, essa Faculdade terá vida longa. Agora o que não pode é “criar essas arapucas”. Esse “faz de conta”: faz de conta que eu te dou um Curso, você me paga por esse faz de conta, você não me cobra e eu não te cobro. Um pacto de mediocridade.

P: Depois de formado, como foi o ingresso no mercado de trabalho? Correspondeu às expectativas?

R: Fui monitor e logo fui convidado a dar aulas. Na época era por convite, não era por concurso. Os professores da época, na conversa informal que tinham entre eles, faziam um convite e na época, simultaneamente, eu tive dois convites. Eu tive o convite inicial da semiologia e 15 dias depois do convite que eu aceitei, porque assim, a princípio, eu vislumbrei uma forma de dar continuidade no meu ensino, porque no meu primeiro ano de Faculdade eu ganhei uma bolsa. Não chegou no primeiro ano, porque os primeiros seis meses eu paguei. Depois eu ganhei uma bolsa de um ano e pouco, Homero Santos concedia bolsas... Quando ela estava vencendo eu pensava: “como é que eu continuo?”, daí surgiu a oportunidade da monitoria. Quando eu recebi o convite do professor para ser monitor, o primeiro pensamento que veio na cabeça foi: “consegui um jeito de terminar o meu Curso”, porque eu ia fazer tudo que ele ia mandar, pedir, então no momento em que ele me fez o convite eu aceitei. Praticamente 15 dias depois o professor de Odontopediatria me fez também um convite. Por coincidência, os dois eram de Araraquara. Eu acabei me

direcionando para a carreira na área de diagnóstico, mas tenho até hoje uma facilidade muito grande em atender criança.

P: O Sr. olhando esse tempo todo dedicado à Faculdade, como o Sr. se sente, suas expectativas foram correspondidas? Tem algum fato, algum elemento que o Sr. gostaria de deixar registrado?

R: Quando essa Faculdade foi criada, as primeiras turmas tiveram uma grande identidade com a Faculdade. A gente se dedicava muito à Faculdade, a gente entendia as dificuldades que a Faculdade tinha, o diretor da época, a gente sabia que ele estava fazendo coisas que não teria necessidades de fazer que é tirar dinheiro do bolso, que é hospedar, dar refeição, mas ele fazia tudo aquilo em cima de um ideal porque ele sempre falava para a gente: "Isso vai vingar. Nós vamos fazer aqui a melhor Faculdade de Odontologia do Estado de Minas Gerais". Tanto é que os professores que foram chamados no início eram professores de primeira linha, de primeira qualidade, de primeiro expoente que tinha no Brasil. O coordenador do curso inicial que veio para cá, o doutor Dioracy Fonterrada Vieira, que foi o mesmo que idealizou Bauru e fez toda a proposta de Bauru, que também trabalhou em Diamantina, que fez na época que o Juscelino Kubitscheck criou a Faculdade de Odontologia de Diamantina o doutor Dioracy também assessorou o pessoal que montou lá em Diamantina que foi um projeto, um plano piloto e foi muito parecido com o projeto do plano piloto de Diamantina que nós fizemos aqui também porque Diamantina formou as primeiras turmas e as primeiras turmas se formaram os professores da Faculdade, tal qual aconteceu também em Bauru. A minha turma, quando nós formamos, fizemos doações para a Faculdade, coisa que turma nenhuma hoje pensa: "o que é que eu vou deixar na Faculdade?". Hoje se pensa assim: "o que é que eu vou levar da faculdade?". Então o primeiro autoclave da Faculdade foi doado pela minha turma, para esterilizar todo o material, para que pudesse ser marcado como um ato de contribuição, de colaboração para a Faculdade. Um autoclave nunca foi barato. Significava um valor grande e nós conseguimos arrecadar fundos e doar isso para a Faculdade. Nós doamos um consultório para a delegacia, para tratar dos presos. Fizemos várias doações onde nós achávamos que ali a Odontologia pudesse ser bem divulgada, bem conhecida. Com relação a outros aspectos de desenvolvimento, quando a gente vê isso daqui hoje no estado em que está, nós participamos desde a criação até hoje porque a primeira para a Segunda turma a diferença é muito pequena. A primeira turma ingressou em junho de 1970. Então antes do início das aulas teve uma missa que foi rezada muito próxima de São João, São Pedro, Santo Antônio e a segunda turma já entrou em fevereiro de 1971. Então todas as dificuldades que foram passadas pela primeira foram passadas pela segunda turma tanto é que as nossas atividades clínicas começaram juntas quando a POLICLÍNICA foi inaugurada, que já estava no terceiro ano, nós começamos a atividade de atendimento muito próximas uma da outra. Então quando a gente vê todo esse crescimento que nós estamos passando, vivenciando, a gente vê com muito orgulho. O Sr. Vadico que já era um expert em ensino, uma tradição altíssima em conhecimento, na época era chamado reitor do Colégio Estadual de Uberlândia por um longo período de tempo, já tinha trabalhado na Secretaria do Estado de Minas Gerais na área de educação, tinha uma experiência muito grande nessa área educacional, ele que não era dentista, era farmacêutico, ganhou as eleições para ser diretor da Faculdade, cumpriu o mandato de quatro anos, foi quando então foi implantado o sistema de atendimento através do INPS. Desde então, essas taxas e essas cobranças que se fazem aos pacientes praticamente ficou restrito. Se me perguntar: "Tem alguma coisa que se cobra ainda hoje?" "Tem", mas é porque ainda não tem uma participação total com o sistema e que nós não estamos produzindo aqui. Hoje, o que o paciente paga aqui é, por exemplo, a armação da prótese facial removível, porque nós não temos um laboratório para a fundição de armação. Mas isso também será temporário porque fizemos um projeto para

ser aprovado agora, juntamente com a escola técnica de segundo grau da Universidade, então o curso de técnico em prótese, que nós vamos montar nesse semestre um laboratório de prótese parcial removível, então, na hora em que esse laboratório ficar pronto, já teremos o serviço não tendo nenhuma cobrança dos pacientes. Então, a nossa luta aqui sempre foi oferecer esses serviços sem custo para a população. Não pode-se dizer que é gratuito porque não existe nada gratuito na face da Terra. Alguém está pagando. Dentro dessa filosofia, nossa instituição talvez seja pioneira no Brasil em relação a cobranças de pacientes. Nós desde o começo tivemos uma vocação de não onerar a população na prestação de serviços. No começo achou-se que por estarmos prestando serviço ao INPS na época, que aquilo pudesse ter uma ingerência muito grande no ensino. Pelo contrário. Isso facilitou o ensino de uma forma vertiginosa, acelerada, porque na medida em que as pessoas têm que pagar, ou você paga para o paciente ou o paciente paga. Alguém tem que pagar. Aqui nunca custou nada para o aluno ou para o paciente. São poucas as Faculdades que, às vezes, na graduação é permitido tal experiência ao aluno, e isso já fazemos aqui há muitos anos pelo convênio que nós temos, que só veio a beneficiar, a trazer facilidades para o ensino, para a aprendizagem. E, ampliando a oferta de serviços à população. Nós estamos insistindo nisso e a nossa próxima meta é pactuar com o sistema a cirurgia ortognática e o implante. Pela nossa história de prestação de serviços ao sistema, não é alguém que vai chegar lá para propor o interesse dele hoje que é o implante para resolver o problema da instituição naquele momento. É uma história de mais de 25 anos de prestação de serviço ao Sistema. É uma evolução de prestação de serviços dentro do Sistema tal qual o Governo está hoje propondo nos centros de especialidades odontológicas, está ampliando essa oferta de serviços à população. O que a gente está propondo é que sejamos um centro de referência para a execução das cirurgias ortognáticas que nós já fazemos mas ainda temos limitações. E vamos caminhar para os implantes. Se não conseguirmos num primeiro momento, não vamos desistir não, vamos continuar. Se nesse momento agora teve algum empecilho, alguma questão que não foi bem administrada, que não foi bem entendida, não é por isso que a gente deve desistir.

P: Foram várias conquistas, não?

R: Foram várias conquistas.

Complemento curricular: Especialização em metodologia do ensino superior, vários cursos na área de administração universitária, fiz pequenos estágios na área de semiologia na Estomatologia e agora estou fazendo o mestrado na área de cirurgia voltado para diagnóstico. Então o trabalho que eu vou desenvolver é sobre câncer bucal.

Entrevista nº11

Entrevistada: Rosa Maria Domiciano Vidal

Nome da Mãe: Amélia Domiciano Vidal, do lar

Nome do Pai: Amâncio Alcides Frades Vidal, funcionário público

Local de nascimento: Ituverava SP

Classe social a que pertencia na época em que começou a trabalhar na FOU: classe média

Realizada em Uberlândia, dia 02/03/2006

P: Pergunta

R: Resposta

P: Qual seu tempo de vínculo com a Faculdade de Odontologia?

R: Tenho 29 anos e 5 meses.

P: Qual sua área de atuação atual?

R: Assistente Administrativo

P: Como foi seu percurso escolar?

R: Primário eu cursei em Ituverava na escola Capitão Antônio Justino Faleiros. O ginásio fiz em Ituverava, vim pra Uberlândia na 5^a serie acho. E fiz segundo grau completo aqui em Uberlândia no Colégio Inconfidência.

P: Como foi o começo do trabalho na FOUPU?

R: Foi fácil. Tive dificuldades porque na época eu era menor de idade. O diretor da faculdade na época, o Sr. Vadico teve que requerer uma autorização do meu pai. Na época fazíamos o que precisava, não era só trabalhar em um setor. Era carteira assinada.

P: Como foi a carreira profissional?

R: Eu gosto do que eu faço. Eu não quis fazer Curso Superior por opção.

P: O que representava para você ter uma Faculdade de Odontologia em Uberlândia?

R: Quando eu entrei ainda não era Federal. Eu vejo como uma coisa boa. Gostaria que mais pessoas tivessem essa chance de adentrar no Ensino Superior, e em especial na Faculdade de Odontologia.

P: O que significou a Escola de Odontologia na sua vida profissional?

R: Na minha vida profissional a Escola de Odontologia foi tudo. Muita das coisas que eu aprendi eu devo a Faculdade de Odontologia. Tinha amizades bonitas. Minha vida profissional está na Odonto.

P: Como foi visto o Curso de Odontologia pela comunidade überlandense?

R: Já foi melhor. A visão de antes era bem melhor que hoje. Hoje a comunidade em si tem muito mais dificuldades.

P: Você acha que a FOU trouxe alguma modificação em Uberlândia?

R: Creio que sim. Tinha uma época que tinha até atendimento de prótese dental em bairros periféricos. Realmente, tem um certo apoio ao pessoal mais carente. É que muito trabalho não é visto.

P: Para você a criação da FOU veio atender a interesses de alguém, de quem?

R: Acho que tem o interesse social e o político. Teve influência do Homero Santos. Eu era muito nova na época.

P: Quem promoveu a criação do Curso de Odontologia em Uberlândia?

R: Antigamente, posso citar o Sr. Vadico, o diretor, o Prof. Laerte, o Prof. Valdemar. Foram os que marcaram na minha época. Tem uma turma que atua também desde a minha época, como o Por. Alfredo, o Prof. Nelson, Prof. Lourival, Prof. Luiz Mario, é difícil falar, pois tenho medo de ficar alguém pra trás. Tem também a Jesuane, o Prof. Byron.

Entrevista nº12

Entrevistada: Abigail Maria da Silva

Nome da Mãe: Arminda Maria da Silva, do lar

Nome do Pai: João P. da Silva, eletricista

Local de nascimento: Santa Vitória MG

Classe social a que pertencia na época em que começou a trabalhar na FOU: classe baixa

Realizada em Uberlândia, dia 02/03/2006

P: Pergunta

R: Resposta

P: Quando foi seu ingresso na FOU?

R: Em 6 de fevereiro de 1979

P: Qual sua área de atuação atual?

R: Sou secretária da área de Dentística

P: Quando você veio para Uberlândia?

R: Vim para Uberlândia em janeiro de 1978.

P: Qual foi seu percurso escolar?

R: Fiz segundo grau com Técnico em Magistério aqui em Uberlândia na Escola Estadual de Uberlândia. O ginásio fiz em Rio Verde GO, na Escola Estadual Martins Borges, e no primário frequentei mais de uma escola mas a primeira foi o Grupo Escolar Eugênio Jardim, também em Rio Verde GO.

P: Como foi o começo do trabalho na FOUFU?

R: Foi meio diferente. Era uma outra época. Hoje possuímos equipamentos, antes não. Hoje é bem melhor, temos acesso a computadores, tudo mais fácil. Antes datilografamos as fichas na máquina. Quando entramos aqui não nos foi mostrado como deveríamos atuar, aprendemos tudo na medida em que as situações iam surgindo.

P: Como foi sua carreira profissional?

R: Foi muito boa. Fiz atendimento de clínica, depois passei para secretaria da Diretoria do Hospital Odontológico, hoje estou na área de dentística.

P: O que representava para você ter uma Faculdade de Odontologia em Uberlândia?

R: Na época eu não tinha essa noção, pois quando entrei aqui eu morava em Uberlândia há pouco tempo. Eu ainda não tinha essa consciência da importância da Faculdade de Odontologia para Uberlândia. Mas sem dúvida, esse atendimento tem um valor muito grande para a sociedade uberlandense. Ela contribui muito tanto no campo social como no campo do conhecimento.

P: Como era visto o Curso de Odontologia pela comunidade uberlandense?

R: Disso não me lembro.

P: A Escola de Odontologia trouxe alguma modificação para a sociedade uberlandense?

R: Com certeza. Hoje a FOUFU tem um papel muito importante no cenário da comunidade uberlandense. Ela cumpre bem esse papel. Ela tem uma grande representatividade para a comunidade uberlandense.

P: A criação da Faculdade de Odontologia veio atender a interesses de quem? Para que?

R: Não sei te responder com clareza. Mas acho que hoje podemos perceber que tudo que se cria e faz normalmente tem a mão do poder político, influencia política. Pode ser que tenha tido influencia política.

P: Quem promoveu a criação do Curso de Odontologia?

R: Não tenho certeza, mas acho que teve participação muito decisiva do deputado na época Homero Santos.

Entrevista nº13

Entrevistado: Juarez Altafin

Curriculum vitae: Bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil; Promotor de Justiça; Juiz de Direito e Juiz Presidente da JCJ da Justiça do Trabalho em Uberlândia; Juiz Togado do Tribunal Regional do trabalho da Terceira Região.

Local de nascimento: Uberlândia MG

Nome da mãe: Aida Bernardes Altafin, doméstica

Nome do Pai: Caetano Altafin, alfaiate

Realizada em Uberlândia, dia 11/03/2006

P: Pergunta

R: Resposta

R: O Genésio era o diretor da Engenharia. Fui Juiz de Direito no Prata, antes de ser juiz federal. Nós éramos muito amigos e ele tinha uma cadeira no quinto ano, e disse “Juarez, vem dar aula para mim.” Porque não existia naquela época essa titulação acadêmica de hoje. Para ser nomeado professor, o candidato tinha que ter indicado ou ter feito concursos na área. Eu tinha feito concursos e gostava de ser advogado. E dei aula por cinco anos na Faculdade de Engenharia, de Direito ligado a prática. Da mesma forma dei aula 10 anos na Economia, onde fui diretor, de Direito ligado as Ciências Econômicas. O 5º ano de Engenharia era uma turma rebelde. E sempre tínhamos uns alunos que davam mais trabalho. Muitos sentavam onde escreve e punham o pé onde se senta. Tinha um aluno metido a saber, que ficava assim a aula toda: “Qual é a lei doutor, qual é a lei?”. Um dia me deu uma inspiração, e perguntei pra ele: “Qual sua área?” E ele disse: “Engenharia Mecânica”, “Ah, então você deve ser doutor em Física.” Lembrei de uma aula de Física do ginásio. “muito bem, então qual é a lei da capilaridade?”. Ele ficou parado, e eu disse: “Lei da capilaridade. A capilaridade é inversamente proporcional ao vaso capilar.” A turma deu uma vaia nele e até fez um gesto indecente. Agora uma outra coisa, (...) (Fragmento retirado a pedido do depoente com intuito de não ter tal parte publicada na entrevista). Neste livro⁷⁹ falo de um ofício que fiz para o Ministério. O Homero brigou comigo, quer dizer, brigou comigo sob um ponto de vista acadêmico, porque ele virou meu amigo, e o Jacy também, ele virou meu amigo, o Ministério idem, o Rondon - para transferir essas Faculdades para Universidade foi o Rondon né - o Rondon ajudou muito. Passou, mas não quiseram mandar mais dinheiro não.

P: passou, para a Universidade e o Estado não enviou mais verba?

R: É...

P: E como o senhor fez sem este repasse de verba? porque deve ter sido uma luta...porque ele federalizou e não mandou mais dinheiro...

R: Não é que ele federalizou, não era não... Ele era Governador e ele propôs transformar essas Faculdades em Universidade, que não era federal ainda... Ou melhor, não era reconhecida como federal. Então você tem 3 Faculdades do Estado, ele era Governador do Estado. Por volta de 1960 teve a aula inaugural da Faculdade de Direito, veio um professor que era diretor da Faculdade de Direito lá do Largo de São Francisco, eu que o saldei, o Jacy pediu para eu o saldar. Isso foi numa sexta-feira, na segunda feira começou o Curso, e eu lecionava TGE. Olha Jacy o problema é o seguinte eu estudei Teoria Geral do Estado no 1º

⁷⁹ O depoente fala aqui a respeito de um dos inúmeros livros que escreveu. Este de sua autoria intitulado *Primeiros tempos: depoimentos sobre pessoas e fotos do início da Universidade Federal de Uberlândia*. Ed. UFU, Uberlândia, 1997, 154p.

ano do Curso, eu estudei em curso elitizado. Não era que eu era elite não, pelo contrário meu pai era alfaiate. Eu estudei na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. E o Jacy falou: Juarez, aqui em Uberlândia também ninguém entende, o Ministério te aprovou, quebra o galho.

P: O que mais o senhor lembra acerca daquela época?

R: Depois eu fui convidado pra ser diretor da Economia. Fomos eu e o Dr. Régis Simão que criamos. Em uma solenidade aqui na Universidade eu disse o seguinte: "Fui juiz e professor, o juiz conserta, o professor cria. Criar é mais gratificante não é?" Quando eu aposentei da Universidade, grande número dos professores tinham sido meus alunos.

P: O senhor trabalhou quanto tempo aqui na UFU?

R: 27 anos. Na verdade foram 32 anos. 27 foi o tempo que lecionei na Faculdade de Direito. Mas quando eu fui reitor, eu estava dispensado de dar aula né.

P: O senhor nasceu aqui em Uberlândia?

R: Nasci aqui. Fui criado aqui e depois fui pro Rio estudar. Eu terminei em dezembro meu curso e em abril eu fiz concurso para promotor de justiça de Minas. Eu tinha um irmão já formado que era médico, e ele disse: Juarez vai ter concurso agora em Minas para promotor. Então, em abril, eu fiz o concurso, passei e fui nomeado para Estrela do Sul. Você imagina sair da Praia do Flamengo depois de nove anos de Rio de Janeiro e ir pra Estrela do Sul.

P: Sua família ficou feliz... De o senhor ter passado, ter conseguido formar...? Porque como o senhor falou que naquela época era muito elitizado, também era muito difícil? Conseguir estudar, chegar a formar e ainda passar em um concurso igual ao que o senhor passou?

R: Quando cheguei lá em Estrela do Sul, a noite, parei e perguntei: onde fica o melhor hotel daqui? Aí falaram: hotel? Aqui tem é a pensão da Dona Chiquinha, é essa aí em frente. Lá eu me casei e fiz carreira como promotor. Mais tarde eu comprei as partes de um imóvel rural lá, e hoje eu tenho propriedade lá.

P: E como era lá?

R: Tranquilo, muito tranquilo. E na minha propriedade eu restaurei uma casa antiga. Naquela época o circo estava inaugurando e explodindo em Uberlândia, onde a gente atuou.

P: A participação do senhor foi muito importante... Como deu seu vínculo com a Universidade de Uberlândia?

R: Por meio de um convite do Jacy de Assis inicialmente, quando começou o Curso de Direito. Ele me convidou para lecionar no primeiro ano. Foi o meu primeiro contato com o Ensino Superior em Uberlândia.

P: Qual o nome e a profissão de seus pais?

R: Meu pai era alfaiate e minha mãe doméstica, dona de casa. Meu pai era Caetano Altafin, e minha mãe Aida Bernardes Altafin.

P: Qual seu local de nascimento?

R: Eu morei em Uberlândia até terminar o meu curso no ginásio mineiro de Uberlândia. Depois eu fui para o Rio de Janeiro, onde eu estudei no Colégio Pedro II, 2 anos no Pré e onde fiquei, posteriormente, fazendo o Curso de Direito. Depois de formado voltei para o Triângulo Mineiro de novo, para Estrela do Sul como promotor de justiça. Também fui promotor em Cabo Verde, que era uma cidade do sul de Minas, e juiz de direito em Cabo verde, Monte Alegre e Prata, e depois eu fiz concurso para a Justiça Federal. Além de promotor, eu fui juiz municipal, juiz de direito, e depois juiz do Poder Judiciário da União. Como juiz eu morei em Monte Alegre, Prata e Cabo Verde. Depois eu fiz concurso para juiz federal e do Prata eu vim para Uberlândia. E vim residir em Uberlândia em dezembro de 1959. Em março eu comecei a lecionar na Faculdade de Direito.

P: Qual sua classe social na época da criação da Faculdade de Odontologia?

R: Eu era pobre. Meu pai era alfaiate, um artista. Suponho que ele demorava dois dias para fazer um paletó. Veio 6 filhos, e o ganho era sempre o mesmo. Mas era pobre mesmo. Tanto é que quando a gente terminava o primário tinha que fazer o exame de admissão ao ginásio. Para fazer exame de admissão você tem que estudar dois meses em um colégio particular. Meu pai não pode pagar esse colégio particular. Então eu fiquei três anos sem estudar até poder pagar esse colégio particular e fazer um curso de admissão. Eu era pobre mesmo.

P: O que representava/significava para o senhor ter uma Faculdade de Odontologia em Uberlândia?

R: Nessa época quando eu morava aqui não tinha Faculdade, os dentistas, cirurgiões-dentistas como eram chamadas não tinham Faculdade. Mas depois ela veio com essa expressão, porque Uberlândia também já era outra né...

P: Era mais dentistas práticos ou já tinha cirurgião dentista formado aqui naquela época?

R: Acredito que prático...

P: A população tinha condição de ir ao dentista prático?

R: Tinha, tinha...Tinha dentista que atendia, cobrava pouco mas atendia. Agora eu não posso dizer quais eram os formados naquela época, não tem como dizer quem tinha Faculdade. Mas que tinha muitos práticos tinha. Só não posso dizer quem era, também eu não me lembro, fui menino pro Rio de Janeiro.

P: Como foi visto o Curso de Odontologia pela comunidade überlandense?

R: Muito honrada por ter dentistas formados aqui. Apesar de todo ônus ao vir a faculdade, pois só veio a Faculdade, não veio dinheiro, conforme eu já expliquei.

P: Quais as dificuldades que o senhor teve em relação ao Curso de Odontologia?

R: Dificuldade especificamente eu não tive. Porque conforme consta do meu livro⁸⁰, quando a Faculdade ficou sem diretor, eu nomeei um pró-tempore, que não era da área, mas era um bom administrador escolar. E foi um bom administrador acadêmico. Eu sabia que ele ia atuar bem, como atuou. E depois ficou mais quatro anos como diretor, que foi o professor Osvaldo Vieira Gonçalves, chamado professor Vadico.

P: A escola de odontologia trouxe alguma modificação na sociedade überlandense? Modificou alguma coisa, em que?

R: Modificação porque era uma escola superior, muito bem estruturada, que formava dentistas com nível superior. Da mesma forma que a Faculdade de Medicina está no mesmo nível de importância nesta área que é muito importante. Foi uma evolução muito grande, muito boa.

P: Para o senhor, a criação da Escola de Odontologia veio atender a interesses de quem? Para que? Para quem?

R: Individualmente eu não me lembro. Deve ser do povo né.

P: O povo queria uma Faculdade aqui? Achava que precisava? O senhor se lembra de algum comentário na época em que o senhor era reitor?

R: Eu me lembro. Quando foi criada essa Faculdade, ela trouxe muita alegria. É uma grande Faculdade né.

P: Para o senhor, quem promoveu a criação do Curso de Odontologia?

R: Junto aos outros deve ser Uberlândia né... Não tenha dúvida. Teve bastante repercussão boa nisso.

P: Há algum fato ou acontecimento que o senhor gostaria de deixar registrado na história da Faculdade de Odontologia?

R: especificamente eu não lembro. Lembro apenas do que eu coloquei no meu livro que foi a nomeação do professor Osvaldo Vieira Gonçalves, o professor Vadico para diretor da Faculdade né. É um fato específico que eu lembro. Da mesma forma que a Faculdade de

⁸⁰ Novamente o depoente cita seu livro: *UFU, Primeiros tempos: depoimentos sobre pessoas e fotos do início da Universidade Federal de Uberlândia*. Publicado em 1997, pela Editora UFU.

Engenharia, de Medicina... Acompanhei várias Faculdades. Particularmente não me recordo de nada não.

P: A nomeação do professor Vadico foi muito importante para o reconhecimento do curso? Como era dado esse reconhecimento? Era difícil?

R: O MEC autorizava o Curso, depois para funcionar o MEC tinha que reconhecer, e para isso olhava se certos requisitos foram cumpridos, como professor , aluno, instalação...enfim, tudo aquilo ligado a uma Faculdade. E o MEC era rigoroso. O ensino era muito elitizado, o curso de Direito... Faço referencia ao reconhecimento de um Curso Superior de Direito em São Paulo, quanto aos membros Conselho Nacional de Educação que analisavam. O Primeiro foi contra, porque achava que o Curso estava muito desorganizado para um curso de Direito. Ele disse o seguinte: "Hoje eu fui a um banco no Rio de Janeiro e quem me atendeu era formado em Direito." O outro já era favor, dizia que então seria um funcionário muito bem educado. Era um choque isso e hoje não é mais. Quantas faculdades de Direito existem aqui em Uberlândia. Eu nem sei. Tanto que antigamente se terminava o curso de Direito e já se recebia a carteira da Ordem dos Advogados do Brasil. Hoje tem que fazer um exame para ser aprovado e os jornais divulgam uma percentagem muito pequena de aprovados. Pois nem todos tem capacidade de advogar. E os concursos hoje na área jurídica está difícil, muitos candidatos. Tanto que os concursos hoje em dia em sua primeira fase tem prova de múltipla escolha para eliminar, igual vestibular. Depois que elimina, aí sim vamos começar o concurso. Quando eu fiz concurso para promotor de justiça, juiz de direito e juiz federal, não. Já se começava o concurso ali. Quem é que estava certo então, eu pergunto a você? O que achava que devia ser um curso de respeito ou ao outro.

P: Eu acho que o que era mais aberto estava mais certo. Inclusive o que queria vetar a abertura da faculdade ia até ser mais bem atendido, pois a pessoa mais instruída poderia auxiliá-lo melhor.

R: Estudei em outra época. Quando fiz concurso para promotor de justiça havia 200 candidatos.

P: O senhor era muito estudioso professor?

R: Não. Frequentei a melhor faculdade. Mas eu mexi muito com política no Rio de Janeiro. Pertenci ao Partido Comunista do Brasil, no tempo de Prestes. Quando eu era estudante de Direito, me convidaram para participar da célula do Partido Comunista da Faculdade de Direito, e eu participava. Depois passei a pertencer a uma célula do Flamengo, onde atuava. Aí fui convidado para trabalhar no Comitê Central do Partido Comunista, eu era estudante, no setor de verificar a linha política do Partido no Brasil todo. Mas o Partido nesta época era na legalidade. Trabalhei com o Astrogildo Pereira que foi um dos fundadores do Partido Comunista e que depois cuidou da atuação ideológica da imprensa no Brasil. Eu auxiliava o comitê central do Partido. Eu não era estudioso. Tive grandes professores. Quando eu terminei o curso e fiz concurso para promotor começou uma nova fase da minha vida. Fui para Estrela do Sul. Eu conto isso em um livro que eu escrevi.

Entrevista nº14

Entrevistado: Governador Rondon Pacheco

Curriculum vitae: Bacharel em Direito

Deputado Estadual

Deputado Federal

Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República – Anos de 1967/1970

Governador do Estado de Minas Gerais – Anos de 1971/1975

Nome do Pai: Raulino Cotta Pacheco

Realizada em Uberlândia, dia 02/04/2006

P: Pergunta

R: Resposta

P: Como se encontrava, ou seja, em que momento político estava o Brasil no ano de 1970?

Como foi o contexto político, em 1970, para o senhor?

R: Em 1970, eu estava sobrecarregado com as maiores responsabilidades políticas deste país.

Porque havia recebido uma delegação do Presidente da República daquela época que era o eminentíssimo General Emílio Garrastazul Médici, que me convocou para presidir nacionalmente o partido que lhe dava sustentação no Governo, no Poder Executivo, e me delegou uma missão das mais difíceis, das mais complexas do ponto de vista político, porque fui encarregado de viajar do Acre até Santa Catarina escolhendo os futuros Governadores do país. Quanto ao Rio Grande Sul, ele me disse na presença do Ministro Orlando Geisel, que era o irmão do Ernesto que era o Ministro da Guerra, “Dr. Rondon, o senhor não vai ser Governador, nem Ministro agora, porque o senhor vai escolher os Governadores do país. Mas, eu quero dizer que para o senhor poder escolher os Governadores do país o senhor já está escolhido. O senhor vai ser o Governador de Minas. E quero dizer que no Rio Grande do Sul o senhor não precisa ir porque lá é o meu Estado, então, eu escolho. Eu sou gaúcho e lá eu escolho.” Então, eu disse que estava pronto pra viajar e assumir a presidência da ARENA, e para ajudá-los nesta conjuntura. Mesmo porque lá estava o Ministro da Guerra, naquele tempo, era Ministro da Guerra, e não Exército. Eu e o General que aqui está o Orlando Geisel, vamos transferir esta responsabilidade pra você porque está muito tumultuada a área militar. Porque tinha ocorrido disputa interna pela Presidência dentro do Exército aquela época. O outro candidato era o General Afonso Albuquerque de Lima. O Médici foi o eleito. Mas eles tinham que organizar tudo lá dentro né. Senão como ele iria ter sustentação política e militar, e de segurança, se não organizasse o exército. Assim saí, já havia sido escolhido Governador de Minas, mas não contei isso a ninguém, senão estava degolado. Ainda mais de Minas... Eu estaria degolado pois a competição era muito grande. Então, saí selecionando, de capital em capital de Estado, e sentindo aqueles nomes adequados para as votações majoritárias. O Governador era escolhido por eleição indireta pela Assembleia, mas tinha eleição majoritária entre os senadores. Tinha que escolher dois senadores em cada Estado. E fomos muito felizes porque conseguimos uma maioria muito expressiva no Senado e os Governadores pareceram que foram muito bem escolhidos porque trabalharam em paz, grandes nomes, alguns até hoje.

P: E em Uberlândia, como o senhor recorda da política Uberlândense em 1970?

R: Em 70, eu me recordo muito da política uberlândense porque nascia algo positivo. E esses jovens universitários e mesmo os ginasiandos já tinham uma grande vocação política. Fui presidente da AESU (Associação dos Estudantes Secundaristas de Uberlândia), depois fui estudar em Belo Horizonte. Eu me recordo, em 70 de uma cidade florescente, motivada. Uma cidade que estava na plenitude das suas realizações. Entre 67/70 eu fui Ministro da

presidência. Eu fui Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República. E o presidente Costa e Silva, que era o presidente da República, veio em Uberlândia várias vezes, eu conseguia trazê-lo, e, ele asfaltou a estrada pra Brasília, que foi uma grande conquista pra Uberlândia, pois cortou muito caminho. Ele criou nossa Universidade. Fiz o decreto, ele assinou. E eu tinha aquela confiança absoluta no destino de Uberlândia, e, Uberlândia tinha me confirmado na Câmara Federal. Eu era deputado federal e presidente da Arena, escolhendo governadores. E os meus contatos, desde que iniciei a vida pública em 1947, fins de 46, eu tinha muita identidade com meu povo. Eu estava em Belo Horizonte, onde havia me formado em Direito. Lá já tinha sido deputado constituinte mineiro, e fiquei na Assembleia, apenas uma legislatura. E, em 1950, me mandaram para a Câmara Federal. E, em 1951, veio o Getúlio eleito. Eu trabalhando na Câmara, aprendendo no cotidiano, aprendendo todos os dias. Muito bem entrosado com todos os políticos de Uberlândia. Com nossa Associação Comercial, ainda não existia o Camaru, mas já existia a Associação dos Agricultores e Pecuaristas. A Associação dos Motoristas aqui com Lázaro Chaves, com todos os partidos. PSD e UDN naquela época já tinham sido extintos, mas até 1966, quando os partidos existentes foram extintos, para a criação de outros, para fazer apenas o bipartidarismo, era o ideal, que já havia naquela época muita legenda de aluguel. Em 1970, eu estava já com vinte anos de mandato, quer dizer, 23 anos de mandato, então, eu já era um homem que conhecia os bastidores, que o Getúlio chamava de “meu serpentário de luxo”, ele brincava assim, era a Câmara Federal e o Senado. Estava bem domesticado né, naquela luta, que é uma luta que vocês não calculam. Muita vaidade, muito pragmatismo, a luta política. Cada um disputa palmo a palmo as influências do poder. O país é um continente. Então aprendi, e eu tinha a esperança de ver Uberlândia continuar florescendo. E em 71, no final de 70, foi um ano marcante pra mim, o ano em que fui escolhido como Governador do Estado. Fui eleito pela Assembleia e pude dar continuidade ao trabalho que vinha fazendo como Ministro e como deputado. Trouxe a malha rodoviária para Uberlândia. E trouxe de Montes Claros, a estrada chegou aqui foi uma surpresa pra cidade, pois tínhamos aqui uma grande aspiração, que era construir uma ponte sobre o Rio Araguari para encurtar o caminho, pois era muito difícil, não havia realmente uma justificativa, e isso era muito caro para a época. Mas quando conseguimos implantar a rodovia do sal, que vem de Montes Claros para Uberlândia, Montes Claros, Pirapora, Patos de Minas, Patrocínio, Uberlândia, esta rodovia consolidou muito o progresso de Uberlândia. Como em 1951, como deputado federal tínhamos conseguido as verbas para o asfaltamento de Uberlândia e Itumbiara, precedeu ao asfaltamento de Belo Horizonte ao Rio de Janeiro. Eu fiz um projeto de lei para fazer a estrada, o presidente Getúlio Vargas, achou aquilo no início, dentro da sistemática legislativa, uma aberração. Um projeto isolado dessa natureza... Mas ele foi de uma sensibilidade política admirável. Ele não sancionou o projeto, não criaram precedentes, mas também não vetou. Não exerceu o direito do veto que ele tinha. Então 15 dias depois o projeto tem que voltar ao Congresso, e o presidente do Senado aprovou o projeto. Era o Café Filho, o vice do Getúlio. Ele promulgou o projeto. Então uma batalha, com o auxílio de toda uma retaguarda política de Uberlândia, de todos os seus representantes, das associações de classe, aí fomos nos organizando, e Uberlândia mandou uma representação ao Getúlio, que estava passando o verão em Petrópolis, como ele sempre fazia. A comissão uberlandense ligou lá e mostrou as razões que justificavam tudo isso, tendo como principal argumento que durante a Grande Guerra, o Governo Federal foi obrigado a fazer em Uberlândia a Fundação Brasil Central, para poder arrecadar toda a produção com transportes especiais essas coisas, e com o abastecimento de gasolina, porque ela era racionada. E essa estrada em terra que foi uma obra admirável do saudoso engenheiro Fernando Vilela, estudou em Ouro Preto, veio para Uberlândia e aqui criou família e tal, era um homem notável. Ele fez

esta estrada até Ituiutaba, que era uma estrada de bancos de areia, era uma viagem penosa, daqui a Ituiutaba você gastava 4 horas. Mas era a via de comunicação fundamental para a grandeza de Uberlândia. E conseguimos. O Getúlio teve a sensibilidade e mandou o DNER comprar esse asfalto. O Brasil não produzia asfalto, pois não tínhamos a Petrobrás. Até o asfalto era importado da Venezuela. Os galões de asfalto entraram ali na Afonso Pena e foi um foguetório. O Alexandrino Garcia ainda não era dono da CTBC, mas tinha postos de gasolina, com o foguetinho na mão, soltando foguete. O Boulange Fonseca, o Juquita da Erlan. Todos eles soltando foguete e o asfalto chegando. Fizemos o asfaltamento até Itumbiara. Foi um achado para o futuro. Pois coincidiu depois com a criação de Brasília.

P: Para o senhor quais os acontecimentos que mais marcaram a história da criação da Universidade de Uberlândia?

R: Olha o acontecimento mais confortador para a criação desta Universidade foi a unidade espiritual, intelectual da sociedade überlandense, no sentido de criar um bloco monolítico em apoio as Escolas Superiores, que até então vinham sendo formadas. Nós já tínhamos... A primeira Escola criada em Uberlândia foi a Escola de Filosofia do Colégio das Lágrimas, Madre Ilar, que está viva. Elas tinham sustentáculo, tinha uma freira superior chamada Madre Rita de Cássia Amarante, mulher notável. Na maior pobreza possível, amealhando recursos. Então esta vocação que eu senti para a cultura que nós precisávamos, pois criamos a Escola de Filosofia, depois criamos a Escola de Direito. A Escola de Direito, tenho o telegrama até hoje, são signatários Jacy de Assis e Gabriel Catistan. Esse era o presidente da fundação de ensino e o Jacy o diretor em potencial da Escola de Direito, que foi criada e está lá, mas precisava de reconhecimento. Este é o telegrama que me foi enviado quando da criação da Faculdade: Cumprimenta referente a Faculdade de Engenharia, Uberlândia fica devendo ao eminente amigo mais este grande serviço, Abraços Jacy de Assis e Gabriel Catistan. O que é importante foi essa mobilização de Uberlândia, unindo todas as nossas forças para o alcance das escolas superiores. Então criamos a Escola lá no setor federal, a 2^a Escola que foi a Escola de Direito, depois veio o conservatório de música. Depois veio a Escola de Ciências Econômicas, cujo primeiro diretor foi o Juiz Juarez Altafin, e começamos a batalha pela Escola de Engenharia, pois nós precisávamos que a Universidade tivesse 5 escolas integrantes. Sem as 5 Escolas não tinha Universidade, isto está na lei. Então, mas nós queríamos uma Universidade reconhecida federal, e para se criar uma universidade federal, era necessário ter uma Escola Oficial do Governo. O Juscelino estava na presidência da República, em 1956, e mandou para o Congresso uma mensagem criando uma Escola Agrotécnica, em Bambuí, em Minas Gerais. Os deputados não tinham o poder de iniciativa, para organizar a estrutura de uma Escola. Mas tinham o poder de emenda do projeto ao presidente. Eu não tive dúvida, emendei o projeto do Juscelino. Onde estava “uma escola agrotécnica em Bambuí” e coloquei “e uma Escola de Engenharia em Uberlândia, Minas Gerais”. Veja o senso de oportunidade e o senso político, pois ia ficar muito mal pro Juscelino em criar uma Escola Agrotécnica em Bambuí e recusar uma Escola de Engenharia em uma das já grandes cidades e com várias escolas superiores. Faltava só a Engenharia para que se transformasse em Universidade. Vejam vocês a importância dos fatos, a coincidência e a convergência. Era presidente da Comissão de Justiça o deputado Tarso Dutra, do Rio Grande do Sul. Ele levanta-se da cadeira presidencial e diz: “você não vai sozinho, você vai me permitir pegar uma garupa”. Pois ela estava oportuníssima, e o Juscelino não pode recusar isso. E ele colocou: “Uberlândia e a Faculdade de Engenharia em Santa Maria no Rio Grande do Sul.” Que 5 anos depois quando da criação da Universidade eu era Ministro da presidência da casa civil e o Tarso Dutra era Ministro da Educação. Então, fizemos, como foram criadas juntas, as duas, a de Uberlândia e a de Santa Maria, vieram a constituir o projeto da Universidade. O projeto da Universidade era Uberlândia e Santa Maria e o presidente da

república era do Rio Grande do Sul e o Tarso Dutra Ministro da Educação. Então eu tenho a fotografia, inclusive na hora que o presidente assinou a criação da Universidade de Uberlândia e Santa Maria, eu dando a ele o decreto, e eu digo isso a vocês *in off*, que aqui corria um boato que tinha chegado um decreto de Santa Maria e eu acrescentei Uberlândia. Foi justamente o contrário. Desde o nascimento. Então, Daniel Grila, Presidente da ARENA naquela época, que tinha contribuído muito para eleger o presidente do Rio Grande do Sul, Tarso Dutra Ministro da Educação do Rio Grande do Sul e eu de Minas Gerais, Ministro da Presidência. Foi assinado o decreto da universidade, criando a universidade de Uberlândia. No próprio decreto colocamos que o diretor da Faculdade de Engenharia seria o primeiro Reitor. Ela era a semente. Era o Genésio de Melo Pereira, dono destas granjas e grande empresário de Uberlândia. E assim foi criada a Universidade.

P: E em relação a Faculdade de Odontologia, quais foram os fatos mais marcantes na formação da Faculdade?

R: Eu acho que foi o seguinte, quando ela surgiu no plano estadual, em um Estado muito carente de recursos. E esse programa de Ensino Superior realmente é um programa federal. A Escola estava criada com grandes problemas. Eu tive a honra e a graça de chegar ao Governo e bateram logo as portas dizendo da situação da Escola de Odontologia. E como já tinha um “know how” das outras Escolas, a Escola de Odontologia era uma Escola fundamental, que atende uma grande gama. Já naquela época, o dentista já era um homem muito solicitado. Todo mundo precisa de dentista. Eu me lembro que eu comprei 50 gabinetes dentários e mandei vir pra cá. Estava na direção da escola, o professor Osvaldo Vieira Gonçalves, que era farmacêutico formado, tinha sido diretor do Museu, a Escola Estadual, e agora estava na direção da Faculdade. Foi até aquele impacto, mas consolidava a Escola e ela incorporou à Universidade.

P: Ela era uma Autarquia? Era a única de Minas?

R: Isso multiplica, pois na hora que se cria uma as outras pegam garupa.

P: Sr. Rondon, o que o senhor acha da importância de se implantar uma Faculdade de Odontologia em Uberlândia?

R: Ah, é muito grande. Todo mundo tem dente podre. Você não sabe a falta que faz isso (o entrevistado retirou e mostrou seus óculos) pro povo, na hora de votar, quando era aquela cédula que tinha que ler e assinar o nome, a falta que faz um óculos, principalmente de mais idade. Então a gente tem que ter sensibilidade para as Escolas básicas e suas iniciativas. Odontologia era uma Escola muito necessária, e aconteceu que tivemos inclusive que transferir como Governador, Escolas que estavam em municípios menores também para Universidade. Transferir uma escola de uma cidade para outra, pois a cidade originária não tinha condições, precisava de arte e coragem para fazer um ato deste. E trouxemos outras Escolas, Veterinária, por exemplo. E Uberlândia organizou sua pirâmide cultural que é nossa Universidade.

P: Como foi idealizada a Escola de Ensino Superior de Uberlândia? Quem lhe pediu ajuda para implantar tal projeto?

R: Olha, a primeira escola de Ensino Superior, os telegramas que eu recebia lá eram do Jacy de Assis, do Homero Santos, da Câmara Municipal, da Associação Comercial, da Associação Ruralista, era uma voz vibrante e eloquente de toda a cidade. Mas tinha suas lideranças: Jacy de Assis, Domingos Pimentel de Ulhôa, José Olimpio Azevedo que é irmão do atual secretário de educação, do Afrânio, eram homens apaixonados, Dr. João Martins, José Ribeiro, meu concunhado, morreu há 2 meses. Foi uma luta empolgante. Agora, as Escolas até então existentes, como nosso Ginásio Estadual, ele já tinha sido um celeiro de vocações, nomes de peso como Amadeu Cury, família de Guaxupé que veio para Uberlândia, ele tem um dos currículos mais ricos do mundo científico brasileiro, ele era cientista de Manguinhos, outra pessoa era o Adib Jatene, o Ataíde Ribeiro da Silva.

Brilharam lá fora... Rocheda Vintiseba, que criou uma Escola de Medicina em Valença no Estado do Rio, e outros que saíram daqui. O Amadeu veio a ser reitor da Universidade de Brasília. Que é uma universidade pioneira também. Das vocações que surgiram nesta cidade, Domingos Pimentel de Ulhôa era uma das criaturas mais brilhantes, médico, pediatra, presidente da Associação dos Médicos também era. Lembrar todos os nomes é difícil, a gente pode ir citando e esquecer algum. O Fausto Gonzaga de Freitas estava nesta luta, o José Olímpio, Jose Bonifácio Ribeiro. Eu vinha muito a Uberlândia, pois eu estava pra ser potencialmente Ministro, mas saiu na imprensa, porque tudo sai na imprensa não sei como, que um possível Ministro do futuro Governo será o deputado Rondon Pacheco, então minha casa enchia. Eu me lembro que eram numerosas as comissões e muito forte a aspiração de Uberlândia em uma Escola Superior, que mesmo porque na realidade havia até uma frustração porque em Uberaba já tinha as Escolas do deputado Mário Palmério né. Mas eram particulares. E Uberlândia quis acompanhar o ritmo. Ajudamos assim a criar as Escolas de Uberlândia. Quero exaltar e lembrar de um nome que foi o Presidente Costa e Silva. O Genésio chegava lá na Casa Civil para tratar da Escola de Engenharia, e eu o levava ao Presidente. Até abusava um pouco pois a agenda dele era carregada. Então, o presidente perguntava a ele como estava a escola de Medicina em Uberlândia e ele dizia: "Mas presidente, eu sou é da Escola de Engenharia." E o presidente falava: "Mas eu estou preocupado com a Escola de Medicina." Para eles uma Escola de Medicina era muito mais difícil de se cuidar, pois é hospital, cadáver, maternidade. Conseguir isenção alfandegária, pois precisava de aparelhos sofisticados. Tive que topar várias paradas com o Ministro da Fazenda pois o inspetor deles não deixava o material entrar, ficava parado lá em Santos. Tinha que pagar os direitos de importação e a Escola não tinha dinheiro, mas como era assunto relevante não pagava. Mas o inspetor não se conformava.

P: Quais as dificuldades encontradas e quais foram os maiores colaboradores para efetivação do projeto da Autarquia Estadual de Uberlândia, especificamente, a Odontologia?

R: A Odontologia foi uma iniciativa da Assembleia Mineira do Deputado Homero Santos, sempre com a ressalva do Governador de que o Estado não tinha muitos recursos, os entreveros com o Israel Pinheiro foram muito trabalhosos no sentido de criar um precedente de Escola Superior como Odontologia para Uberlândia. Mas deu tudo certo e a Escola foi instalada. E os fatos ajudaram, pois quando tivemos que aparelhar a Escola, eu estava com o Governador e na verdade não podíamos deixar o cavalo no meio do caminho, seria uma covardia.

P: Como foi a inauguração da policlínica da Odontologia a qual te homenageou nomeando-a como policlínica odontológica Rondon Pacheco?

R: Eu me lembro que foi um movimento coletivo. O professor Osvaldo Vieira ficou muito reconhecido, tantos gabinetes dentários. Mas acho que foi uma obra de conjunto. Não podemos nos esquecer de um trabalho de um Domingos Pimentel de Ulhôa, de Jose Olímpio de Freitas Azevedo, de Jose Bonifácio Ribeiro, Dr. João Fernandes, cunhado do Alair Martins, já puseram até um busto pra ele ali na Escola, eu fui lá. Então este é um trabalho que ninguém pode reivindicar. É um trabalho de conjunto, uma soma. E tivemos a felicidade de termos os instrumentos, porque a política, a virtude dela é essa, é aquilo que você consegue fazer que sozinho você não conseguiria. É um instrumento do poder. A pessoa leiga é colocada naquela posição, mas o instrumento do poder é que tem a força magnética, a força decisiva. E por isso é a grande sedução da vida pública. Juscelino jamais faria Brasília sozinho.

P: Qual o significado/representação dessa Escola Superior de Odontologia para a cidade de Uberlândia?

R: Eu acho que foi muito expressiva. Eu tenho um irmão aqui em Uberlândia, um senhor muito representativo na Odontologia que é o Sr. Márcio Pacheco, formado em Ribeirão

Preto. Antes tinha que ira para Ribeirão. Ele foi um dos entusiastas da Escola de Odontologia. Me lembro de tantos dentistas. Tinha um da família Luz, o Índio Luz, o Laerte, você vai encontrar na sua tese o nome deles. O Genésio Melo da Engenharia, o Jacy de Assis, sempre tem um que se esforça mais. O Laerte Alvarenga Figueiredo foi para a Odontologia o que o Genésio de Melo Pereira foi pra Engenharia.

P: A quem e quais interesses a instalação da faculdade de Odontologia estaria atendendo no contexto histórico e político daquela época?

R: Nesse sentido, eu acho que foi um fato natural, é a força da natureza nas coisas. A cidade cresceu. Havia mercado para a existência de uma escola. Uberlândia era uma cidade polo. Aqui no meu prédio tem vários estudantes de Odontologia. É a necessidade. É o fato social mesmo. Agora, eu também ajudei muito em Ituiutaba. Eu era Ministro da Casa Civil, e levei um professor de Ituiutaba para o meu gabinete chamado Antônio Castillo, e ele era professor das Escolas de Ituiutaba. Foi um esforço para a construção das Escolas de Ituiutaba e assim, é fazer o bem sem olhar a quem.

Entrevista nº15

Entrevistada: Nazaré Aparecida Massariolli

Nível escolar atual: 2º grau incompleto

Data de nascimento: 03/04/1957

Nome da Mãe: Olga de Oliveira Massariolli

Nome do Pai: Valdemar Massariolli

Local de nascimento: Uberlândia MG

Classe social a que pertencia em 1970: classe baixa

Profissão atual: Serviços Gerais

Realizada em Uberlândia, dia 29/04/2006

P: Pergunta

R: Resposta

P: Em que ano você recebeu atendimento na policlínica da UFU?

R: No ano de 1974. Naquela época eu era estudante, estava terminando o 1º grau.

P: Como você ficou sabendo da possibilidade de receber tratamento odontológico naquela policlínica?

R: Através da minha mãe. Nós duas procuramos a clínica e começamos o atendimento. Minha mãe também foi atendida lá e alguns parentes também.

P: Você pagou algum valor pelo tratamento? Se sim, qual foi? Era elevado?

R: Sim, o tratamento foi pago. Paguei o raio x, canais. Não me lembro o valor exato.

P: Que tipo de tratamento você fez? Que tipos de tratamentos eram oferecidos?

R: Eu fiz obturações e canal. Acho que foi só. Mas todos os tipos de tratamento eram oferecidos pela clínica. Inclusive eu fiz peças protéticas e restaurações metálicas com ouro. O ouro era eu mesma quem levava, e eles colocavam.

P: Quem te atendeu? Foram alunos? Atendiam em dupla?

R: Fui atendida o tempo todo por alunos. Eles atendiam individualmente. Não me lembro do nome de quem me atendeu, mas me lembro de um aluno que agora é dentista e era aluno naquela época, o Dr. Washington, inclusive o consultório dele é aqui perto no Roosevelt.

P: A senhora ficou satisfeita com o atendimento? Foi bem atendida? Correspondeu às suas expectativas?

R: Fiquei satisfeita com o atendimento. Fui muito bem atendida. Correspondeu às minhas expectativas.

P: E os outros pacientes pertenciam a qual classe social na época, rica média ou baixa?

R: Eles eram de classe baixa.

P: O que representou/significou a criação da Faculdade de Odontologia para você? Modificou alguma coisa para você ter uma Faculdade de Odontologia em Uberlândia?

R: Não tem como eu saber. A existência da faculdade ajudou bastante, principalmente no tratamento.

P: Algum dos seus familiares e conhecidos também receberam tratamento na policlínica da Odontologia?

R: Sim. Fizeram obturações, canal, prótese. Dentaduras também. Minha mãe mesmo fez tratamento lá.

P: Como a comunidade überlandense via: 1º) A Faculdade de Odontologia 2º) Os dentistas da cidade 3º) os alunos da Escola de Odontologia?

R: Todos acharam bom. Aqui tinha muitos dentistas que não eram formados e atuavam. Então, a população passou a frequentar a policlínica ao invés de procurar os dentistas não formados. Já os alunos eram bem aceitos pela sociedade.

P: Tem algum acontecimento/notícia que você viu ou ouviu falar da Faculdade de Odontologia que te chamou a atenção na época da década de 70?

R: Não que eu me lembre.

P: O que representou para você ter uma Faculdade de Odontologia em Uberlândia?

R: Ajudou muito o pessoal da classe média e baixa, principalmente naquela época. O tratamento era acessível. Gostei muito do tratamento que fiz. Inclusive o tenho até hoje.

APENDICE - QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO – 02

1ª. Etapa: Qualificação do entrevistado

- a) Nome.
- b) Breve *curriculum vitae*.

2ª. Etapa: Questionamento acerca da FOU direcionados aos entrevistados Alfredo Júlio Fernandes Neto e Odorico Coelho da Costa Neto foram divididas em dois blocos centrais:

- a) Como os alunos assimilaram a formação superior profissional técnica ou agregava valores humanos entre outros? Qual o perfil dos odontólogos formados pela Faculdade de Odontologia de Uberlândia? Que proposta e objetivos tinha o plano pedagógico? O aluno fazia trabalho de conclusão de curso? Existia preocupação com pesquisa? Para onde foram os egressos das primeiras turmas?
- b) Neste segundo bloco de questionamentos envolvendo a consolidação e do desenvolvimento da Faculdade de Odontologia de Uberlândia, foram levantados duas perguntas principais: até que ponto a atmosfera política nacional interferiu no processo de criação da mesma? A Faculdade de Odontologia veio para atender ao anseio de inserir Uberlândia no discurso e ordem modernizadora?

Quanto à entrevista de nº 18 do depoente João Carlos Gabrielli Biffi, pelo fato do mesmo ter iniciado suas atividades docentes na Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia no ano de 1992, procurou-se adaptar as perguntas de forma a conseguir apresentar o viés diferente dos agentes partícipes desde a criação da instituição.

Sendo assim, questionou-se: a) O que levou o Sr. a vir para a UFU em 1992, saindo da USP de Ribeirão Preto? b) Naquela época, em 1992, quais foram as primeiras impressões sobre a faculdade de Odontologia, e como era a formação dos alunos, era mais técnica, ou com valores humanos agregados? c) Com o mestrado e o doutorado foi agregado mais valores humanos, ou ainda continua muito na teoria essa preocupação com o coletivo? d) Em 1992, como era a atmosfera política da faculdade em relação à cidade de Uberlândia, ao cenário nacional? e) O Sr. consegue perceber, naquela época, uma diferença do perfil do odontólogo formado pela USP de Ribeirão Preto, para o odontólogo formado aqui, na primeira turma que o Sr. acompanhou? f) Como o Sr. viu o projeto pedagógico em 1992? g) Para onde foram os alunos formados em 1992? h) O Sr. teve alguma dificuldade para poder melhorar a faculdade de Odontologia? i) Como está o desenvolvimento e consolidação da faculdade de Odontologia, desde 1992 até hoje? j) O Sr. se sente satisfeito de ter saído de Ribeirão Preto e ter vindo para Uberlândia?

ENTREVISTAS

SEGUNDA ETAPA

Entrevista nº 16

Entrevistado: Alfredo Júlio Fernandes Neto

Curriculum vitae: Alfredo Júlio Fernandes Neto, concluiu Graduação em Odontologia pela Universidade Federal de Uberlândia em 1975, Mestrado em Odontologia (Reabilitação Oral) pela Faculdade de Odontologia de Bauru da Universidade de São Paulo em 1982, Doutorado em Odontologia (Reabilitação Oral) pela Faculdade de Odontologia de Ribeirão

Preto da Universidade de São Paulo em 1996. Professor Titular e Docente Efetivo do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia - FOUFU. Diretor da FOUFU de 2000 a 2008, Reitor da Universidade Federal de Uberlândia de 2008 a 2012. Presidente Nacional da Associação Brasileira de Ensino Odontológico - ABENO de 1994 a 2002 e 2006 a 2009. Publicou 85 artigos em periódicos especializados, nacionais e internacionais, 12 capítulos de livros, 256 trabalhos em anais de eventos. Participou de 209 eventos no Brasil. Orientou 23 dissertações de mestrado, 8 trabalhos de iniciação científica nas áreas de odontologia. Recebeu 12 prêmios e/ou homenagens. Em suas atividades profissionais interagiu com 142 colaboradores em coautoria de trabalhos científicos. Tem experiência na área de Odontologia, com ênfase em Oclusão, Prótese Fixa, Materiais Odontológicos, Clínica Integrada e Ensino e Aprendizagem.

Realizada em Uberlândia dia 31/10/2011

P: Pergunta

R: Resposta

P: Como os alunos da época da sua turma assimilaram a formação superior? Em relação ao ensino profissional, ele era mais técnico ou agregava os valores humanos? Havia diferenciação de outras faculdades? Havia inspiração no projeto pedagógico de Bauru?

R: Na época, na década de 1970, a formação era muito mais técnica, os alunos queriam ser profissionais, e prioritariamente era clínica privada, naquela época, em 1975/1976, o INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social) estava começando e todo mundo formava pensando no consultório, a maioria dos alunos na data da formatura já estava distribuindo cartãozinho do consultório, enormes carnês de prestação de consultório, compressor, e material, no decorrer do curso a formação era muito voltada pra especialidades que ainda não existiam, não existia ainda cursos formais de especialização como existem hoje, era muito poucas faculdades que tinham cursos de aperfeiçoamento, pra especialização era tempo integral o ano inteiro, era muito restrito, e a formação humanística de acolhimento daquele paciente essa coisas era um ou outro professor que fazia, uma atuação pontual, não existia nada ainda institucionalizado ou dentro do projeto pedagógico dessa visão, isso começou na década de 1980, quando começou a se falar em humanização, quando entrou para o currículo da Odontologia as Ciências Sociais, Sociologia, Psicologia e Antropologia, o que até hoje ainda é meio mascarado, sem ênfase.

P: O Sr. se lembra da atmosfera política nacional da época? O que isso interferiu na criação da faculdade de Odontologia aqui de Uberlândia?

R: A faculdade de Odontologia surgiu no sonho daquela época, o Laerte Alvarenga Figueiredo, que capitaneou alguns dentistas da cidade e que foi trabalhar na esfera política, que era um dos representantes governamentais daquela época, que vivíamos em um Regime Militar de exceção e os que representavam naquela época eram Rondon Pacheco, Homero Santos, Valdir Melgaço, João Pedro Gustin, eram os representantes da cidade e da região na Assembleia Legislativa e no Congresso Nacional, a Odontologia foi criada por meio de uma Autarquia Educacional de Uberlândia, que era uma Autarquia estadual, era uma Instituição Estadual que cobrava uma mensalidade dos alunos e recebia uma parte dos recursos do governo estadual que era muito pequena, houve interferência política, como existe até hoje, é preciso que tenha o poder político junto com o Executivo e o Legislativo para que as leis saiam, e a questão estudantil, nós não tínhamos uma repressão velada, mas era um movimento mais contido, a Odontologia, dentre as áreas técnicas nunca houve um perfil de muito envolvimento/ engajamento, político e ideológico, na época nós éramos muito mais preocupados com a qualidade da faculdade, era uma faculdade que apesar de

ser uma Autarquia, vivia como uma faculdade particular com todas as suas dificuldades, e todas as atividades do diretório, a grande maioria, era voltada para captar recursos para construção de laboratórios, esterilização com a autoclave, ar condicionado para a clínica, livros para a biblioteca, e muito pouco tempo sobrava para essa questão política/ideológica, até porque não era universidade, eram escolas isoladas, o DCE (diretório central dos estudantes) era muito incipiente, não tinha uma liderança forte como é hoje, na Universidade como um todo, e nós fomos em alguns momentos da Odontologia convocados a ir no 36º batalhão prestar esclarecimentos, sobre alguma paralização, mas nada que constrangesse, existia sempre aquela ameaça velada do Ato Institucional nº5, do Decreto 477 que te suspendia por 5 anos, mas na Odontologia nos nunca tivemos nenhuma atitude que tivéssemos muito próximos de sofrer alguma dessas sanções, sempre na conversa, sem nenhum alarde, sem dúvida nenhuma não era agradável você ir até o batalhão diante de alguns oficiais e militares prestar esclarecimentos, mas nunca sentimos constrangidos ou nenhuma repressão violenta, era mais uma conversa, e como nossas ações eram quase sempre na busca de condição de trabalho da faculdade e naquela época o diretor era o doutor Laerte Alvarenga, que tinha um excelente relacionamento tanto com os professores quanto com os alunos, nós víamos o doutor Laerte com um esforço sobre humano pra poder continuar a faculdade, então não houve nenhum constrangimento que eu me lembrasse.

P: Na década de 1970, o Sr. lembra se havia o discurso de ordem modernizadora? A cidade de Uberlândia tinha o ideal de ser progressista? Até que ponto o Sr. vê a criação da faculdade de Odontologia inserida nesse discurso de ordem modernizadora da cidade de Uberlândia?

R: Uberlândia eu entendo hoje, passados os anos, que a cidade de Uberlândia, as forças vivas, a sociedade e a classe política, no final da década de 1950, eu estava no município de Uberlândia, eu me lembro de fazer parte do desfile de 7 de setembro, de fazer parte, pedindo a faculdade, pedindo o curso superior para Uberlândia, então eu entendo, no meu ponto de vista desse cenário todo, que duas coisas fizeram a diferença na cidade de Uberlândia, foi a criação dos cursos superiores, com a faculdade de Direito, Filosofia e Economia que foram os primeiros, a Engenharia federal, a Medicina, a Odontologia, Veterinária, educação Física, e assim sucessivamente, então esse foi o marco que consolidou com a federalização da Universidade, existe toda uma história contada que ela foi criada por um decreto do Marechal Costa e Silva e depois federalizada pelo General Geisel, mas eram os dirigentes da época, os gestores da época, então tinha que ser criado por eles, isso não quer dizer nenhuma conotação de fase de regime de exceção ou não, é a realidade dos fatos. E outro ponto que eu acho determinante é quando o prefeito Renato de Freitas canalizou a água do rio Uberabinha por meio da represa Sucupira pra Uberlândia, me lembro muito bem da inauguração, ali na Floriano Peixoto, perto da caixa d'água, jogou toda a água na rua, desceu pela Afonso Pena, pela Floriano. Eu me entendo que ali, colocando aquela água, e na época chegando a CEMIG, substituindo a companhia energética que era aqui da região, deu a Uberlândia uma condição de infraestrutura para receber o progresso, pra receber as indústrias e o comércio que temos hoje, com isso nos tínhamos um governador, que era de Uberlândia, o governador Rondon Pacheco, que fez várias ações junto ao governo federal para que nos fossemos um grande entroncamento rodoviário que nos somos hoje, isso deu a Uberlândia a infraestrutura, água, luz, rodovia, acesso e a inteligência que foi a criação da Universidade, então esses dois pontos, a vontade da comunidade e a ação política, os políticos sempre olhando pro futuro, depois do prefeito Renato de Freitas, veio o prefeito Virgílio Galassi, que canalizou o rio Bom Jesus, para outra usina de captação de água, já veio a expansão do distrito industrial, então essa conjunção de infraestrutura da cidade e inteligência da Universidade é um fator

determinante pro crescimento, quando eu falo força da sociedade eu me lembro muito bem quando criança, quando não tinha asfalto, por aqui, da ação da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia, tanto que você vê varias fotos históricas na Universidade, a presença dessas pessoas, e tem uma pessoa que me chama muito a atenção que eu tive a honra de conhecer, que é o Sr. Osvaldo Oliveira, no lançamento da pedra fundamental da Medicina, você vê o Sr. Osvaldo lá representando a ACIUB, em vários outros momentos a ACIUB e o Sindicato Rural tiveram participação importante representando a sociedade, que era o comércio, a indústria, os ruralistas e a sociedade como um todo Sr. Milton Porto, de colégio, e essas pessoas que participaram da criação da Universidade, e eu entendo que a história do desenvolvimento de Uberlândia passa por esses fatores, infraestrutura da cidade e a inteligência da Universidade.

P: Qual era o perfil do dentista da época para que a gente possa fazer uma diferenciação do dentista formado hoje pela UFU?

R: Isso tem uma controvérsia, é comum você encontrar pessoas da minha geração e elas falarem que hoje é pior, mas antigamente nada era melhor, certo, os alunos eram como os alunos de hoje, dentro do nosso mundo, naquela época era nosso mundo, hoje é outro, a odontologia naquele tempo, o que ela realizava era muito pouco, as pessoas achavam que sabiam muito, mas elas sabiam muito do pouco, há várias áreas de conhecimento que estão aí que nem existiam, na época não se falava em implante, radiologia estava começando, estética não se falava, e o que é o bom de hoje é a estética, implantodontia, diagnóstico por imagem, tomografia, nada disso existia, era uma endodontia bio ou necro e uma dentística muito agressiva, toda uma forma de extensão, forma de conveniência, era muito mais agressivo ao tecido dental do que conservador do tecido dental, cirurgia, prótese era muito incipiente, várias técnicas que existem hoje não existiam, os alunos não tinham nenhuma formação científica, eles eram formados técnicos, tanto que na minha formação toda eu não me lembro de ter lido um artigo científico, eu me lembro de ler algumas revistas brasileiras, que hoje se você for ver não tem nenhum embasamento científico dentro dos critérios de hoje, e hoje os alunos com informática, no nosso tempo a gente estudava por apostila que era um compilado de anotações de colegas da classe, e aquilo era feito uma apostila no mimeógrafo e era aquilo que a gente estudava. A fonte de conhecimento era muito limitada, a imensa maioria dos livros era em castelhano, e de autores argentinos ou espanhóis, hoje você tem uma literatura brasileira, em português, que é uma das melhores do mundo, você tem internet, informática. Hoje qualquer aluno do primeiro período de Odontologia sabe ler e interpretar um artigo científico, hoje eles estão escrevendo artigos, então eu entendo que o perfil hoje é muito melhor a abrangência da Odontologia na sociedade é muito maior, a atuação da Odontologia na promoção da saúde, porque nós tivemos uma Odontologia que era só cura de doenças, que é o que eles chamam de paradigma, restaurador cirúrgico, que era operar ou restaurar, hoje não, hoje é educar, prevenir, então hoje mudou muito a condição de saúde bucal das pessoas, nós éramos o país dos desdentados, hoje não somos mais, temos ainda, mas são bolsões de pobreza, e em muita cidade pequena, do interior e em grandes cidades, onde tem uma secretaria de saúde atuante, uma universidade atuante, a condição atual de saúde das pessoas é imensamente melhor, eu me lembro que na minha turma de graduação havia alunos que utilizavam próteses removíveis, hoje os alunos na graduação não tem cárie, nunca tiveram cárie, nunca frequentaram os dentista no sentido de curativo, vão para aplicar flúor, selante, fazer um tratamento ortodôntico, então mudou muito o perfil dos formados, a abrangência de conhecimento de um profissional de Odontologia hoje, e as opções de trabalho, a inserção no mercado de trabalho, é muito maior que na nossa época, que era único mercado a clínica privada, hoje nós mantemos a clínica privada, temos o serviço público, os convênios, credenciamento, e uma coisa que se tornou muito forte na Odontologia que é a

pesquisa, nós estamos tendo aprovado agora o nosso doutorado, era uma coisa impensável quando eu me formei que Uberlândia fosse ter especialização, tudo era São Paulo e Rio, hoje nós temos especialização, mestrado, doutorado e temos até alunos de pós doutorado na Odontologia, então esta evolução é extremamente significante, e os alunos hoje não são mais inteligentes ou menos inteligentes, eles são melhores informados, a informação hoje chega mais completa e mais rápida, no nosso tempo a informação levava cinco, seis, dez anos, que até que saísse do exterior, que alguém traduzisse, que publicasse em português, o que não era interessante publicar em português porque o mercado era muito pequeno, hoje não, hoje já sai na internet e os alunos leem em várias línguas, e nós na época tínhamos um ensino de línguas muito precário, e eu sou muito otimista do que é feito hoje, eu acho que a Universidade e os alunos evoluíram muito, e eu não tenho esse saudosismo de achar que no passado era tudo melhor, eu acho que não tinha nada melhor. A pesquisa e o trabalho de conclusão de curso na época não existiam, quando alguém fazia um trabalho incipiente era tido quase como um astronauta. A prioridade era formação técnica.

P: Para onde foram os demais colegas/egressos das primeiras turmas?

R: Da minha turma, depois de quase 30 anos, a grande parte ficou em Uberlândia, em fase de aposentadoria, na faculdade já tem três da nossa turma que se aposentaram. Dois não exerceram a odontologia, mas os demais exerceram em clínica privada e acadêmica, mas tem pessoas muito bem sucedidas por todo o Brasil. A maioria exerceu a profissão e foi bem sucedida, acompanhando o desenvolvimento tecnológico, bem como a concepção do dentista no aspecto humano, de acolhimento do paciente, voltado a prevenção e educação.

P: Como foi a consolidação e desenvolvimento da faculdade de Odontologia?

R: Nada começou agora, começou em julho de 1970, e foram muitas pessoas que dedicaram parte da vida para o desenvolvimento da faculdade, ela começou como uma Autarquia Educacional, com pouco recurso, o recurso maior era da mensalidade dos alunos, e um curso de Odontologia é caro, a instalação é cara, e lutava com muita dificuldade, muitas vezes os alunos tinham que comprar material, os próprios professores rateavam pra comprar álcool, pra ter uma clínica, os membros do diretório acadêmico muitas vezes fez livro de ouro e saiu pelo comércio, por isso que eu falo que a presença da sociedade era muito forte, que eu me lembro que nós fazíamos livros de ouro e saímos no comércio pedindo dinheiro pra montar laboratório, pra compra livro, e fomos aos consultórios dos dentistas pedir doação de livro, pra poder montar e consolidar a nossa biblioteca, depois veio a Universidade, e a coisa começou a melhorar, e quando federalizou entramos num ritmo de desenvolvimento, mas as universidades federais ficaram paradas muito tempo, a Odontologia ficou parada muito tempo, no sentido de expansão, nós tínhamos uma graduação, os professores que vieram de início eram todos de fora, a medida que foram formando foram ficando na faculdade, no inicio não tinha uma vocação para pós-graduação, então os primeiros foram fazer fora, pois não era cultura da formação da Odontologia a pós graduação, então precisaram os primeiros irem fazer pós graduação, voltar, incomodar, criar um certo ciúme para que outros tivessem vontade de ir, nos concursos que eram feitos na Odontologia não se pensava em cobrar titulação, porque a grande preocupação era que o professor tinha que ir pra clínica mostrar como se faz, e a especialização veio, foi a primeira foi em prótese em 1982, depois veio a dentística, nos ficamos formando uma massa, os professores fazendo pós-graduação para que nós tivéssemos número suficiente de doutores pra podermos abrir o primeiro mestrado, e eu tenho a honra de ter sido o coordenador da primeira especialização, o mestrado enquanto eu era diretor e o doutorado agora que eu sou reitor, então o mestrado veio com muita dificuldade, com forças contrárias, pessoas achando que a faculdade só dava atenção ao mestrado, não dava mais a graduação, o impacto da mediocridade. O grupo continuou trabalhando com dificuldade, para ser bem avaliado pela CAPES, até que chegou a

proposta do doutorado, que já foi aprovado pela CAPES, para o próximo ano. Hoje estamos em um momento de crescimento e investimento nas Universidades, há uns sete, oito anos atrás, não havia dentro da faculdade um metro quadrado para se fazer pesquisa, hoje nos temos dois laboratórios dentro da faculdade fazendo pesquisa de ponta, com elementos finitos, e tensiometria, com um grupo de professores e alunos consolidado, uma demanda grande do mestrado, com os alunos de mestrado seguindo para o doutorado, muitos contratados por universidades públicas de grande porte pelo Brasil, e agora vem o doutorado para consolidar, e nesse andar a graduação cresceu paralelamente, a graduação teve mudança de currículo, mudando o perfil do profissional para a área humana e da promoção de saúde, e os alunos do mestrado sempre orientando alguém da graduação, então hoje os alunos da graduação envolvidos em pesquisa que nos temos na faculdade de Odontologia é assustadoramente maior do que 5 6 anos atrás, hoje nós temos alunos que fazem intercâmbio com a Europa, EUA, tanto na graduação quanto na pós-graduação, o que era impensável na Odontologia, agora nos estamos terminando um prédio, o 4L da Odontologia no Umuarama, colocando o pessoal pra trabalhar mais junto, para dar uma identidade maior, que é o momento desse crescimento, uma boa graduação reconhecida, uma pós graduação reconhecida e em expansão, é um momento bom em toda a Universidade, estamos para receber novos equipamentos de imagem, diagnóstico, coisa de ponta e na pesquisa eu não estaria faltando com a verdade se eu falar que está sobrando recurso.

Entrevista nº 17

Entrevistado: Odorico Coelho da Costa Neto

Curriculum vitae: Possui graduação em Odontologia pela Universidade Federal de Uberlândia (1974), especialização em Patologia Bucal e Estomatologia pelo Conselho Federal de Odontologia, Especialização em Metodologia do Ensino Superior pela UCMG e mestrado em Odontologia pela Faculdade de Odontologia da UFU (2006). Atualmente é professor titular da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia. Tem experiência na área de Odontologia, com ênfase em Educação e Planejamento em Odontologia, Serviços Públicos de Saúde e Diagnóstico Estomatológico, atualmente é chefe de gabinete do Reitor, coordenador do Programa Nacional de reorientação da formação profissional em saúde da FOUFU, membro da comissão para elaboração do regimento interno do HCU-UFU, membro titular e representante da IES – Federais no programa de residência multiprofissional da saúde, e diretor executivo da FAEPU.

Realizada em Uberlândia dia 03/11/2011

P: Pergunta

R: Resposta

P: Como os alunos na época das primeiras turmas assimilaram a formação do curso profissional? Era somente profissional técnico, ou agregava valores humanos?

R: O início do curso, em 1970, a formação era uma formação tradicional e elitista, preocupada com as questões técnicas da odontologia, com escasso conteúdo social e preventivo. A disciplina de odontologia social e preventiva era ministrada ao final do curso, após toda a formação tradicional e elitista, para concluir o curso tinha a disciplina social e preventiva, para que se desse os valores de sociologia, antropologia, e mesmo a questão referente a questão da odontologia preventiva. Era uma formação extremamente ideológica e tecnicista, um modelo Maximiliano.

P: Até que ponto a atmosfera política nacional interferiu no processo de criação da faculdade de Odontologia?

R: Eu acredito que a interferência tenha sido benéfica, naquela época os políticos que tinham liderança muito grande em Minas Gerais e em Brasília, e contribuíram decisivamente para a implantação da Autarquia Educacional que criou a Odontologia, Medicina Veterinária e Educação Física, e, posteriormente, em 1978, com a federalização da Universidade de Uberlândia, passando para a Universidade Federal de Uberlândia, através do trabalho do então Ministro da Casa Civil Rondon Pacheco.

P: Até que ponto a criação da faculdade de Odontologia foi atender ao anseio de inserir Uberlândia no discurso e ordem modernizadora?

R: Além de ter sido uma grande oportunidade para todos aqueles que moravam em Uberlândia, que tinham que sair de Uberlândia, onde a cidade mais próxima era Uberaba, dar oportunidade a quem era da cidade é mais que criar a faculdade, foi a mentalidade da Universidade já trazendo um embrião para que se consolidasse a Universidade de Uberlândia a e, posteriormente, a Universidade Federal de Uberlândia, eu acredito que com isso a gente tenha contribuído muito com o desenvolvimento do bloco regional, um desenvolvimento não só de Uberlândia, mas de toda a região, com a criação inicialmente de uma faculdade que era da Autarquia Educacional , e tinha uma mensalidade subsidiada, praticamente 1/3 do valor que se pagava em Uberaba, que era particular, e que posteriormente a partir de 1978, com a federalização ocorreu a isenção do pagamento das mensalidades, isso tem contribuído para o desenvolvimento regional de uma forma muito importante, não só na Odontologia, como na Veterinária e na Educação Física, como

outros cursos que vieram a se agregar a Universidade de Uberlândia e posteriormente a Universidade Federal.

P: Qual o perfil dos odontólogos formados nas primeiras turmas da faculdade?

R: Da elite tinha muito poucos alunos, basicamente eram pessoas de classe média baixa porque a classe pobre dificilmente teria como ter esse acesso, mas praticamente todos os alunos daquela época tinham que trabalhar para sobreviver, especialmente eu me lembro das quatro primeiras turmas, em que a grande maioria tinha alguma outra atividade que desenvolvia para que pudesse contribuir com a sua formação e até a de sua família, a gente tinha nas primeiras turmas muitos protéticos, dentistas práticos que já exerciam a odontologia, mas que ingressou pelo vestibular, tinha praticamente de todas as categorias da sociedade, sendo que da elite era um grupo bem reduzido, talvez a classe média baixa tenha sido o grupo dominante dessas primeiras turmas.

P: Quais os objetivos do plano pedagógico da época?

R: O que nós temos bem lembrança que era uma formação pra elite, formar profissionais que teriam inserção para trabalhar para cinco por cento da população, praticamente não se preocupava com a pesquisa, mesmo porque as condições físicas não permitiam, estava em fase de instalação, de implantação do mínimo pra funcionar a faculdade e o trabalho de conclusão de curso é algo extremamente recente na Odontologia Universidade Federal de Uberlândia, que veio para a última reestruturação curricular para atender as novas diretrizes curriculares, agora que o curso passou de quatro para cinco anos que se vai apresentar o trabalho de conclusão de curso. É algo extremamente recente o trabalho de conclusão de curso na Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia, em 2012/2 que haverá a primeira turma que apresentará trabalho de conclusão de curso. A duração do curso de quatro para cinco anos fortalece ainda mais as unidades de ensino que passam a ter atuação no ciclo básico do curso, até então a sua atuação era no ciclo profissionalizante, UDE, UOSP, UCOEI, que era área profissionalizante e agora com a reestruturação curricular de 2007/2 nós temos as unidades de ensino no ciclo básico do curso e o ciclo profissionalizante, tem inicio no primeiro semestre do curso, o aluno quando ingressa no curso de Odontologia já tem uma dimensão do que é a Odontologia, primeiro do que é uma profissão da área da saúde, do que é saúde, e dentro dessa área ele passa a ter uma orientação sobre os aspectos básicos da Odontologia, caminhando o básico com o profissionalizante concomitantemente, não tem separação, faz o básico e depois você vê como se aplica o que você está aprendendo, a gente está tentando fazer algo que seja mais problematizador no básico, e com isso, as primeiras avaliações dos alunos que ainda vão concluir o primeiro ciclo da reestruturação que está muito mais dinâmico o curso básico, está exigindo muito mais dos professores no ensino básico, porque eles estão aprendendo aquilo, onde que se vai aplicar, e os alunos tem tido uma consciência muito grande sobre o que é a saúde como um todo, o que é trabalhar numa rede de saúde, regionalizada e hierarquizada, por onde começa esse atendimento, que começa no programa de saúde da família, que passa pra uma unidade básica da saúde da família, uma unidade básica de saúde, uma unidade de atendimento de média complexidade que são as UAIS, e as unidades terciárias e quaternárias de atendimento que são os centros de referência, então ele transita em toda essa rede, ele sabe qual o nível de resolutividade em cada um desses pontos, antigamente era o básico primeiro, e somente após a aplicabilidade. Hoje o aprendizado ocorre concomitantemente, a teoria e a aplicação prática. Hoje nós formamos pessoas para o SUS, que é o público mais o privado, o privado complementa o sistema público de saúde. De forma a formar pessoas para o público, com a complementação pelo privado. Tendo uma boa formação para o sistema público tudo se aplica ao privado.

P: Para onde foram os egressos das primeiras turmas?

R: A imensa maioria foi para o setor privado, pelo menos 80%, 75%, 40% ficaram na cidade, os demais foram para outros locais, na minha turma quem permaneceu na faculdade fui eu, Ailton Amado, Wellington, que posteriormente saiu, o Marcos Diniz, que ficou um curto espaço de tempo e depois foi para a clínica privada, e da minha turma foram esses, e o Valtecides, que permaneceu na faculdade, da minha turma sou eu e o Ailton.

P: Como foi a consolidação e o desenvolvimento da faculdade de Odontologia da UFU?

R: Eu acredito que isso tenha sido formado por muitos desafios, a gente ao longo desses 41 anos, de 1970 que a faculdade foi criada, e desses quarenta e um anos eu tive a oportunidade de vivenciar como aluno quatro anos a partir de 1971, posteriormente como professor, vão completar 37 anos dentro desse processo, dentro de todas essas etapas foi um desafio muito grande a cada momento, mas para nossa grande satisfação e orgulho nos vemos que a cada ano com que as dificuldades se apresentavam a faculdade sempre teve um ritmo crescente em todas suas atividades, quem se formou no semestre passado com certeza nesse semestre vai ver algo novo e melhor na faculdade, nós estamos agora, no semestre e ano passado nos tivemos a oportunidade de promover uma melhoria completa em nossos laboratórios, especialmente os profissionalizantes na área de prótese, prótese e oclusão, materiais dentários, dentística, ortodontia, laboratório de diagnóstico estomatológico envolvendo a radiologia, modernizamos todas as clínicas com equipamentos, e para agora no inicio de 2012 nos deveremos passar para o bloco novo, 4L, sendo uma nova conquista para a Odontologia da UFU, e nesse período a gente teve a partir de fevereiro de 2010 o inicio das nossas residências multiprofissionais, nós já temos residentes na área de urgência e emergência e oncologia, em fevereiro de 2010, em agosto de 2010 nós inserimos a residência uniprofissional em cirurgia e traumatologia bucomaxilofacial, nos começamos com um residente um R1 e a partir de fevereiro de 2011 nos conseguimos a ampliação das vagas da bucomaxilo de uma para três, e a residência é de três anos, as demais residências multiprofissionais são de dois anos, e essa residência é credenciada pelo MEC e pelo Ministério da Saúde, e agora ao invés de pagar o curso, ele recebe uma bolsa, em troca de uma dedicação de 60 horas a instituição, prestando serviços a comunidade. Em fevereiro de 2011 nos também conseguimos a residência multiprofissional em pacientes com necessidades especiais, a primeira residência desse gênero no Brasil, em outubro agora na ultima reunião da CAPES nos tivemos a aprovação para o nosso doutorado para fevereiro de 2012. Foram muitos desafios vencidos, com muitas pessoas que pensam coletivamente em busca de transformar aqui em um centro de excelência em Odontologia, hoje nos temos laboratórios de pesquisa que são de ponta, entre os dez melhores do país, vamos receber agora equipamentos de última geração na área de imagem, um tomógrafo odontológico, um processo de completa digitalização de imagens, então hoje, determinadas coisas se equiparam aos melhores centros odontológicos do país, mas não só na pesquisa, mas nos serviços prestados a comunidade, nós estamos entre os principais cursos de Odontologia do país que tem identidade com a comunidade, com um pronto socorro Odontológico 24 horas, que funciona todos os dias do ano. De acordo com uma comissão nomeada pelo Ministério da Educação, poucas vezes foi visto um serviço com a excelência do pronto socorro Odontológico da Universidade Federal de Uberlândia. Eu acredito que a nossa missão está praticamente se encerrando, outros virão para dar sequência a esse processo, mas como uma geração que começou e viu crescer essa faculdade, acredito que aqueles que vão nos suceder poderão alçar voos muitos mais altos, sendo imprescindível o amor, a dedicação pela nossa instituição.

P: Qual a maior dificuldade como professor, participante ativo da luta pela excelência da faculdade, na criação da faculdade?

R: Vários foram os desafios, dificilmente terá como colocar um desafio, o primeiro desafio foi quando a faculdade saiu da Autarquia e se incorporou a Universidade de Uberlândia, ali

existiam alguns conceitos que deveriam ser modificados, quando o Dr. Laerte pensou nessa faculdade foi fruto de toda dedicação dele, ele pensou em algo de uma excelência equiparada ao melhor que existia no país, como Bauru, Araraquara, a USP, ele pensava em uma faculdade desse nível, na transição para a Universidade de Uberlândia alguns conceitos foram mudados, a mudança do perfil do corpo docente, que era eminentemente importado de outras faculdades, e que isso passasse a ser assumido por pessoas da própria cidade, isso foi um choque, que ao longo do tempo foram superados, sendo os alunos qualificados, depois a federalização, o ingresso na UFU, o que melhorou consideravelmente o financiamento que tinha na faculdade, nós tivemos no inicio, especialmente na época da Autarquia Educacional, vários professores passaram mais de seis meses sem receber, e nem por isso nenhum deles deixou de fazer seu compromisso, os professores vinham de forma e ficavam três, quatro, cinco meses sem receber, na transição para a UFU, ocorreu uma melhoria salarial considerável, acabou a situação de atrasos salariais, o que tornou atrativa a profissão de docência, além da questão do amor pela profissão. Ai tivemos um período dentro de transição dentro da própria UFU na primeira gestão do professor Gladstone Rodrigues da Cunha, em que houve uma cisão no corpo docente, então eram alguns professores que estariam dentro de uma proposta extremamente acadêmica, pensado nessa formação da pesquisa, na formação docente bastante sólida, e outro grupo em que apoiado pelo reitor da época faziam determinadas atividades que pra nós era julgadas como atividades meio, e não fim. E esses professores na época ganhavam mais do que o dobro do que a gente ganhava, houve realmente uma separação, uma clínica em que determinados professores iam, e outra em que outros professores iam, nessa clínica onde os outros professores iam, eles eram remunerados de forma diferenciada para a mesma atividade, a época era permitido, hoje isso jamais poderia ocorrer, isso foi superado na base da conversa, entendimento, e na mudança e mostrando que a gente queria uma proposta pedagógica inovadora, mais avançada e tinham coisas que eram muito boas porque colocava a Odontologia para a prestação de serviços a comunidade, abria os muros da Odontologia, tinham coisas boas, então através do tempo e do processo começou a ter uma mescla ali, uma conversa ali, então a partir de 1976 a 1980 que quando o ... Assumiu o país, mudando o novo conceito tradicionalista pedagógico, as coisas começaram a se encaixar, a partir dai nos tivemos a condição de desenvolver um projeto com a CAPES, um projeto inovador, e mais recentemente agora com o pro saúde, a gente sempre participou dos grandes projetos de inovação de ensino da odontologia do país no CAPES Abenokellogg (Associação Brasileira de ensino Odontológico, na década de 1980 que o projeto em julho de 1980 eu participei da elaboração do projeto e da implantação de todo esse projeto, eu fiz parte da comissão e posteriormente quando houve a proposta de mudança do perfil profissional que realmente introduzia a questão dos conceitos de antropologia, sociologia, psicologia aplicada, da odontologia social e preventiva, da descentralização do atendimento com a criação das unidades didáticas avançadas, descentralizando o atendimento da Campus Umuarama e iniciando a formação de uma rede, e mais recentemente nos tivemos a questão do pro saúde, que diferentemente do primeiro, CAPES Abenokellogg, que era uma iniciativa do MEC, esse pro saúde, que é o programa reorientação de formação de recursos humanos para a saúde, que inicialmente contemplou a Medicina, Odontologia e Enfermagem, nós entramos, o da Enfermagem não foi aprovado então ficou só Odontologia e Medicina, já no pro saúde 2 agora já tem a Enfermagem, Educação Física, Fisioterapia, Psicologia, outros cursos, mas no pro saúde 1 basicamente está Odontologia e Medicina, que eu também participei, elaborando escrevendo todo esse projeto, e com isso nos trouxemos pra cá recursos para o curso de Odontologia é substancial, nos dois primeiros anos 400 mil reais no primeiro, 400 mil no segundo, agora já estamos no terceiro ano, já apresentamos a propostas para o terceiro

ano, a terceira etapa do pro saúde 1, e agora é uma iniciativa do Ministério da Educação com o Ministério da Saúde, então ocorre uma integração de formação de recursos humanos, exatamente para cumprirmos o preceito Constitucional, o artigo 200 da Constituição Federal diz que caberá ao SUS a ordenação de formação de recursos humanos para a área da saúde, dentro disso, se cabe ao SUS, tá intimamente relacionado com o Ministério da Educação, a educação forma pra saúde, profissionais da área saúde, e existia uma dicotomia/divórcio entre os dois, o projeto em conjunto traz o casamento, reforça, ainda mais a necessidade de formação pra esse profissional da área da saúde, e as residências multiprofissionais também em um acordo entre MEC e Ministério da Saúde, não adianta fazermos residências para atender especificamente até a rede privada, mas ela deve estar em complementariedade para o indivíduo saber como o sistema funciona, então todas essas ações formações de complementariedade que estamos vivenciando, eu sou da comissão nacional de residência multiprofissional, fui indicado pela associação nacional de dirigentes de instituições de ensino federal (ANDIFES), então represento a ANDIFES na comissão, então a gente tem que trabalhar fazendo uma aproximação na formação agora *latu sensu* pra que ele seja formado com uma visão especificamente para o SUS, já que quem financia é o governo, se o governo financia, paga, ele tem que ter profissionais para resolver problemas da sociedade, e não só de quem está terminando a residência, precisa de neurologista, precisa, mas o SUS precisa do indivíduo no sistema público, e com essa mensalidade a gente vê que a cada hora, a cada tempo a gente vence o desafio, a cada momento um desafio e progressivamente cada um está sendo vencido, e que pra nós trás muita satisfação ver que estamos sempre em ascensão, e isso você pode com o seu trabalho, de colaboração muito grande para a história da Odontologia, conversas com alunos de vários períodos e que toda vez que voltam aqui nós estamos tendo coisas novas e boas, coisas que mostram que a gente está ampliando nosso leque de inserção dos nossos alunos no mercado de trabalho, nós formamos pessoas para melhor inserção no mercado, com a formação mais abrangente possível, não uma formação restritiva, em que o aluno vá pensar em uma especialidade no futuro, mas primeiro a gente quer mostrar pra ele que ele é um profissional da saúde, em que dentro dessa área ele pode ter uma formação imensa, e segundo, ele vai ser cirurgião dentista, em que o mercado de trabalho tem uma absorção gigante, sem esquecer o compromisso com o público, porque nós somos financiados pelo governo, então nada mais justo que formar o profissional que o público precisa que independente de ser pobre ou ser rico, ele tem necessidade dessa prestação de serviço, é dentro dessa visão que a gente tem caminhado.

Entrevista nº 18

Entrevistado: João Carlos Gabrielli Biffi

Curriculum vitae: Iniciou sua carreira Universitária na Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, onde durante 14 anos ficou vinculado ao departamento de Ciências Morfológicas. Concluiu o doutorado em Odontologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho em 1987. Desde 1992 e até os dias atuais atua como Professor Titular na Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia na área de Endodontia.

Realizada em Uberlândia, dia 09/11/2011

P: Pergunta

R: Resposta

P: O que levou o Sr. a vir para a UFU em 1992, saindo da USP de Ribeirão Preto?

R: Eu na época dava aula de anatomia, morfologia, mas eu fazia especialidade de endodontia na época também, e aí eu fiquei sabendo desse concurso que a área de endodontia estava sendo renovada naquela época, e eu vim conhecer a cidade, a faculdade, e eu percebi que seria uma oportunidade de entrar na área do meu domínio maior que era endodontia, com a vantagem de, como havia acontecido uma renovação quase total da disciplina, a gente tinha uma autonomia pra implantar o que você acha que realmente seria o ideal para a disciplina.

P: Naquela época, em 1992, quais foram as primeiras impressões sobre a faculdade de Odontologia, e como era a formação dos alunos, era mais técnica, ou com valores humanos agregados?

R: Mudou muito daquela época para hoje a universidade como um todo, naquela época não existia a pós-graduação, strictu sensu da faculdade, isso faz a diferença hoje, não existia pesquisa naquela época na Odontologia, era estritamente voltado para a graduação, o professor não tinha uma atividade importante que é a pesquisa, o trabalho de conclusão de curso também não tinha, e essa foi a maior diferença que eu senti quando vim pra cá, eu vim de uma universidade onde já se pesquisava, onde já havia pós-graduação, eu fiquei dez anos aqui ainda pesquisando pela Universidade de São Paulo, que eu fazia parte do corpo docente da pós-graduação lá, então com a dedicação exclusiva, é importante você ter essa atividade, você estar voltado para a pesquisa, de 1992 até 2000 eu fiquei ainda vinculado a pós-graduação da Universidade de São Paulo, e eu senti que não tinha uma necessidade da pesquisa aqui, não existia essa preocupação, e isso é importante, porque quando você dá uma aula na graduação, é importante que você tenha uma pesquisa realizada por professores, pra poder enriquecer toda a informação que você passa para os alunos, o que acontece hoje. As outras universidades faziam a pesquisa que servia para os alunos, mas não existia a mentalidade de fazer pesquisa aqui, e hoje os alunos que buscam a pesquisa, a iniciação científica, mestrado, agora doutorado, o que muda completamente o perfil da graduação.

P: Com o mestrado e o doutorado foi agregado mais valores humanos, ou ainda continua muito na teoria essa preocupação com o coletivo?

R: Já mudou, está bem diferente o projeto pedagógico, que também está mais voltado para o incentivo a pesquisa, o próprio aluno da graduação já favorece, não fica só na parte técnica, ele busca obter algo mais, envolvendo desde o aluno da graduação, junto com os de mestrado e agora doutorado eles formam uma equipe, por meio de um projeto grande, participando de vários planos de trabalho associados, isso é importante, fundamental.

P: Em 1992, como era a atmosfera política da faculdade em relação a cidade de Uberlândia, ao cenário nacional?

R: Eu acho que naquela época ela estava muito voltada para o grupo mesmo, para o grupinho dos professores, não existia essa divulgação de trabalho que existe hoje, não tinha uma produção científica regular, era uma faculdade local mesmo, voltada mais para o atendimento da população aqui, diferente de hoje, que os trabalhos têm sido publicados em revista internacional, de qualidade, então hoje acho que Uberlândia no cenário nacional é uma figura muito importante, a faculdade de Odontologia é respeitada no cenário nacional e internacional. Hoje eu entendo que de 1992 pra cá houve uma evolução muito grande, hoje é outra mentalidade, outras formas. Quando eu vim pra cá, a ideia era montar a pós-graduação o mais rápido possível, só que não tinha ainda a massa crítica de professores com doutorado, o que dificultou o processo, nós não tínhamos doutores na Odontologia, então foi necessária essa formação, e eu pude participar desse processo, como eu estava vinculado a pós-graduação na Universidade de São Paulo, muitos colegas da faculdade eu

acabei orientando, fazia pesquisa aqui, mas ele estava matriculado em Ribeirão Preto, então mesmo eu não tendo a pós graduação aqui, eu podia vivenciar de forma um pouco isolada, o que não é bom, mas de forma isolada eu fazia pesquisa aqui e eles estavam matriculados na Universidade de São Paulo, então isso ajudou a formar uma massa crítica para poder montar o mestrado aqui, o que aconteceu em 2000, o pessoal que fez a pós graduação em Ribeirão Preto tinha essa facilidade, de acabar fazendo a pesquisa associada aqui e lá, o que criou a condição pra montar o mestrado aqui mesmo.

P: O Sr. consegue perceber, naquela época, uma diferença do perfil do odontólogo formado pela USP de Ribeirão Preto, para o odontólogo formado aqui, na primeira turma que o Sr. acompanhou?

R: O que já existia de diferente é que lá já se fazia pesquisa naquela época, existia envolvimento de aluno voltado para a pesquisa, o que não existia aqui no volume que existia lá, isso faz uma diferença muito grande. A graduação, mesmo em 1992, eu percebia que essa parte era muito bem feita aqui, os professores todos tinham boa formação nessa época, só que não tem o aspecto que existe hoje, foi um avanço muito grande, não só na Odontologia, mas na Universidade toda.

P: Como o Sr. viu o projeto pedagógico em 1992?

R: O projeto pedagógico daqui, em 1992, era um projeto pedagógico diferenciado, bem diferente do que eu estava acostumado em Ribeirão Preto, até certo ponto inovador, mas como esse novo projeto pedagógico algumas coisas foram aperfeiçoadas da época para agora, mas houve uma melhora significativa.

P: Para onde foram os alunos formados em 1992?

R: O que me chamava a atenção era que os alunos daqui eram mais de Uberlândia e região, não sei se eu estou equivocado, mas é a impressão que eu tive, e muitos ficaram em Uberlândia, para fazer uma especialização, porque na época já tinha a especialização aqui.

P: O Sr. teve alguma dificuldade para poder melhorar a faculdade de Odontologia?

R: O que eu tive foi no programa de pós-graduação, que eu tive a oportunidade de coordenar, e a pós-graduação é uma equipe, tem que ter uma equipe com todos bem conscientes da necessidade, então no começo houve uma certa dificuldade, as pesquisas tinham que ser direcionadas, então o que a gente observava na época é que os professores tinham vontade de trabalhar nesse sentido, mas não havia uma convergência das linhas de pesquisa, esse foi o maior problema no início da pós graduação aqui, o que foi melhorando com o passar do tempo, essa conscientização dos professores demorou um pouquinho, mas aconteceu, a pós graduação hoje, as pesquisas têm que convergir para as linhas de pesquisa do projeto, então o que existia na época era que o professor produzia, mas escapava um pouco daquelas linhas, voltadas para o projeto, e não tinha como justificar isso nos relatórios, a necessidade da plataforma Lattes, do currículo também era uma coisa que não era corriqueira na época, mas era necessário, então os lançamentos da produção eram feitos, mas não havia uma padronização, então a pessoa tinha uma publicação com um colega, mas lançava de formas diferentes o projeto, e quando eles fechavam o relatório, era uma dificuldade muito grande, corrigir tudo manualmente, mas foi melhorando, hoje está bem mais fácil, não só na faculdade, como a nível da pro reitoria, que já tem uma diretriz de como fazer as coisas.

P: Como está o desenvolvimento e consolidação da faculdade de Odontologia, desde 1992 até hoje?

R: Eu acho o seguinte, as escolas mais tradicionais, a USP, a UNESP, esse processo de implementação de pós-graduação *strictu sensu* tiveram um tempo maior pra consolidação desse projeto, não existia uma exigência tão grande da CAPES, então eles tiveram tempo de consolidar de uma maneira mais “homeopática” e em 2000, 2001, quando começou o programa aqui, a exigência já era alta, então nós éramos cobrados como era a USP e a

UNESP, só que eles tiveram um tempo maior pra isso, então nós começamos a “corrida sem aquecimento”, e isso dificultou um pouco, e agora a cobrança está cada vez maior, eu diria que a gente tem que pensar a médio e longo prazo na renovação do docente, e se existe uma geração que está aposentando, tem que ter outra para continuar, então eu acho que o futuro da pós-graduação da Odontologia, está voltado para essa geração nova que está surgindo, que acabou sendo preparada aqui mesmo no programa, que é bem promissora, então no aproveitamento desse pessoal que eu acho que o futuro está garantido, a renovação é importante.

P: O Sr. se sente satisfeito de ter saído de Ribeirão Preto e ter vindo para Uberlândia?

R: A cidade me agradou muito, quando saí de Ribeirão Preto eu fiquei dois anos sem me desligar totalmente de lá, se não desse certo aqui, eu poderia voltar pra lá, e nesse período que ainda não tinha pós-graduação strictu sensu aqui, pra mim, como eu acabei ficando vinculado ao programa lá, de certa forma eu ainda me sentia engajado lá, na Universidade de São Paulo, pesquisando nesse período, como montou o curso aqui, as coisas aconteceram rapidamente, os laboratórios foram montados, e as pesquisas aconteceram naturalmente, hoje, no final, eu já tenho até tempo para aposentar, hoje se eu fizer uma retrospectiva, eu acho que me senti mais útil aqui do que eu seria lá, eu acho que eu vim em uma época que eu pude ajudar mais do que se eu ficasse lá, eles tinha uma equipe mais preparada lá, a minha saída de lá não foi prejudicial pra escola, e a minha vinda pra cá eu pude trazer uma coisa a mais de lá, que de certa forma foi útil pra faculdade, e a autonomia que eu tive aqui também me fez muito bem, a possibilidade de você ensinar aquilo que você acha que é o certo, mesmo tendo a chance de errar e corrigir, essa autonomia é fundamental. A minha família veio na época, eu tenho um filho que nasceu aqui, minha filha veio pequenininha, a minha esposa também é professora universitária, na época ela estava vinculada também a prefeitura da cidade, a Universidade de São Paulo, mas nós achamos que valeria a pena vir pra cá. Hoje, ela é professora aqui na Universidade, mas isso demorou nove anos pra vir pra cá, nesse tempo ela prestou concurso na UFTM em Uberaba, então ela dava aula lá, então ficou um período viajando, mas a residência nós fixamos aqui em Uberlândia, meus familiares e irmãos estão todos em Ribeirão.

QUADRO 7 Final I – Faculdade de Odontologia da UFU - Turma de 1973

Alunos graduados pela Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia, relação dos Pós-Graduados com respectiva especialidade e designação da área de atuação laboral dos egressos do Curso de Odontologia

NOME	PÓS-GRADUAÇÃO (IES – ÁREA)	ATUAÇÃO
01- Abelardo Henrique Testa		1-Agropecuarista-Fazenda Eldorado Udi-MG. Fazenda Kalaka Paracatu-MG
02- Abrahão José Mine		
03- Arberto Magno Ribeiro de Paiva		
04- Alfredo Julio de Oliveira		
05- Ana Maria Lisboa Silva e Dias Ferreira		
06- Antônio Ferreira de Melo		
07- Antônio Mario Buso	Especialização: Metodologia do Ensino Superior IES:. PUC/MG, BH/MG-1979	Professor Titular UFU/MG, Consultório particular – periodontia – UDI/MG
08- Arnaldo Queiroz Machado	Especialização: Prótese Dental IES:. UFU-1985	Consultório Particular Araguari/MG
09- Byron Lacerda	Especialização: metodologia do ensino superior PUC/MG-BH/MG-1979	Professor titular UFU, Consultório particular
10- Carlos Antônio Colmanetti		
11- Celia Regina de Souza		
12- Consuelo Fátima Pelizzard		
13- Edio Elias Borges		
14- Edison Vieira da Costa Júnior		
15- Edisonina Vieira Vaz		Consultório Particular UDI/MG
16- Eduardo Borges de Rezende		
17- Elcio de Freitas Pedrosa		
18- Eneida Marques de Andrade		Consultório Particular UDI/MG

19- Fausto Borges Campos	Estágio: Cirurgia Buco-maxilo-facial IES: USP/SP-1976-1977 Especialização: Metodologia do ensino superior Universidade Estadual de Londrina/PR-1981 Especialização: Cirurgia e traumatologia buco-maxilo-facial pela Universidade Federal de Pelotas – RS-1982	Professor titular UFU/MG, Consultório Particular
20- Ione Rodrigues Vieira		
21- João Vieira da Costa Neto		
22- Jorge Cunha		
23- José Antônio Lobato		Consultório Particular UDI/MG
24- José Rubens Bernardes Coelho		
25- José Vanderlei de Almeida	Especialização: Metodologia do ensino superior IES: PUC/MG – BH/MG-1979 Especialização: Prótese Dental UFU/MG 1985 Mestrado em Dentística Restauradora USP/ BAURU 1984 Doutorado em Dentística Restauradora USP/ BAURU-1991	Professor Titular UFU/MG Consultório Particular UDI/MG
26- Lourdes Maria de Sousa	Especialização: Endodontia IES: Policlínica do Rio de Janeiro	Consultório Particular UDI/MG
27- Luis Umberto de Oliveira	Mestrado: Diagnóstico Oral IES: USP/ BAURU/SP 1981	UFU/ UDI/MG Professor Titular Vice-Chefe do departamento de Odontologia Social e preventiva 1980/1981

28- Luiz Mario Guimarães Gonçalves	Especialização: Odontopediatria IES:. USP/ BAURU/SP-1974 Especialização: Administração Universitária IES:. Centre HEC-ISA-FRANÇA/UFU-UDI/MG 1987	Professor Titular UFU/MG Coordenador do Curso de Odontologia- 1980/1981 Diretor do Centro de Ciências Biomédicas- 1984/1988 Vice-Reitor- 1984-1988 Reitor Pro-Tempore- 1992 Diretor Geral da Unidade Hospitalar Odontológica a partir de 1992
29- Marcelino Mendes Rezende		
30- Marcus Alves da Rocha	Especialização: Semiologia IES:. USP/SP-1980	Professor Titular UFU/MG Chefe do Setor de Diagnóstico Estomatológico a partir de 1995
31- Maria Espedita Resende		Consultório Particular UDI/MG
32- Maria Francelina de Barcelos		Consultório Particular Campina Verde/ MG
33- Mario Francisco Pereira		
34- Milton Alves Cardoso		
35- Neusa Maria dos Anjos	Especilização: Endodontia IES:. Faculdade de Odontologia de Araraquara/SP-1975 Mestrado: Endodontia IES:. USP/ BAURU-1984	Professora Titular UFU/MG Consultório Particular UDI/MG
36- Paulo César Azevedo	Mestrado: Endodontia USP/BAURU/SP-1984	Professor Titular UFU/MG Consultório Particular UDI/MG
37- Paulo Ferreira Rangel		Consultório Particular UDI/MG
38- Paulo Sergio de Carvalho		
39- Rachel Kobal		
40- Regina Maria Tolesano	Especialização: Odontopediatria IES:. USP/SP-1975 Mestrado: Odontologia Social IES:. Universidade do Rio Grande do Sul – Porto Alegre- RS-1986	Professora Titular UFU/MG
41- Ronan Correa Neves		
42- Shirley C. de Castro		

QUADRO 8 Final II – Faculdade de Odontologia da UFU - Turma de 1974

Alunos graduados pela Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia, relação dos Pós-Graduados com respectiva especialidade e designação da área de atuação laboral dos egressos do Curso de Odontologia

NOME	PÓS-GRADUAÇÃO (IES – ÁREA)	ATUAÇÃO
01- Adair Alves Teixeira		Cirurgião-Dentista UFU/MG Consultório particular UDI/MG
02- Ailton Amado	Especialização: Radiologia IES: Sociedade de Promoção Social do Fisurado Lábio Palatal – Bauru/SP-1981 Especialização: Metodologia do Ensino Superior IES: Universidade Estadual de Londrina – PR-1981	Professor Adjunto 4 UFU/MG
03- Alan Kardec Dornelles		Cirurgião-Dentista UFU/MG Consultório particular UDI/MG
04- Carlos Roberto Rosa		
05- Devanir Paulino de Aguiar		
06- Edson Alves		
07- Eliane Gláucia Faria de Melo Pinto		
08- Elizabeth Arantes (Gomes)		Consultório particular UDI/MG
09 Hamilton Furtado Junior		Consultório particular UDI/MG
10- Jeova Vieira Marques Filho		
11- Jonas Campana		
12- José Alves Rodrigues		
13- José Carlos Junqueira		
14- José Ronaldo Pereira		
15- Manoelito Alvim		Consultório particular UDI/MG
16- Márcia Helena de Oliveira Brasil		
17- Marco Antônio Santos Veloso		
18- Marcos Santos Diniz		Consultório particular UDI/MG
19- Maria Cristina Geocondo Cesar Kawaka		

20- Marlene Batista Ferreira		Consultório particular UDI/MG
21- Martha Ribeiro Marques		Consultório particular UDI/MG
22- Nelson Moreira Filho	Especialização: Metodologia do ensino superior IES: PUC/MG – BH/MG-1979 Mestrado: Dentistica IES: USP/ BAURU/SP-1979	Professor Titular UFU/MG Chefe do Departamento de Odontologia Clínica e Restauradora – 1980-1982
23- Nilton Alves Moreira		
24- Nivaldo José Bernardes Krempel		
25- Nubia Vitorino de Oliveira		Consultório particular UDI/MG
26- Odair Jaime Aquegawa		
27- Odilon Ferreira de Rezende		Consultório particular UDI/MG Brasília/ DF
28- Odorico Coelho da Costa Neto	Especialização: Metodologia do ensino superior IES: PUC/MG, BH/MG-1979	Professor Titular UFU/MG Chefe do Departamento de Odontologia Social e Preventiva-1980-1982 Diretor do Hospital Odontológico- 1990
29- René Roberto Contar		
30- Rosilene de Sousa Ramos		
31- Sebastião Carneiro da Cruz		
32- Silmon Gaspar		Consultório particular UDI/MG
33- Ubiratan Fonseca Moraes		
34- Vanderlucia Rocha Barroso Violatti		
35- Vilma Vieira Damião		Consultório particular Araguari/MG
36- Wilton Borges Alves		
37- Waltercides Silva Junior	Aperfeiçoamento: Anatomia ISE:. USP/SP- 1975 Doutorado: Anatomia Humana ISE:. USP – SP 1984	Professor Titular da UFU/MG
38- Wellington Luiz Barcelos Borges		

QUADRO 9 Final III – Faculdade de Odontologia da UFU - Turma de 1975

Alunos graduados pela Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia, relação dos Pós-Graduados com respectiva especialidade e designação da área de atuação laboral dos egressos do Curso de Odontologia

NOME	PÓS-GRADUAÇÃO (IES – ÁREA)	ATUAÇÃO
01-Abdo Elcarin Amed	Especialização: Prótese dental IES:.UFU/MG-1985	
02- Alfredo Julio Fernandes Neto	Mestrado: Reabilitação Oral-Prótese ISE:.USP/ BAURU-SP-1982	Professor Titular UFU/MG Vice-Chefe do Departamento de Odontologia Clínica e Restauradora – 1982/1984 Coordenador do Curso de Odontologia Coordenador do Curso de Especialização em Prótese Dental Consultório Particular-UDI/MG Associação Brasileira de Ensino Odontológico-ABENE- Presidente Conselho Regional de Odontologia CRO/MG Suplente- 1995-97, Membro da Comissão de Especialistas de Ensino de Odontologia Port. 160/95-SESu-MEC
03- Ana Luiza Vilas Boas		Consultório Particular -SP
04- Ana Maria Constantino	Especialização: Ortodontia ISE:. Associação Fluminense de Educação- RJ-1985	Consultório Particular -RJ
05- Benigno José Monteiro		
06- Carlos Roberto de Assis		
07- Décio Guimarães Naves		Consultório Particular Araguari/MG
08- Divina Maria do Nascimento Espírito Santo		
09- Edy Cesar da Rocha		
10- Edson Vieira da Costa Junior		
11- Edna Marques ⁸¹		Consultório Particular UDI/MG
12- Edson de Oliveira Pinto		

⁸¹ Edna Marques graduou-se também em Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia.

13- Eduardo Luiz da Mata Gonçalves		
14- Eliana Divina da Silva		Consultório Particular Ituiutaba/MG
15- Eliete Alves Sampaio		
16- Elza Maria de Souza		
17- Ernani Cortopassi de Mendonça		
18- Gaspar Paulino	Especialização: Endodontia IES: UDI/MG	Consultório Particular UDI/MG
19- Geraldo Carmelo Braga		
20- Gleyce Faria Ribeiro		Consultório Particular UDI/MG
21- Helio Carlos Caetano		Consultório Particular UDI/MG
22- Jair Bernardes da Silva		FALECIDO
23- Jesuania Maria Guardieiro Azevedo Pfeifer	Mestrado: Dentística Restauradora IES: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho- Araraquara- SP-1981 Doutorado: Dentística Restauradora IES: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho- Araraquara- SP-1990	Professora Titular UFU/MG Coordenadora do Curso de Especialização em Dentística Restauradora
24- José Oscar Mendes de Figueiredo	Especialização: Endodontia IES: Faculdade de Odontologia de Araraquara- SP-1979	Consultório Particular UDI/MG
25- Lílian Queiroz de Souza		
26- Luci Tanus Jorge da Silva		
27- Luiz Antônio Amui Nogueira	Aperfeiçoamento: Prótese Dental Instituição: Sociedade de Promoção Social do Fissurado Lábio-Palatal- BAURU/SP-1981 Especialização: Prótese Dental IES: UFU/MG-1984	
28- Marcos Antônio de Souza	Especialização: Prótese Dental IES: UFU/MG-1985	
29- Maria Alcina Couto Justino		Consultório Particular UDI/MG IPSEMG-UDI/MG
30- Maria Camin de Menezes		Consultório Particular UDI/MG
31- Maria Cristina Assumpção Borges		

32- Maria de Fátima Vieira Reis		
33- Maria Sonia de Almeida Paes Leme		
34- Mariza Lopes Andrade Teixeira	Especialização: Prótese Dental IES:. UFU/MG-1985	Consultório Particular UDI/MG
35- Mariyo Nakachima		
36- Mauricio Guimarães Paiva		
37- Nair Cardoso		Consultório Particular Araguari- MG
38- Neuza Teixeira de Carvalho Gaspar		Consultório Particular UDI/MG
39- Neuza Alice		
40- Nilson Costa Veloso		
41- Nora Maria Faiad Sebba		Consultório Particular Catalão-GO
42- Olinda Guedes Medeiros		
43- Sandra Maria Carvalho de Almeida		
44- Sergio de Freitas Pedrosa	Mestrado: Dentística IES:. USP/ BAURU/SP-1986	Professor Titular UFU/MG Gerente da Divisão de Ambulatórios Odontológicos 1987-1988
45- Vanderlei Luiz Gomes	Especialização: Metodologia do Ensino Superior IES:. UFU/MG-1979 Mestrado: Clínicas Odontológicas IES:. USP/SP-1986	Professor Titular UFU/MG Diretor do Hospital Odontológico
46- Vicente Carlos da Silva	Especialização: Odontopediatria IES:. Odontopediatria IES:. UFMG/BH/MG-1978 Mestrado: Odontologia Social e Preventiva IES:. Universidade Fluminense Niterói- RJ-1981 Doutorado: Odontologia Social e Preventiva IES:. Fundação Universitária de Pernambuco- Recife-Pernambuco-1991	Professor Titular UFU/MG
48- Vitória Maria Borges Ladeira		
49- Wanderlei Alves Ribeiro		ConsultórioParticular UDI/MG
50- Washigton Jacob de Resende		

QUADRO 10 Final IV – Faculdade de Odontologia da UFU - Turma de 1976

Alunos graduados pela Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia, relação dos Pós-Graduados com respectiva especialidade e designação da área de atuação laboral dos egressos do Curso de Odontologia

NOME	PÓS-GRADUAÇÃO (IES – ÁREA)	ATUAÇÃO
01- Ademir Rosa Ladico		Consultório particular UDI/MG
02- Adérito Soares da Mota	Especialização: Prótese Dental IES:. UFU/MG-1984	Professor Titular UFU/MG Consultório particular UDI/MG
03- Amaury Diniz Machado		Consultório particular Monte Alegre de Minas-MG
04- Arnaldo Ramos Cabral		
05- Ângela Aparecida de Melo		Consultório particular UDI/MG
06- Arlete Ferreira	Especilização: Odontopediatria IES:.Universidade do Estado do Rio de Janeiro-1977	Hospital Naval de Brasília-DF Clínica de Odontopediatria Brasília-DF
07- Aurélio Rosa Lopes		Consultório particular Franca/SP
08- Breno de Carvalho Neto	Especialização: Prótese IES:. Faculdade de Odontologia BAURU/SP-1980 Especialização: Periodontia IES:. Faculdade de Odontologia de BAURU-SP-1982	Professor Assistente Universidade de Marília- SP Clínica Particular Marília-SP
09- Cairo Rodrigues Alves Marcondes Luz		Consultório particular Franca/SP
10- Carlos Antônio Mendonça de Araujo		
11- Carlos Jair dos Passos		Consultório particular Araguari/MG
12- Carlos Roberto Cardoso		
13- Celso Edgard More		
14- Cleuzeomar Rezende		Consultório particular UDI/MG
15- Dorival Delefine		
16- Edmar Guimarães de Souza	Especialização: Prótese Dental UFU/MG	Cirurgião-Dentista UFU/MG
17- Eduardo Antônio Guimarães		Consultório particular UDI/MG

18- Gaspar Salvador Guimarães		
19- Geraldo de Souza Rosa		
20- Íris Malagoni Marques	Mestrado: Diagnóstico Bucal IES:. USP/ BAURU/SP-1989 Doutorado: Diagnóstico Bucal IES:. USP/ BAURU/SP 1994	
21- Ivan Rezende		
22- Jorge Clemente da Silva		Consultório particular Iturama/MG
23- José Carlos de Castro		
24- José Marra de Oliveira	Especialização: Destística Restauradora IES:.UFU/MG	Consultório particular Ipameri/GO INAMPS Ipameri/GO
25- Lindalva Chaves de Moraes		
26- Lourdes Maria Santos Espindola Dias da Silva		
27- Magda Helena Barbosa Torres		
28- Maria Angélica Andrade		Consultório particular UDI/MG
29- Maria Aparecida Alves Faria		Consultório particular UDI/MG
30- Maria Cristina Assis Rabelo		Consultório particular UDI/MG
31- Maria Lídia Marra de Barros		
32- Maria Luiza de Oliveira		
33- Marilene de Lima		
34- Marlene Rezende		
35- Osmar Redondano Filho		
36- Paulo Barbosa Gomes		Consultório particular UDI/MG
37- Paulo Cesar Ferreira		Consultório particular UDI/MG
38- Paulo Cesar Ribeiro		
39- Rosana Ferreira de Godoi		
40- Sandra Mara Pereira Mauad Ydy		
41- Saulus Antônio de Castro		
42- Valquiria Borges de Santana		Consultório particular UDI/MG
43- Vânia Porto Arantes		
44- Vera Lucia Campos Santos		

QUADRO 11 Final V – Faculdade de Odontologia da UFU - Turma de 1977

Alunos graduados pela Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia, relação dos Pós-Graduados com respectiva especialidade e designação da área de atuação laboral dos egressos do Curso de Odontologia

NOME	PÓS-GRADUAÇÃO (IES – ÁREA)	ATUAÇÃO
01- Adriana Salazar Drumond	Especialização: Dentística Restauradora IES: UFU-1988	Cirurgiã-Dentista UFU/MG Consultório Particular UDI/MG
02- Alaor Borges Fontes		Consultório Particular Araxá/MG
03- Alberto Borges	Especialização: Dentística Restauradora IES: UFU/MG-1988	Cirurgião-Dentista UFU/MG Consultório Particular UDI/MG
04- Ana Lucia Carneiro Pereira		Cirurgiã-Dentista UFU/MG
05- Ângela Pinto Ribeiro Miro		Consultório Particular UDI/MG
06- Aríete Marocolo Cardoso		Consultório Particular Brasília/DF
07- Avilar de Souza Marques		
08- Carlos Eduardo Santini	Especialização: Ortodontia	Consultório Particular Ribeirão Preto/SP
09- Clayton de Oliveira Matos		
10- Cristina Guimarães Marcolini	Especialização; Prótese Dental IES: UFU/MG-1985 Mestrado: Prótese Fixa IES: USP/SP	Professora Adjunto I Consultório Particular UDI/MG
11- Custódia Maria Borges Silva	Especialização: Odontopediatria IES: UFU/MG	Consultório Particular UDI/MG
12- Dalva Pereira Espindola		
13- Dina Faria Teixeira		
14- Edson Uete Kama		
15- Edelweiss Susvan Pereira Naves	Especialização: Endodontia	Consultório Particular Rio de Janeiro – RJ
16- Eliane Soares Costa		Cirurgia-Dentista UFU/MG Consultório Particular UDI/MG
17- Euripedes Barbosa Gomes		Consultório Particular UDI/MG
18- Fátima Ioko Mochidome	Mestrado: Odontopediatria IES: USP/SP 1983	Professora Titular UFU/MG

19- Francisco Carlos Spina		Consultório Particular Batatais- SP
20-Heloisa Nominato Meireles		
21- Ilma Terezinha Carneiro Simões Branco		
22- Ivone de Fátima Lima Cardoso	Especialização: Prótese Dental IES:. UFU/MG-1986	Cirurgia-Dentista UFU/MG
23- Jorge Luiz Gomes Guedes		
24- Jose Estauquio Guimarães		
25- José Roberto Teixeira Leite		
26- Lauri de Fátima Vilas Boas	Especialização: Prótese Dental IES:.UFU/MG	Consultório Particular UDI/MG
27- Luiz Carlos Magnani Lima	Especialização: Prótese Dental IES:.UFU/MG-1986	Consultório Particular Goiânia-GO
28- Luiz Fabio de Assis Henriques		
29- Lunamar Santana de Araujo		Consultório Particular UDI/MG
30- Marcio Teixeira	Especialização: Prótese Dental IES:. UFU/MG-1985 Mestrado: Reabilitação Oral IES:. USP/ BAURU/SP-1989	
31- Margarida Maria Bruxelas de Freitas		
32- Maria Célia Nasciutti Prudente		
33- Maria de Fátima Castro		Consultório Particular Ribeirão-Preto/SP
34- Maria Del Carmen Rodrigues Gonzalez		Consultório Particular São Paulo/SP
35- Maria Neire Teixeira Bernardes	Especialização: Odontopediatria IES:. UFU/MG	
36- Maria Terezinha Oliveira Cunha	Especilização: Prótese Dental UFU/MG	FALECIDA
37- Marise Arantes		
38- Meire Zilda Storti		Prefeitura Municipal de Uberlândia/MG Cirurgia-Dentista
39- Neuza Maria Nunes		
40- Nivaldo Batista		
41- Paulo de Oliveira Resende		FALECIDO
42- Regina Maria		
43- Reginaldo Batista		
44- Sonia Bertoli	Especialização; Ortopedia Odontológica	Consultório Particular São Paulo/SP

45- Valder de Carvalho		
46- Valdete Angélica de Faria Almeida		
47- Valner Pinto Alano	Especialização: Prótese Dental IES:. UFU/MG-1984	Consultório Particular UDI/MG
48- Valter José de Oliveira		
49- Vânia Regina Resende	Especialização: Prótese Dental IES:. UFU/MG-1985	Consultório Particular UDI/MG
50- Vera Cristina Rodrigues Costa	Especialização: Prótese Dental IES:. UFU/MG-1985	Consultório Particular UDI/MG
51- Wania da Silva Neiva		

QUADRO 12 Final VI – Faculdade de Odontologia da UFU - Turma de 1978

Alunos graduados pela Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia, relação dos Pós-Graduados com respectiva especialidade e designação da área de atuação laboral dos egressos do Curso de Odontologia

NOME	PÓS-GRADUAÇÃO (IES – ÁREA)	ATUAÇÃO
01- Adauto Bernardino da Silva		Consultório Particular UDI/MG
02- Adelicia Cândida Pereira		
03- Ana Maria Martins		
04- Ana Marta Campos	Especialização: Dentística Restauradora IES:.UFU/MG-1988	Consultório Particular UDI/MG
05- Ângela Maria Ceccom		Consultório Particular UDI/MG
06- Aparecida Lujan de Melo	Especilização: Odontopediatria IES:. Associação Odontológica do Norte do Paraná	Consultório Particular Cascavel- PR
07- Áurea Lucia Magalhães Carulla		
08- Cristina Helena Bernardes Costa		Consultório Particular Ribeirão-Preto/SP
09- Daldy Endo Marques	Especialização: Endodontia IES:. USP/ BAURU/SP	Consultório Particular UDI/MG
10- Dinamar Fernandes Martis		
11- Dulcelena Maria de Moura		Consultório Particular UDI/MG
12- Edna Aparecida Maria Silveira		
13- Eliane Guimarães Ferreira	Especialização: Odontopediatria	Consultório Particular UDI/MG
Eliene Ribeiro Rezende		

14- Elisabete Kiroko Yamada		
15- Evaldo Rodrigues da Silva		
16- Fernando Antônio Brasil		
17- Gildésio de Resende Alvarenga		Consultório Particular UDI/MG
18- Hamilton Luiz da Silva		
19- Inez Terezinha de Fátima Rezende Hore		
20- Jânio	Especialização: Endodontia IES.: OSEC-1982	Consultório Particular Goiânia/GO
21- Joaquim Celso de Godoy		
22- José Carlos Ronaldi da Silva		
23- Maglia de Oliveira Costa		Consultório Particular UDI/MG
24- Márcia Aparecida Salomão		Consultório Particular UDI/MG
25- Maria Lucia de Souza		
26- Marcos Cesar Silva		
27- Maria de Lourdes Cavalho	Aperfeiçoamento: Noveno Curso Latino Americano de Odonto-Pediatria Social IES.: Universidad de Minois-Chicago USA-1986 Mestrado: Odontologia Social IES.: Universidade Federal Fluminense Niterói-RJ-1983	Professora Titular UFU/MG Gerente da Divisão de Apoio aos serviços Odontológicos-1988-1990 Consultório Particular UDI/MG
28- Maria Eunice Campos Caixeta		Consultório Particular UDI/MG
29- Maria Inês Della Torres Ferreira		
30- Maria Inês Resende		
31- Maria José Moura Santos		Consultório Particular UDI/MG
32- Margaret de Vasconcelos Lemos	Especialização: Saúde Coletiva IES.: UFU/MG-1990	Prefeitura Municipal de Uberlândia/MG Cirurgião-Dentista
33- Maria Marta Pinheiro		
34- Maria Sirlene Marques		
35- Marina Fukuhara		
36- Mônica Veloso Costa		Consultório Particular UDI/MG
37- Nilva Maria de Resende		Consultório Particular Araguari/MG
38- Rose Mary Santos		
39- Rosemary Simão Castro		

40- Rosimeyri Lustosa Wanderley	Especialização: Metodologia do Ensino Superior IES:. UFU/ Universidade de Brasília 1979	Professora Titular UFU/MG
41- Rúbia Pereira Barra	Especialização; Saúde Coletiva IES:. UFU/MG 1992	Prefeitura Municipal de Uberlândia/MG Cirurgia-Dentista Consultório Particular UDI/MG
42-Sandra Arantes da Silva		Consultório Particular UDI/MG
43- Sinval de Oliveira e Silva		
44- Sonar Quirino de Oliveira		
45- Suaní Sodré de Oliveira	Mestrado: Odontologia Social e Preventiva IES:. USP/ BAURU/SP	FALECIDA
46- Suzana Pinto Machado	Especialização: Odontologia Social e Preventiva	
47- Vânia Lucia de Faria Fonseca		Consultório Particular UDI/MG
48- Vânia Paixão		
49- Vera Lucia Melo Sanches		
50- Wagner de Souza Santos		
51- Wilson José Ferreira		



D E C L A R A Ç Ã O

Declaramos para os devidos fins de direito que **WANDER PEREIRA**, número de matrícula 94546, aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação-DOUTORADO, da Universidade Federal de Uberlândia, foi **aprovado** na defesa da Tese: “**A ORDEM POLÍTICA E A REFORMA UNIVERSITÁRIA: O PROCESSO DE FEDERALIZAÇÃO DA FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE UBERLÂNDIA (1968-1978)**”, do Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração: **Educação Escolar**, Linha de Pesquisa: **História e Historiografia da Educação**, realizada no dia 10/02/2012.

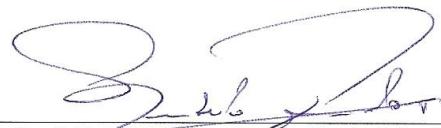
Por ser verdade firmamos a presente declaração.

Uberlândia, 10 de fevereiro de 2012.

P.S. Este documento tem validade de 60 dias.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Prof. Dr. Carlos Henrique de Oliveira
 Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação
 Portaria R. 850 de 07/07/2011

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Humberto Aparecido de Oliveira Guido
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



Prof. Dr. Leosino Bizinoto Macedo
Sociedade Católica de Educação de Uberlândia - SOCEUB



Prof. Dr. Gustavo Araújo Batista
Universidade de Uberaba – UNIUBE



Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho
Universidade Federal de Uberlândia – UFU